

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

URUANA E SUA DINÂMICA ESPACIAL RECENTE

Marta de Paiva Macêdo

Orientadora: Prof^a Dr^a Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Goiânia

2001

MARTA DE PAIVA MACÊDO

URUANA E SUA DINÂMICA ESPACIAL RECENTE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e a Apropriação do Espaço no Cerrado

Orientadora: Prof^a Dr^a Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

Goiânia
2001

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Macêdo, Marta de Paiva
M141u Uruana e sua dinâmica espacial recente / Marta
de Paiva Macêdo. – 2001.
234f. : il color. ; enc.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2001.

Bibliografia.

1. Uruana (GO) – Condições econômicas
 2. Uruana (GO) – Condições sociais
 3. Agricultura e desenvolvimento econômico – Uruana (GO)
 4. Desenvolvimento regional
- I. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais II. Título.

CDU: 908(817.3)

MARTA DE PAIVA MACÊDO

URUANA E SUA DINÂMICA ESPACIAL RECENTE

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de
_____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores

Profª Drª Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira - UFG
(Presidente da Banca)

Profª Drª Vera Salazar - UFU

Profª Drª Selma Simões de Castro - UFG

À memória de Antônia Alexandre
que, movida por seu ardente desejo
(carregado de angústias e inquietações) de
contribuir para a construção de uma Uruana
mais justa, não viveu para ver o seu sonho
se realizar.

AGRADECIMENTOS

À FUNAPE - UFG, pela concessão da Bolsa de Pós-Graduação para Mestrandos, e pela tolerância que teve até a entrega dos resultados finais desta pesquisa.

À Prof^ª Dr^a Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, pela dedicada orientação, profissionalismo e disposição que sempre demonstrou para me ouvir, acompanhar e apontar os corretos caminhos a seguir na trilha que depois percorri “sozinha”.

À todos os professores do IESA, especialmente àqueles que contribuíram diretamente na minha formação.

À todos os colegas do Mestrado (turma IV): Alik, Auristela, Elson, Iversen, José Antônio, Loçandra, Maria Ivete, Rildo, Rodrigo, Wagneide e Wagner. Em especial, ao Alik, ao Elson e ao Rodrigo que me acompanharam bem de perto nesta caminhada.

Ao Gil, que por motivos pessoais não percorreu conosco esta trilha.

Ao Luís Augusto (turma VI), que por razões que somente ele e Deus conhecem, não foi possível estar aqui hoje.

Ao Aristeu Geovani, meu esposo, incentivador insistente, “cobrador” intempestivo de meus posicionamentos e dedicação na construção deste trabalho, pelo estímulo, pela companhia determinada e por outras razões que somente nós podemos compreender.

Ao papai Salvador, à mamãe Maria que deram-me a vida, e aos meus irmãos, Márcia, Marcos, Maurivan e Maria Alice, meus companheiros de infância e juventude. Especialmente à Márcia que compreendeu as minhas inquietações e incentivou-me constantemente. Aos sobrinhos Matheus e Rafael.

Aos funcionários da AGENCIARURAL de Uruana, em especial ao Adelino e ao Francisco pela presteza com que sempre me receberam e pelo apoio durante os trabalhos de campo.

Aos funcionários dos escritórios da AGENCIARURAL de Carmo do Rio Verde pela atenção dispensada e informações concedidas.

Ainda aos funcionários da AGENCIARURAL de Itapuranga e de Jaraguá.

Aos funcionários da AGENFA de Uruana, em especial ao Divino Moraes.

À gerência do Banco do Brasil de Uruana, na pessoa do Luciano, pelo apoio oferecido na condução deste trabalho.

À presidência do Sindicato Patronal de Uruana representado por Dárcio Gomes por confiar a nós, importantes informações.

À Secretaria Municipal de Educação de Uruana, particularmente à Ione Ferreira, pelas informações concedidas.

Aos funcionários da AGENCIARURAL de Goiânia pelas informações prestadas.

Aos funcionários da Biblioteca do IBGE, pela tolerância de tantas visitas/pesquisas.

Aos funcionários da Superintendência do Banco do Brasil. À Nara Lúcia por compreender a natureza do nosso trabalho.

Aos funcionários do DIEF-SEFAZ de Goiânia, principalmente ao José de Barros, pelo reconhecimento da importância desta pesquisa e informações prestadas.

Aos funcionários do SEPIN - SEPLAN, pelas informações concedidas.

A todos os produtores, comerciantes, moradores (pioneiros e não-pioneiros) da região, principalmente os de Uruana, pelas entrevistas concedidas com transparência e pelo carinho com que nos recebeu, sem as quais este trabalho não poderia ser concluído.

À Cleonice e ao Rogério, pela tolerância que tiveram comigo e pela dedicação que tiveram na digitalização e finalização dos mapas. Ainda à Loçandra, pela contribuição na parte de cartografia digital.

Aos alunos do terceiro ano/ 2001 do Curso de Geografia da UFG.

Àqueles que, por esquecimento, não foram aqui mencionados.

Enfim, à todos que compreenderam as razões das minhas ausências durante este período em que estive, muitas vezes, "fora".

Rio Uru, de águas mansas,
Cristalinas, murmurantes,
que cortam lindas paisagens
de campinas verdejantes,
onde os pássaros gorjeiam
entre verdes ramagens
de frondosos arvoredos
que bordam as tuas margens

Hoje, venho de tão longe
Rio Uru, meu grande amigo.
E com lágrimas nos olhos,
quero rever tuas praias
Sombreadas de arvoredos,
Que cortam a minha história,
meus amores, meus segredos.

Quero lembrar com saudades
dos passeios de canoas
dos alegres piqueniques
e de inúmeras pessoas
dos meus companheiros
que eu lembro tanto, tanto
Nilton Coelho, Zé Mesquita
Paulo Matão, Jota Santos...

E de todas as lembranças
A que mais me causa dor
a linda criatura,
que foi meu primeiro amor.
mas... como toda ventura
entre névoas se desfaz,
hoje, só resta comigo
a saudade... nada mais...

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	11
Lista de Fotografias.....	12
Lista de Quadros e Tabelas.....	14
Lista de Gráficos.....	16
Lista de Abreviaturas e Siglas	17
Resumo	19
Abstract.....	20
INTRODUÇÃO	21
Capítulo I – A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL REGIONAL	28
1 A Festa Nacional da Melancia – uma face da manifestação regional	28
1.1 Uma Introdução necessária.....	28
1.2 A Festa da Melancia em Uruana.....	31
2 A Perspectiva Regional como Recurso de Análise	49
2.1 A Geografia Regional	49
2.2 A Região como Perspectiva de Análise	50
2.3 A Perspectiva da Análise sobre um Quadro Territorial	54
2.4 Os Procedimentos Operacionais da Pesquisa.....	56
3 A Redefinição da Atividade Agrícola e a Configuração de uma Região ..	59
3.1 O Mato Grosso Goiano	66
3.2 A Fragmentação	73
3.3 As Condições do Meio Natural	76
3.3.1 As Alterações percebidas através da Vegetação	81
3.3.2 As Formas do Relevo	85
3.3.3 Os Solos	87
3.3.4 A Rede de Drenagem	90
3.3.5 O Clima	91
Capítulo II – AS TRANSFORMAÇÕES NO ANTIGO “MATO GROSSO” GOIANO.....	93
1 Transformações no Espaço Regional decorrentes de Processos Globais verificados no País.....	93

2	O que os Dados do Censo Revelam	98
3	A Dinâmica da População	100
4	Quando chegam os Outros	114
5	A Estrutura da Rede Viária e a Dinâmica dos Fluxos	117
6	Os Limites e a Particularidades e Singularidades	122
6.1	A Organização do Espaço Regional.....	123
6.2	As Cidades	129
6.3	Carmo, Jaraguá e Itapuranga: A Esfera Imediata	140

Capítulo III- AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA 147

1	A Modernização e as Políticas Públicas	147
1.1	A Modernização da Agricultura como Mediadora do Processo de Fragmentação Regional	151
2	A Evolução da Estrutura Fundiária e a Modernização	154
3	O Uso das Terras	161
3.1	A Produção de Bovinos e Atividade Agrícola	162
3.2	A Produção Agrícola e sua relação com a Assistência Técnica	171
4	O Uso de Irrigação	176
5	O Uso de Máquinas e Equipamentos	179
6	O Uso de Fertilizantes, Defensivos e a Prática de Conservação dos Solos.....	186
7	A Produção da Melancia	186
7.1	O Destino da Produção	194

Capítulo IV – A DINÂMICA SÓCIO - ESPACIAL ATUAL NA REGIÃO..... 196

1	O Contexto do Produtor	196
1.2	A Caracterização do Produtor de Melancia	196
1.3	O Produtor, a Assistência Técnica e Planejamento	198
1.4	Os Financiamentos como Alternativa à Produção	200
1.5	As Relações Patrão-Empregado	201
1.6	O Intermediário	206
2	As Tendências da Região face às Transformações Recentes	208

2.1	Uma Região em Crise?	208
2.2	Os Desequilíbrios	209
2.3	A Nova Estrutura Produtiva e a Organização da Produção Agrícola Regional	215
2.4	O Outro lado da mesma História	218
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
	FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	231
	APÊNDICES.....	235
	ANEXOS	238

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de Localização da Área da Pesquisa	61
Figura 02. Mapa da Malha Viária em 2001.....	65
Figura 03. Mapa da Floresta Estacional Decidual – O “Mato Grosso” de Goiás.....	70
Figura 04. Mapa de Solos da Região da Floresta Estacional Decidual – O “Mato Grosso” de Goiás	71
Figura 05. Mapa de Uso da Terra em 1966	78
Figura 06. Mapa de Uso da Terra em 1984	79
Figura 07. Mapa de Uso da Terra em 1997	80
Figura 08. Mapa de Geomorfologia	86
Figura 09. Mapa de Solos	89

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01. Concurso do Maior Chupador de Melancia. Uruana-GO.....	34
Fotografia 02. Frutos para distribuição durante o Festival da Melancia. Uruana-GO.....	34
Fotografia 03. Desfile da rainha da Melancia. Uruana-GO.....	35
Fotografia 04. Carro Alegórico simbolizando a Estação da Primavera. Uruana-GO.....	36
Fotografia 05. Alegoria que alerta para o perigo da “desertificação”. Uruana-GO.....	37
Fotografia 06. Alegoria sobre a colheita de melancia. Uruana-GO.....	37
Fotografia 07. Desfile das escolas da Região de Uruana. Uruana-GO.....	39
Fotografia 08. Festival da Melancia. Uruana-GO.....	40
Fotografia 09. Acampamento dos turistas às margens do Rio Uru em Uruana-GO.....	42
Fotografia 10. Alegoria representando o aspecto campesino (Trabalhador Rural). Uruana-GO.....	43
Fotografia 11. Desfile de máquinas agrícolas. Uruana-GO.....	45
Fotografia 12. Momento de lazer dos turistas no último dia da Festa em Uruana-GO.....	46
Fotografia 13. Caminhões de outros Estados carregados com melancia em Uruana-GO.....	46
Fotografia 14. Estrada “Pioneira” GO – 230 que liga Uruana a Itapuranga. Itapuranga –GO.....	119
Fotografia 15. Antigo cinema de Jaraguá, localizado na parte “velha” da cidade. Jaraguá-GO.....	125
Fotografia 16. Antiga residência em Uruana-GO.....	126
Fotografia 17. Pasto de capim brachiária em antiga área de mata, em Jaraguá-GO	127
Fotografia 18. “Canteiro” de bacurí em meio a pasto de capim brachiária no município de Carmo do Rio Verde-GO	128
Fotografia 19. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Carmo do Rio Verde-GO	131
Fotografia 20. Lago “artificial” em Carmo do Rio Verde –GO	132
Fotografia 21. Alto da avenida principal em Carmo do Rio Verde –GO.....	132

Fotografia 22. Igreja Matriz de São Sebastião em Uruana-GO	134
Fotografia 23. Avenida principal de Uruana-GO	135
Fotografia 24. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima. Parte antiga de Itapuranga-GO	136
Fotografia 25. Praça situada na parte alta ou antiga de Itapuranga-GO	136
Fotografia 26. Casario de Itapuranga-GO	137
Fotografia 27. Planície de inundação do Rio Canastra em Itapuranga-GO.....	138
Fotografia 28. Igreja Nossa Senhora da Conceição, construída na segunda metade do séc. XIX, em Jaraguá-GO	139
Fotografia 29. Avenida principal de Jaraguá-GO	141
Fotografia 30. Avenida comercial mais desenvolvida de Itapuranga-GO	142
Fotografia 31. Praça Alfredo Nasser em Carmo do Rio Verde-GO	143
Fotografia 32. Lavoura de milho em antiga área de matas. Carmo do Rio Verde-GO	162
Fotografia 33. Gado Nelore em pasto de brachiária. Jaraguá-GO	170
Fotografia 34. “Dia de Campo” para os produtores e a AGENCIARURAL. Uruana-GO.....	175
Fotografia 35. Irrigação por sulcos em lavoura de melancia. Itapuranga-GO.....	177
Fotografia 36. Área de cultivo irrigada por pivot central. Uruana-GO	178
Fotografia 37. Dedetização (ao fundo), em lavoura de melancia. Itapuranga-GO.....	181
Fotografia 38. “Ponto de Espera” dos trabalhadores rurais em Uruana-GO	204
Fotografia 39. Núcleo de Apoio ao Trabalhador. Projeto social do município de Uruana-GO	205
Fotografia 40. Proteção contra a insolação forte em lavoura de melancia. Uruana-GO.....	211
Fotografia 41. Agência de Carga em Uruana-GO	218

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01. Rede Rodoviária Municipal – Quadro de Totais por Município. 1979.	119
Quadro 02. Índice de Gini para a Região de Uruana	161
Tabela 01. Evolução da População na região de Uruana. 1970 – 2000	100
Tabela 02. Aumento Proporcional no Tráfego Médio Diário de Trechos das Rodovias da Região.....	120
Tabela 03. Classificação Fundiária na Região de Uruana em 1970	159
Tabela 04. Classificação Fundiária na Região de Uruana em 1985	159
Tabela 05. Classificação Fundiária na Região de Uruana em 1996	160
Tabela 06. Variação Relativas das Áreas Agrícolas conforme a Utilização das Terras em Uruana. (%)	163
Tabela 07. Incremento do Efetivo de Bovinos em Uruana	163
Tabela 08. Variação Relativa das Áreas de Lavouras e Pastagens entre 1970 e 1996. (%)	167
Tabela 09. Participação da Área de Lavouras no Total da Área dos Estabelecimentos. (%)	168
Tabela 10. Uruana - Contribuição da Agricultura no Setor Primário com a Arrecadação do ICM. (%)	169
Tabela 11. Incremento da Área Colhida (há) de arroz, feijão, milho e melancia em Uruana	173
Tabela 12. Uso de Assistência Técnica na Região em 1996	176
Tabela 13. Máquinas e Instrumentos Agrícolas na Região de Uruana – 1970 ...	180
Tabela 14. Máquinas e Instrumentos Agrícolas na Região de Uruana – 1980 ...	180
Tabela 15. Máquinas e Instrumentos Agrícolas na Região de Uruana – 1996 ...	180
Tabela 16. Uso de Fertilizantes, Defensivos e Prática de Conservação do Solo em 1975. (%)	183
Tabela 17. Uso de Fertilizantes, Defensivos e Prática de Conservação do Solo em 1985. (%)	183
Tabela 18. Uso de Fertilizantes, Defensivos e Prática de Conservação do Solo em 1996. (%)	184
Tabela 19. Área Plantada e Produção das Tradicionais Culturas na Região de Uruana, em 1999	190

Tabela 20. Valor Relativo da Área Plantada dos Principais Produtos Agrícolas na Região de Uruana em Relação ao Estado. (%)	191
Tabela 21. Uruana – Participação Relativa das Lavouras de Melancia em Relação às Lavouras Temporárias	192
Tabela 22. Crédito Rural – Valor Relativo de Custeio (%) na Região de Uruana	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Evolução da População na Região de Uruana entre 1970 e 2000....	103
Gráfico 02. Evolução da População Urbana e Rural na Região de Uruana entre 1970 – 2000	103
Gráfico 03. Evolução Demográfica de Carmo do rio Verde	105
Gráfico 04. Carmo – População Migrante	106
Gráfico 05. Evolução Demográfica de Itapuranga	107
Gráfico 06. População Migrante – Itapuranga	108
Gráfico 07. Evolução Demográfica de Jaraguá	109
Gráfico 08. População Migrante – Jaraguá	109
Gráfico 09. Evolução Demográfica de Uruana	110
Gráfico 10. População Migrante – Uruana	111
Gráfico 11. Região de Uruana – População Migrante em Relação à População Total	112
Gráfico 12. Evolução do Efetivo de Bovinos de Uruana. 1970 – 1996	166
Gráfico 13. Área Plantada (ha) de arroz, feijão, milho e melancia em Uruana- 1974 a 1998	189
Gráfico 14. Valor da Produção (em mil reais) dos Principais Produtos Agrícolas da Região de Uruana em 1999	189
Gráfico 15. Valor da Produção (em mil reais) dos Principais Produtos Agrícolas da Região de Uruana, por Município em 1999	190
Gráfico 16. Evolução da Produção e Área Colhida de Melancia na Região	192
Gráfico 17. Evolução da Produção e Área Colhida de Melancia na Região (exceto Uruana)	193
Gráfico 18. Evolução da Produção e Área Colhida de Melancia em Uruana	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR - GO	Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás
AGENCIARURAL	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
AGENFA	Agência Financeira de Arrecadação
AGRIANUAL	Anuário da Agricultura Brasileira
BRADESCO	Banco Brasileiro de Descontos
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais de Abastecimento S. A.
DIEF	Departamento de Informações Econômico - Fiscais
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército Brasileiro
EMATER - GO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCO	Fundo Constitucional do Centro – Oeste
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IESA	Instituto de Estudos Sócio – Ambientais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LANDSAT	Land Satellite
MERCOSUL	Mercado Comum dos Países do Sul
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento da Região dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo – Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROGER	Programa Nacional de Geração de Renda
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RADAMBRASIL	Radar da Amazônia
SEAGRO - GO	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Extensão Rural de Goiás
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa

SECEX – DECEX	Secretaria de Comércio Exterior – Departamento de Comércio Exterior
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SENSOR - TM	Sensor Thematic Mapper
SEPIN	Serviço de Planejamento e Informação
SEPLAN - GO	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional de Goiás
TMD	Tráfego Médio Diário
UFG	Universidade Federal de Goiás
USAF	Aerial Force of United States

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os processos que desencadearam a formação recente de um pólo regional a partir da fragmentação do antigo “Mato Grosso” Goiano, possibilitada pela especialização produtiva que esteve apoiada na introdução de inovações no campo.

Este pólo regional, que estamos denominando Região de Uruana é, também, fruto da combinação de fatores internos e externos a ele. Entre tais fatores destacam-se a formação regional alicerçada nos seus “ocupantes” - os produtores, aliado às condições sócio-econômicas e culturais por eles reveladas, além das intervenções do governo e de um meio natural propício.

Uruana, município localizado na microrregião de Ceres, - antigo “Mato Grosso” Goiano -, surgiu no contexto da ocupação efetiva desta região, movimento que ficou conhecido durante o avanço da fronteira agrícola como “frente pioneira do Mato Grosso Goiano”, ocorrido na década de 40, no Estado.

A partir daí, Uruana se desenvolveu apoiado sobretudo na produção de grãos, inserindo-se na dinâmica do Estado como importante fornecedor de cereais para abastecer o mercado interno. Com a modernização da agricultura, esboçada na década de 60, alterações significativas marcaram o início de um novo processo de diferenciação na espacialidade local, devido à redefinição da atividade produtiva agrícola, com a introdução do cultivo de melancia. Esse momento, comandado pelos agentes sociais, respondeu pelo início de uma nova dinâmica estabelecida em Goiás e até transcendeu os limites do território goiano e do país, pelo fato de que Uruana, juntamente com o seu entorno imediato: Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Jaraguá, configuraram um pólo regional na especificidade da produção de melancia.

Portanto, a homogeneidade que caracterizava o antigo “Mato Grosso” Goiano, apresenta-se hoje, fragmentada pelas especializações produtivas apresentadas. Os fragmentos são regionais e Uruana é um deles, e isto é uma razão para que estudos sejam realizados no intuito de se conhecer melhor esta nova realidade apresentada em Goiás.

ABSTRACT

This research aims to shed lights on the process, which unleashed the recent development of socio-economic region in the state of Goiás. It started with the disintegration of the formerly so-called "Mato Grosso Goiano" area. Its foundation was made possible thanks to the specialization of the productive means and based on the introduction of new technologies into the countryside.

This socio-economic region, which we will call Uruana region, is also the combined result of circumstances related and non-related to it. Among them we will highlight: the king of settling of the region; the settlers' socio-economical and cultural reality; the government role in this process; and an appropriate environment.

Uruana is a municipality located in the Ceres microregion-formerly known as the "Mato Grosso Goiano" area. It was founded during the effective settling of the region, a phenomenon known at the time Brazilian interland saw a better agricultural use of the soil, as pioneering avant-guard from the "Mato Grosso Goiano" area. It took place in the forties.

From that time on, Uruana has developed itself supported mainly on the grains production, taking part of the dynamic of the state as an important provider of cereals to supply the inner trade. In the sixties decade the agriculture has suffered a modernization. So, this period was marked by the beginning of a new process of distinction on the local space, due to the redefinition of the productive agricultural activity, especially with watermelon cultivation. Such moment corresponded to a new trade dynamic in Goiás, and also transcends the limits of the Goiano territory and the country. Uruana among other cities around: Carmo do Rio Verde, Itapuranga and Jaraguá, represent a socio-economic region in the production of watermelon.

This way, the homogeneity, characteristic of the old "Mato Grosso Goiano" is nowadays divided by the productive specialization existent. The fragments are regional and Uruana is on of them. For this reasons the studies must be done in order to know better the new reality in Goiás.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A opção pelo tema deste estudo nasceu de um desejo de reunir conhecimentos, ainda que incipientes, na pesquisa em Geografia Física com a necessidade premente de compreender o espaço geográfico sob a ótica que a Geografia Humana oferece. A partir desse desejo, no intento de buscar investigar o “fenômeno região” com recorte espacial eleito no interior do Estado de Goiás, entendeu-se que a melhor forma de estudar a sua dinâmica recente, seria através da análise regional.

A análise regional aqui mencionada estará fundamentada no fato de que um estudo geográfico pode ser realizado sob diversas perspectivas e, portanto, o estudo da região é uma perspectiva de análise geográfica, cuja essência será buscada no entendimento da particularidade espacializada, em que, a função econômica da região, principalmente, estabelece a materialização dos fatos, promovendo diferenciações espaciais.

Além disso, surgiu uma preocupação em investigar como uma região sofre transformações ao longo dos anos, deixando marcas que ora cicatrizam-se, ora alteram – se para definirem novas formas e, muitas vezes, carregadas de heranças do passado. A partir da utilização cada vez mais intensa do espaço regional definida pela dinâmica advinda de sua complexificação, analisar os processos envolvidos, torna-se importante para a Geografia na medida em que este tipo de estudo contribui para explicar a reconstituição dos fatos geográficos e, assim, para se compreender a realidade.

Ainda constitui interesse pelo tema escolhido a iniciativa de contribuir para estudos regionais futuros, dentro de uma linha de pesquisa oferecida pelo recente curso de Mestrado em Geografia na UFG, no intuito de abrir novos caminhos para estudos sobre a formação regional em Goiás, com enfoque geográfico.

Nesse sentido, a área definida para esta pesquisa refere-se ao recorte de uma subunidade¹ no interior da antiga região do Mato Grosso de Goiás, que corresponde aos limites político - administrativos dos municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Jaraguá e Uruana, cujos limites regionais estão fundados principalmente nas articulações espaciais, econômicas e sociais definidas pela predominância da produção de melancia. Por outro lado, a geologia, a geomorfologia, a pedologia e a vegetação, contribuíram de forma semelhante em

¹ O significado de subunidade aqui tratado prende-se à idéia de fragmento de um espaço maior.

importância para a eleição da área, dado que o arranjo natural desses elementos confere uma característica peculiar à região como um todo. Essa constatação deu-se a partir de leituras, e, principalmente da observação de dados e informações disponíveis sobre a região.

Neste caso, deve-se ressaltar o fato de que, a economia da região manifesta na cultura da melancia, uma atividade hegemônica para o núcleo central da unidade considerada – Uruana. Os outros municípios limítrofes, receberam os impactos mais imediatos por sua localização e aptidão natural das terras para a ampliação dessa atividade.

É importante destacar que, dado os limites imprecisos ou variáveis de uma região, este trabalho não foge à regra em relação à organização regional estabelecida em torno do objeto eleito, desfrutando de articulações espaciais que extrapolam seus limites, em função da integração existente com espaços distantes (outros estados da federação e outros países).

Para delimitar o recorte espacial foram considerados os limites atuais das unidades político-administrativas em razão de que, a análise regional de uma dinâmica recente, deve partir da compreensão do momento atual. Daí a importância de se perceber a evolução das transformações espaciais, a partir destes para melhor visualização e entendimento dos processos.

Seguindo as motivações que desencadearam a elaboração desta proposta de análise, entendeu-se que a utilização de fontes teóricas clássicas e recentes, associadas a outras indispensáveis ao entendimento da realidade atual, como os documentos cartográficos e censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as imagens de satélite² obtidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), imagens fotográficas da região³, dados e informações da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional de Goiás (SEPLAN – GO), entrevistas (não – diretivas) com moradores da região, de observações locais, de dados da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás (SEFAZ – GO), além de informações de instituições bancárias e/ou financeiras, como o Banco do Estado de Goiás e Banco do Brasil, comércio, Agências Financeiras de Arrecadação Municipais (AGENFAS) e secretarias municipais locais, além dos dados e informações obtidos

² As imagens de satélite foram utilizadas para a produção dos mapas de utilização das terras, que objetivaram demonstrar as alterações sofridas no período de tempo considerado por esta pesquisa, tanto no que se refere aos desmatamentos para abertura de fazendas, como para indicar a abertura e a pavimentação de estradas, como subsídio à compreensão do processo de evolução regional.

³ As fotografias revelam um passado recente, por isso, a inserção de uma série delas, foi de extrema importância para revelar a realidade analisada.

nos escritórios locais da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (AGENCIARURAL), formariam uma combinação significativa sem a qual seria difícil a realização desta pesquisa.

Cabe aqui apresentar os critérios de seleção dos entrevistados, que não foi aleatória. Para realizar as entrevistas, procurou-se relacionar os nomes das pessoas diretamente ligadas à região, como no caso dos seus habitantes e os pioneiros que possuem relativo conhecimento da realidade local.

Com relação aos produtores, optou-se por entrevistar aqueles que possuem mais tempo na atividade de produção de melancia, não importando a origem destes, uma vez que, a maioria dos atuais produtores são goianos. No entanto, houve a discriminação da origem de todos os entrevistados. Em determinados momentos foram conseguidas entrevistas com pessoas que estão na atividade há mais de vinte e, até, trinta anos. Em outros casos, foram obtidas informações de produtores com até dez anos de produção, o que não comprometeu a análise.

Outrossim, as entrevistas concedidas por profissionais (técnicos, agrônomos, presidentes de sindicatos, AGENFAS) que atuam na região foram de suma importância para a realização da pesquisa, pois forneceram na medida exata, as informações necessárias à compreensão temática proposta, observando-se que a modalidade de entrevista utilizada foi não-diretiva.

Vale destacar que as datas dos imageamentos realizados pelo satélite da série Land Satellite (LANDSAT) (escala 1:100.000), foram suficientes para estabelecer análise comparativa entre um momento mais recuado – meados da década de 80, para verificar as alterações processadas pelo avanço da fronteira agrícola em plena modernização, e fins da década de 90, quando a fronteira já consolidada, atravessa processos de intensa utilização de suas terras (momento mais próximo da realidade atual).

As bases cartográficas do IBGE e da Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército Brasileiro (DSG) propiciaram um retrocesso cronológico maior, permitindo remontar aos prenúncios da modernização da agricultura, apresentando, através das cartas (escala 1:100.000), a forma do meio natural deixada na década de 60, o que corresponde à cobertura de um período de aproximadamente 30 anos. Os volumes do Projeto Radar da Amazônia (RADAMBRASIL) também foram utilizados como base de informações sobre os solos, a geomorfologia e a vegetação existentes na região.

Mediante a linguagem simples da pesquisadora, foi possível estabelecer relações, analisar contextos e apresentar tendências referentes à problemática da proposta de pesquisa. Na realidade foi um esforço que dependeu de muitas reflexões e da compreensão dos caminhos apontados pela orientadora.

Esta análise foi oportuna por encerrar na reafirmação da região como uma perspectiva geográfica, diante de um mundo globalizado que tenderia para a homogeneização dos espaços, se não existissem as formas singulares e universais como fatos geográficos procedentes das atividades humanas em conexão.

Não é assim vista por todos os geógrafos. Corrêa (1987: 29), aponta o verdadeiro papel dos geógrafos na elucidação dos estudos sobre uma região:

(...) o papel do geógrafo é o de reconhecê-la, descrevê-la e explicá-la, isto é, tornar claros os seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução.

Assim é que as possibilidades apresentadas pelas diferentes áreas da superfície terrestre devem ser pesquisadas no intuito de fornecer elementos que justifiquem intervenções.

É por isso mesmo, que o reconhecimento da região da melancia em Goiás, não está livre de atenções, ao contrário deve ser analisada com vistas a formulação de propostas de intervenções de dimensão regional, a fim de sanar as problemáticas aí existentes. Percebe-se entre as problemáticas encontradas atualmente, que no meio urbano, por exemplo, (ao contrário do que ocorria há algumas décadas) a população em sua maioria, fica à margem dos trabalhos oferecidos pela nova realidade local.

O intuito desta pesquisa é, acima de tudo, apresentar a constituição da região da melancia em Goiás, mediante a reconstituição dos mecanismos que desencadearam a sua formação. Para tanto, faz-se necessário, remontar às fases que antecederam essas ações.

O recorte espacial estabelecido para a região, obedeceu a alguns critérios. Entre eles, destaca-se a importância evidente da produção de melancia na economia local, a partir do que se verificou uma frequência dos maiores valores em termos de dimensão de áreas produtoras nos quatro municípios selecionados, o que ficou configurado como um espaço contíguo com características semelhantes sob o aspecto da produção e, portanto, passível de ser analisado a partir de uma perspectiva regional na abordagem geográfica.

Parece ser pouco considerar apenas os dados de produção agrícola, e o é, na medida em que uma região deve ser caracterizada pela combinação de elementos heterogêneos – os elementos do espaço. Assim, os dados sobre a população migrante e não migrante, a produção pecuária, número de estabelecimentos agropecuários, uso de máquinas agrícolas, irrigação, fertilizantes, conservação do solo, classificação fundiária, arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), crédito rural, entre outros, foram considerados para a análise da região.

Nesse sentido, foram feitas comparações entre os dados de mesma natureza ou diferentes quando foi possível cruzar informações, visando estabelecer relações temporais (através de duas, três ou mais décadas). Em outros momentos, quando foi conveniente, os dados foram utilizados para apresentar uma evolução histórica dos fatos. Para tanto, ora foram mantidos os valores absolutos, ora foram calculados os valores relativos ou foram mantidas as duas formas.

No caso da produção agrícola, a análise dos dados serviu para demonstrar o período de dominância dos cultivos principais (tradicional: arroz, feijão e milho), bem como o momento em que esse quadro mudou, ou seja, quando a introdução de inovações técnicas no campo, permitiu que outra cultivar (melancia) pudesse ser introduzida na região do estudo. Além disso, é importante salientar que a nova modalidade de cultivo foi uma cultura edafoclimaticamente adaptada à região, tendo sido uma das razões do sucesso no desenvolvimento desta atividade em Goiás.

As características que apontam Uruana e seu entorno como uma região, podem ser percebidas na particularidade por ela apresentada, contrastando com outras regiões. Esta particularidade foi detectada a partir de formas, funções, processos e estruturas presentes na região, gerados e geridos por uma combinação de fatores que envolveu e envolve os diferentes elementos do espaço, como os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas.⁴ Nesse sentido, a região apresenta seguramente uma combinação dos homens que trabalham com a produção de melancia com o chamado meio ecológico de uma forma específica, tanto no que se refere ao tipo de homem, quanto aos fatores de ordem ecológica, o que pode ser percebido ao longo deste trabalho.

Para tornar possível a análise proposta foi necessário lançar mão do olhar geográfico, pois o estudo da organização regional se constitui em mais uma perspectiva de análise com abordagem geográfica, e que deve considerar o estudo

da particularidade espacializada como o cerne da pesquisa, estudando o momento presente com a apresentação e possível dissecação ou explicação das fases que antecederam ao novo processo de diferenciação e integração.

Nesse sentido percebe-se a preocupação relativa ao papel do geógrafo sintetizada por Barreira (1997: 82): *“Para os geógrafos, o estudo do específico constitui-se numa forma própria de abordagem do real, principalmente nos estudos regionais.”*

A forma própria de abordagem do real exige do pesquisador um esforço profundo na busca do específico, já que as diferenças existem e devem ser captadas na sua dinâmica. Entretanto a especificidade não anula as outras faces da realidade. Talvez o específico para um pesquisador não o seja para outro, diante da subjetividade da “arte” de pesquisar e da multiplicidade de abordagens de objetos de estudo, assim como a variedade de visões de mundo que também insere-se no processo de pesquisar cientificamente.

Fazendo referência ao estudo de situações como “totalidades concretas” à luz de teorias geográficas Silveira (1999: 24) adverte que:

Diante do esforço de analisar uma região, não seríamos convocados a estudar todos seus elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geografização dos eventos, detectando certos problemas-chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos.

A reflexão de Silveira traz implícita a idéia de perspectiva de análise regional que a Geografia como ciência deveria reconhecer e abordar, não necessitando considerar a totalidade a partir de todos os elementos envolvidos numa situação real, mas apenas os mais importantes e que ressaltam no conjunto.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou olhar para o espaço regional e captar a sua especificidade, apresentá-la no âmbito das relações existentes entre os condicionantes internos e externos a ele, ou seja, mostrar a combinação particular dos seus elementos constituintes, que resulta no fato dominante.

Para mostrar esta relação, ou, o fenômeno presente, foi desenvolvida no primeiro capítulo uma introdução que apresentasse a manifestação regional neste espaço, através da Festa Nacional da Melancia, como recurso ao entendimento dos efeitos produzidos pela existência da região.

⁴ Cf. Santos (1985:06)

Ainda neste capítulo, buscou-se fazer uma reflexão teórica sobre a perspectiva regional adotada, com a finalidade de respaldar teoricamente as análises realizadas, e que justifica a forma do trabalho. Esta forma, que envolveu o meio natural como substrato físico, serviu para caracterizar a área da pesquisa e apresentar como o uso dos recursos naturais no antigo Mato Grosso Goiano, permitiu o desenvolvimento da região.

No segundo capítulo buscou-se apresentar as transformações no meio natural que propiciaram outra forma de organização da vida regional.

O terceiro capítulo consistiu num esforço em apresentar as transformações recentes nesta região que tiveram na modernização da agricultura a mediação para o pleno desenvolvimento de sua forma e conteúdo, tendo contribuído sobremaneira para a redefinição de suas funções com o encadeamento dos processos.

Enfim, no quarto capítulo, tentou-se avaliar as tendências desta região à luz da nova organização da produção agrícola regional, dentre as quais estão delineados dois modos de ver a região. Um avaliado pelos habitantes locais e outro baseado nos seus discursos e em dados oficiais, além do contato com a região "in loco".

Deve ser ressaltado que este trabalho não se esgota aqui. Constitui apenas o início de uma discussão sobre um dos modos pelos quais se vê a região.

Capítulo I - A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL REGIONAL

1- A Festa Nacional da Melancia : uma face da manifestação regional

1.1- Uma introdução necessária

Esta breve introdução surge para indicar a complexidade das interpretações que se pode fazer da realidade. Desse modo, trata-se de justificar a pouca referência aos **significados** apresentados aqui, sobre os componentes de caracterização da festa – que é o assunto da introdução desta pesquisa. Trata-se de apresentar a Festa da Melancia⁵ que ocorre em Uruana –GO como o simulacro do real, ao revelar como a atividade de produção de melancia está subordinada a uma determinação maior (mercado regional/ global). Localmente a festa “traduz-se” na manifestação “cultural”, produto da repercussão nacional de ações processadas no espaço regional, comandadas por Uruana.

No mundo atual, repleto de significados, cabe aos intelectuais fazer reflexões acerca da realidade explícita e implícita nos signos⁶.

Lefebvre (1991: 31) retrata o que podem ser estes estudos ou estas reflexões:

(...) você só tem de se entender com significantes flutuantes e com significados destacados. (...) Você é tapeado por múltiplas miragens ao trazer os seus significados aos significantes evanescentes, imagens, objetos, palavras – e os seus significantes aos significados, declamações e declarações, propagandas pelas quais lhe indicam aquilo em que você deve acreditar e o que deve ser.

Nesse sentido, o autor considera que não se pode deixar envolver pelos sentidos fixados pela mídia, por exemplo, na compreensão da realidade. Para tanto,

⁵ A festa da melancia, apesar ser uma festa com objetivos voltados para o econômico, atualmente apresenta características de festas populares e aparece como uma manifestação que não é somente econômica, pelo fato de envolver, além da população local, elementos regionais e nacionais, como por exemplo, artistas conhecidos nacionalmente, bandas musicais regionais e, ainda, turistas e produtores de vários Estados brasileiros. Sobre o conceito de festas populares Santos Maia in Rozendahl e Corrêa (1999: 204) afirmou: *“As festas populares consistem em manifestações culturais que se caracterizam, dentre outros aspectos, por serem eventos efêmeros e transitórios, perdurando por algumas horas, dias ou semanas. Grande parte das festas, no seu momento de ocorrência, simplesmente fornecem uma nova função às formas prévias que dispõem para a sua realização (ponto central e entorno): ruas, praças, terrenos baldios, estádios de futebol transformam-se em palcos para o evento”*.

⁶ Não se trata aqui de querer explicar esta forma de relação com o mundo, e sim, contextualizar, ainda que com poucas palavras, a variedade de significados existentes no mundo moderno, como forma de conhecimento do cotidiano, mais especificamente no “cotidiano do espetáculo”.

ainda segundo esse autor, faz-se necessário a prática de distinções entre a “cotidianidade e a modernidade”⁷, para que não haja erro de interpretações.

A contribuição de Cosgrove in Corrêa e Rozendahl (2000: 56) relativa aos signos é patente, ao afirmar que:

Se o significativo é a criação da imaginação, fica difícil atribuir-lhe autoridade fundamental: o significado do mundo está realmente aberto a elaborações, desafios e representações sem fim.

Num esforço de demonstrar como se dá o cotidiano de um evento como a festa⁸, Erbes⁹ em sua obra “A Alma de um Povo”, publicada em 2000, enfocou este tipo de “celebração” característica da cultura de dois povos (alemães e italianos) na Serra Gaúcha – a Festa da Uva.

O trabalho deste autor, interessado pela história da migração italiana para a região da Serra Gaúcha, traz não só os discursos da época sobre as exposições realizadas durante as festas, mas também a interessante história das transformações da região com a chegada dos italianos. Apresenta, ainda, a repercussão dessas mudanças no contexto da época, ou seja, como a especialização produtiva regional com a uva conferiu uma nova vida de relações à região. Demonstra também como os efeitos da ação das políticas públicas encadearam as mudanças. E como não poderia deixar de ser, os resultados da combinação desses fatores¹⁰ permitindo que a festa se perpetuasse na medida em que vem sendo realizada há mais de meio século na região.

Erbes consegue mostrar como se dá o processo de transformação da estrutura produtiva ao longo do tempo, numa região que possui características peculiares.

⁷ Esse assunto não será tratado aqui. Foi mencionado apenas para concluir a idéia do autor anteriormente citado.

⁸ A Festa da Uva ocorre na Serra Gaúcha desde 1931. Inicialmente era anual, depois da primeira década da festa, passou a ocorrer a cada quatro anos (nas décadas de 50, 60 e 70); a cada três anos na década de 80 e a cada dois anos na década de 90. Para as pessoas do lugar a festa transformou-se no maior evento do século XX.

⁹ Luiz Carlos Erbes é jornalista desde 1991 e exerce atualmente as funções de Repórter Especial de Espores e Editor de Turismo no jornal Pioneiro de Caxias do Sul – RS. Suas pesquisas apontam um interesse pelo tema da imigração italiana da Serra Gaúcha.

¹⁰ Dos referidos fatores destaque-se aqui: o meio natural propício; a cultura de seus habitantes, o número deles, as condições sócio-econômicas dos produtores de uva; a forma de organização de seus produtores, entre outros.

Mesmo sendo outro o contexto, pode-se afirmar que é assim também na região de Uruana com a Festa da Melancia. Nesse sentido é importante mostrar qual é o papel da festa, qual o significado dela no contexto da região.

É verdade que entre os contextos da Festa da Uva e da Festa da Melancia existem diferenças “gritantes”. Entretanto, é importante ressaltar que o sentido de uma e de outra para os lugares onde ocorrem, merece considerações, dadas as especificidades regionais.

A Festa Nacional da Melancia, que ocorre na Região dos Cerrados, revela traços da cultura dos seus participantes. Esta tem revelado a necessidade de sua própria recriação, como se verá adiante.

No âmbito da sua invenção, foi uma forma de “divulgar a região” ou o seu conteúdo mais importante, qual seja, o seu principal produto de exportação que necessitaria de uma ampliação de mercado e de produção, dadas as possibilidades existentes para isso.

Estudando as festas que ocorrem na Região dos Cerrados, José Santos (1998)¹¹, assim se referiu sobre a “reunião aparente” das pessoas nas festas:

As aproximações revelam manifestações culturais que indicam esforços, em geral, sentidos às festas, e de certa forma, superar as perdas que esses grupos de produtores acumularam na reocupação e redefinição do cerrado. (...) Na verdade, descobrem-se nas festas aproximações que não recuperam as festas nem dos produtores mineiros e muito menos dos gaúchos. Vivem-se nessas aproximações esforços para recriar as festas e até mesmo inventar novas festas. (...) conseguem inventar novos encontros que nem sempre tem fundamentação na história dos produtores.

Cabe aqui a ressalva de que apesar de se tratar de festa de produtores, as festas do trigo e da soja, não apresentam a mesma repercussão da Festa da Melancia. Não exatamente, pois esta última não possui esta característica de inventar outras festas. Apenas no aspecto cultural de “consumo de espetáculos¹² como mercadorias¹³ é que aparece em comum.

¹¹ Apesar de ter dado ênfase neste artigo às festas religiosas que ocorrem no Estado de Minas Gerais, especificamente um Iraí de Minas, o autor está se referindo às festas “reinventadas” da soja e do trigo ou seja, festas dos produtores mineiros e gaúchos.

¹² Conforme o Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1988: 269), o espetáculo é: “*Tudo que chama a tenção, atrai e prende o olhar; Contemplação, vista; Representação teatral, exibição de cinema, televisão, etc, ou qualquer demonstração pública de canto, dança, interpretação musical, etc; função; Cena ridícula e Jou escadalosa.*”

1.2- A Festa da Melancia em Uruana

A Festa da Melancia em Uruana é um evento estadual que ocorre todos os anos, desde o ano de 1978, quando a safra atingiu 24.000 t cultivadas em 800 ha. Juntamente com a festa estadual ocorre desde 1993, a festa nacional¹⁴. Esta possui uma história, conforme retratou um antigo produtor¹⁵:

É estadual. Aí em Uruana era estadual também. Aí houve um verador do Estado de Goiás, não, um secretário da agricultura de Brasília, com o cunhimento do Governo de Goiás, falô assim: Mais porque que a festa de melancia de Goiás num seja nacional? Porque estadual, ela já é muitas vezes e nós não temo outra festa de melancia no Brasil, então vamo dá um título de uma festa nacional. Aí o governadô correu, foi atrás disso, a Secretaria de Agricultura do Estado. Quando eles foro pa buscá essa proposta do secretário da agricultura de Brasília, já tinha um pedido do governo de São Paulo pa pegá. Aí eles falô, não, mais o secretário da agricultura era daqui do Estado de Goiás. Falô: eu num vô dá o título da festa nacional pa São Paulo, seno que Uruana é que tá dento da, tem a festa há mais tempo. Eu vô dá pa... Aí assinô já o (...) O governadô foi no... Iris Rezende naquele tempo, na festa nacional. Agora o secretário num tô lembrano o nome dele, era daqui de Goiás, o secretário da agricultura foi que conseguiu buscá rápido, se ele num pega, o de São Paulo pegava prá festa da melancia cê lá ne Chaporã - São Paulo, porque lá é um grande plantio também de melancia, só que o deles é das água, né? Dá gora pa frente, num trapalha a melancia de Uruana. Aí a Uruana ficô privilegiada com a festa nacional da melancia ficô seno aqui, tá seno hoje ainda. (...) Eles foi conseguino através dua influência, né? (...) no momento que começô a festa ela surtiu efeito, porque através do cunhimento da festa da melancia, o pessoal do sul que transportava a melancia daqui pa São Paulo, po Paraná, pa Rio Grande do Sul, Santa Catarina, aí eles cumeçaro levá os cartaz e aí, o pessoal foi tomano cunhimento, que o produto de Uruana tinha qualidade, né? E essa qualidade pegô o mercado. Foi aí que a festa da melancia deu mais satisfação pa cultura. Agora o que virô é que todo mundo achô que era bom e entrô na cultura da melancia¹⁶.

¹³ Trata-se de "consumir" shows, que ocorrem durante as festas, por exemplo.

¹⁴ Discutindo as repercussões econômico-sociais da produção de melancia em Uruana e retratando o processo inicial Coutinho e Silva (1999: 26), afirmaram: *"Em 1992 foi solicitado pelo prefeito municipal Genésio Pereira da Silva e [pela] EMATER-GO ao Sr. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária Lázaro Ferreira Barbosa, a inclusão no calendário de eventos nacionais [a] primeira festa nacional da melancia. A oficialização ocorreu com base nas 20.000 assinaturas colhidas dos turistas de vários Estados brasileiros na 15ª Festa Estadual da Melancia. [Assim] Uruana realizou, no ano de 1993 a 16ª Festa Estadual e a 1ª Nacional de Melancia."*

¹⁵ N. A. S. Produtor desde 1973, portanto há 27 anos. Entrevista concedida em setembro de 2000.

¹⁶ Optou-se por utilizar a linguagem coloquial dos entrevistados com a finalidade de demonstrar a regionalidade existente ali, também através dos depoimentos, e ainda para não perder o ensejo dos discursos neles contidos, o que não prejudicou a análise, ao contrário, contribuiu sobremaneira na pesquisa, que com isso não perdeu o rigor acadêmico.

A divulgação da festa nacional, feita pelos compradores de melancia na região de Uruana, permitiu um maior conhecimento do produto. Atraídos pela modalidade da festa, muitos uniram a curiosidade ao desejo de conhecer a região.

A projeção da capital da melancia em âmbito estadual e nacional¹⁷ deu – se através das festas anuais no período da colheita que se encerra geralmente no mês de setembro. Todos os anos a prefeitura local organiza a festa estadual e nacional, que reúne produtores e, principalmente turistas de vários municípios goianos e de outros Estados do país.

Neste período, a cidade, que só se torna turística nesta ocasião, tem todos os hotéis e pensões lotados, como nas regiões turísticas, tornando a vida da cidade mais aprazível, ao tomar-lhe a relativa tranquilidade vivida em dias normais.

A iniciativa da proposta da festa, representou o momento de inserção de mais uma região produtora à economia goiana. Além disso, sentia-se a necessidade de que a produção de melancia em Uruana fosse valorizada, diante dos baixos preços pagos pelo mercado paulista, sobretudo em Tupã-SP, para onde seguia grande parte da produção e como refutaram Coutinho e Silva (1999: 25):

(...) retornando de lá para o próprio mercado goiano com marketing do mercado paulista. A criação da festa foi justamente para acabar com esta farsa, melhorando os preços do produto uruanense.

Para que a festa acontecesse dentro das intenções propostas, a própria EMATER com o auxílio da Prefeitura de Uruana organizava o evento, contando sempre com o apoio da comunidade local e de escolas da região.

Atualmente a festa¹⁸ é realizada obedecendo praticamente os mesmos padrões originalmente propostos com a ressalva de que a organização é agora realizada pela prefeitura de Uruana mediante o auxílio de patrocinadores.

Analisando-se a documentação fotográfica remanescente dos primeiros eventos, constatou-se idênticos propósitos em relação aos atuais, concernentes à apresentação de intenções que visassem a influenciar a população com a tomada de atitudes.

¹⁷ As festas que promovem o município, foram idealizadas por uma funcionária da antiga EMATER (atual AGENCIARURAL), que reconheceu a necessidade de se projetar estadual e nacionalmente Uruana, diante da importância econômica que este município apresentava e sempre esteve à frente da organização do evento. Apenas em fins da década de 90, é que a prefeitura local passou a liderar a organização das festas.

¹⁸ Em 2000, ocorreu a 8ª festa nacional e a 23ª estadual.

Por outro lado, observando-se de perto o significado da festa, constatou-se algumas intenções do Governo do Estado ao promover a representação de ações mediatizadoras que possibilitem o desenvolvimento regional através da AGENCIARURAL. Nesse sentido a antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER - GO), que inicialmente promovia a festa, tem participação efetiva todos os anos, implicitamente o Governo¹⁹ contribuindo para a sua realização. Entretanto, foi apenas depois da mudança estrutural da antiga EMATER, em 1999, que se pôde constatar a possibilidade de desenvolvimento de pólos regionais com a nova proposta da atual gestão, na forma de gerenciamento de pólos.

No contato com as pessoas que participam do evento, tanto turistas quanto a população local, percebeu-se grande admiração em relação a esse momento na vida da região. Tais pessoas movidas pela curiosidade, além da tradição existente, veêm-se na expectativa de vivenciarem o momento da festa que promove a maior aglomeração em torno do espaço urbano – o momento do desfile dos produtores. Isso porque a festa proporciona lazer aos moradores locais, ao colocá-los frente a novos contatos e atrações culturais²⁰, e, aos visitantes, ao apresentá-los a tradicional forma de promoção do elemento dominante – a melancia. Além disso, são atrações locais importantes o Concurso do maior Chupador de Melancia (foto 01), seguido do Festival da Melancia. Em 2000, foram distribuídas 60 toneladas do fruto aos participantes da festa. Isso é o Festival da Melancia (foto 02).

¹⁹ Este entendimento partiu da observação das exposições da AGENCIARURAL durante a festa da melancia realizada nos anos de 1999 e 2000, onde o lema do Governo do Estado esteve sempre presente, conforme observou-se no lema da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (SEAGRO - GO). "Missão: Contribuir para a promoção social econômica política e ética do cidadão através do desenvolvimento do Agronegócio em harmonia com a cultura e o meio ambiente." Governo de Goiás. Agrocidadania – Desenvolvimento Econômico – Humano – Sustentável – Competitivo!

²⁰ Entre as atrações culturais que ocorrem durante o evento destacam-se shows artísticos e concursos com premiações. Em relação aos concursos são premiados com dinheiro sempre os três primeiros classificados.



Foto 01 – Concurso do Maior Chupador de Melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]



Foto 02 – Frutos para distribuição durante o Festival da Melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

E como não poderia deixar de ser, o Concurso da Rainha da Melancia (foto 03), também ocorre todos os anos. Esses momentos representam o auge da festa,

concorrendo para um maior e melhor preparo dos participantes nos eventos posteriores.



Foto 03 – Destile da Rainha da Melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

O período da festa na região tem repercussão no espaço rural, justamente por coincidir com a colheita. Assim, uma dinâmica “sazonal” é presenciada no espaço rural com um volume grande de veículos de transporte de carga, sobressaindo os caminhões, estes, oriundos principalmente das regiões sul e sudeste do país, uma vez que, são estas as regiões maiores consumidoras do produto.

A organização da festa da melancia em Uruana conta sempre com apoio das escolas da região, das empresas, instituições, bancos, produtores, além da AGENCIARURAL, entre outros. Para tanto estas entidades orientam cada uma, os temas que pretendem apresentar na forma de desfiles²¹.

O último desfile dos produtores realizado no século XX, no ano de 2000, portanto, teve como temas²² principais representados pelos carros alegóricos²³, o

²¹ Os desfiles que ocorrem durante a festa da melancia em Uruana são considerados como desfile dos produtores, muito embora haja uma participação efetiva das outras instâncias da sociedade local e regional, uma vez que, normalmente outras escolas são convidadas a participar do evento.

²² Outros temas foram representados, como: “A Comemoração dos 500 anos do Brasil”; “O Aniversário do Município de Uruana”; “O Trabalhador Rural”; “O Projeto Educativo da AABB – Comunidade”; “Prosperidade no Cultivo de Melancia”.

“chamamento pela paz”, “a preservação do meio ambiente”, “a educação com qualidade”, “o início da primavera (foto 04)”, “os perigos da devastação da natureza” (foto 05), sendo que o tema central foi sobre a colheita de melancia - no mês de setembro – (foto 06), o que significa que, esse tema apresenta-se como a inspiração para aqueles, ou o desdobramento deste naqueles. Percebe-se com isso que a própria região incorporou o sentido dado a ela em decorrência da atividade econômica predominante. E não apenas com esta “manifestação cultural”, mas no contato com a sociedade local, fica evidente como as pessoas seguem o ritmo existente e até incorporam que ali não há outra coisa a fazer senão, plantar melancia, trabalhar no comércio ou trabalhar na indústria de confecções. Para essas pessoas, além, destas opções, dificilmente haverá outra coisa a fazer.

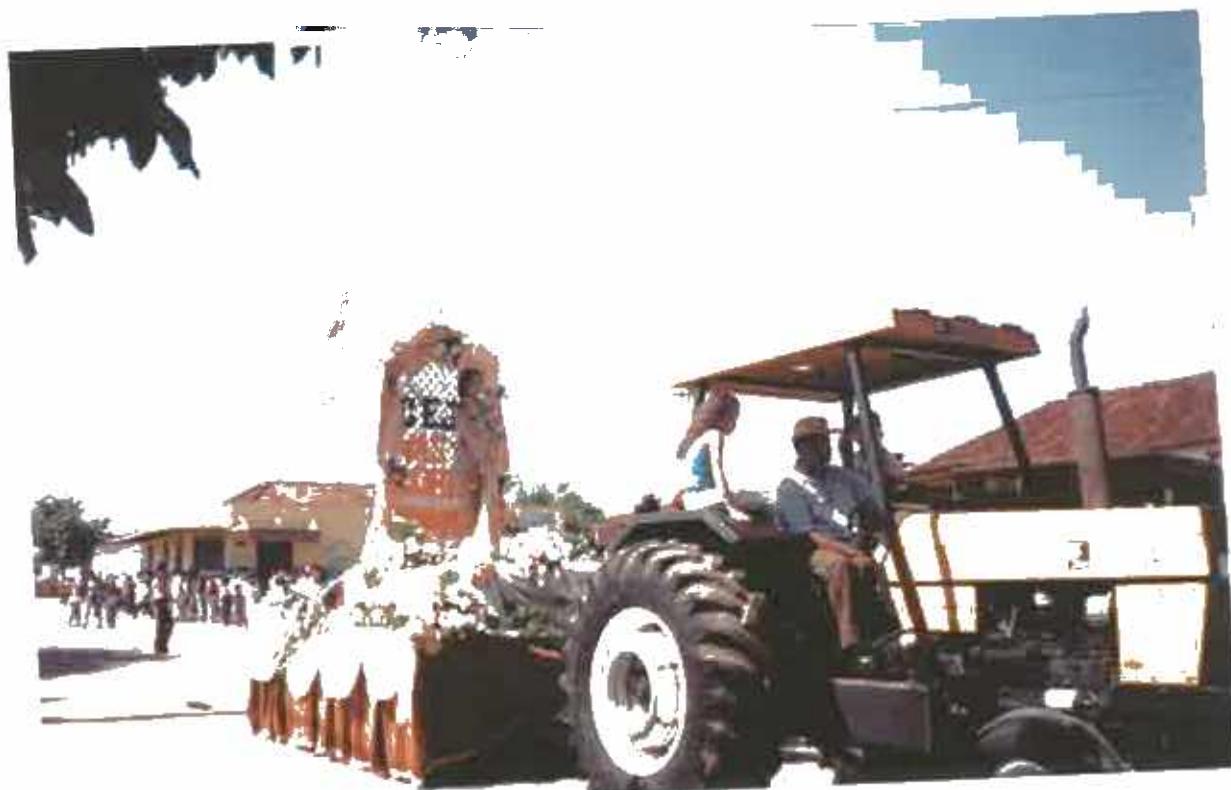


Foto 04 – Carro Alegórico simbolizando a Estação da Primavera. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

²³ Segundo o Dicionário Aurélio de Holanda Ferreira (1988: 28), o termo alegoria significa a exposição de um pensamento sob forma figurada; ficção que representa um coisa para dar idéia de outra.



Foto 05 – Alegoria que alerta para o perigo da Desertificação. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]



Foto 06 – Alegoria sobre a Colheita de Melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Este modo de ver a região retrata-a como um espaço vivido na concepção de Frémont. Para esse autor o fundamental é avançar no conhecimento das relações

dos homens com os lugares que constituem a região, modificando-se a perspectiva do estudo, de modo a captar na realidade a sua totalidade. Nesse sentido, o espaço vivido como sinônimo de região é assim compreendido por Frémont (1976:16 -17):

(...) Do homem à região e da região ao homem, as transparências da racionalidade são perturbadas pelas inércias dos hábitos, as pulsões da afectividade, os condicionamentos da cultura, os fantasmas do inconsciente. O <espaço vivido>, em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. A região não é pois um objeto com realidade em si (...) A região se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projectando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois captá-la onde ela existe, vista pelos homens. (grifo nosso)

Nota-se com isso que até as escolas locais manifestam-se com a condição que lhes é apresentada, mesmo através das cores por elas adotadas – vermelho e verde, condizendo com um valor simbólico incorporado ao sentimento de regionalidade. Assim, também as cores das “bandeiras” e dos uniformes escolares refletem esse sentimento.

Relativamente às representações que as pessoas fazem da realidade em que estão inseridas e, transpondo estas representações para o campo das atividades desenvolvidas pela sociedade, pode-se dizer que, quando se tratam de atividades que envolvem um “espaço para denunciar” - a festa é um deles, - é necessário entender que este possui um conteúdo que o extrapola. As festas o são assim porque também são carregadas de significados. E estes necessitam ser compreendidos. Neste sentido, as festas de modo geral, religiosas, sociais, econômicas; ou outra modalidade, estão sujeitas a agregações de valores e juízos produzidos pela sociedade que as realiza.

Desse modo, as diversas representações presentes sobretudo nos desfiles que ocorrem durante a festa da melancia em Uruana, resgatam parte dos problemas vividos na região, que além de não serem únicos, tampouco são exclusivos. A devastação irracional do meio natural²⁴ é um deles. E este tema aparece no desfile dos produtores mostrado pelas escolas.

²⁴ Em Isnard (1982: 21) encontra-se a seguinte definição de meio natural: “(...) um meio natural define-se pela correspondência necessariamente estabelecida entre as suas características físicas e as espécies vivas que nele fixaram os seus territórios.” É importante observar que o conceito adotado considera a sociedade aí estabelecida, o que é de extrema importância para a Geografia.

O “belo” presente nas alegorias transmite uma gama de significados que também devem ser explicitados, preferencialmente através dos participantes na festa, pois, somente aí poder-se-ia encontrar a verdadeira função das exposições representativas, pois, em princípio, a festa possui um caráter puramente econômico. Este trabalho no entanto, geraria uma outra temática de estudo, por isso não será tratado aqui. Mas, é uma porta aberta para que possam ser respondidas algumas questões.

Internamente na cidade de Uruana, existe um certo “orgulho” por parte dos moradores locais em função de habitarem a cidade que representa nacionalmente um grande centro produtor de frutos com qualidade inquestionável, o que é uma atribuição do próprio mercado consumidor em nível nacional e internacional (foto 07).



Foto 07 – Desfile das Escolas da Região de Uruana. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Essa qualidade do produto, conforme já foi dito, é explicada em razão das condições ambientais favoráveis ao seu desenvolvimento. O fator clima aliado às condições pedológicas, geomorfológicas, bem como o manejo das terras associado à tecnologia empregada, respondem pela combinação existente. Ainda, o interesse dos produtores pela atividade produtiva do fruto, auxiliada por uma assistência

técnica segura, padronizada, tem concorrido para a permanência do quadro estabelecido na região.

No período da festa, frases criativas nas fachadas dão um ar de orgulho para os seus organizadores. Durante a 5ª festa nacional foi assim que eles chamaram a atenção: **“Economizamos palavras e esbanjamos melancia”** ou ainda **“São 100 toneladas para você degustar”**. De fato isso ocorre durante o Festival da Melancia. O comportamento dos participantes após a degustação é de “esbanjamento” (foto 08)



Foto 08 – Festival da Melancia em Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Nos últimos anos a festa nacional da melancia atraiu pessoas de vários Estados brasileiros, sendo que, o maior número de participantes foi composto por goianos que organizaram caravanas. Além dos goianos constatou-se participações de Estados como: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia²⁵, entre outros.

Do estado da Bahia um turista²⁶ assim se referiu sobre a festa:

²⁵ Estima-se que durante a festa ocorrida no ano de 1994, em torno de 25.000 pessoas estiveram ali. A divulgação da festa é realizada de várias formas, sendo que a principal delas tem atraído essa aglomeração de pessoas em Uruana. São distribuídos cartazes pelo país, sobretudo nas regiões que mais consomem o produto da região. Os contatos das pessoas que já participaram do evento, aliado à curiosidade de conhecer as atrações por ele proporcionadas e a própria região constituem o reforço dado àqueles que desejam conhecê-la.

²⁶ R. S. R., 18 anos. Turista bahiano, da cidade de Ilhéus -BA.

Tô.. vim na festa que houi dizê que era boa de lá da Bahia, minha irmã disse, aí eu vim passá uns dias aqui, vim aqui na féstia, né? Também. Só por causa da féstia que disse que é muitio bom a féstia. Então eu tem que comparicê prá mim, o pessoal... a mesma coisa que os de lá cumparece aqui, eu posso cumparecê lá também, né? (...) Eu resolvi conhecer e goxtei, né? Cheguei ontem, à tarde.(...) Eu tô achano que o prefeito, né, tá fazeno uma boa coisa que, por enquanto num tem prefeito decidino, né, que agora é as eleições, mais tô achano que a prefeitura um bom trabalho dela, né, botano um sonzim da minha cidade aí, pa tocá aí pa gente, tá bom, tudo alegria. (...) Baxtante ótima., com a presença do cantô Terra Samba, né? Então, tudo legal.(...) Através de parente de Brasília, Anápolis, né? de Goiânia tamém que informa, tal. Tem muitos parente deles lá da Bahia que vem prá qui, passá uns meses aqui, e aí convida, né? E ele chega e fala: tem ua festa aqui boa que cês vão gostá, do jeito que vocês gosta. Aí eles pega e vem visitá a cidade né?

Uruana, cidade pequena, não possui estrutura suficiente para tantos turistas. Embora o evento aconteça há tantos anos, o problema nunca foi solucionado, apesar do interesse da administração local, que o município continue sendo projetado nacionalmente pela sua importância devida à atividade dominante.

Não é muito difícil pensar no modo como os turistas se alojam na cidade de Uruana durante a festa. A maior parte dos turistas ficam acampadas às margens do Rio Uru – principal rio que atravessa a cidade, o que foi constatado no local (foto 09).

Os outros reservam vagas no único hotel e nas duas pensões existentes, o que não é suficiente. Daí os moradores da cidade aproveitarem para lucrar²⁷ com a falta de estrutura local e alugam suas próprias casas²⁸.

Uma pequena parte dos turistas é composta por parentes dos moradores, bem como por antigos moradores que, arraigados à tradição, comparecem todos os anos para celebrar o momento.

É desta forma que o maior evento que ocorre na cidade dinamiza o espaço regional como um todo, até mesmo o espaço particular dos moradores. Por outro lado, essa dinâmica tem um sentido sócio-econômico a ser considerado.

²⁷ A informação obtida sobre os preços praticados pelos pemoites foi de que são altos, dada à grande procura por alojamentos, que é feita com antecedência de até três meses da semana da festa. Estes preços chegam a ser exorbitantes, quando surgem vagas por alguma desistência. Neste caso, a constatação foi pessoal (da pesquisadora), que se viu diante de uma pensão que cobrava por diária, valores de hotéis de luxo, o que impossibilita que qualquer pessoa possa ter acesso a estas vagas.

²⁸ Constatou-se ainda que muitos turistas que não conseguem alojamento passam a noite nas ruas e praças ou dormem em seus veículos.



Foto 09 – Acampamento dos turistas às margens do Rio Uru em Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

A participação de turistas anapolinos é histórica neste evento. Está relacionada, provavelmente, com o vínculo que existiu no passado recente entre Anápolis e Uruana, quando Anápolis funcionou como entreposto comercial da produção agrícola do oeste do Mato Grosso Goiano. Vínculo esse que persiste até o presente e se reflete na importante participação desse município na festa.

As tradições dos produtores de Uruana, adaptadas às novas conquistas tecnológicas, apresentam-se como manifestações que revelam as transformações das demandas do mercado consumidor, explícitas na relação do homem com a natureza. Esse aspecto é importante na medida em que demonstra a mistura da festa dos produtores - aspecto campesino – (foto 10) com outras modalidades ou formas de expressão, como por exemplo, a introdução dos shows durante a sua realização.



Foto 10 – Alegoria representando o aspecto campesino (Trabalhador Rural). Organizada por [aut.: Macêdo, 1999]

Os campeonatos de futebol, os shows com bandas ou duplas reconhecidas nacionalmente²⁹, são invenções recentes desta festa. Na programação da festa ocorrida em 1999, isso fica evidente:

Programação³⁰:

Uruana – Capital da Melancia
VII Festa Nacional – XXII Estadual
24 a 26 de setembro de 1999

Dia 24/09:

20:00 – Apresentação Locutor Luis Américo

21:00 – Apresentação das Garotas Sabor Melancia

21:30 – Show com a banda Pitwawa

22:30 – Baile da cidade no Salão da Amizade com a banda Mira & Cetti – Organização: Ton.

²⁹ Este tipo de show teve início a partir da 1ª Festa Nacional da Melancia, ocorrida em 1993, em Uruana. Antes, quando era somente Estadual, as atrações artísticas eram regionais apenas. Por outro lado, a participação das escolas no desfile dos produtores já é antiga.

³⁰ Cópia literal da programação da Festa da Melancia, ocorrida em setembro de 1999.

Dia 25/09:

14:00 – Futebol – Estádio Napoleão Vieira – Uruana

20:00 – Apresentação da Garota Sabor Melancia

22:00 – Show com Gian & Giovani

23:30 – Baile da cidade com a banda Mira & Cetti

Dia 26/09:

5:00 – Alvorada/ Fogos/ Show

9:00 – Desfile de produtores – Carros Alegóricos/ Bandas Estudantis

10:00 – Recepção às autoridades

11:00 – Festival da Melancia – serão distribuídas 100 toneladas da fruta em fatia aos turistas

12:00 – Concurso do Maior Chupador de Melancia

14:00 – Show trio elétrico Beira Rio

Para José Santos (1998): 21) esta estratégia é comum nas festas realizadas na Região dos Cerrados, como bem enfatizou:

A festa dos principais produtos das grandes lavouras no cerrado contém invenções criadas na perspectiva de consolidar a produção sob altíssima tecnologia.

É assim também que funciona o Concurso da Garota Melancia que reúne centenas de pessoas e atrai a atenção de visitantes de outros Estados do país, já que, agora existe abertura para candidatas de todos os Estados participantes. Nesse sentido, uma ex-Princesa da Melancia³¹, revelou no seu depoimento: *“Na época [década de 80] era um auê em cima do concurso e em cima do baile!”*

O poder público,³² que tem participação ativa neste evento, contribui para que na festa sejam mostradas as várias faces da atividade dominante na região, como por exemplo, na apresentação dos carros alegóricos e das máquinas agrícolas (foto 11), como forma de buscar consolidar a produção com a base tecnológica necessária.

³¹ D.R.M.R., 32 anos. Natural de Uruana, esta é uma ex-moradora. Foi Princesa da Melancia no ano de 1987, quando ainda morava lá. Depois do Concurso da Rainha da Melancia, as candidatas classificadas em 2º e em 3º lugares recebem o título de Princesa da Melancia.

³² Refere-se ao poder público municipal local e o governo do Estado de Goiás através da AGENCIARURAL.



Foto 11 – Desfile de máquinas agrícolas. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

A festa ao reunir os habitantes da região (aspecto interno), de Goiás e de outros Estados do país (aspecto externo), promove a mistura de culturas, que é particular da região (a maioria de goianos, seguidos de mineiros), além do espetáculo que não é mais só regional, mas também de fora.

É evidente que durante a festa, a dinâmica propiciada à região é mais visível na grande quantidade de turistas (foto 12) e dos caminhões de carga (foto 13) que chegam e saem da região (pois é a época da colheita), além de inúmeros veículos de turismo, carros de passeio, e ainda o movimento dos que chegam pela rodoviária. No entanto essa dinâmica tem duração de três dias. Um pouco antes de iniciar a festa, um ou dois dias antes, os turistas já começam a chegar ali.

Terminada a festa, ficam apenas os compradores de melancia que fazem o carregamento do produto nas lavouras. Estes se estabelecem na cidade, o que também contribui para preencher as vagas dos hotéis e pensões, principalmente de Uruana, não restando vagas disponíveis para toda a demanda durante a festa.



Foto 12 – Momento de lazer dos turistas no último dia da Festa. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]



Foto 13 – Caminhões de outros Estados carregados com melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

José Santos (1998: 21) entende que há uma substituição do espetáculo pela festa, pois:

A festa, como espetáculo, tende à autonomia, para ter uma existência em si mesmo em função de uma necessidade nova, a de propiciar atos práticos entre os indivíduos. Enfim, para criar oportunidades de reconhecimento de produtores subordinados às estratégias de reprodução do capital agroindustrial, as quais não são suas.

Percebe-se então, que esta substituição é puramente estratégica e em Uruana, mostra-se como uma necessidade de reconhecimento da atividade dominante (produção de melancia), com vistas ao seu aprimoramento, conseqüentemente, à ampliação da acumulação de capital. Evidentemente, isso não fica claro para os participantes e é por isso que funciona tão bem.

Segundo informações obtidas nas entrevistas, na década de 80, quando a festa era ainda regional, já se percebia a participação interessada de produtores paulistas e turistas (normalmente parentes e amigos de produtores) na festa. Chegavam principalmente de Presidente Prudente.

Concernente ao interesse para o município, uma ex-moradora de Uruana³³ afirmou: *“Essa é uma época que pode trazer lucro prá economia local.”*

Ao expor o seu pensamento relativo à participação em festas, Santos Maia in Rozendahl e Corrêa (1999: 197) afirmou:

Nas relações cotidianas, este ‘ir – ao – encontro – do – outro’ geralmente se limita às relações de vizinhança e amizade e aos laços familiares. Entretanto, nas festas, nos posicionamos diante de uma coletividade em que, muitos ‘estranhos’ tornam-se ‘próximos’ e, isto em virtude da excepcionalidade expositiva e receptiva e do aguçamento da afetividade gerados no momento festivo.

No entanto, o autor continua e faz uma ressalva:

Revelamos que a participação festiva, embora importe ‘exposição’ e ‘proximidade para simplesmente festejar, não cria uma situação de harmonia entre os atores sociais envolvidos. (idem)

Tal procedimento é evidente durante a Festa da Melancia. Ao mesmo tempo em que existe uma ‘aproximação’, não se percebe uma postura mutável dos participantes. Neste caso, estes que têm origens diversas, normalmente andam em

grupos de amigos, se misturando com outros grupos apenas durante os espetáculos, o que sugere uma “harmonia aparente” destes.

Para Vovelle (1991: 146-247), a festa consiste em :

Momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões. [grifos nossos]

Em todo caso, é por esta projeção simbólica que o autor retrata a mentalidade como visões de mundo onde existe:

(...) a afirmação da autonomia do mental e de sua irredutibilidade ao econômico e ao social. (...) Esta é uma noção que compreende noções novas, como as de ‘inconsciente coletivo’ ou ‘imaginário coletivo. (idem; Ibidem. p. 20-21)

Vovelle afirma ainda neste contexto, a existência de estruturas sociais³⁴ que formulam atitudes e representações coletivas nas pessoas como forma de explicar suas manifestações.

Nesse sentido, a avaliação do quadro atual, que torna possível estas “especulações”, traduz-se numa possibilidade de exploração do conhecimento teórico sobre região, que apesar de exigir muito do pesquisador, pode realçar os traços mais marcantes da situação real, e com isso, apresentar um pouco da regionalidade “impressa” em Goiás.

No ensejo da análise dos processos, a pesquisa prende-se às consequências das transformações ocorridas no antigo Mato Grosso Goiano, decorrentes da emergência da modernização agrícola que, no país, provocou as mais distintas diferenças no tocante à forma como foi processada, aliado ao “impacto” produzido nos diversos lugares. A partir deste enfoque, a festa nacional da melancia em Uruana, aparece, num primeiro momento, como o cenário das primeiras avaliações sobre o processo de transformação na região, justamente por causar as primeiras impressões na pesquisadora.

³³ D. R. M. R., 32 anos. Atualmente reside em Goiânia.

³⁴ Segundo Vovelle (1991: 23) estruturas sociais constituem: “*mediações complexas entre a vida real dos homens e as representações que os homens produzem para si. (...)*.” Deste modo, constitui - se a história das mentalidades.

2- A Perspectiva Regional como Recurso de Análise

2.1- A Geografia Regional

Muitos têm sido os debates sobre a Geografia Regional no meio acadêmico. Muitas têm sido também as formas de tratá-la e colocar ou explicar qual é o seu objeto de estudo.

Para citar um exemplo claro, tome-se o valor da obra de Leo Waibel³⁵ como uma importante contribuição para a Geografia Agrária. Grande parte dessa obra versa sobre estudos realizados no Brasil durante a década de 40, e cujo enfoque é regional, servindo também às pesquisas em Geografia Humana, com perspectiva regional, entre outras.

Entre as sugestões de Chabot, citado por Cabouret (1996: 190-91), encontram-se aspectos elementares que também caracterizam a Geografia Regional:

(...) Il s'agit de 'voir, comprendre, expliquer une région'. (...) 'de trouver pour chaque région le caractère dominant, les relations des phénomènes (qui caractérisent la région) entre eux, de définir le milieu'. (...) 'donner la première place à homme'(...).³⁶

Além destas características ele (Chabot), compreende a Geografia Regional fundamentada na análise que envolve uma '*géographie physique solide sur laquelle elle s'appuie*'³⁷. (p.191)

Por outro lado Cabouret (1996), completa as sugestões de Chabot defendendo a necessidade da interpretação da paisagem nos estudos regionais. Para ele a Geografia Regional não existe sem a interpretação da paisagem que inclui elementos ou traços físicos e humanos, e cuja explicação deve incluir a descrição através de meios de expressão eficientes, como, por exemplo, o mapa.

A discussão sobre a Geografia Regional traz à tona problemas que devem ser pensados à luz da ciência geográfica. Entre eles a forma com que a "localidade" tem sido tratada em determinados trabalhos, que apontam uma inconsistência na própria

³⁵ Ver: Waibel, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2 ed., anotada. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. (326 p.)

³⁶ "(...) Trata-se de 'ver, compreender, explicar uma região'. (...) 'de encontrar para cada região o elemento dominante, as relações dos fenômenos (que caracterizam a região) entre eles, de definir o meio natural'. (...) 'colocar o homem em primeiro lugar'(...)." [tradução nossa]

³⁷ 'geografia física sólida sobre a qual ela se apoia'. [tradução nossa]

forma de lidar com o conceito, concebendo o termo pelo termo sem explicações sugestivas ou que expressem espacialidade numa concepção geográfica.

Desse modo, Thrift in Gregory *et al* (1996: 233) aponta uma alternativa a partir do seguinte:

(...) pode-se argumentar que a moderna mídia e as comunicações, combinadas com o processo de mercantilização, estão alterando o contexto e significados de contextos locais, talvez irreversivelmente. (...)

A obtenção de uma imagem do caráter geral da região é conseguida por meio da interpretação que se faz dos dados e informações disponíveis, associados às principais articulações espaciais travadas e vinculadas à organização da estrutura regional, para que se possa proceder a apresentação do conjunto e apreender uma aproximação possível da realidade.

De modo geral, é na combinação de forças atuantes, naturais e humanas que se deve fundamentar o conhecimento da região, viabilizando assim, a elucidação das peculiaridades materializadas no espaço, e portanto passíveis de interpretação. Neste sentido, o empenho será de modo a transcender o simples fato da constatação do aspecto particular visível, indo em direção ao estabelecimento do centro (ponto nodal) distributivo, identificando a posição que este ocupa no conjunto regional e determinando os limites (relativos) de influência.

O reconhecimento da importância da análise regional, permite aos pesquisadores de forma geral, sejam eles atuantes no âmbito da academia ou mesmo nos centros administrativos do governo, a proposição formal dos problemas apresentados pelos conjuntos regionais ("frações" recobertas de especificações), possibilitando contribuir para resolvê – los.

2.2- A Região como Perspectiva de Análise

Na elaboração teórica pode-se aferir o formato da região definido por relações internas e externas a ela. No plano externo pode se dar ao nível do Estado e do País onde está inserida.

Beaujeu-Garnier (1976: 82) citando Whittesley (1954) para se referir à região como um conceito intelectual, destacou a seguinte reflexão:

(...) So defined, a region is not an object, either self-determined or nature-given. It is an intellectual concept, an entity... created by the selection of certain features... and by the

disregard of certain others, in order to study groupings of complex phenomena within an areal unit.³⁸

Ao se posicionar sobre esta e outras definições de região propostas no 50º aniversário da Associação dos Geógrafos Americanos – AAG, Beaujeu-Garnier (op cit: 82) termina por acenar para a percepção que se tentou aqui empregar – a de perspectiva de análise geográfica, da seguinte forma:

(...) They are a far cry from a feature, indelibly inscribed on the Earth's surface, to be defined and interpreted by the geographer. His task is now to select those elements which seem to him to be fundamental or dominant, and to focus his attention on discovering their causes and consequences, and on dismantling the whole complex of interrelationships. This some stage relate to features inscribed on the Earth's surface, and it is on these grounds that we can talk of the landscape as the proper perspective of the geographer.³⁹

A discussão sobre a divisão da França em regiões econômicas aponta para o realce de seus problemas, bem como para a validade dos critérios utilizados, nesta iniciativa que partiu de uma política de planejamento empreendida pelo governo daquele país.

Apesar de se tratar de uma outra realidade e escala, a validade da análise dos resultados parece contribuir nesta pesquisa, na medida em que coloca a complementaridade como uma necessidade, dado o potencial oferecido pelas condições ambientais, sobre um centro de atividade econômica.

No intuito de compreender o verdadeiro sentido do processo de regionalização pretendido na França, Beaujeu-Garnier (1976: 87-88) argumentou que:

However heterogeneous in geographical terms, these divisions are useful from an economic and administrative point of view, since they effectively delimit an area of variable and sometimes complementary characteristics around a town or centre of economic activity. In some cases, more or less homogeneous natural regions have been

³⁸ "(...) Então por definição, a região não é um objeto, tampouco auto-determinada ou naturalmente dada. Ela é um conceito intelectual, uma entidade... criada pela seleção de algumas características... e pelo desprezo de outras, nos estudos de agrupamentos de fenômenos complexos nos limites de uma unidade de área." [tradução nossa]

³⁹ "(...) Elas são uma profunda marca de um aspecto indelevelmente inscrito na superfície da Terra, para ser definido e interpretado pelo geógrafo. É a nova tarefa dele. Selecionar os elementos que lhe parecem ser fundamentais ou dominantes, e o foco de sua atenção deve ser a descoberta de suas causas e consequências, e a explicação do complexo conjunto de interrelações. Esta sequência de causa e efeito coloca em cena algumas pistas sobre as feições inscritas na superfície da Terra, e é com base neste conhecimento que podemos falar de paisagem como a própria perspectiva do geógrafo." [tradução nossa]

subjected to complementary economic forces, operating from within and from outside their boundaries, precisely because their inherent potential was uniformly distributed. (...) ⁴⁰

Pode-se depreender destas colocações que são pertinentes ao estudo em tela. Neste caso, não as regiões, mas o entorno do centro produtor é que tem sido submetido às forças econômicas de complementaridade, visando a sobrevivência dos interesses do mercado.

Nesse sentido o efeito também é operado dentro e fora de seus limites, considerando-se que existe a necessidade de interação com o “centro econômico” de onde emanam as ações empreendidas e que intercomunicam um ponto e outro desta esfera de relações.

Em razão da complexidade do conceito, buscou-se elaborar a noção de região utilizada visando a esclarecer a perspectiva da análise. Assim é região no plano da construção intelectual do conceito, que considera na prática, as interações espaciais emanadas do centro “hegemônico”, articulando o espaço da produção ⁴¹. Este por sua vez é dotado da particularidade de ser um espaço produtivo especializado que se diferencia de outros pela especificidade resultante da combinação de seus elementos constituintes.

A particularidade surge como categoria de análise na medida em que permite a representação da totalidade. Para Corrêa (1997) a particularidade traduz-se na região, o que é buscado no pensamento de Lukács (1978: 255-284) ao afirmar que a particularidade é uma generalização significativa que tem como substrato do conhecimento, ações e relações humanas, onde o homem está presente como “elemento determinante”, nos atos do reflexo científico. Ela aparece assim como um campo de forças entre o universal e o singular, um meio organizador das suas relações dinâmicas e contraditórias.

Para Bauling citado por Cabouret (1996: 191), a Geografia Regional é um:

⁴⁰ “De qualquer modo, considerando a heterogeneidade no sentido geográfico do termo, estas divisões são úteis de um ponto de vista econômico e administrativo, desde que elas delimitem uma área variável (diferente) e algumas vezes com características de complementaridade em torno de uma cidade ou centro de atividade econômica. Em alguns casos, regiões naturais mais ou menos homogêneas tem sido submetidas a forças econômicas de complementaridade operando dentro e fora de seus limites, sobretudo devido ao seu potencial uniformemente distribuído. (...)” [tradução nossa]

⁴¹ O sentido de espaço da produção é o da produção agrícola, em especial a produção de melancia. Por isso o sentido é especial para explicar o processo.

(...) 'point de vue', avec 'une préoccupation constante des relations possibles entre les phénomènes naturels, entre l'homme et la terre, entre les activités humaines'.⁴²

Este pensamento também encerra na compreensão da análise regional como uma perspectiva. O princípio baseia-se nas diversas possibilidades de delimitação de problemas diante da complexidade⁴³ dos fatos que permeiam o espaço geográfico.

Cabouret (1996: 194) admite que:

La vie d'une région apparaît déjà, au début du XX^{ème} siècle comme de plus en plus dominé par le centre urbain autour duquel elle gravite; elle est polarisée autour de ce centre. (...).⁴⁴

Tendo em vista que o domínio de uma região é cada vez mais acentuado em torno de seu centro, regulado pelas forças do poder de acumulação de capital, não se pode admitir uma centralidade inerte. Esta pode ser ampliada, na medida em que interessar ao capital, já que o próprio alcance espacial (limites) está sujeito a ampliações.

Uma importante contribuição na definição de região pode ser encontrada em "Regions: the Economics and Politics of Territory"⁴⁵. Nesta obra de Markusen, citada por Carleial in Lavinias *et al* (1993: 52), a autora propõe a seguinte definição:

Uma região é uma sociedade territorial contígua, desenvolvida historicamente, que possui um meio ambiente físico, um meio sócio - econômico, político e cultural, e uma estrutura espacial distinta em relação a outras unidades territoriais maiores, cidades e nações.

Esta perspectiva parece ser a que aponta para um conjunto em que atividade e conexão aparecem como princípios de domínio da Geografia. Este entendimento está atrelado ao que Jean Brunhes (1962: 27-32) escreveu ainda na década de 10 do século XX, em *La Géographie Humaine*, onde refere-se ao princípio da atividade como "*os fatos geográficos, físicos ou humanos (...) em perpétua transformação e*

⁴² "(...) 'ponto de vista', com 'uma preocupação constante de relações possíveis entre os fenômenos naturais, entre o homem e a terra, entre as atividades humanas'." [tradução nossa]

⁴³ O sentido de complexidade aqui tratado não foge ao entendimento verificado no Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa (1988: 164): "observável sob diferentes aspectos".

⁴⁴ "A vida de uma região aparece já no início do século XX cada vez mais dominada pelo centro urbano em torno do qual ela gravita; ela é polarizada em torno desse centro. (...)." [tradução nossa]

⁴⁵ Consultar: Markusen, A. *Regions: the Economics and Politics of Territory*. New Jersey, Rowman & Littlefield Publishers, 1987.

devem ser estudados como tais.” Por outro lado, formulou o princípio da conexão para dizer que *“os fatos da realidade geográfica estão intimamente ligados entre si e devem ser estudados em suas múltiplas conexões. A idéia do todo terrestre.”*

Estrategicamente é também o posicionamento apresentado por esta pesquisa que admite uma base territorial (proporcionada por um meio físico), sobre a qual ocorrem as atividades humanas, onde os fatos geográficos são o fundamento da perspectiva apontada.

2.3- A Perspectiva da Análise sobre um Quadro Territorial

O sentido de região aqui referenciado deve ser compreendido como o resultado da ação de agentes sociais sobre o meio natural, num dado contexto histórico e social, e não da constatação de diferentes paisagens⁴⁶ simplesmente pela disposição dos elementos da natureza em um determinado espaço.

Santos (1985: 72) admite a existência e a problemática do estudo das regiões produtivas, da seguinte forma:

O problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual o cimento regional produzido por toda uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse cimento regional, como resultado de processos produtivos novos, etc. (...).

A região é portanto uma construção social num primeiro plano, e histórica porque é processo. Tem início e pode ter fim ou apenas transformar-se.

É o resultado da combinação da atuação humana sobre o meio natural ao promover diferenciações espaciais carregadas de especificidades que podem ser detectadas através de seus cenários.

Para a análise proposta destacam-se como principais atores do cenário local, os produtores agrícolas.

Estudar as regiões significa penetrar num mar de diferenças espaciais, ao contrário do que se espera com o processo de globalização, em que as diferenças tenderiam a desaparecer.

Corrêa (1997: 189) explica esta relação a partir do seguinte argumento:

(...) A globalização, etapa superior da espacialidade capitalista, que emergirá a partir do final da Segunda Guerra Mundial, torna mais complexa ainda a fragmentação articulada da superfície terrestre.

E para completar, continua

A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas especialmente variáveis.

Com base nesse entendimento, toma-se como objeto de análise o que foi resultado da fragmentação de antiga região (natural/ histórica) no interior de Goiás.

O processo de ocupação efetiva do antigo Mato Grosso Goiano, na década de 40, criou uma região em Goiás, que na divisão territorial do trabalho, servia ao abastecimento do mercado interno com a produção de grãos. Este processo perdurou até a década de 70. Entretanto não chegou a caracterizar o Estado como um território especializado na agricultura.

Neste mesmo período o início da modernização agrícola no país, desencadeia uma nova fase da economia capitalista. Uma nova divisão territorial do trabalho pôde ser sentida. A fragmentação dos espaços produtivos agrícolas, permitiram uma nova diferencialidade espacial e temporal.

A partir deste momento, o Estado de Goiás tornou-se forte com a sua economia diversificada, sendo que a produção de grãos como a soja e a produção de gado leiteiro e de corte, constituem exemplos dos fatos que atualmente o caracterizam como um Estado essencialmente agropecuário.

No interior do antigo Mato Grosso Goiano, no entanto, a tradição prevaleceu em algumas áreas. A atividade agrícola continuou em grande escala, mesmo com a pecuária tendo se fortalecido.

A região de Uruana consistiu em um exemplo onde a produção de arroz, feijão e milho, serve tanto ao abastecimento interno quanto à exportação destes produtos, o que não ocorre para todos os estabelecimentos agrícolas e de modo geral a exportação é praticada em pequena escala.

Considerando-se esta atividade, entretanto, a produção de melancia tomada desde a década de 70 até o momento atual, confere um novo padrão de comando da

⁴⁶ Sobre o conceito de paisagem aqui considerado, ver: Machado, Lucy Marion Calderini Philadelpho. O Estudo da Paisagem: Uma Abordagem Perceptiva. In: Azevedo, G. G. *et al.* Revista Geografia e

economia local, tomando-se Uruana isoladamente ou reforçando esse quadro com o seu entorno, onde esta atividade serve essencialmente ao abastecimento do mercado interno brasileiro, como ao mercado internacional, destacando-se a Argentina⁴⁷, principalmente.

2.4- Procedimentos Operacionais da Pesquisa

A operacionalização da pesquisa consistiu num conjunto de procedimentos realizados em sucessivas etapas que possibilitaram a apresentação da análise. Essas etapas prescindiram de um esforço em se discutir sobre quais fases antecederam o momento presente através da análise regional.

Primeira Etapa

Na primeira etapa, as impressões da pesquisadora no contato com o objeto da pesquisa, serviram como recurso fundamental ao início da investigação propriamente dita. A descrição dos lugares e o registro de imagens foram aos poucos fornecendo o esboço da configuração do espaço regional. Nessa etapa, foi imprescindível contar com a verificação dos dados censitários, o histórico da ocupação e o material de interesse (registros fotográficos, históricos elaborados por pessoas ligadas à região, entre outros) disponível nos municípios envolvidos.

Além disso, vinte e quatro entrevistas feitas com produtores, antigos moradores (pioneiros), ex-moradores, sindicalistas, empresários, comerciantes e turistas, foram utilizadas como fontes (orais) de informações. A modalidade não-diretiva das entrevistas, foi, na prática a mais conveniente dentro da proposta da pesquisa. O roteiro utilizado, foi elaborado apenas como um recurso norteador desse momento da investigação. A escolha dos entrevistados esteve baseada na necessidade de respaldar todas as etapas da pesquisa através de fontes de informações diretamente ligadas ao objeto da investigação (dada a natureza frágil ou possibilidade de inconsistência dos dados censitários), na medida em que se esboçava os resultados das análises dos dados. Nesse sentido, utilizou-se alguns fragmentos, representando a maioria das entrevistas. Estes foram utilizados, na

Ensino. Ano 2. nº 8. p. 37- 45. Belo Horizonte – M.G.: Ed da UFMG, 1988.

⁴⁷ A ligação existente com a Argentina deve-se além da comercialização de melancia que tem produção supervisionada, a demanda por um outro tipo de produto. Trata-se da abóbora denominada "menina creme", muito apreciada pelos argentinos, que é produzida por alguns produtores uruanenses. Segundo informações obtidas, são também lavouras supervisionadas, que utilizam a irrigação por meio de pivot central, aspersão ou irrigação.

própria linguagem do entrevistado, como forma de evitar deturpações das informações nelas contidas.

No intuito de fundamentar teoricamente o processo de investigação, recorreu-se às obras de pesquisadores que se dedicaram aos estudos sobre a perspectiva regional. Ressalte-se que esta perspectiva foi buscada durante todas as etapas da pesquisa, o que justifica a forma do trabalho.

A construção do referencial teórico foi realizada a partir da articulação de conceitos teóricos. Alguns pares e termos conceituais utilizados foram: homogeneização - heterogeneização, processos de diferenciação - integração, processo de transformação, espacialização e seus agentes, inovações, mudança - herança ou preservação - mudança. Entretanto, o cerne da referência teórica foi o novo processo de diferenciação e integração.

Ainda, nesse contexto, a apresentação do quadro natural representou a base de apoio sobre a qual ocorreram as manifestações regionais apontadas nesta pesquisa. Assim, as alterações percebidas através da vegetação foram consideradas para dar uma idéia da forma e intensidade das transformações processadas.

Considerou-se ainda, a morfologia, os tipos de solos, rede de drenagem e o clima predominantes, como forma de caracterizar a área do estudo. Para isso, utilizou-se a descrição como recurso metodológico, uma vez que, não era objetivo aprofundar neste tipo de caracterização.

A busca da compreensão sobre as transformações no meio natural da região, teve como fonte as folhas topográficas do IBGE, na escala 1: 100.000 (contendo a vegetação e a base cartográfica), publicadas no início da década de 80, cujas informações possuem como fonte original as fotografias aéreas do Projeto AST-10 da Aerial Forces of United States (USAF) de 1965/ 66. Nesse caso, as informações foram compiladas. As informações contidas nas imagens Land Satellite - Thematic Mapper (LANDSAT-TM) datadas de 1984 (em formato analógico) e 1997 (em formato digital) foram extraídas de acordo com o conhecimento das técnicas de Sensoriamento Remoto (conhecidas da pesquisadora). As informações contidas no Plano Rodoviário do Estado de Goiás (Secretaria de Transportes) sobre as condições das estradas e rodovias nas décadas de 70, 80 e 90, também consistiram base de apoio.

O resultado da utilização destes recursos foi a elaboração de mapas de uso da terra, contendo a representação da vegetação natural e da atividade

agropecuária, nos anos de 1966, 1984 e 1997, o que permitiu demonstrar a diminuição da vegetação natural e o aumento da atividade agropecuária, no período considerado, cujo objetivo foi demonstrar o processo de intensificação na utilização das terras propiciado pela modernização agrícola a partir dos anos 70.

Ainda, para demonstrar os solos, a geomorfologia (apenas para a área da pesquisa) e a Floresta Estacional Decidual e os solos (que compõe o antigo Mato Grosso de Goiás), recorreu-se ao Projeto RADAMBRASIL, com o objetivo de caracterizar a região do ponto de vista físico e demonstrar sobre quais tipos de solos a cultura da melancia se desenvolveu. Os solos e a geomorfologia foram extraídos dos overlays originais na escala 1: 250.000, enquanto a vegetação foi a dos mapas contidos nos volumes (publicação), na escala 1: 1.000.000.

Segunda Etapa

A segunda etapa teve como objetivo demonstrar como processo de organização regional foi se dando com a fragmentação e a introdução de novos elementos no espaço. Nesse momento da pesquisa, foi conveniente apontar a dinâmica populacional a partir do momento em que as transformações foram mais contundentes. A evolução do número populacional constituiu elemento indispensável para mostrar os percentuais de incremento ou diminuição da população, de 1970 até 2000. Ainda nesta etapa, a análise do número de imigrantes foi importante para a compreensão dos fluxos demográficos ocorridos, o que foi mostrado graficamente.

Um pouco da vida regional avaliada através das cidades, permitiu delimitar a singularidade desta forma de organização, onde mais uma vez, inseriu-se a percepção e o registro dos lugares, como recurso de análise, observando –se que, as cidades que fazem parte da área da pesquisa: Jaraguá, Itapuranga, Carmo do Rio Verde, foram consideradas por constituírem o entorno imediato de Uruana, de onde emanam as ações que conferem a especificidade apontada por este município numa articulação particular.

Terceira Etapa

A terceira etapa consistiu na análise dos dados, envolvendo os agentes sociais e a modernização da agricultura. Para tanto, procurou-se verificar as transformações decorrentes do processo de introdução de inovações no campo (espaço rural), a partir de 1970, na região. Assim, considerou-se os dados em séries

que demonstrassem em uma evolução histórica (1970-2000) das alterações processadas naquele espaço.

A evolução da estrutura fundiária, o uso das terras, a produção agrícola e pecuária, a assistência técnica, a irrigação, o uso de máquinas e equipamentos, defensivos, fertilizantes e conservação do solo, foram temas de análise desta fase da pesquisa, por indicarem modificações importantes no sistema produtivo rural, além de contribuírem para a análise da produção de melancia e a verificação do momento em que esta atividade se inseriu como fator da economia regional.

A forma de utilização desses dados teve como parâmetro, cálculos matemáticos simples que informaram os percentuais, ou simplesmente ou a aumento ou diminuição em números absolutos, o que possibilitou comparações importantes na análise feita.

Quarta Etapa

Por último, foi conveniente demonstrar/ avaliar a dinâmica espacial propiciada pela cultura da melancia, partindo, do contexto do produtor, sua caracterização, envolvendo a assistência técnica recebida e os financiamentos. No intuito de compreender as tensões que permeiam as relações de trabalho, apresentou-se as relações entre os produtores (patrão) e os trabalhadores (empregados). Nesse sentido, a figura do intermediário na compra e venda de melancia forneceu uma noção dos problemas decorrentes desta atividade na região.

Como desfecho, a apresentação das tendências da região com esta especificidade pôde ser confrontada com a real situação manifesta, o que pensam os moradores locais e a análise da pesquisadora.

3- A Redefinição da Atividade Agrícola e a Configuração de uma Região

No contexto da fronteira econômica em Goiás, a cidade de Uruana surge concomitantemente com o avanço da frente pioneira do Mato Grosso Goiano, com uma família oriunda do Estado de Minas Gerais.

A fazenda onde teve início a cidade de Uruana, situada a noroeste de Jaraguá, transformou-se num povoado, cuja fundação deu-se em 1938. Após tornar-se distrito, ocorreu a emancipação no ano de 1949.

A especialização produtiva com a melancia nessa área do antigo Mato Grosso Goiano provocou uma fragmentação na década de 70 e a criação de uma

subunidade dessa região maior, que fora outrora, objeto de estudos com uma conformação de região agropecuária⁴⁸. No entanto, essa especialização torna-se economicamente instável na medida em que as intempéries que o sistema econômico vigente coloca, não permitem que se extraia todo o tempo, os lucros que uma “economia estável” poderia proporcionar⁴⁹.

Por esse motivo, os produtores locais encontram a solução para as intempéries econômicas, na diversificação da produção agrícola e em alguns casos incluem aí a atividade pecuária.

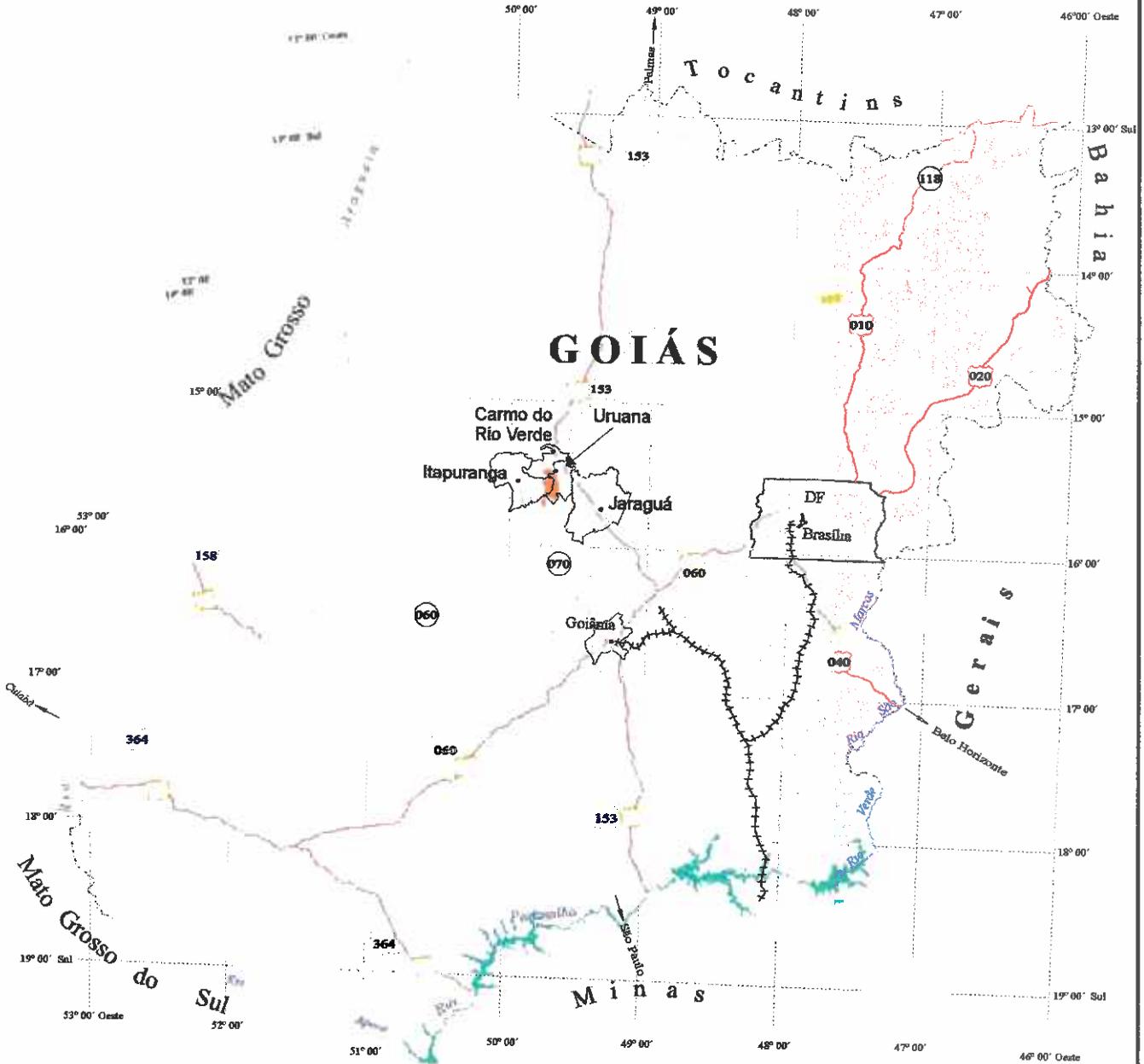
Pode-se afirmar que Uruana constitui atualmente um núcleo com força regional sendo limitado ao norte pelo município de Carmo do Rio Verde; a oeste por Itapuranga e a leste por Jaraguá. Os atuais distritos são Uruíta e Uruceres. (ver fig. 01)

O acesso à região que está localizada no Vale do São Patrício é feito pela GO-070 ou pela BR-153, para quem parte de Goiânia.

⁴⁸ Ver sobre estes estudos em: FRANÇA, Maria de Sousa. Terra, Trabalho e História. A Expansão Agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/55. São Paulo:1985. [tese de doutorado]; FAISSOL, Speridião. O “Mato Grosso de Goiás”. Rio de Janeiro: IBGE, 1952; BARRETO, Maria José Rezende. Dimensões da Agricultura e Regionalização do Mato Grosso de Goiás – 1975. B. Goiano Geogr. Goiânia. v. 2. n. 2 p. 197-202. Jul./dez. 1982.

⁴⁹ Este modo de ver a economia da região não invalida a abordagem proposta inicialmente nesta pesquisa. Trata-se apenas de esclarecer a realidade apresentada.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA



PROJEÇÃO POLICÔNICA

50 km 0 50 100 150km

Escala Gráfica



FONTE: DER-GO - Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás

Cartografia digital
Loandra Borges de Moraes
Geógrafa

LEGENDA

-  Rodovia Federal
-  Rodovia Estadual
-  Estrada de Ferro
-  Plano Piloto de Brasília
-  Sede de Município

Fig. 01

A cultura da melancia foi introduzida em Uruana, no ano de 1968, através de um engenheiro agrônomo da ACAR⁵⁰ – Goiás (atual EMATER⁵¹ e mais recentemente AGENCIARURAL⁵²). A primeira lavoura foi determinante para o prosseguimento na produção. Embora tendo sido cultivada num período de entre-safra das tradicionais culturas da região – arroz, feijão e milho, a melancia obteve excelentes resultados em termos de produtividade. Inicialmente foram colhidas 20 toneladas em um hectare cultivado, o que motivou inúmeros pequenos produtores a investirem nessa cultura.

Em 1978, a média da produção foi de aproximadamente 24 mil toneladas, numa área plantada de 800 ha, sendo que os produtores eram em número de 300.

Oriunda de Americana (Estado de São Paulo), a melancia cultivada em Uruana tornou-se um grande negócio para pequenos, médios e grandes produtores, na medida em que houve uma compatibilidade desta cultura com o meio natural propício. Os solos férteis, arenosos (teor de areia > 55%) e bem drenados de Uruana, além do clima favorável (com duas estações bem definidas, seca e chuvosa), contribuíram em grande parte para a excelente qualidade que o produto apresenta.

A partir daí, esta cultura garantiu mercado certo e, conseqüentemente expandiu-se para as outras áreas, transformando Uruana no maior produtor goiano.

Em relação às regiões produtoras de melancia em Goiás, os frutos cultivados em Uruana são considerados, como os de melhor qualidade, tanto pela aparência, quanto pelo sabor. Segundo Coutinho e Silva (1999: 27), *“A melancia projetou não só Uruana nacionalmente mas, o Estado de Goiás, pela quantidade e qualidade conseguidas nas áreas plantadas.”*

A produtividade da melancia em Uruana já alcançou 50 t/ha, evidentemente que num outro momento e por razões ligadas ao favorecimento das primeiras experiências, quando utilizaram-se tecnologias mais sofisticadas com as condições do meio natural. Atualmente conta com 30 t/ha em média⁵³.

Santos (1985: 72) aponta para a existência das regiões produtivas e suas problemáticas:

⁵⁰ Associação de Crédito e Assistência Rural (até 1974)

⁵¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (desde 1975)

⁵² Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (a partir de 1999)

⁵³ Esta média refere-se apenas à utilização da semente comum de melancia na produção, pois, tratando-se da semente híbrida os resultados são outros.

O problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual o cimento regional produzido por uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse cimento regional, como resultado de processos produtivos novos, etc (...).

Mais adiante ele completa seu pensamento sobre esta problemática:

(...) Não se trata de utilizar todas as variáveis disponíveis, mas aquelas que, em cada período, sejam significativas e pertinentes à análise. (...) (idem)

Pierre George (1982: 145) em relação à organização regional baseada na produção agrícola, assim se referiu:

(...) Mas a diversidade de finalidade das operações agrícolas provoca diferenças consideráveis. Cada forma de agricultura, definida por seu objetivo, comporta suas próprias paisagens rurais, sua sociedade rural e seus problemas de relações econômicas e sociais com as outras categorias sociais, seus tipos de povoamento, seu conteúdo, suas virtualidades de transformação.

Este geógrafo ao escrever estas palavras no início da década de 60, já advertia para muitos aspectos da realidade hoje conhecidos. É interessante notar como este autor enfatiza o problema das diferenças a partir da atividade principal – a agricultura, considerando a realidade da vida rural no mundo.

Mesmo essa realidade tendo mudado, no caso brasileiro, encontram-se atualmente exemplos que se vinculam a este modelo. É o caso das zonas de monocultura.

Em Goiás, por exemplo, o sudoeste goiano pode ser caracterizado a partir da paisagem rural determinada pelo cultivo da soja, que por isso orientou mudanças no cenário regional. Por outro lado esta paisagem contrasta com outra em dimensão, forma, tipo, finalidade, o que depende dos objetivos da prática desta atividade.

Relativamente à Região de Uruana, a homogeneidade apresentada esteve alicerçada na maneira como sua ocupação mais efetiva se realizou.

Os efeitos da integração nacional, idealizada pelos governos militares foram sentidos em todo o território brasileiro, através da incorporação de novas áreas à economia do país, respondendo pela reativação de algumas áreas do antigo Mato Grosso Goiano, ocupadas há mais de dois séculos.

Diferentemente de outras regiões em Goiás, o Mato Grosso Goiano surge como região amplamente integrada ao contexto da economia nacional, em função das necessidades do Centro - Sul do país, e das novas áreas produtoras de alimentos, além de um mercado consumidor para os produtos industrializados.

As construções de Goiânia e de Brasília, bem como a abertura da Rodovia Belém – Brasília, estão entre os eventos mais importantes que permitiram uma organização regional específica do Mato Grosso Goiano.

Nos limites desses acontecimentos concentram – se os troncos da articulação espacial mais evidentes que engendraram as formas estruturais capazes de abarcar as ações nelas estabelecidas e combinar fatores regionalmente.

Por outro lado, as políticas de integração nacional aliadas às necessidades da reprodução capitalista foi o que possibilitou a dinâmica estabelecida nas distintas regiões em Goiás, associada às potencialidades locais proporcionadas pelo meio natural.

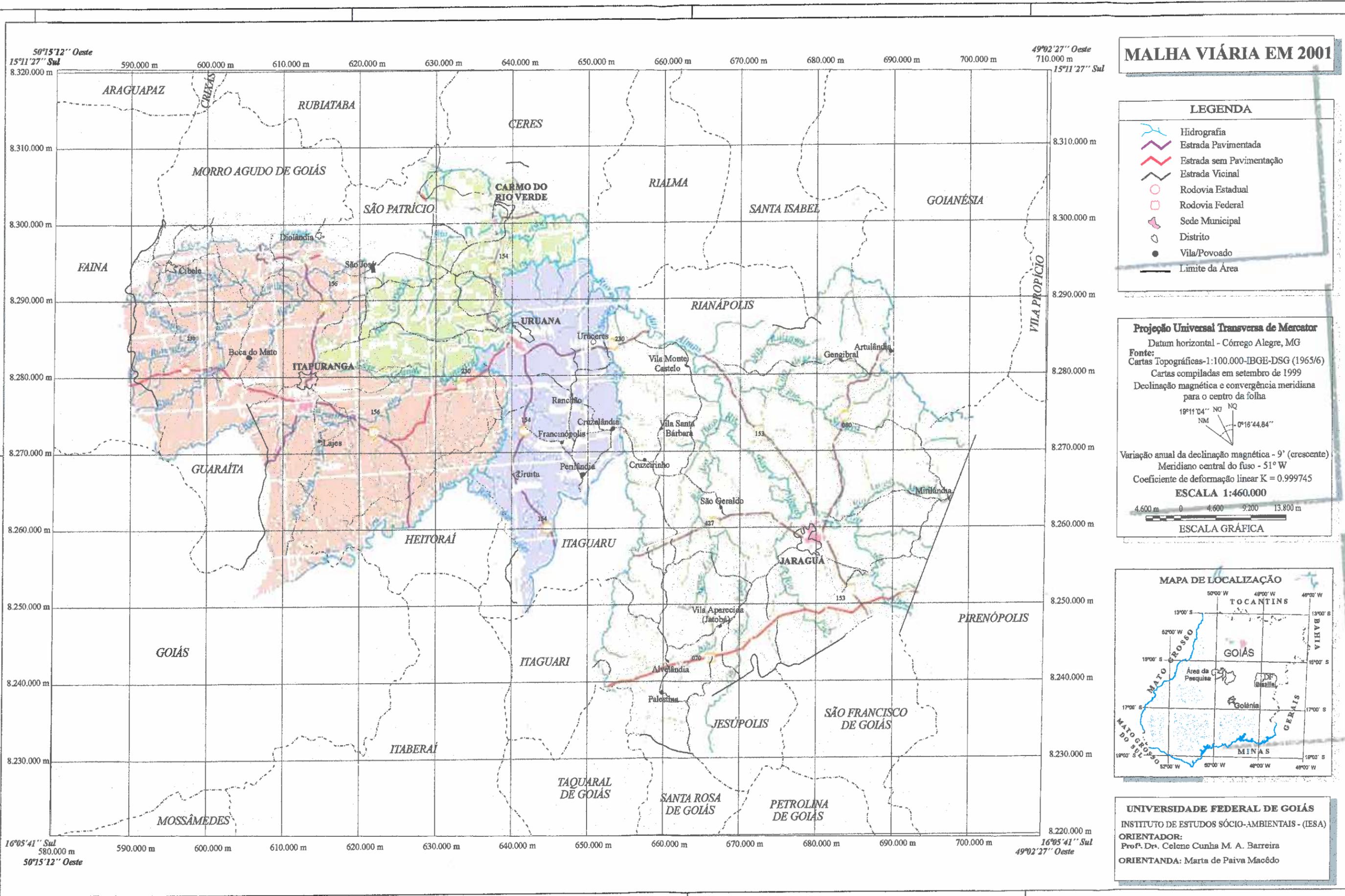
Convém afirmar que as mudanças processadas na “paisagem econômica”⁵⁴ terminaram por conferir à Região de Uruana, uma fisionomia peculiar em função da especialização produtiva nela desenvolvida.

A intercomunicação dos centros regionais que era inicialmente, inibida, apesar de que na década de 60 já se oferecia um padrão razoável de ligações por estradas, tornou – se um importante suporte econômico ao viabilizar o tráfego permanente com a pavimentação recente das principais vias. A **figura 02**⁵⁵ mostra as estradas que articulam internamente a região.

Nesse sentido, torna-se importante apresentar num primeiro momento, o Mato Grosso de Goiás como o meio natural sobre o qual se desenvolveram essas ações, no intuito de auxiliar na caracterização da base territorial do evento.

⁵⁴ Termo utilizado por Waibel (1979) para designar a diferenciação espacial da agricultura, sob o aspecto das formas de se cultivar a terra, bem como da finalidade da produção incluindo a estrutura produtiva regional. (p. 34) [parafrazeado]

⁵⁵ A atualização das condições das vias terrestres foi realizada com base na imagem do satélite LANDSAT 5 – TM/ RGB – 543 de 1997 e com respaldo em trabalhos de campo.



MALHA VIÁRIA EM 2001

LEGENDA

- Hidrografia
- Estrada Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Estrada Vicinal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Sede Municipal
- Distrito
- Vila/Povoado
- Limite da Área

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal - Córrego Alegre, MG
 Fonte: Cartas Topográficas-1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
 Cartas compiladas em setembro de 1999
 Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha

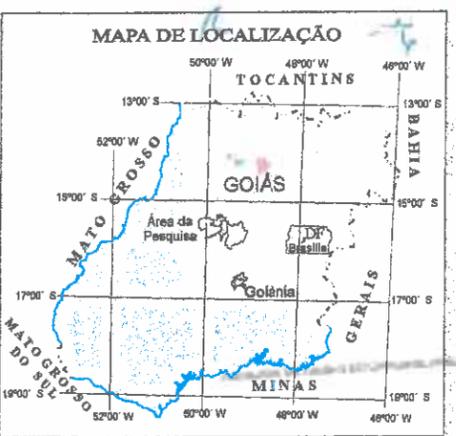
18°11'04" NO
 0°16'44.84" NM

Variação anual da declinação magnética - 9' (crescente)
 Meridiano central do fuso - 51° W
 Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000

4.600 m 0 4.600 9.200 13.800 m

ESCALA GRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - (ESA)
ORIENTADOR:
 Prof. Dr. Celene Cunha M. A. Barreira
ORIENTANDA: Marta de Paiva Macêdo

Fig. 02

3.1- O Mato Grosso Goiano

O Estado de Goiás encontra-se como região “core” do Bioma Cerrado. O Cerrado como formação florestal, compreende um tipo vegetacional que permite o fácil acesso por apresentar naturalmente suas árvores de forma espessada, predominantemente de baixo e médio porte, onde ocorre o cerrado do tipo aberto, o cerradinho e o campo cerrado. E de alto porte se considerarmos as manchas de floresta estacional semi-decidual, em menor escala, com destaque para o “Mato Grosso” de Goiás, que ocorre no município de Goiânia e entorno, no sentido meio-centro-oeste e meio-centro-norte do Estado de Goiás.

A cobertura vegetal da porção sul de Goiás compreende predominantemente a savana (cerrado), floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual e áreas de tensão ecológica, assim definidas em decorrência da classificação adotada por Dambrós et al. In: Projeto RADAMBRASIL (1981).

A cobertura do solo do sul goiano por vegetação dos tipos acima mencionados esteve presente inicialmente, até antes da incorporação de Goiás à economia nacional.

Considerando a forma original do cerrado, pode-se afirmar que as reservas naturais do Bioma Cerrado, praticamente foram perdidas, porque devastadas, o que pode ser visivelmente comprovado. Tal fato, decorre da modernização da agricultura que no Brasil foi orientada para a intensificação da produção, tendo a região dos cerrados como um alvo que assumiu a tarefa de garantir a reprodução ampliada do capital, sobretudo com a introdução da soja. A modernização agrícola, possibilitou a utilização tecnificada dos solos ácidos do cerrado, a partir da década de 70 e, posteriormente, uma intensificação dessa utilização, respondendo pela abertura de matas naturais de Cerrado e deste modo, transformando a paisagem agrária do referido bioma.

Nos limites do Bioma Cerrado (contendo árvores, arbusto de caule grosso e as espécies rasteiras), Eiten in Pinto *et al.* (1993: 21), observou que ocorrem: *manchas de floresta mesofítica*⁵⁶ (...) em terreno de interflúvio sobre latossolos profundos mais férteis, derivados de rochas alcalinas, como basalto, certos tipos de gnaisses (...), cujos solos são propícios ao desenvolvimento de produção tanto

⁵⁶ Entenda-se por mesofítica a floresta que está adaptada a viver em condições medianas de umidade climática e pedológica, e mostra isso pela aparência, pois como bem salientou Eiten in Pinto *et al.* (1993: 36): “ (...) sobre solos profundos são sempre verdes; sobre solos rasos são semidecíduas, e, decíduas ocorrem sobre solos ainda mais rasos.”

agrícola, como pecuária. Entre essas manchas destaca-se o antigo Mato Grosso de Goiás⁵⁷.

Segundo Waibel (1979: 200) a dimensão da área de mata, em Goiás, estava em torno de 20.000 km² na década de 40.

Atualmente as áreas da floresta estacional decidual em Goiás – o Mato Grosso de Goiás, que conservam sua cobertura original são muito reduzidas, não permitindo um detalhamento, haja visto que esta paisagem apresenta-se demasiadamente alterada. Entretanto, dos remanescentes, pode-se constatar: as árvores mais altas das matas que formam o Mato Grosso de Goiás, chegam a apresentar até trinta metros de altura. Em seguida, encontram-se árvores que variam em altura de cinco a quinze metros. E por último, a mata apresenta uma camada formada de arbustos e ervas que variam de um a dois metros de altura.

Viajantes europeus que estiveram no Brasil durante o século XIX, passaram por Goiás e observaram as potencialidades existentes, expressas pelas matas densas na região do Mato Grosso de Goiás. Entre eles, o naturalista austríaco João Emanuel Pohl que esteve em Goiás em 1819, fez relatos de suas observações em sua obra intitulada *Viagem ao Interior do Brasil*. Ao atravessar o Mato Grosso de Goiás chamou de monótona a região do então Arraial Córrego de Jaraguá onde permaneceu por três dias.

Córrego de Jaraguá fundado na primeira metade do século XIX por negros faiscadores de ouro, contava com cerca de 300 casas, e apresentava segundo Pohl (1951:19), uma certa “prosperidade”: *“Nem nós, nem os nossos animais sofremos aqui por falta de alimentos.”* Ao se referir ao Mato Grosso de Goiás, Pohl relata:

Prosseguimos viagem em 18 de janeiro. Numa parte da esplêndida floresta virgem, que começa na capitania de Mato Grosso e atravessa a capitania de Goiás de oeste para leste, numa largura de nove léguas, até os Montes Pirinéus, tivemos uma viagem bastante agradável. As diferentes e altas árvores, da grossura de um homem e de 40 a 60 pés de altura, fetos porfiando na forma gigantesca com as palmeiras, em resumo, magníficas formas de plantas alternavam-se com árvores altas, de singular formação e densamente reunidas, (...).

Do mesmo modo, o botânico francês, Auguste de Saint-Hilaire, esteve em 1819 na província de Goiás. No interior da região do Mato Grosso de Goiás, esteve também no atual município de Jaraguá (antigo Arraial de Jaraguá).

⁵⁷ Cf. Faissol (1951: 07): A origem do nome está ligada ao tipo de vegetação e mais particularmente

Assim como Pohl, Saint-Hilaire (1975: 43) revelou a existência de riquezas naturais na região de Jaraguá, mediante a apresentação de seus relatos. Quanto à formação e desenvolvimento econômico do Arraial, naquela época já se via um futuro promissor:

As riquezas encontradas ali não tardaram a atrair gente para o local, e em breve se tornou um povoado onde, pouco tempo antes, só existia uma região desértica. (...) Vários habitantes do lugar se ocupam também de agricultura, dedicando-se alguns deles especialmente à criação de gado. Existem nos arredores do arraial vários engenhos de açúcar onde trabalham de trinta a quarenta escravos, sendo o produto vendido principalmente para a capital da província.

Ao que observou sobre as matas densas da região, Saint-Hilaire (1975: 44) relatou:

Depois de deixar Jaraguá atravessei um pequeno trecho salpicado de árvores raquíticas e em seguida penetrei numa mata fechada. Trata-se do célebre Mato Grosso, (...) que é cortado de leste para oeste pela estrada num trecho de 9 léguas. (...) Os grandes arbustos são aí mais numerosos e mais compactos do que nas florestas virgens propriamente ditas. (...) Ali as árvores, quase todas vigorosas e muito próximas uma das outras, se entrelaçam com arbustos e lianas formando um denso emaranhado de ramos, e em certos trechos os bambus, muitos diferentes dos que vi antes de Jaraguá, de hastes mais altas e mais grossas, formam no alto uma espessa cobertura.

Por algumas vezes Saint-Hilaire se referiu ao rebanho bovino que pastava próximo às habitações. Tratava-se da pecuária tradicional que à época era praticada de forma extensiva.

A **figura 03** é uma representação da Floresta Estacional Decidual (o Mato Grosso de Goiás). Deve-se considerar que no mapa aparecem quase todas as manchas que compuseram originalmente a Floresta. Em razão da forma generalizada do mapa, em função da escala considerada, as manchas menores não puderam ser representadas. Segundo o mapa, a maior concentração do Mato Grosso de Goiás, na sua forma original, encontrava-se próximo à capital do Estado, no sentido oeste, estendendo-se aproximadamente de 49° até 51° W e no sentido norte, de 17° até 15° S.

ao contraste que ele forma em relação ao resto da paisagem.

A presença destas espécies na região evidenciava a existência de solos férteis.

Segundo Waibel (1979: 200), as matas mais altas ocorrem sobre solos muito férteis, conforme argumentou:

Essas matas de primeira classe ocorrem apenas em solos excelentes, na famosa terra roxa e em outros solos muito férteis, tais como argilas vermelhas friáveis, ricas em húmus e com grande quantidade de água, mesmo durante a estação seca.

Potencialmente favorável à atividade agrícola, o solo fértil dessa região é derivado de rochas básicas, intrusivas, tais como gabros e dioritos, entre outras. Constituem solos bem drenados e de fácil mecanização, embora existam restrições quanto ao uso em algumas áreas.

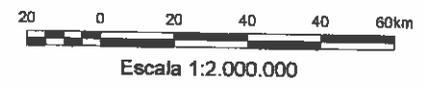
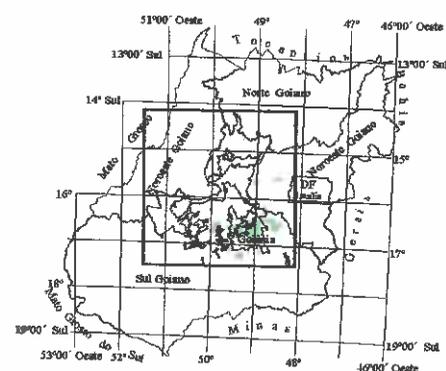
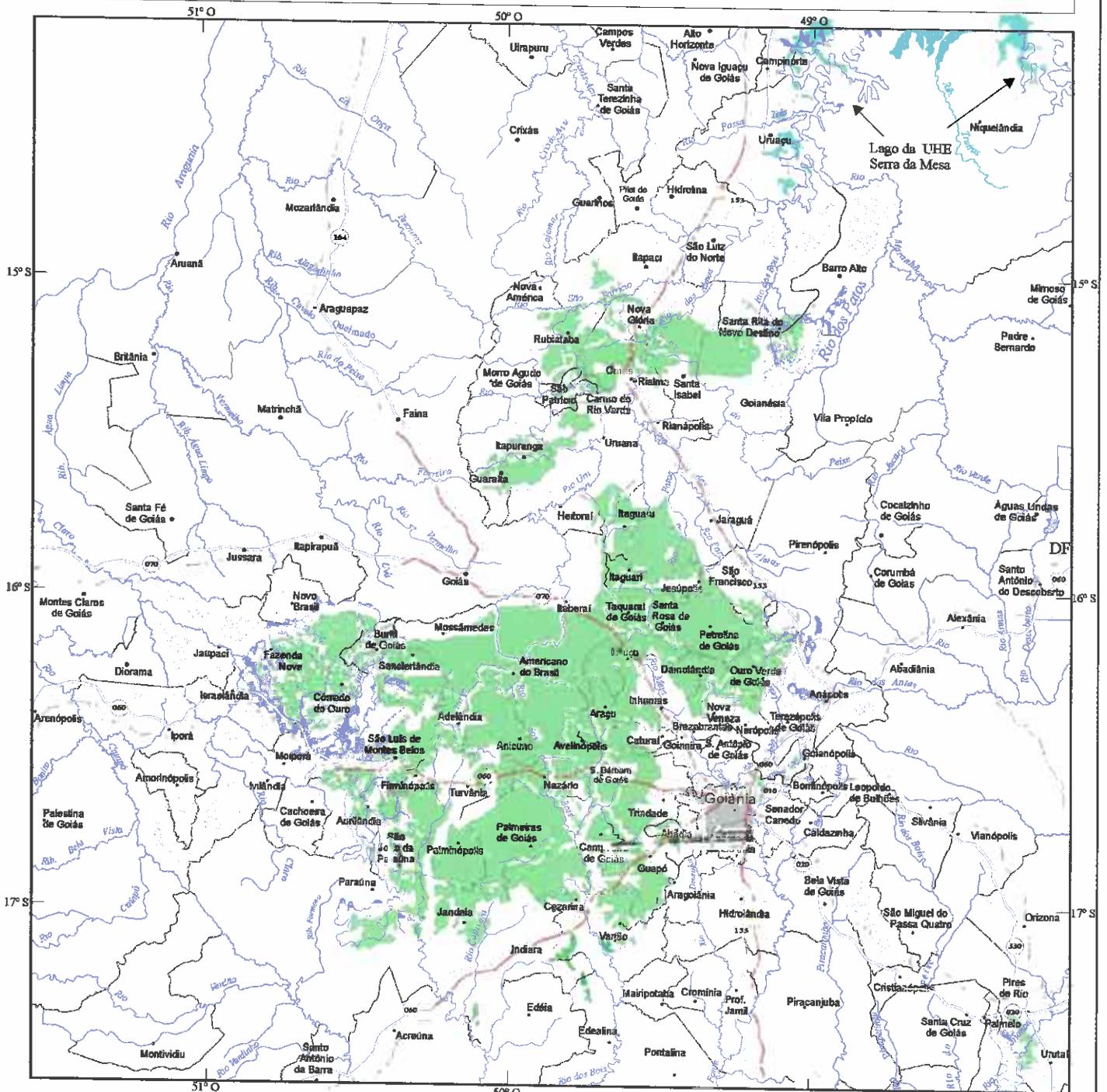
De maneira geral, os solos sobre os quais desenvolveu-se o Mato Grosso de Goiás, compreendem, na classificação encontrada no relatório do Projeto RADAMBRASIL (1981), Latossolos Vermelho-Escuros, Podzólicos Vermelho-Escuros, Vermelho-Amarelos, Cambissolos, Brunizéns-Avermelhados.

Em algumas áreas da região pode-se observar a presença de latossolo roxo e de terra roxa estruturada.

A **figura 04** representa os solos existentes na região, observando-se que, os tipos predominantes são: o Latossolo Vermelho Escuro, seguido pelo Latossolo Vermelho Amarelo, os Cambissolos e o Latossolo Roxo, mais a Terra Roxa. As características destes solos podem ser encontradas na legenda do mapa de solos.

Floresta Estacional Decidual

O "Mato Grosso" de Goiás



LEGENDA

- Mesorregião Centro Goiano
- Floresta Estacional Decidual
- Estrada Federal
- Estrada Estadual

Fonte:
 MME - PROJETO RADAMBRASIL
 Folhas SE.22 - Goiânia (1983) - Vol. 31
 SD.23 - Goiás (1981) - Vol. 25
 Mapa de vegetação.
 Escala 1: 1.000.000

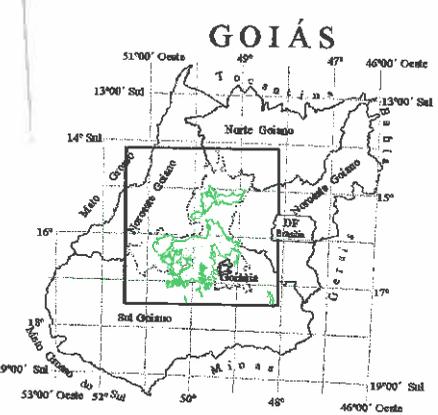
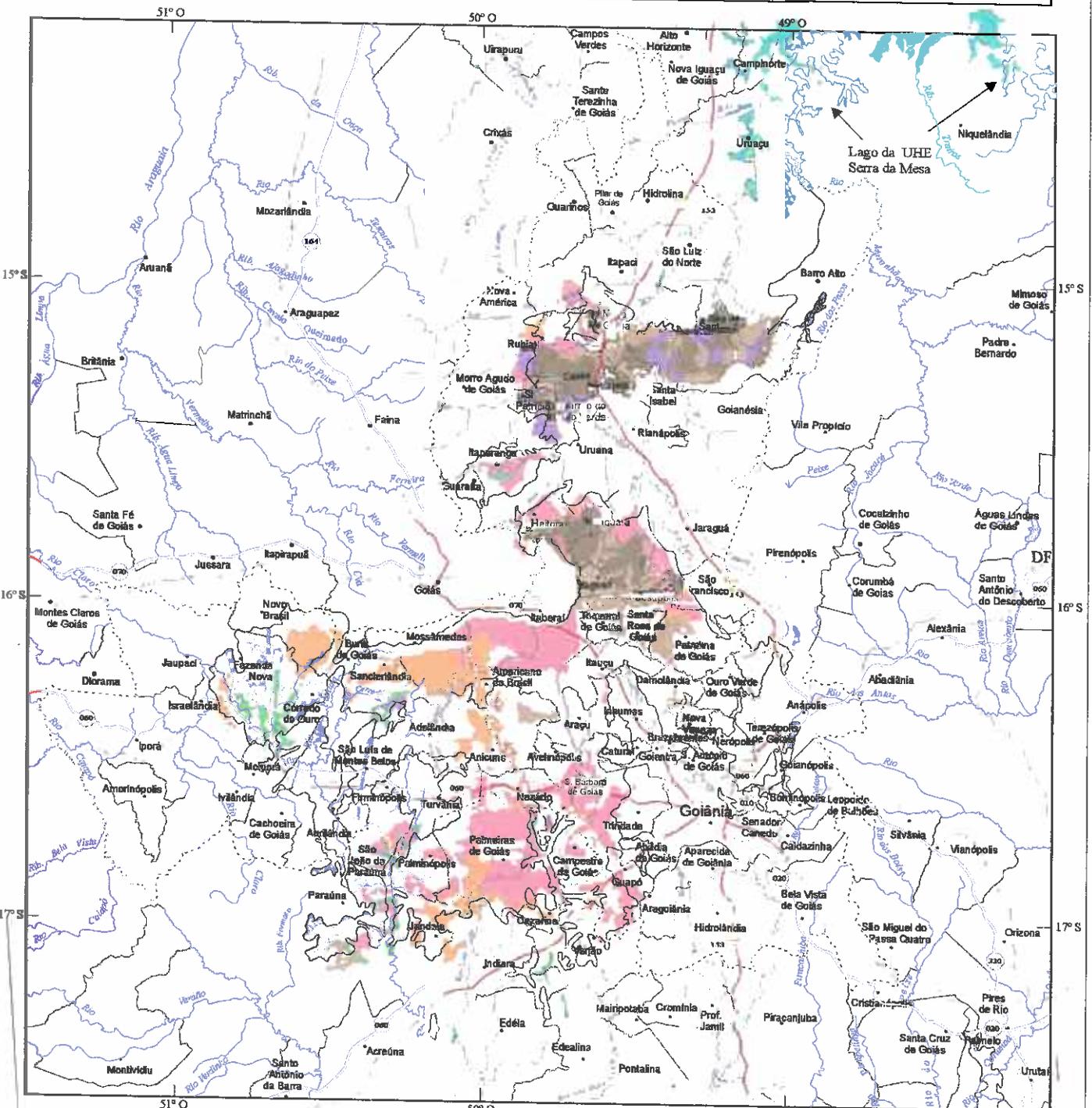
DERGO - Mapa Rodoviário Estadual,
 Escala 1: 1.000.000, 1997. Projeção Policônica

Cartografia digital:
 Loayndra Borges de Moraes
 Geógrafa

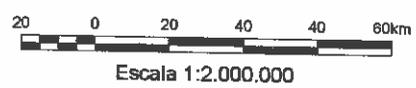
Fig. 03

SOLOS

Região da Floresta Estacional Decidual em Goiás



LEGENDA	
	Latossolo Vermelho Escuro
	Latossolo Roxo
	Latossolo Vermelho Amarelo
	Terra Roxa Estruturada
	Podzólio Vermelho-Amarelo
	Bunizém Avermelhado
	Cambissolo
	Gleissolo
	Solos Litólicos
	Floresta Estacional Decidual
	Mesoregião Centro Goiano
	Rodovia Federal
	Rodovia Estadual



Fonte:
 MME - PROJETO RADAMBRASIL
 Folhas SE.22 - Goiânia (1983) - Vol. 31
 SD 22 - Goiás (1981), Vol. 25
 Mapa exploratório de solos e de vegetação.
 Escala 1: 1.000.000
 DERGO - Mapa Rodoviário Estadual,
 Escala 1: 1.000.000, 1997. Projeção Policônica
 Cartografia digital:
 Rogério Sales de Andrade
 Geógrafo

Fig. 04

Estes solos são geralmente de férteis a muito férteis, o que promove a fisionomia florística da mata ao apresentar manchas densas de florestas.

O antigo Mato Grosso Goiano na sua forma original conheceu diferentes momentos no processo de ocupação. Embora as condições locais (meio natural) oferecessem motivações à ocupação, o fator preponderante da ocupação efetiva foi sem dúvida mediado pelas ações governamentais.

Até esse momento de sua história, a região apresentava a mesma função econômica inicial, qual seja, a de produzir cereais visando o abastecimento do mercado, o que proporcionava uma arrecadação do Imposto sobre Circulação de mercadorias (ICM) nos três setores⁵⁸ da economia (Primário, Secundário e Terciário), extremamente diferenciada entre estes setores; ao se considerar o montante arrecadado pelo setor primário, sendo que, a agricultura foi o maior responsável por essa diferença, ao apresentar-se altamente forte até esse período.

No contexto histórico do Estado de Goiás pode-se afirmar que o território foi se estruturando e se reorganizando ao longo do tempo para se adaptar às novas ordens estabelecidas.

Inserido neste contexto o Mato Grosso Goiano tornou-se um importante espaço regional assegurado pelos processos de organização desencadeados pela Marcha para o Oeste, quando viu-se o movimento de expansão da fronteira agrícola em Goiás desde os anos 30 e 40. Nesse período, no Mato Grosso Goiano, o surgimento de inúmeros povoados conferiu-lhe uma nova paisagem.

Durante a década de 50 houve um "boom" na criação de municípios em Goiás, onde grande parte teve lugar no mais recente espaço reservado à expansão da atividade agropecuária, essencialmente.

Entretanto, o antigo Mato Grosso Goiano que desde a década de 30 foi considerado o principal eixo econômico do Estado, sobretudo por haver se tornado um importante espaço agrícola num primeiro plano e pecuário num plano secundário, cedeu lugar às áreas de Cerrado, o que só foi possível com o advento da modernização agrícola.

Este processo iniciado nos anos 60 foi, ao longo das décadas de 70 e 80, viabilizando a ocupação agrícola de todos os espaços possíveis de serem mecanizados, o que permitiu uma redefinição da função inicial destes espaços.

⁵⁸ Considerando-se os dados relativos à arrecadação do ICM, em Goiás, para o ano de 1983, disponíveis na SEPLAN-GO (Extraídos da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás).

Na última década o que restou ao antigo Mato Grosso Goiano, tornando mais evidente as suas características é a atividade pecuária, principalmente a pecuária leiteira.

Entretanto existem nesse espaço, especificidades locais que se destacam pela tradição e pela força que exercem sobre a função desempenhada no âmbito do sistema econômico vigente.

Quando estiveram em Goiás, realizando o estudo sobre a Rodovia Belém Brasília na perspectiva da Geografia Regional, Valverde e Dias (1967: 290), assim se referiram ao Mato Grosso Goiano:

A evolução pedogenética em clima tropical semi-úmido deu origem nesta região, a latossolos vermelho-amarelos ou à terra roxa legítima, encarçada quando derivada de rochas gabróides. Prevaecem aí terras de matas, entremeadas, de vez em quando, por cerrados, formando o conhecido 'Mato Grosso de Goiás'. À fertilidade dos solos se deve, em grande parte, o sucesso da colonização em Ceres.

Nesse sentido, as áreas do antigo Mato Grosso Goiano apresentam as condições necessárias para o desenvolvimento da agropecuária leiteira ou de corte, bem como para a atividade agrícola.

3.2- A Fragmentação

Entre os pressupostos desta pesquisa destaca-se, em âmbito geral, o fato de que, no bojo da concretização da região do estudo, a modernização da agricultura viabilizou a intensificação das atividades econômicas até então iniciadas, reforçando o caráter agropecuário do Estado. A partir daí, tornou complexas essas atividades, permitindo que regiões se especializassem em determinados tipos e formas de produção. Nesse sentido, o antigo Mato Grosso Goiano, consistiu-se em um desses espaços, coma a produção de grãos para o mercado do centro-sul. Depois da consolidação dessa região produtora, mudanças recentes engendraram a sua fragmentação, uma consequência direta da modernização agrícola em Goiás.

O advento da modernização da agricultura respondeu por especializações produtivas que conduziram a antiga região do Mato Grosso Goiano a um processo de reorganização de seu conjunto. Essa reorganização, entende-se, foi processada sob a lógica capitalista de produção do espaço, fato que promoveu a sua atual configuração.

À primeira vista entender a dinâmica espacial atual de uma região calcada na especificidade da produção de um produto que é “dominante”, pode parecer incompreensível, quando estamos tratando de uma região de fronteira sustentada, principalmente, pela pecuária leiteira.

É apenas no contato com os dados e informações sobre a região, com as pessoas ligadas a ela e, sobretudo, no contato com a sua estrutura que podemos definir o significado desse fenômeno, pois, sem combinar tais elementos, esta constatação seria difícil.

Apesar disso, no bojo da concretização desta nova forma, a atividade agropecuária sofreu diversificações como uma necessidade emergente no momento em que a atividade hegemônica “parece” atravessar uma crise que perpassa pela lógica do sistema no qual está inserido.

O antigo Mato Grosso Goiano, que já tinha uma função definida no limiar da sua ocupação efetiva, apenas reafirmou esta, dentro das novas bases que o sistema vigente permitiu. Desse modo, vale considerar os efeitos desse novo padrão derivado da economia capitalista, considerados a partir das diferenciações produzidas no espaço.

Em âmbito geral diz-se que o processo de diferenciação espacial no país está vinculado à globalização da economia. Às novas diferenças espaciais elaboradas em Goiás inclui-se a fragmentação do antigo Mato Grosso Goiano, que a partir da década de 70, inseriu-se numa nova dinâmica econômica. Dessas transformações surgiu a especialização produtiva da região de Uruana cuja criação esteve ligada a alguns fatores específicos, dado o avanço do capitalismo no campo, entre eles:

- a) a entrada de novas técnicas no espaço rural;
- b) a redução da área utilizada na produção das tradicionais culturas, a partir da década de 80 e início da década de 90, que acompanhou o padrão do Estado;
- c) a imigração atraída pelas condições locais, ainda evidente na década de 80.

Nesse ínterim, as inovações introduzidas no espaço rural brasileiro produziram em Goiás muito mais que a viabilização do Cerrado para a economia. O eixo econômico que sempre esteve localizado na “zona” do Mato Grosso Goiano manteve-se, embora tenha perpassado por transformações.

Ao mesmo tempo em que a atividade agrícola ganhou espaço nas áreas de Cerrado; na “zona” de matas essa atividade teve suas áreas reduzidas em decorrência da expansão da pecuária.

Por outro lado, o aumento da produtividade conseguida pelo efeito dos insumos agrícolas “substituem”, em alguns casos, uma quantidade de área que seria necessária para se obter a mesma produtividade. Esse efeito é verificado com a cultura da melancia na região de Uruana, onde um produtor⁵⁹ se pronunciou do seguinte modo:

(...) Agente hoje tá sem mais dificuldade, através de.... expandiu muito a influência com a melancia sê uma fruta, assim, de grande produtividade, às vezes dava até pa [] ela reproduziu outras área. (...). “(...) Ela toma poco espaço de se ter uma cultura que te der lucro (...).

É necessário observar que, no caso específico da região aqui abordada, ocorreu como fato primeiro, no seu processo de constituição, a introdução de um novo elemento que iniciou alterações encadeantes no interior de um espaço “homogêneo”- o Mato Grosso de Goiás, o que se revelou como uma nova vida de relações, uma nova realidade, partindo de um “ponto” que combinou de forma específica a diversidade ali encontrada. O resultado disso é que se está diante de uma particularidade espacializada cujo processo de espacialização não está concluído, e portanto, não se pode precisar seus limites neste momento, apesar de existirem.

Embora a região esteja em fase de reorganização de suas bases e formas, a sua função permanece sem alterações que possam afetar o plano externo de relações, qual seja, a demanda e o consumo de melancia nos diversos Estados do país. Em razão disso, existe a necessidade de se assegurar essa função, e isto se dá através da própria diversificação na produção agrícola, que é uma estratégia necessária, sentida pelos produtores, muitas vezes complementada com a atividade pecuária. Não se poderia pensar de outro modo sobre a vida de relações aí produzida.

A pesquisa revelou que a combinação específica dos elementos que favoreceram a formação dessa região, constituiu no fato principal da sua organização interna. Isso porque o foco da produção poderia ter se iniciado em outra

área do Estado já que, estatisticamente há evidências de grande produção de melancia tanto em área, quanto em quantidade plantada em outros momentos e em outros municípios, como Rio Verde e Quirinópolis, por exemplo. Estes municípios ficaram em alguns períodos da década de 70, entre os maiores produtores goianos⁶⁰.

3.3- As Condições do Meio Natural

A descrição foi um recurso metodológico imprescindível para apresentar os elementos da natureza, que motivaram a ocupação inicial da região.

Numa combinação particular na esfera de relações – as ações humanas e numa iniciativa do social frente às suas necessidades, desencadeou-se a organização regional atual.

Sinônimo de progresso técnico do capitalismo, a modernização da agricultura foi cientificamente planejada e posteriormente executada, provocando de modo frenético, no campo brasileiro, o consumo da natureza⁶¹. Bastaram alguns anos para que a devastação quase total de determinados recursos naturais como a vegetação e o solo, por exemplo, se tornassem alvo de preocupações dos ambientalistas.

Esse dado porém, ao que indicam as informações das **figuras 05, 06 e 07** parece ter refletido pouco na região de Uruana, se comparado com o primeiro momento da sua ocupação, quando fazendas eram abertas e da noite para o dia formavam-se os povoados com o *boom* da frente pioneira no Mato Grosso Goiano.

A impressão que se tem de um impacto menor nesse período recente está ligada, de certo modo, a uma menor intensidade da euforia que tomava conta dos primeiros fazendeiros, dado a natureza da ocupação, bem como a forma com que se processou.

Somente a partir do olhar geográfico distanciado⁶² pode-se inferir que, dos anos 70 até fins dos anos 90, o processo de ocupação das terras indica a

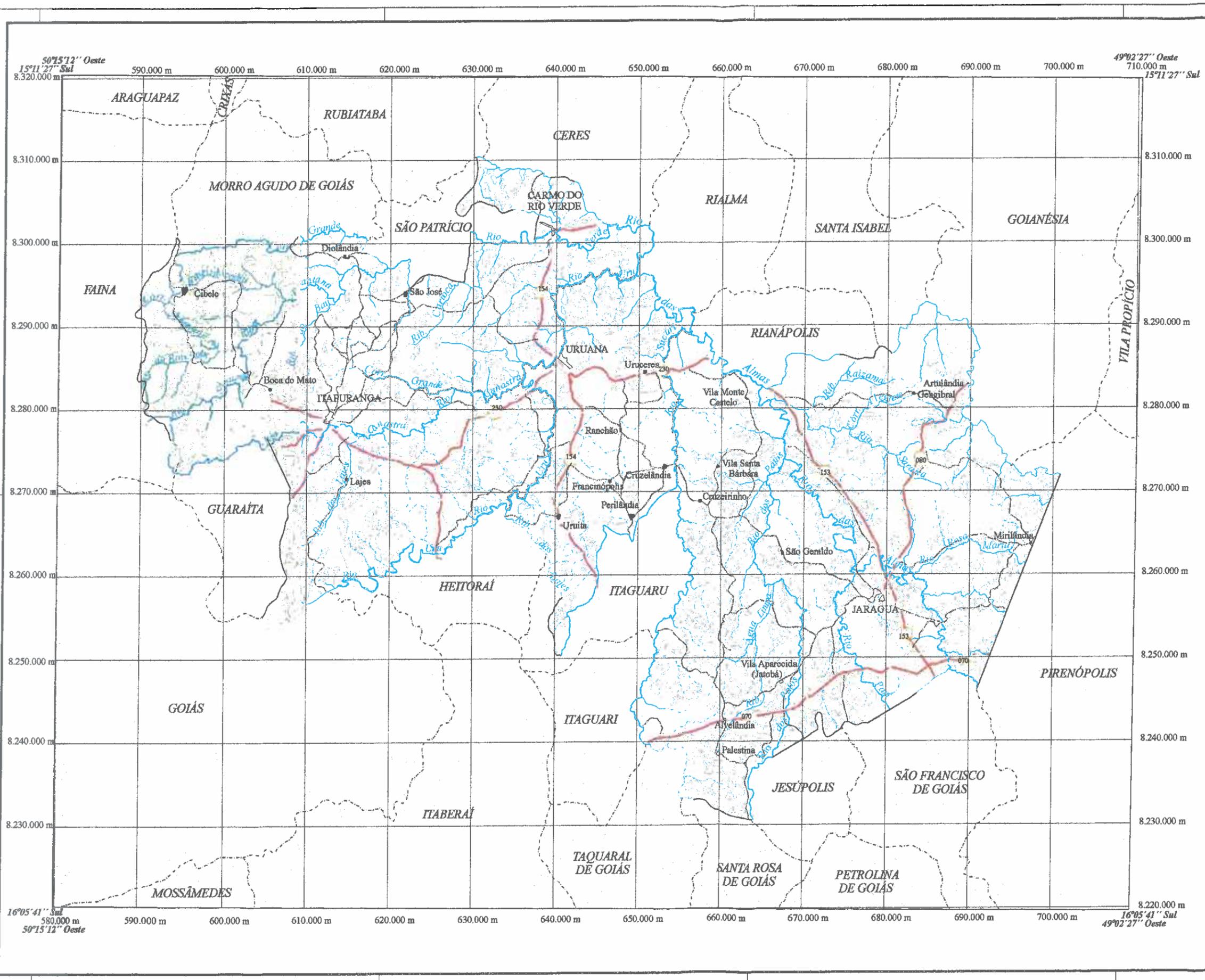
⁵⁹ N. A. S.. Produtor há 23 anos, iniciou nessa atividade em São Paulo. Em Uruana há 14 anos. Entrevista concedida em setembro de 2000.

⁶⁰ Os Censos Econômicos do IBGE mostram que na década de 70, os maiores produtores de melancia do Estado de Goiás estavam centrados no norte (atual Tocantins). Na porção sul, lideravam em produção e área plantada os municípios de Quirinópolis e Rio Verde, que mais tarde perderam destaque para Uruana.

⁶¹ Cf. Barreira (1997a).

⁶² De acordo com Barreira (1997b), o olhar distanciado aqui deve ser entendido como uma nova forma de se ver o processo de ocupação do espaço, através da utilização de recursos como por exemplo as imagens de satélite, que podem ser analisadas à luz de um olhar geográfico, permitindo ao pesquisador uma visão holística que auxilie na explicação de processos.

intensificação de uso e não mais para uma ação continuada de apropriação, a não ser em termos de concentração fundiária, caracterizado pelo “processo de fagocitose” (Graziano da Silva, 1982: 54), amplamente verificado na estrutura agrária do país.



USO DA TERRA-1966

LEGENDA

- Hidrografia
- Estrada Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Estrada Vicinal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Sede Municipal
- Distrito
- Vila/Povoado
- Limite da Área
- Limite Intermunicipal

CLASSES DE USO DA TERRA:

- Vegetação Natural (Mata / Cerrado)
- Agropecuária

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal - Córrego Alegre, MG
 Fonte : Cartas Topográficas 1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
 (Compilação)
 Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha

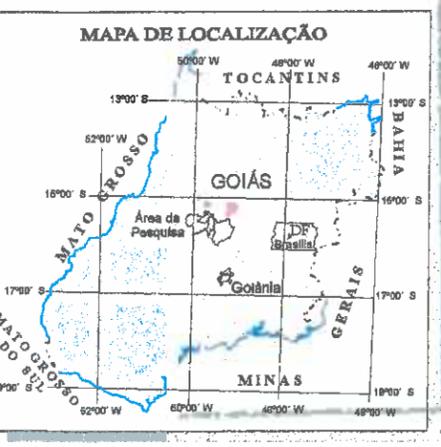
$16^{\circ}11'04''$ NM $0^{\circ}16'44.84''$

Varição anual da declinação magnética - 9' (crescente)
 Meridiano central do fuso - 51° W
 Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000

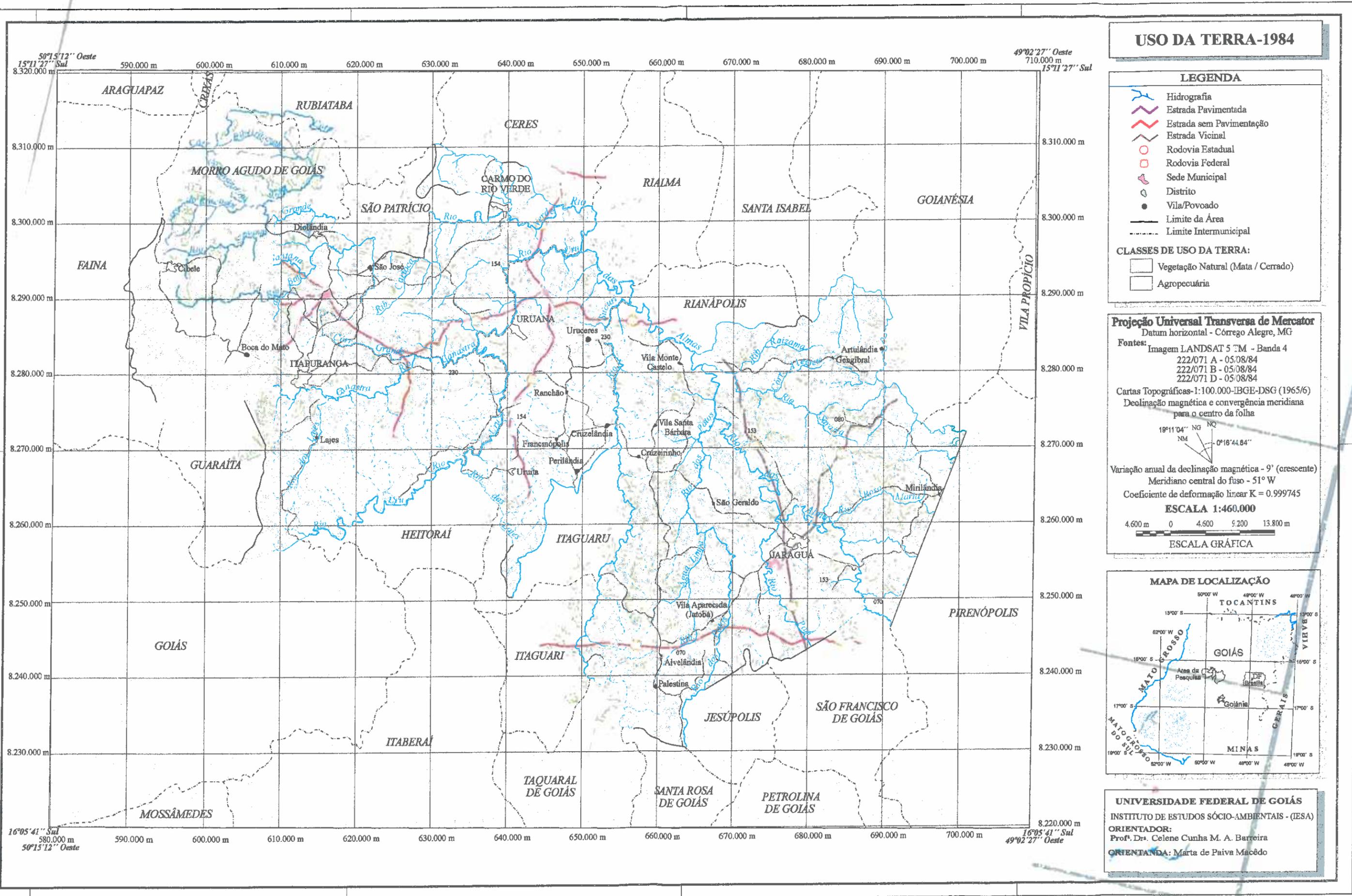
4.600 m 0 4.600 9.200 13.800 m

ESCALA GRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - (IESA)
ORIENTADOR:
 Prof. Dr.ª. Celene Cunha M. A. Barreira
ORIENTANDA: Marta de Paiva Macêdo

Fig. 05



USO DA TERRA-1984

LEGENDA

- Hidrografia
 - Estrada Pavimentada
 - Estrada sem Pavimentação
 - Estrada Vicinal
 - Rodovia Estadual
 - Rodovia Federal
 - Sede Municipal
 - Distrito
 - Vila/Povoado
 - Limite da Área
 - Limite Intermunicipal
- CLASSES DE USO DA TERRA:**
- Vegetação Natural (Mata / Cerrado)
 - Agropecuária

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum horizontal - Córrego Alegre, MG
 Fontes: Imagem LANDSAT 5 TM - Banda 4
 222/071 A - 05/08/84
 222/071 B - 05/08/84
 222/071 D - 05/08/84
 Cartas Topográficas-1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
 Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha

18°11'04" NG
 0°16'44.84" NM

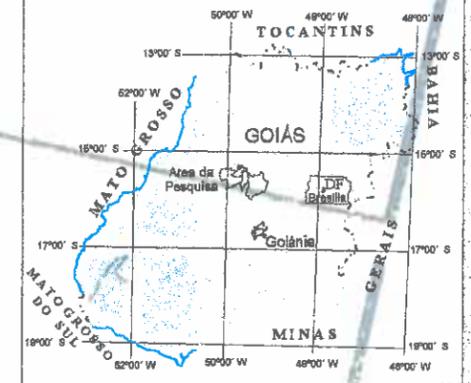
Variação anual da declinação magnética - 9' (crescente)
 Meridiano central do fuso - 51° W
 Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000

4.600 m 0 4.600 9.200 13.800 m

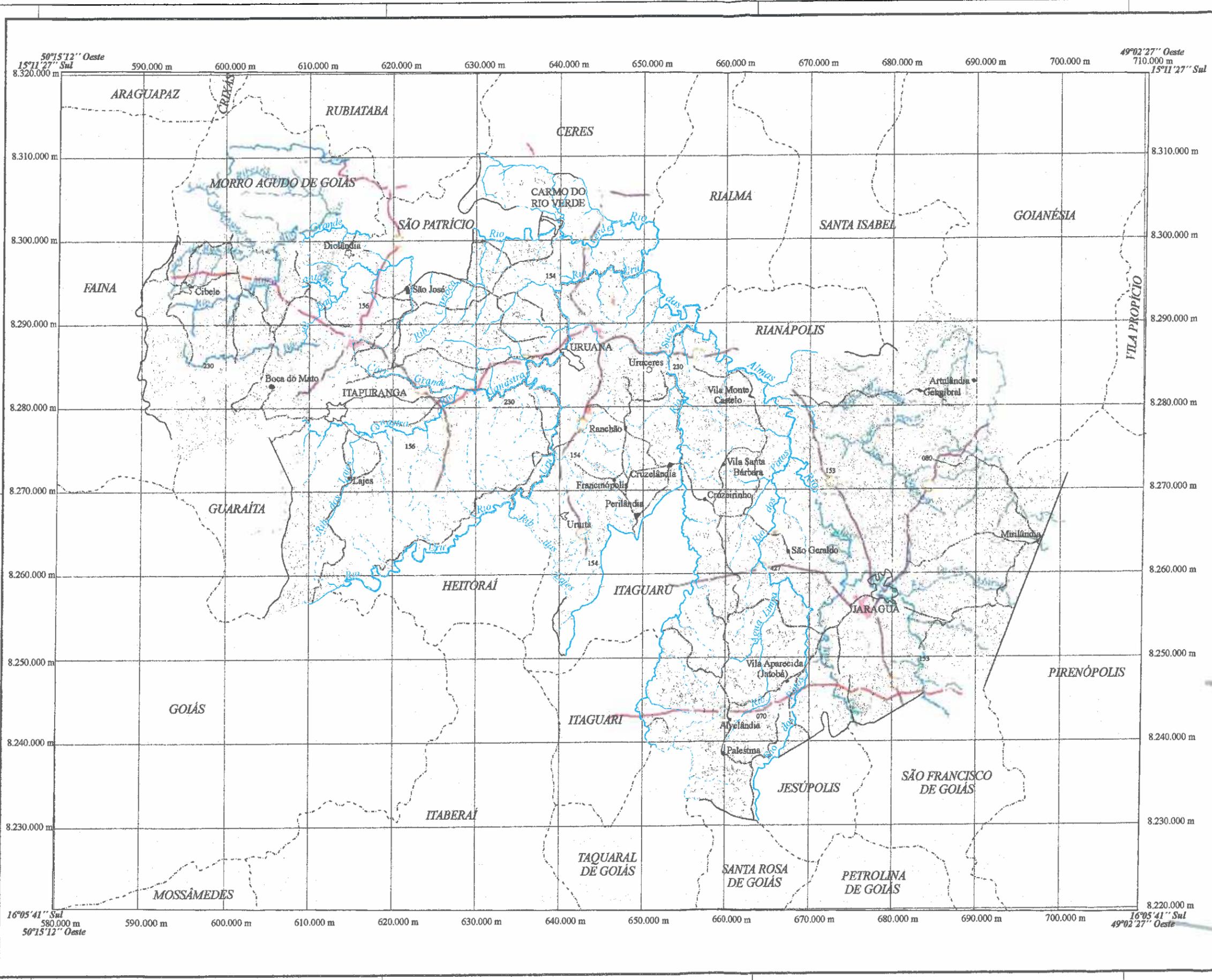
ESCALA GRÁFICA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - (IESA)
 ORIENTADOR:
 Prof. Dr. Celene Cunha M. A. Barreira
 ORIENTANDA: Marta de Paiva Macêdo

Fig. 06



USO DA TERRA-1997

LEGENDA

- Hidrografia
- Estrada Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Estrada Vicinal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Sede Municipal
- Distrito
- Vila/Povoado
- Limite da Área
- Limite Intermunicipal

CLASSES DE USO DA TERRA:

- Vegetação Natural (Mata / Cerrado)
- Agropecuária
- Agricultura Intensiva (Pivô Central)

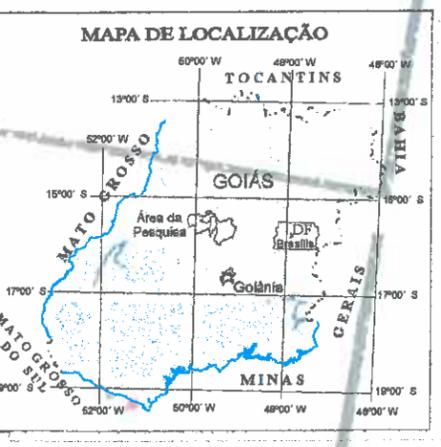
Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal - Córrego Alegre, MG
 Fontes: Imagem LANDSAT 5 TM RGB 543 222/071-22/06/97
 Cartas Topográficas-1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
 Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha
 $19^{\circ}11'04''$ NQ NQ
 $0^{\circ}16'44.84''$ NM

Variação anual da declinação magnética - 9' (crescente)
 Meridiano central do fuso - 51° W
 Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000

4.600 m 0 4.600 9.200 13.800 m

ESCALA GRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - (IESA)
ORIENTADOR:
 Prof. Dr. Celene Cunha M. A. Barreira
ORIENTANDA: Marta de Paiva Macêdo

Fig. 07

3.3.1- As Alterações percebidas através da Vegetação

Os mapas de uso da terra serviram para indicar uma possibilidade de se verificar as alterações espaciais⁶³ que ocorreram na região, onde ocorreram, além de fornecer pistas para se compreender as motivações de sua realização.

Dadas as circunstâncias que conduziram a esta forma de análise, foi conveniente utilizar fontes diferentes⁶⁴ para a elaboração dos mapas. O mapa da década de 60⁶⁵ foi o que apresentou mais restrições⁶⁶ em relação aos demais para que fosse considerado como uma representação possível de ser comparada, tendo em vista que, as informações nele contidas trazem algumas diferenças, em relação aos outros, no tocante às áreas preservadas. Evidentemente isso é um problema devido à natureza da fonte primária – as fotografias aéreas e do intérprete⁶⁷. O mapa da década de 80 foi obtido a partir de imagens da série Land Satellite (LANDSAT), 5 – Thematic Mapper (TM), em formato analógico, no modo pancromático, portanto, uma banda apenas, tendo sido suficiente para a extração das informações sobre a vegetação. O mapa da década de 90 também teve como fonte as imagens do satélite LANDSAT 5 – TM, porém num formato digital, em modo multiespectral, portanto três bandas, o que não comprometeu as interpretações, devido à singularidade do intérprete frente aos objetivos da representação das informações.

A legenda discrimina duas classes de uso. A classe de vegetação natural para designar as áreas de matas ou florestas e o Cerrado; e a outra, as áreas utilizadas com a atividade agropecuária. Apenas o mapa da década de 90 traz uma terceira classe de uso – a de agricultura intensiva designada de pivô central.

⁶³ Entenda-se por alterações espaciais as transformações mais gerais e mais abrangentes ocorridas nesse espaço, como por exemplo, a abertura de fazendas mas, principalmente a formação de pastagens, que é ressaltante nos mapas. Grande parte destas mesmas áreas formadas com pastagens são também destinadas à agricultura, durante um certo período do ano, o que é uma prática comum na Região Centro-Oeste.

⁶⁴ Apesar da natureza diferente das fontes, devido à forma em que foram tomadas, as escalas originais são iguais.

⁶⁵ Este mapa resultou da compilação das informações feita a partir das cartas topográficas elaboradas pelo IBGE.

⁶⁶ Estas restrições referem-se à diferença de interpretação que depende muito dos atributos da fonte, como resolução espacial e resolução espectral, por exemplo, que interferem no processo de interpretação das informações.

⁶⁷ Segundo informações obtidas junto a pesquisadores do IBGE em Goiânia, embora a base cartográfica seja de autoria deste órgão, as informações adicionais, de vegetação, foram executadas por técnicos que estiveram a seu serviço durante algum tempo. Por isso, não se pode atribuir total confiança a esse tema plotado nas cartas topográficas. Contudo, ele serve ao menos como referência para o tratamento da evolução de uso da terra, o que é de interesse desta pesquisa.

Estes mapas revelaram alterações espaciais importantes ao indicarem uma superposição de formas que atestam mudanças entre uma e outra décadas, o que ficou evidente na comparação dos mapas das décadas de 80 e 90.

Na classe identificada como vegetação natural foram agrupados os tipos de formações florestais encontrados na região e que, na proposição encontrada no Projeto RADAMBRASIL (1981, 1983), estão especificados como: Savana (Cerrado), Floresta Estacional Decidual⁶⁸ e Áreas de Tensão Ecológica (Contato Savana - Floresta Estacional).

A definição da legenda dos mapas com classes de uso abrangentes foi intencional. Não era o propósito identificar o lugar da ocorrência de cada tipo florístico, considerando-se que a área do estudo é caracterizada pelas variáveis que lhe atribuem significado próprio “de região”. Tampouco se pretendeu separar as classe de uso entre agricultura e pecuária, embora sabendo – se que esta possibilidade existe, seria impossível fazer um trabalho tão minucioso no âmbito das condições desta pesquisa⁶⁹.

Por outro lado, o agrupamento das classes de uso - as áreas destinadas à agricultura e à pecuária, deveu-se à própria natureza das fontes utilizadas, uma vez que a utilização das cartas topográficas foi importante apesar de não trazer esta separação.

Da mesma forma, a imagem da década de 80 ofereceu restrições quanto à interpretação, devidas às resoluções espacial (30 X 30m) e espectral⁷⁰, mas principalmente pelo modo⁷¹ disponível, o que comprometeria a extração detalhada

⁶⁸ Conforme a proposição encontrada no Projeto RADAMBRASIL, Dambrós et al. (1981: 524) consideram que: “O conceito de Floresta Estacional está ligado à estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes. Para ser considerada decidual, a porcentagem das árvores caducifólias no conjunto e não das espécies que perdem folhas individualmente, deve ser maior que 50% na época desfavorável.”

⁶⁹ A pesquisa exigiu a análise comparativa entre diferentes períodos em que as mudanças pudessem ser acompanhadas. Somente seria possível um detalhamento deste, ou seja, a discriminação e extração dos diferentes alvos, através de inúmeros trabalhos de campo utilizando-se as diferentes fontes de informações, dentro dos períodos em que foram tomadas. Fazer este tipo de diferenciação, com o material utilizado de outra forma, seria correr o risco de um comprometimento desnecessário. Além disso, as informações conseguidas foram suficientes para demonstrar as alterações processadas no espaço regional.

⁷⁰ Segundo Novo (1992: 55): “A resolução espacial mede a menor separação angular ou linear entre dois objetos.” (...) “A resolução espectral é uma medida da largura das faixas espectrais e da sensibilidade do sistema sensor em distinguir entre dois níveis de intensidade do sinal de retorno (resolução radiométrica).”

⁷¹ O modo de disponibilização das imagens de satélite é variável conforme os objetivos da sua utilização. Pode ser: pancromático ou multiespectral (com associação de bandas espectrais). Na realidade o modo pancromático da imagem utilizada foi a razão pela qual as resoluções espacial e espectral não auxiliaram muito no processo de extração das informações, oferecendo limitações quanto ao detalhamento. E não poderia ser de outra forma, tendo em vista que a escala da imagem

das informações. Contudo, nos limites da apresentação do tema - a vegetação, o que importa é a leitura que se pôde fazer a partir dele.

Acompanhando a sequência das representações desse tema, nota-se que, num período de três décadas, a fragmentação das áreas de vegetação natural acabou por transformar a região numa "colcha de retalhos".

Devido ao fato de que essa região apresentava um certo predomínio de vegetação natural, houve a necessidade dos desmatamentos para que se pudesse formar os pastos, já que, a economia pautada na atividade criatória (sobretudo com o gado bovino), passou a ser mais importante a partir da década de 60.

Estas alterações ficam evidentes na comparação que se faz das áreas desmatadas, principalmente dos municípios de Uruana e Jaraguá, tendo em vista que apresentavam uma ocorrência maior de vegetação natural no início do período considerado para esta análise, e que os progressos técnicos da modernização já podiam ser empregados de modo a aumentar o rendimento da atividade criatória a partir de pastagens melhoradas.

Por outro lado, neste mesmo período, em Carmo do Rio Verde e em Itapuranga, estas alterações não se deram com a mesma intensidade em relação aos outros municípios, o que é justificado por se tratar das áreas com maior ocorrência de matas e que evidentemente foram as primeiras a sofrer um impacto maior, concernente ao uso.

Convém destacar que durante todo esse período as áreas recobertas por vegetação natural, que prevaleceram, são aquelas com as maiores altitudes variando entre 900 e 1000m. Trata-se das formas aguçadas do Planalto do Alto - Tocantins Paranaíba e com os piores solos, os Cambissolos distróficos que evidentemente não serviriam ao uso agropecuário.

No curso das transformações observa-se que, de modo geral, as primeiras áreas a sofrerem alterações dentro do período considerado, e neste caso, entre 1960 e 1980, foram aquelas onde o relevo com forma tabular relativo às Depressões Intermontanas e com as menores altitudes, em torno de 600m, ofereceram as melhores condições, em princípio. Coincidem em sua maior parte com as áreas de Latossolos Vermelho - Escuro distrófico.

Dados contidos no estudo de Pré - Zoneamento dos Recursos Naturais do Estado de Goiás realizado pelo IBGE/ SEPLAN (1989) corroboram estas

informações, a partir do índice de cobertura vegetal existente na região. Conforme este estudo, em 1989, as áreas recobertas por vegetação natural, apresentavam um predomínio do índice de 10 a 40% em Uruana e Jaraguá, enquanto em Jaraguá constatou-se a ocorrência de áreas com índice de 40 a 80%, que correspondem naturalmente à porção nordeste desse município, onde a concentração da vegetação era maior em 1984. Nesse mesmo ano parte do município de Uruana já apresentava índice menor que 10%.

Em Carmo do Rio Verde e em Itapuranga, embora os índices variassem mais em relação aos outros municípios, observou-se a ocorrência de áreas com índice menor que 10%.

Novamente nas maiores altitudes do relevo, acima de 800m, o índice de cobertura vegetal excedia os 40%, ficando entre 40 e 80% em Itapuranga, sendo que foi verificado em Carmo a concentração das maiores dimensões com índice menor que 10%.

Num segundo momento, meados da década de 80 até fins da década de 90 ocorreram as alterações espaciais que se pode considerar como as mais importantes, dadas as circunstâncias em que ocorreram. É quando se percebe o retalhamento mais intenso sobre as áreas com remanescentes de vegetação natural.

Desta vez houve um aproveitamento ainda maior das áreas semi - abertas para a agropecuária, verificadas principalmente no município de Jaraguá, onde as altitudes estão acima de 700m, e cujas formas do relevo são predominantemente convexas.

Os solos são os Cambissolos distróficos e o Latossolo Vermelho – Amarelo distrófico. Cabe aqui uma ressalva sobre as características dos solos ora apresentados. Em que pese o fato de terem as propriedades químicas pobres em parte dos solos encontrados na região, as características físicas, morfológicas e topográficas favorecem o uso agrícola⁷², desde que as deficiências básicas (propriedades químicas) sejam corrigidas.

Desse modo pôde-se estabelecer correlações entre o período de expansão da fronteira agropecuária (1960 - 1980) e o período de sua consolidação (na década de 80), e entre este momento e o atual (década de 90).

⁷² Do mesmo modo, servem também ao uso para a atividade pecuária, sobretudo porque as condições técnicas atuais propiciam a formação de pastagens com rendimentos satisfatórios. Nesse sentido, culturas climaticamente adaptadas, ressaltando-se as limitações por relevo em alguns casos, oferecem boa produtividade em toda a região.

3.3.2- As Formas do Relevo

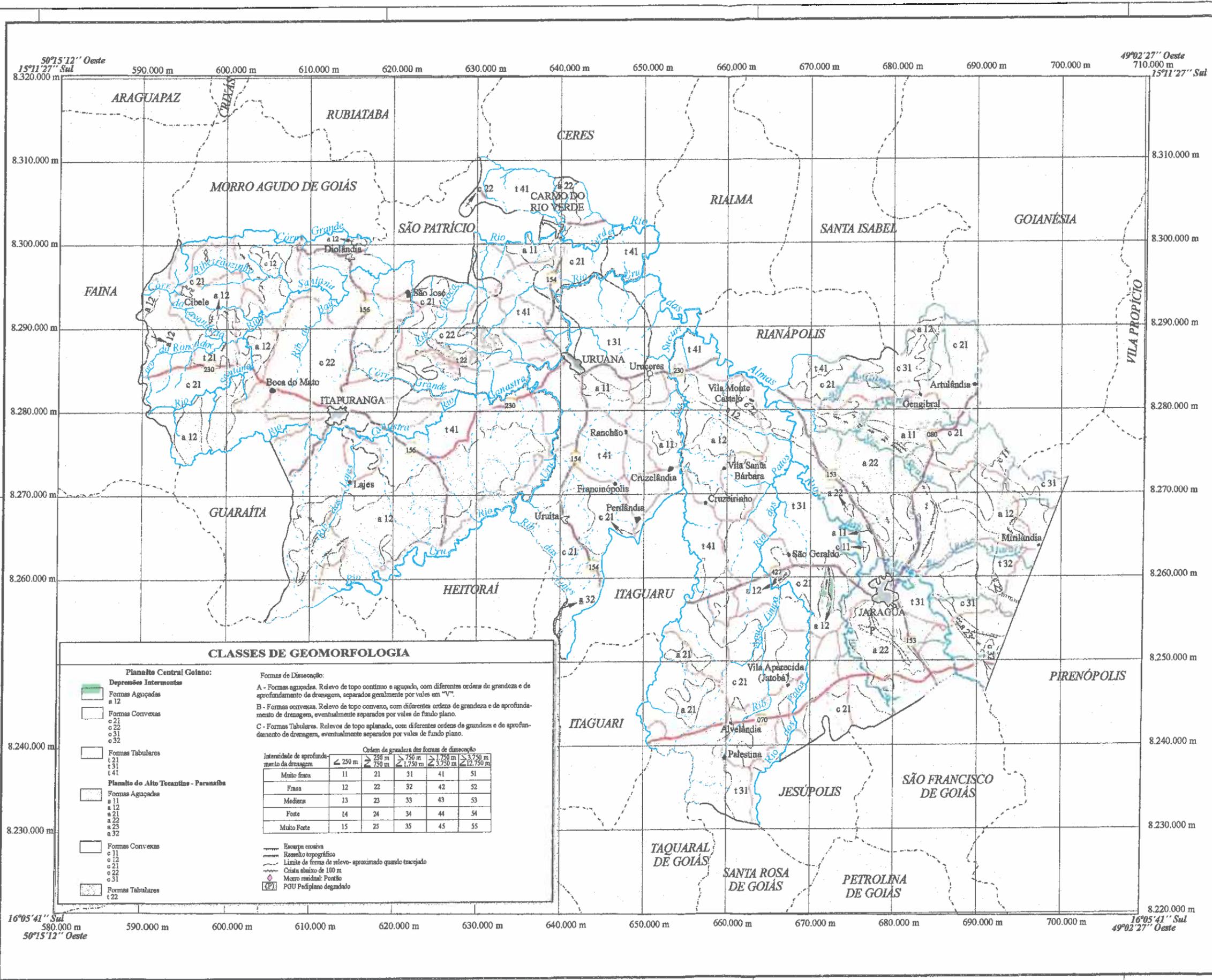
No âmbito da estrutura física da região é o domínio das áreas de floresta que originalmente existiu, associado à concentração dos melhores solos para a prática agrícola⁷³, a primeira situação de caracterização.

O relevo, no entanto, aparece como um fator importante, seja na constituição de um aglomerado urbano, seja na implantação de atividades que requeiram uma base de apoio compatível com o sistema de organização pretendido pelos grupos sociais interessados. Não se quer dizer com isso que exista um determinismo explícito nas formas de organização da sociedade, e sim, que a escolha dos lugares requer um estudo, um planejamento e que isto será sempre uma necessidade antes de qualquer tipo de intervenção na natureza, a despeito de não ser determinante para a atuação humana.

A partir desta observação presume-se que o fator localização tenha privilegiado determinadas atividades, sobretudo produtivas agrícolas em Goiás e na região de Uruana, por consequência.

Observando-se a **figura 08** verifica-se que as formas tabulares nas Depressões Intermontanas do Planalto Central Goiano “parecem” projetar as melhores condições para a ocupação com a agricultura, por exemplo. Entretanto o processo de ocupação do solo está atrelado a outros fatores de natureza física, mas também social.

⁷³ Desde que corrigidas as suas limitações de ordem química.



GEOMORFOLOGIA

LEGENDA

- Hidrografia
- Estrada Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Estrada Vicinal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Sede Municipal
- Distrito
- Vila/Povoado
- Limite da Área
- Limite Intermunicipal

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal - Córrego Alegre, MG

Fontes:
Projeto Radambrasil - Escala 1/250.000 (compilação)
Cartas Topográficas-1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha

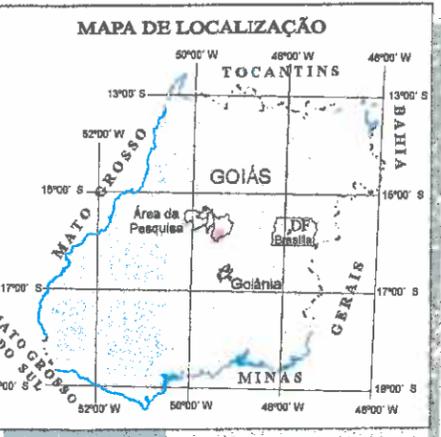
$19^{\circ}11'04''$ NG NQ
 $0^{\circ}18'44,84''$ NM

Variação anual da declinação magnética - 9' (crescente)
Meridiano central do fuso - 51° W
Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000

4.600 m 0 4.600 9.200 13.800 m

ESCALA GRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - (IESA)
ORIENTADOR:
Prof. Dr. Celene Cunha M. A. Barreira
ORIENTANDA: Marta de Paiva Macêdo

CLASSES DE GEOMORFOLOGIA

Planalto Central Goiano:

Depressões Intermontanas

- Formas Aguçadas a 12
- Formas Convexas c 21, c 22, c 31, c 32
- Formas Tabulares t 21, t 31, t 41

Planalto do Alto Tocantins - Paranaíba

- Formas Aguçadas a 11, a 12, a 21, a 22, a 23, a 32
- Formas Convexas c 11, c 12, c 21, c 22, c 31
- Formas Tabulares t 22

Formas de Dissecção:

A - Formas aguçadas. Relevo de topo contínuo e aguçado, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vales em "V".

B - Formas convexas. Relevo de topo convexo, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, eventualmente separados por vales de fundo plano.

C - Formas Tabulares. Relevos de topo aplanado, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, eventualmente separados por vales de fundo plano.

Intensidade de aprofundamento da drenagem	Ordem de grandeza das formas de dissecção				
	≤ 250 m	> 250 m < 750 m	> 750 m < 1.750 m	> 1.750 m < 3.750 m	> 3.750 m < 12.750 m
Muito fraca	11	21	31	41	51
Fraca	12	22	32	42	52
Mediana	13	23	33	43	53
Forte	14	24	34	44	54
Muito Forte	15	25	35	45	55

Escarpa erosiva
Ressalto topográfico
Limite de forma de relevo - aproximado quando tracejado
Crieta abaixo de 100 m
Morro residual: Ponto
(P) PGU Pediplano degradado

Fig. 08

Juntamente com estes aspectos convém destacar a extensão das formas de dissecação (aguçadas, convexas e tabulares) associadas às Depressões Intermontanas, da unidade geomorfológica do Planalto Central Goiano, que abrangem a região.

Tomadas no conjunto da região, as formas tabulares e convexas são dominantes em relação à unidade do Planalto do Alto Tocantins - Paranaíba, onde a ocorrência das formas de dissecação é menor.

As Depressões Intermontanas representam o modelado do Planalto Central Goiano com cotas que variam de 400 a 750m, onde a atuação da dissecação praticamente inexistente, de modo a configurar extensa superfície regular que se insinua no Planalto do Alto Tocantins - Paranaíba. Mamede; Nascimento; Franco In: Projeto RADAMBRASIL (1981: 321)

Ainda segundo essas autoras, o Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba é caracterizado por cotas que variam de 750 a 1100m, com intensidades variadas de dissecação e grande número de relevos residuais, abrangendo ainda, as grandes estruturas graníticas e os complexos básico-ultrabásicos. (idem; ibidem)

O domínio das formas tabulares nos municípios de Uruana, Jaraguá e Carmo do Rio Verde, associado aos tipos de solos aí presentes (sem grandes restrições quanto ao uso agrícola), tem favorecido as atividades desenvolvidas na região, tanto agrícola, quanto pecuária, já que uma e outra dependem do cultivo do solo. O cultivo do solo para a atividade pecuária deve ser entendido aqui como ao cultivo de gramíneas (capim) para a formação de pastagens (são as pastagens "artificiais" ou plantadas).

Em hipótese, a região de Uruana estaria fadada a se envolver cada vez mais com a atividade agrícola, se isso fosse uma condição decisiva para a sua economia ou se as condições físicas fossem realmente determinantes.

Entretanto, a realidade é mais complexa e o sistema capitalista é também definidor de questões relacionadas com as economias regionais, imponente e regulador de suas fases, pressupõe "sazonalidades" a estas.

3.3.3- Os Solos

Os solos da região de Uruana são, em grande parte, classificados como Latossolos. Estes, por sua vez, possuem variações de acordo com as características

predominantes apresentadas, conforme pode ser observado na legenda na **figura 09**.

Existem ainda em grande extensão, logo depois dos Latossolos, os Cambissolos, seguidos pelos Brunizéns, Podzólicos e Terras Roxas. Todos com variações. Por último, são encontrados os Gleis Húmicos.

Em geral os Latossolos são quimicamente pobres. No entanto, possuem boas características físicas, morfológicas e topográficas, o que favorece o uso agrícola, quando as deficiências químicas são corrigidas. Estão distribuídos assim em toda a região.

Os Cambissolos, por outro lado, apesar de moderadamente drenados, são também pobres e apresentam restrições quanto ao uso para a atividade agropecuária, devidas à movimentação do relevo onde são encontrados, o que é desfavorável à mecanização.

A classe de Brunizéns representa uma das mais favoráveis ao uso agrícola, possuindo boas propriedades básicas (físicas e químicas). As restrições quanto ao uso somente ocorrem em caso de relevo acidentado. Do mesmo modo, os Podzólicos possuem boas características físicas para o uso, exceto quando ocorrem em relevo ondulado.

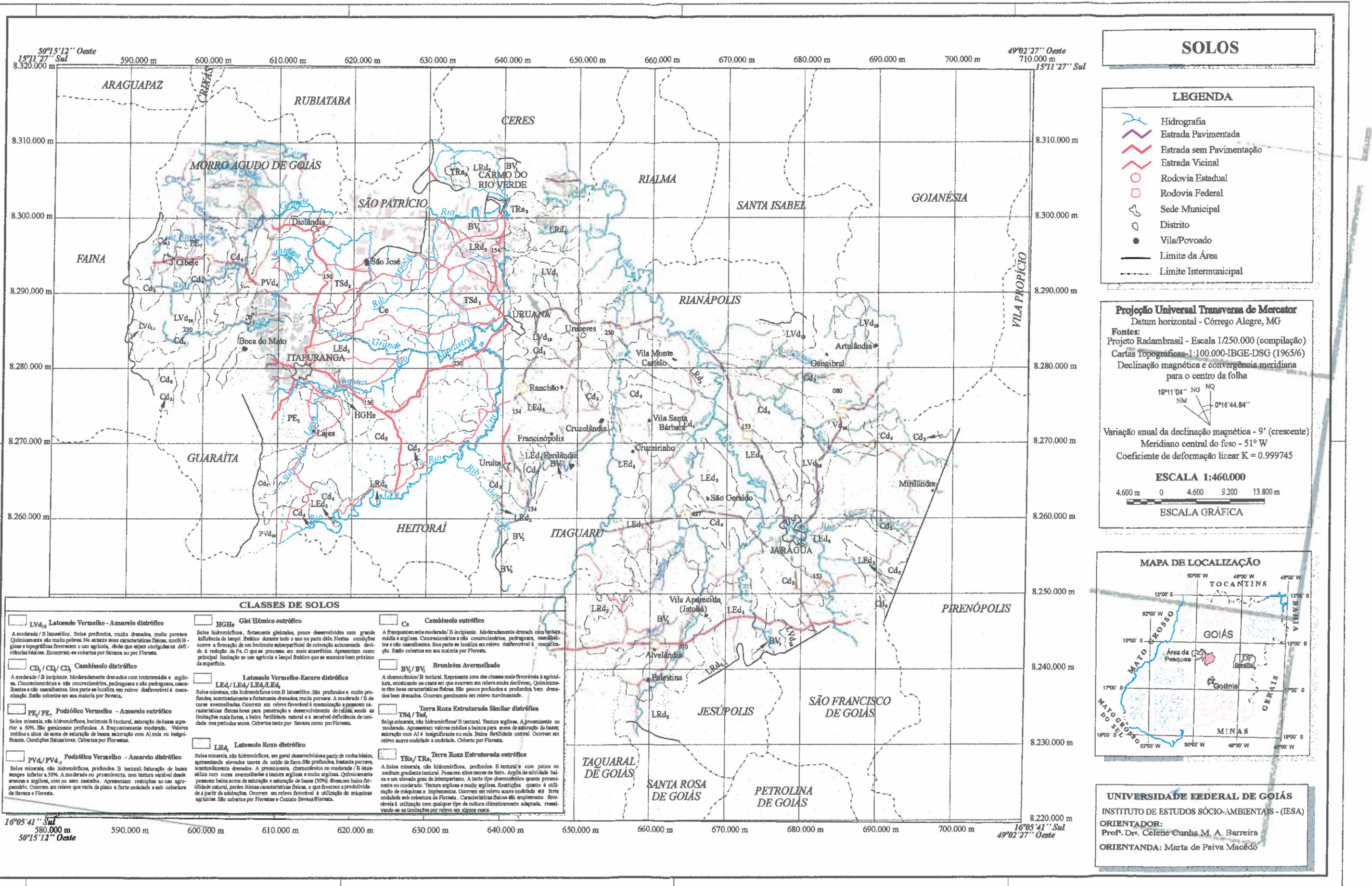
As Terras Roxas são solos minerais, profundos, com textura argilosa. A alta concentração de Fe (ferro) confere baixa fertilidade natural a estes solos. Entretanto as características físicas favorecem o uso para culturas climaticamente adaptadas.

Os Gleis Húmicos são solos hidromórficos, gleizados, com influência do lençol freático, não se prestando portanto ao uso agrícola. É a menor ocorrência na região.

Os Latossolos são o único tipo de solos encontrados sobre formas tabulares na região, o que requer necessariamente que sejam corrigidas as suas deficiências minerais para o uso agrícola, todavia não oferecem restrições quanto à mecanização.

Exceto os Cambissolos, que são encontrados em terrenos declivosos (formas aguçadas), os outros solos são desenvolvidos sobre formas convexas, o que restringe em parte a sua utilização.

No que se refere à distribuição destes solos na região nota-se o favorecimento dos municípios de Carmo do Rio Verde, Jaraguá e Uruana para a atividade agropecuária, agrícola, sobretudo. Nestes municípios encontram-se a maior parte dos Latossolos, portanto, as melhores possibilidades de mecanização.



SOLOS

LEGENDA

- Hidrografia
- Estrada Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Estrada Vicinal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Sede Municipal
- Distrito
- Vila/Povoado
- Limite da Área
- Limite Intermunicipal

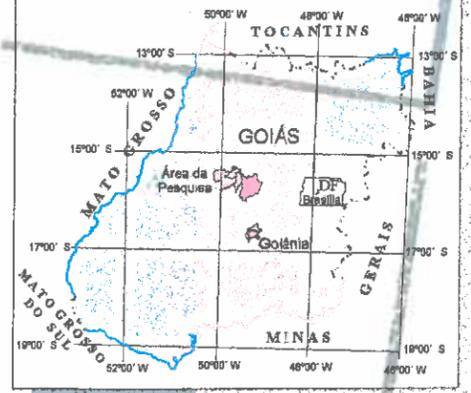
Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum horizontal - Córrego Alegre, MG
 Fontes: Projeto Radambrasil - Escala 1/250.000 (compilação)
 Cartas Topográficas-1:100.000-IBGE-DSG (1965/6)
 Declinação magnética e convergência meridiana para o centro da folha
 19°11'04" NG NQ
 NM 0°16'44.84"
 Variação anual da declinação magnética - 9' (crescente)
 Meridiano central do fuso - 51° W
 Coeficiente de deformação linear K = 0.999745

ESCALA 1:460.000



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



CLASSES DE SOLOS

- | | | |
|---|--|---|
| <p>LVd₁₀ Latossolo Vermelho - Amarelo distrófico</p> <p>A moderado / B latossólico. Solos profundos, muito drenados, muito porosos. Quimicamente são muito pobres. No entanto suas características físicas, morfológicas e topográficas favorecem o uso agrícola, desde que sejam corrigidas as deficiências básicas. Encontram-se cobertos por Savana ou por Floresta.</p> | <p>HGHc Gleí Hêmico eutrófico</p> <p>Solos hidromórficos, fortemente gleizados, pouco desenvolvidos com grande influência do lençol freático durante todo o ano ou parte dele. Nestas condições ocorre a formação de um horizonte subsuperficial de coloração acinzentada devido à redução do Fe. O que se processa em meio anaeróbico. Apresentam como principal limitação ao uso agrícola o lençol freático que se encontra bem próximo da superfície.</p> | <p>Ce Cambissolo eutrófico</p> <p>A frequentemente moderado / B incipiente. Moderadamente drenado com textura média e argilosa. Concrecionários e cilo concrecionários, pedregosos, cuachilhos e cilo cascalhos. Boa parte se localiza em relevo desfavorável à mecanização. São cobertos em sua maioria por Floresta.</p> |
| <p>Cd₁ / Cd₂ / Cd₃ Cambissolo distrófico</p> <p>A moderado / B incipiente. Moderadamente drenados com texturas média e argilosa. Concrecionários e cilo concrecionários, pedregosos e cilo cascalhos. Boa parte se localiza em relevo desfavorável à mecanização. São cobertos em sua maioria por Floresta.</p> | <p>LEd₁ / LEd₂ / LEd₃ / LEd₄ Latossolo Vermelho-Escuro distrófico</p> <p>Solos minerais, não hidromórficos com B latossólico. São profundos e muito profundos, extremamente a fortemente drenados, muito porosos. A moderado / B de cores avermelhadas. Ocorrem em relevo favorável à mecanização e possuem características físicas boas para penetração e desenvolvimento de raízes, sendo as limitações mais fortes, a baixa fertilidade natural e a eventual deficiência de umidade nos períodos secos. Cobertos tanto por Savana como por Floresta.</p> | <p>BV₁ / BV₂ Brunizém Avermelhado</p> <p>A choroizêmico / B textural. Representa uma das classes mais favoráveis à agricultura, excetuando os casos em que ocorrem em relevo muito declivoso. Quimicamente têm boas características físicas. São pouco profundos e profundos, bem drenados e bem desenvolvidos. Ocorrem geralmente em relevo nivelado.</p> |
| <p>PE₁ / PE₂ Podzólico Vermelho - Amarelo eutrófico</p> <p>Solos minerais, não hidromórficos, horizonte B textural, saturação de bases superior a 50%. São pedregosos profundos. A frequência moderada. Valores médios e altos de soma de saturação de bases, saturação com Al mola ou insignificante. Condições físicas boas. Cobertos por Floresta.</p> | <p>LRd Latossolo Roxo distrófico</p> <p>Solos minerais, não hidromórficos, em geral desenvolvidos a partir de rochas básicas, apresentando elevados teores de óxido de ferro. São profundos, bastante porosos, extremamente drenados. A prominentemente choroizêmico ou moderado / B latossólico com cores avermelhadas e textura argilosa e muito argilosa. Quimicamente possuem baixa soma de saturação e saturação de bases (50%) - possuem baixa fertilidade natural, porém ótimas características físicas, o que favorece a produtividade a partir de adubações. Ocorrem em relevo favorável à utilização de máquinas agrícolas. São cobertos por Floresta e Cuzate Savana/Floresta.</p> | <p>TSD₁ / Tsd₂ Terra Roxa Estruturada Similar distrófica</p> <p>Solos minerais, não hidromórficos / B textural. Textura argilosa. A prominentemente ou moderado. Apresentam valores médios a baixos para soma de saturação de bases, saturação com Al é insignificante ou nula. Baixa fertilidade natural. Ocorrem em relevo suave ondulado a ondulado. Cobertos por Floresta.</p> |
| <p>PVd₁ / PVd₂ Podzólico Vermelho - Amarelo distrófico</p> <p>Solos minerais, não hidromórficos, profundos. B textural. Saturação de bases sempre inferior a 50%. A moderado ou predominantemente com textura variável desde arenosa a argilosa, com ou sem cascalho. Apresentam restrições ao uso agropecuário. Ocorrem em relevo que varia de plano a forte ondulado e sob cobertura de Savana e Floresta.</p> | <p>TRe₁ / TRe₂ Terra Roxa Estruturada eutrófica</p> <p>A solos minerais, não hidromórficos, profundos. B textural e com pouco ou nenhum gradiente textural. Possuem altos teores de ferro. Argila de atividade baixa e um elevado grau de intemperismo. A tanto tipo choroizêmico quanto prominentemente ou moderado. Textura argilosa e muito argilosa. Restrições quanto à utilização de máquinas e implementos. Ocorrem em relevo suave ondulado até forte ondulado sob cobertura de Floresta. Características físicas são implemento favoráveis à utilização com qualquer tipo de cultura climaticamente adaptada, ressaltando-se as limitações por relevo em alguns casos.</p> | |

Fig. 09

3.3.4- A Rede de Drenagem

O Rio das Almas é a principal fonte hídrica da região. É abastecido por afluentes importantes como os rios: Uru (Uruana), Sucuri (Jaraguá), Canastra (Itapuranga), Verde (Carmo do Rio Verde), Pará (Jaraguá) e dos Patos (Jaraguá).

Apesar das variações relativas à ordem de grandeza das formas de dissecação presentes na região, há o predomínio da grandeza representada pelo intervalo de > 1750 a ≤ 3750 m, conseqüentemente com intensidade de aprofundamento de drenagem muito fraca, associado às Depressões Intermontanas. Com isso, evidencia-se certa homogeneidade no tocante à densidade⁷⁴ de drenagem em toda a região.

A presença de áreas de várzea é uma característica das partes depressionárias, marcadas com a presença de buritizais no seu interior. Ocorrem em toda a região.

O abastecimento de água na região ainda não constitui um problema que requeira cuidados especiais. Os mananciais hídricos contam com volume de água suficiente para a demanda durante o ano todo.

Por outro lado, durante a pesquisa de campo, se teve notícias de que alguns conflitos entre os produtores foram travados devido à falta de organização entre eles no momento da produção. O motivo dos conflitos esteve vinculado com a redução no volume das águas dos córregos que deveriam abastecer as lavouras à jusante de determinadas propriedades, através da utilização de motores de bombeamento para alimentar os instrumentos de irrigação (aspersores, por exemplo). Neste caso os proprietários das fazendas localizadas mais a montante não assumiram um controle da água utilizada, causando os transtornos que levaram a brigas judiciais.

Esse dado reflete a realidade das regiões agrícolas especializadas, mostrando um momento em que as relações interpessoais são afetadas pelos limites da racionalidade. Santos (1997: 242) explica na íntegra como isso se dá:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em um lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e

⁷⁴ Entenda-se por densidade de drenagem a maior ou menor concentração de cursos d'água num determinado local.

das novas relações capitalistas. Estas são a base da ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto conduz a um novo aprofundamento do contexto, levando, também, as áreas correspondentes a um processo de racionalização cada vez mais intenso e com tendência a se instalar em todos os aspectos da vida.

Este fato no entanto não teve repercussão em toda a região, tampouco é um problema frequente.

De acordo com a pesquisa de campo, em Carmo do Rio Verde, por exemplo, já se percebe uma organização relativa à utilização da água.

3.3.5- O Clima

A região de Uruana está submetida a uma zona de estabilidade com tempo muito quente no Verão e ameno no Inverno. Ressalte-se que esta é dinâmica climática presente na Região Centro-Oeste. Porém, esta dinâmica pode variar as condições do clima por meio de sistemas de circulação ou correntes perturbadoras. Neste caso, o *sistema de circulação perturbada de Sul*⁷⁵, representado pelo anticiclone polar e pela frente polar (FP), é o que atua na região durante o Inverno provocando chuvas esporádicas e queda de temperatura. Responsável pelas instabilidades de grande área da Região Centro-Oeste, o *sistema de circulação perturbada de Oeste* (ITs - Instabilidade Tropical), atua no Verão definindo as características desta estação.

As temperaturas mais elevadas durante a Primavera e o Verão decorrem da ausência completa de invasões de ar frio de origem polar, sendo que a média anual não ultrapassa os 22^o C. Nimer (1988: 25) Junte-se a este fator, o posicionamento geográfico do Estado de Goiás (predominantemente tropical).

No Inverno, devido à continentalidade da Região e da baixa umidade relativa do ar, tem-se nos meses de junho e julho as menores temperaturas⁷⁶.

O regime das chuvas deve-se aos sistemas regionais de circulação atmosférica. A média anual da precipitação gira em torno de 1750 – 2000mm.

⁷⁵ Na Região Centro-Oeste este sistema possui comportamento diferenciado no inverno e no verão.

⁷⁶ Um dado importante em relação ao clima da região de Uruana é o fato de ser apropriado para a obtenção de frutos (melancia) saudáveis e de sabor doce. Apesar disso, a produção requer cuidados especiais, pois, quando o inverno torna-se rigoroso demais para as condições normais do tempo, ou quando as temperaturas aumentam muito, dadas as instabilidades na dinâmica climática, isso também afeta diretamente a produção.

Com regime sazonal, a precipitação tem sua máxima no Verão e mínima no Inverno⁷⁷. Normalmente entre os meses de novembro a março⁷⁸ ocorre a precipitação da maior parte do total de chuvas acumulado (mais de 70%), sendo o trimestre mais chuvoso - dezembro, janeiro e fevereiro (com a precipitação de 45 a 55% do total anual).

De acordo com a classificação de classificação de Nimer (1988), o regime térmico da Região Centro-Oeste possui um grande domínio climático – quente. Este está dividido em clima quente e sub-quente. Nas áreas de clima tropical quente (úmido e sub-úmido) as temperaturas alcançam máximas diárias de 38^o C ou mais. Este tipo ocorre em grande parte da Região Centro-Oeste.

Nas áreas de clima de clima tropical sub-quente (úmido e sub-úmido), verificam-se temperaturas também altas, porém, inferiores às da zona de clima tropical quente.

A Região de Uruana se insere exatamente na zona de clima tropical sub-quente e sub-úmido⁷⁹, observando-se a classificação de Nimer (op. cit. p.33). Ainda segundo este autor, o regime sazonal deste clima tropical é controlado fundamentalmente por massas de ar originárias da zona tropical, sobretudo pelo anticiclone do Atlântico Sul.

Dado este quadro físico, bem como a constatação de alterações processadas no espaço regional em tela, torna-se conveniente demonstrar quais foram os elementos/ agentes responsáveis por essas transformações, bem como a ordem em que ocorreram, como forma de estabelecer conexão entre a fase em que o meio natural representou uma possibilidade de uso mais intenso e o momento que se seguiu, quando as mudanças foram condicionadas pela modernização agrícola, como adiante se verá.

⁷⁷ No inverno, o período seco – maio a agosto, com ausência de chuva por até 30 dias, é garantia de tempo bom para a colheita que ocorre no mês de setembro. O período de estiagem ocorre normalmente entre março e setembro, o que garante pelo menos duas safras.

⁷⁸ Os produtores goianos de melancia raramente iniciam o plantio neste período, dado o alto índice de precipitação não favorecer o crescimento das plantas. No entanto, via de regra, nos últimos anos, alguns produtores iniciaram o plantio no mês de novembro (conforme informações obtidas junto ao escritório da AGENCIARURAL de Uruana) com a finalidade de garantir o produto no mercado por um bom faturamento neste período de falta do produto de origem goiana. A comercialização do produto em Goiás durante o verão é garantida pela safra paulista que se realiza no período das chuvas.

CAPÍTULO II

Capítulo II - AS TRANSFORMAÇÕES NO ANTIGO “MATO GROSSO”GOIANO

1- Transformações no Espaço Regional decorrentes de Processos Globais verificados no País

Durante a década de 80 o Brasil atravessou um período de crise econômica que ficou conhecido a “década perdida”. Conforme Carleial in Lavinias *et al* (1993: 38) esse período foi caracterizado sobretudo por:

(...) incapacidade de financiamento do setor público, no esgotamento de um processo de entrada de capitais externos associado à não solução da dívida externa, redundando na permanência e no aprofundamento das questões inflacionária e distributiva.

Este período que se deu durante a “*reordenação econômica e de avanços tecnológicos internos*” (idem p.38), significou, para alguns pesquisadores, um momento de estagnação na economia do país. Contudo, não atingiu a todos os setores da economia.

O processo implicou na nova divisão do trabalho, na esfera inter-regional, e coincidiu com o período de mudança na economia de algumas regiões no país.

Em Goiás, por exemplo, a região de Uruana teve, durante a década de 80, a ampliação das áreas de cultivo de melancia.

É interessante contrastar as duas situações. Ao mesmo tempo em que a indústria de transformação aparece estagnada pelas condições econômico-financeiras da década de 80; no país como um todo, a atividade agropecuária encontrava-se plenamente dinâmica, e até apresentou crescimento significativo, inclusive na Região Centro-Oeste.

Uma explicação coerente sobre essa realidade é dada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) *et al* (1999: 290-91), ao analisar o problema:

É importante ressaltar que a crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergências da renda per capita. Esse processo vem se agudizando pela forma como o país se insere no mundo globalizado, uma vez que essa inserção vem se dando pela integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas, o que tem

⁷⁹ Considerando o domínio climático, este possui pouco a moderado déficit de água.

contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas – , colocando riscos de uma maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. (...)

Assim, a região de Uruana durante este período (anos 80), se ressaltou economicamente, em meio a um quadro de crise nacional, como expressão mais das condições locais do que da economia política, levando-se em conta que, o período era de estagnação econômica.

Carleial in Lavinias *et al* (1993: 47) ao refletir sobre a noção de região, apontou como fator de diferenciação a própria desigualdade com que se dá o processo de acumulação de capital. Às diferenças que caracterizam as distintas regiões, assim se referiu:

A região aparece ao evidenciar as formas de inserção específicas na matriz produtiva nacional com as respectivas diferenças em nível de organização da produção e das relações de trabalho. (...)

A antiga região de mata, encontra – se praticamente consumida pelas forças capitalistas que aí se estabeleceram, gerando um novo ambiente em um novo momento, marcado pela especialização produtiva.

O meio natural propício, que forneceu as bases da ocupação inicial, encontra – se em processo de transformação constante e, ao mesmo tempo, em estado de alerta, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, já que, a ocupação efetiva engendrou possibilidades que foram arrefecidas, conseqüente da intensidade com que está se dando o processo. Isto deve – se à característica peculiar da região que, por possuir um nítido potencial econômico, foi lançada aos anseios capitalistas que hoje a condenam devido ter lhes proporcionado a reprodução necessária à sua lógica. Seria isso parte de uma lógica racional de ocupação dos espaços? Ou será que isso configura o fortalecimento de um processo contraditório inerente à reprodução ampliada do capital, uma vez que, as motivações de fuga do centro gravitacional (regional) são opostas àquelas que estimularam a ocupação inicial?

Ao invés de promover a rentabilidade econômica continuada, o que se percebe é uma fuga continuada dos produtores de melancia em direção a novas áreas, para abrir mais espaços ao tipo consumidor de ambientes naturais. Não se

pretende, com isso, dizer que esta atividade é puramente a ameaça do momento para a região mas, a lógica estabelecida no processo produtivo poderia ser outra que não prejudicasse tanto a natureza, incluindo - se aí o homem que trabalha nessa atividade e sente de perto o que a torna uma “ameaça” para natureza vista na sua totalidade. Tudo porque necessita – se produzir e consumir tudo o que se produz.

Iniciada durante uma política de crédito rural no Brasil, a atividade hegemônica da região, conheceu e orientou uma nova organização do seu espaço rural e do contexto social e econômico, em plena fase de modernização agrícola no país.

Certamente este fato respondeu às necessidades do momento para a introdução de um novo produto que “apelaria” para o desenvolvimento técnico – científico emergente, no que concerne às novas exigências do mercado.

Além disso, a posição “econômica” das terras onde a região se desenvolveu contribuiu decisivamente para a sua composição, por estar localizada exatamente na zona das terras mais valorizadas do Estado, conforme o Latour (1949).

Um importante aspecto da realidade aí encontrada passa pela particularidade assimilada pela região. Trata-se da organização da produção de melancia que não esteve vinculada a outras regiões de Goiás. Surgiu localmente, em Uruana, através de iniciativa particular e, em princípio, sem a pretensão de servir como área reservada para a produção com vistas à exportação.

A ligação que existia inicialmente com outras regiões esteve atrelada à função econômica de Goiás que tinha o antigo Mato Grosso Goiano como fornecedor de cereais para o abastecimento do mercado do centro - sul.

Nesse sentido, a articulação dava-se na condição de entreposto comercial da produção que tinha como destino a cidade de Anápolis – centro distribuidor.

Foi essa função que lhe permitiu a consolidação, num processo que teve início nos anos 40, com a onda pioneira que para ali se dirigiu. O resultado disso foi a formação de uma paisagem homogênea, tanto rural quanto urbana.

O volume de pessoas que chegavam, a abertura de fazendas, o cultivo de produtos básicos, o surgimento de inúmeras casas da noite para o dia, bem como a criação de animais para a subsistência, foram os aspectos principais que contribuíram para a formação da paisagem que caracterizava o antigo Mato Grosso Goiano.

A consolidação desse processo até a década de 60, e o início de um novo momento da economia na vida do país e de Goiás, com a modernização da agricultura, permitiram que se iniciasse um novo processo de diferenciação e integração. Neste caso, foram as especializações produtivas que promoveram a fragmentação da antiga região, tornando suas partes diferenciadas ou heterogêneas.

Em Uruana a mudança com o novo processo de diferenciação teve caráter decisivo para a nova integração econômica ao Estado e ao país. De município produtor de cereais, inseriu-se na nova dinâmica econômica com a produção de frutos, que coincidentemente ou não, começou no período em que as inovações promovidas pelas técnicas no processo produtivo do espaço rural brasileiro, conferiram um maior vigor à agricultura do país.

A introdução de novas técnicas de produção, novos produtos (insumos agrícolas), maquinário e instrumentos agrícolas, contribuíram decisivamente para a modificação da dinâmica preexistente, criando uma nova organização diferenciada do conteúdo desse espaço.

Partindo de um aspecto de horta, o cultivo de melancia em Uruana foi transformado em pequenas, médias e grandes lavouras, como se um verdadeiro “tapete verde” tivesse revestido o município dando-lhe uma outra “roupagem”.

As áreas utilizadas foram aquelas já abertas no período pioneiro e que eram utilizadas para o cultivo de cereais ou pastagens plantadas. Dessa forma, o procedimento de rotação de culturas tornou-se mais evidente e hoje é muito comum na região.

Estas áreas embora tenham sido alvo das mudanças, não foram totalmente afetadas por elas. Isso porque à época já existia uma estrutura fundiária organizada, e os proprietários das terras tinham sua forma própria de conduzir a produção agrícola e pecuária⁸⁰.

Naquele momento já era relativamente grande a produção de bovinos que dependiam das pastagens. Era também grande a produção de arroz, feijão e milho que sempre foi uma alternativa da economia local, embora o cultivo de feijão e milho desde a década de 70, tivesse abaixo da média da produção dos municípios do entorno e apenas o arroz tinha uma produção mais elevada em relação aos demais.

⁸⁰ Essa forma própria de trabalho foi caracterizada durante a pesquisa como uma resistência ao novo, por temor ou mesmo pela impossibilidade que os produtores tinham de assimilar esse novo, as inovações tecnológicas. E isto se configurou como um problema que persiste até o presente no meio rural do município de Uruana.

Este é um quadro que está preservado atualmente, porém, com algumas alterações relativas à área utilizada⁸¹.

Em relação ao milho em grão as maiores alterações são verificadas a partir de meados da década de 90, numa redução significativa da área utilizada.

O feijão em grão que sempre ocupou área menores em relação ao milho, sofreu a alterações a partir do início dos anos 90, com a redução acentuada da área utilizada.

O cultivo de arroz foi o que sofreu maior redução. Comparando-se com os dados de produção de melancia, verifica-se que, no início da década de 80, a redução das áreas utilizadas para o cultivo de arroz coincide com o aumento das áreas plantadas com melancia.

A década de 80 representou um marco no que se refere à produção de melancia em Goiás e em Uruana, especialmente.

Atualmente esse município é uma referência nacional na a produção de melancia, exercendo uma “força” de aceitação no mercado consumidor de forma extraordinária. E é por isso que se pode falar em uso do território⁸² com vistas à permanência desse quadro, pois mesmo não sendo cultivados em Uruana os frutos, provenientes do seu entorno, surgem no mercado com a “marca” uruanense. É uma forma de poder exercido que independe da vontade das pessoas ligadas ao lugar. Essa força é na verdade uma consequência da combinação de fatores internos e externos determinada pelo capital.

É como se o município exercesse uma força que não criou; que dependeu apenas dos condicionantes ambientais assimilarem um novo elemento introduzido que mais tarde o capital tornou altamente viável e agora depende dele para a reprodução local.

Na realidade, a consolidação da mudança provocou alterações num espaço de “tradição”. Pode-se dizer que, de modo geral, a nova realidade local foi uma criação de São Paulo que se potencializou, tornando-se francamente um núcleo do estabelecimento de relações materiais e não-materiais com esse Estado.

⁸¹ Entenda-se por área utilizada, a área plantada com cada produto agrícola.

⁸² O uso do território aqui mencionado refere-se ao poder utilizado na manutenção da economia local, mas sobretudo regional. Na prática é como se o município fosse o produtor em potencial. Na realidade isso só é possível pelo fato de que não existe diferença na qualidade do produto de um e de outro município, dado que as áreas produtivas são contíguas. Assim, as condições do meio natural e a forma de produzir também são as mesmas.

Para as regiões produtoras de São Paulo esta criação extra-local significou uma recriação melhorada das condições necessárias que, naquele momento, (década de 70) eram tensas⁸³.

Um produtor oriundo de São Paulo⁸⁴ retrata bem este momento:

Aí, continuemo prantano lá em São Paulo, em setenta e três, aí, até oitenta e três. Mais o motivo principal de eu passar de São Paulo pa Goiás, foi, a finalidade foia a geada. Porque lá o tempo de prantio de melancia é nas água.

Numa escala de análise maior pode-se dizer mesmo que essa criação atribui uma função de complementaridade a Uruana. Entretanto, este não é aqui o enfoque da pesquisa.

2- O que os dados dos censos revelam

O resultado da combinação de elementos de uma forma específica, no contexto econômico do Estado de Goiás, permitiu que diferentes espaços surgissem. Enquanto se delineava, na década de 70, a região da melancia em Goiás; o norte do Estado⁸⁵ (atual Tocantins), se destacava com os maiores valores de área colhida, produção e produtividade. Este quadro permaneceu inalterado até o ano de 1984, quando então, a “nova” região goiana da melancia surge efetivamente.

O censo agropecuário do IBGE revela que, na década de 70, os municípios maiores produtores de melancia estavam concentrados no norte do Estado de Goiás (atual Tocantins)⁸⁶, principalmente no extremo norte. No entanto a maior quantidade produzida em nível municipal, naquele período, foi verificada em apenas em Rio Verde, município situado no atual sudoeste goiano. Esta situação mudou com o tempo.

Por outro lado, o censo de 1975, já revela grande redução nesses números para o território do atual Estado do Tocantins. O que provavelmente está relacionado com a produção que emergia no sul de Goiás.

⁸³ Os fatores climáticos foram o motivo principal da emigração de produtores de São Paulo. Uma das crises na produção de melancia neste período esteve ligada ao fenômeno das geadas ocorridas no Estado.

⁸⁴ N. A S., 61 anos. Imigrante paulista.

⁸⁵ Embora estejamos considerando aqui o Estado na configuração anterior à sua divisão em 1989, é importante mencionar que no início da década de 80, a região da melancia já tomava rumos em direção ao que hoje se conhece, com grande ênfase para Uruana.

⁸⁶ Embora não seja o objetivo apresentar os dados observados nos censos para os municípios do atual TO, viu-se uma necessidade de apontar o que estava presente naquele momento.

No censo de 1980, o quadro da produção reverte-se, ou seja, agora é o sul que comanda o ritmo da produção no Estado, observando-se que os maiores valores ficam reservados ao antigo Mato Grosso Goiano.

Esse quadro permanece até fins da década de 90⁸⁷, tendo Uruana como centro produtor, onde o seu entorno concentra as maiores produtividades em Goiás.

No censo de 1985, constatou-se que, além dos quatro municípios em tela, apenas Itapaci e Ceres se aproximaram em área plantada dos maiores produtores, tendo sido 81ha em Itapaci e 975ha em Ceres. Ressalte-se que o fato consistiu apenas um momento da história da atividade no município de Ceres, pois até o presente não se verificou tamanha área plantada.

A primeira festa estadual ocorreu no ano seguinte ao que Uruana superou a produção dos municípios do extremo norte do Estado - núcleo pioneiro da atividade em Goiás.

Em 1977, portanto um ano antes de ocorrer a primeira festa estadual, a região alcançou 17, 68% da área plantada no Estado e 30,00% da produção, enquanto Uruana sozinho produziu 22,50% do total em 12,30 da área total utilizada. Até aquele ano a produção que estava concentrada na Microrregião do Extremo Norte Goiano⁸⁸, passou a sofrer alteração. Foi o ano em que Uruana apresentou a maior área plantada em relação a todos os municípios goianos.

Passado um ano da primeira festa, em 1979, o município já superava de longe os outros produtores goianos. Em 1981, superou sozinho toda a microrregião do Extremo Norte Goiano que era composta por 12 municípios. Produziu nesse ano 58,30% do total em 49, 96% da área utilizada na produção estadual⁸⁹.

Após seis anos, em 1987 portanto, Uruana superou de longe a produção no Estado, quando sozinho respondeu por 68% da produção em 73,15% da área plantada. A partir desse momento não se pôde mais negar a polarização de Uruana nesta atividade.

⁸⁷ Refere-se ao momento mais próximo do presente, analisado nesta pesquisa, até 1999, com base nos dados censitários e 2.000, com base nas informações obtidas na área da pesquisa, nas entrevistas por exemplo.

⁸⁸ Esta Microrregião compreendia os municípios do atual Estado do Tocantins: Ananás, Araguaína, Araguatins, Axixá de Goiás, Babaçulândia, Filadélfia, Itaguatins, Nazaré, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo de Goiás, Tocantinópolis e Xambioá.

⁸⁹ Em 1981 já se podia verificar definitivamente a mudança no quadro da atividade, pois o antigo Mato Grosso Goiano, ou melhor, a Microrregião do Mato Grosso de Goiás, onde insere-se Uruana,

3- A Dinâmica da População

A dinâmica que orientou os rumos tomados pela região de Uruana deve ser considerada como parte das ações de ordem econômica, social, cultural e política processadas em Goiás.

Surgida a partir da zona de povoamento mais denso no Estado, a região conserva hoje⁹⁰ uma densidade semelhante àquela do início, apesar das mudanças ocorridas.

Tabela 01 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO DE URUANA. 1970 - 2000

município	1970			1980			1991		
	total	urbana	Rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural
Carmo	14363	3047	11316	10411	3726	6685	10264	4734	5530
Itapuranga	30341	9350	20991	30802	15654	15148	30967	19687	11280
Jaraguá	42505	10361	32144	37144	14852	22292	28061	15547	12514
Uruana	14186	6333	7853	12096	6869	5227	13666	9333	43333
Total	101395	29091	72304	90453	41101	49352	82958	49301	72657

continuação

	1996			2000		
	total	Urbana	Rural	total	urbana	rural
Carmo	9464	4946	4518	7904	5149	2755
Itapuranga	27884	19669	8215	26726	19890	6836
Jaraguá	29470	19725	9745	33269	24672	8597
Uruana	14826	11307	3519	13942	10899	3043
Total	81644	55647	25997	81841	60610	21231

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da População de 1996.

[Org.: Macêdo, 2000]

Mesmo conservando uma densidade, que é histórica, devida principalmente à localização nas terras mais férteis de Goiás, a região apresenta redução gradativa da sua população, desde a década de 70 até os dias atuais.

A análise dos dados da **tabela 01** revela que na década de 70 ocorreu a maior evasão de pessoas, dentro do período considerado, quando 10,79% da

comportava os municípios maiores produtores de melancia em Goiás, devendo-se ressaltar que foi assim, mesmo antes da divisão do Estado.

⁹⁰ O termo "hoje" foi utilizado aqui para fazer uma alusão ao momento atual desta análise. Para tanto foram considerados os dados do censo demográfico de 2000, que são ainda preliminares, mas fornecem uma indicação da realidade, pois, complementam as outras séries numa sequência lógica.

população deixaram a região. De 101395 em 1970 diminuiu para 90453 habitantes em 1980. Itapuranga foi o único município que teve a população aumentada com um acréscimo de 1,52%, neste período.

Na década imediatamente posterior a evasão foi de 8,28%. Deve ser lembrado que Jaraguá perdeu parte de sua população neste período, com a emancipação do distrito de Santa Isabel em 1982, um dos maiores que já possuiu. Este fato refletiu diretamente no total da população regional, pois tratava-se do maior distrito em área. Desta vez Uruana fugiu à regra, pois teve a sua população aumentada em 12,98%.

Entre 1991 e 1996 a população diminuiu em 1,60%, sendo que entre 1996 e 2000, houve um aumento de 0,24%, apenas. Ressalte-se que, em 1992, Itapuranga perdeu população com o desmembramento do distrito de Guaraíta e, em 1995, Carmo perdeu grande parte de sua área, com emancipação do distrito de São Patrício. Mais uma vez Uruana conheceu um incremento positivo de 8,49%, ao lado de Jaraguá com 5,02%, o que evidentemente não refletiu no total regional.

Um especialista em assuntos da agropecuária, e morador⁹¹ em Carmo do Rio Verde, inconformado com a mudança, retratou o seu desejo em contornar esta situação que, por mais que se queira modificá-la, dentro modelo de desenvolvimento do capitalismo, é irreversível:

(...) são... umas pessoas que o pai, o filho casa, constrói uma casa. O primo vem e mora ali. Então já tem aquele pessoal que trabalha, mora ali, que é família. Não é pessoas estranhas. E uma preocupação muito grande, inclusive que agente tá conversano cum o prefeito, é em termo do êxodo rural. Porque que acontece o êxodo rural. O nosso pobrema maió do êxido rural aqui são as famílias, da... do município. Morasse no município, viesse lá na fazenda, mudasse prá cidade, pa sede da cidade, tudo bem. Mais as famílias sai da zona rural e vai pa grande cidade. Então a preocupação nossa hoje é essa aí., na área social.

(...) é cabá o.... aquele tradicionalismo da família, né. Porque se o produtor ficasse aqui, morano aqui no município, ele teria acesso a agricultura e pecuária. Mais o que acontece? Ele vai pa Goiânia, ele vai pa Tocantins. Chega lá, vai mexê cum otra coisa. E os filhos [], pro cê vê, o município de Carmo do Rio Verde, hoje ele tá cum, em torno de 7.000 e poco, 7. 500 habitante. E nós já tivemo aqui o município em torno de 80% dessa população na zona rural! E hoje tá o contrário...

⁹¹ J. W. O. Técnico agrícola em Carmo do Rio Verde.

Além desta preocupação o técnico retrata muito bem a questão social atribuída ao êxodo rural no município:

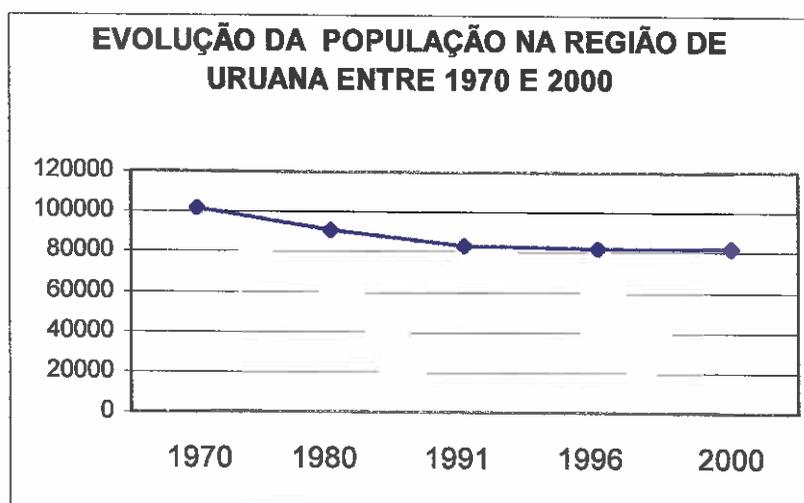
Benefício do campo. Porque quando você tem uma família, você cria, é... cê trabalha com a família. Igual por exemplo, eu tô aqui há catorze anos, né, então quando criança que nasceu, [] crescê na roça e o pai e a mãe na roça. E você a pessoa que morava na roça naquela época, hoje chega aqui, num tem do que sobrevivê. E quando ele morava aqui ele tinha, tinha a sua galinha, né, tinha o porco, tinha a sua roça. Ele tinha uma renda. Era uma renda piquena, mais ele sobrevivia. E hoje tá na grande cidade e num sobrevivi. Então nossa preocupação é essa. E ota coisa, o jovem rural por exemplo, nois num temos jovem rural hoje. O jove vai na fazenda, na propriedade pa... passá uma semana, ou visitá o pai. Você pode [] o que aconteceu com a questão da educação? Eles tão pegano o grupo escolar, onde funcionava, né o minino tava ali na roça, vivendo, é estudando, mais vivo aquilo que ele, o pai dele, né, na terra. Hoje não, hoje ele sai de manhã, dia amanheceno da fazenda e vem pa iscola, passa o dia todo na cidade.

Apesar de receber migrantes nas décadas de 70 e 80, mas principalmente na década de 70, numa continuidade do movimento verificado à época da dinâmica produzida pela frente pioneira no antigo Mato Grosso de Goiás, a evasão ocorrida foi inevitável. Desse modo, a chegada dos migrantes não foi suficiente para manter o mesmo número de pessoas na região, dada a pequena quantidade atraída nesse período, pois o movimento já estava enfraquecido e a tendência já apresentava uma outra dinâmica.

Nem o município de Jaraguá, que está localizado no eixo da rodovia Belém-Brasília, e portanto, sob a sua influência direta, fugiu à regra. Ao contrário, a rodovia funcionou até como um meio de facilitar a saída da população, já que era a principal via de acesso.

Conforme os dados dos censos demográficos do IBGE, em 1970 dos 101395 habitantes, 39101 eram imigrantes, ou seja, 37,38% da população total. Já em 1980, numa demonstração do enfraquecimento do fluxo migratório para a região, esse percentual foi de 10,43%, quando dos 90453 habitantes, apenas 9439 eram de outros municípios e de outros Estados.

Gráfico 01

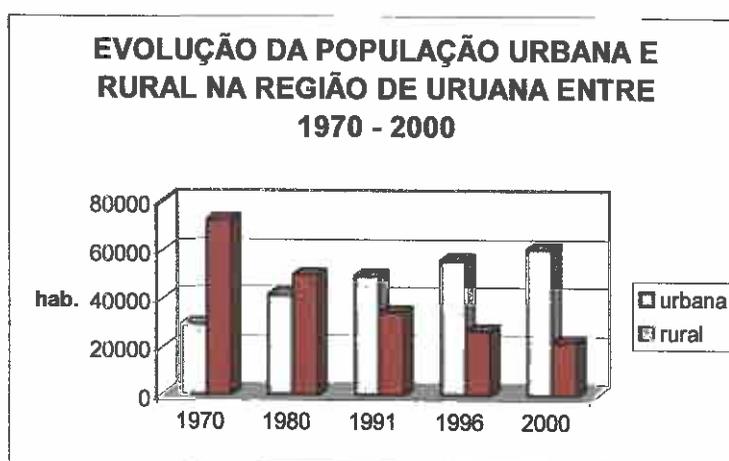


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da População de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

A diminuição da população observada no **gráfico 01** deve-se principalmente à modernização da agricultura que mobilizou as pessoas do campo em direção às cidades e, neste caso, a população saiu aos poucos em direção a outras cidades fora da região. É devido também a outros fatores como por exemplo, emancipações políticas.

Esse fenômeno de deslocamento populacional (êxodo rural) foi um traço comum em todo o país, pelo fato de que a modernização da agricultura não oferecia alternativas ao trabalhador rural excluído da propriedade da terra.

Gráfico 02



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da População de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

O **gráfico 02** mostra que a população era predominantemente rural até 1980. Mas foi naquela mesma década que o quadro mudou, pois em 1991 a população urbana já era predominante, seguindo a realidade do Estado e do país. No gráfico fica evidente também que a inversão no quadro populacional da região ao longo do período considerado deu-se de forma contínua, apesar das diferenças internas, demonstrando que estas não afetaram o resultado do conjunto.

O índice de urbanização do conjunto regional era de 59,43% em 1991. Segundo a contagem da população de 1996, esse índice sobe para 68,16%, ou seja, em apenas cinco anos houve um aumento significativo da urbanização, condizendo com as características desta região modernizada que tem cada vez menos trabalhadores no campo. Em 2000, portanto quatro anos mais tarde, o índice de 74,05% apresenta uma realidade muito próxima do padrão do Estado que em 1991, já era de 80,92% e de 85,78% em 2000, de acordo com os dados do IBGE.

Diante do reconhecimento das diferenças internas observadas no conjunto da região, foi conveniente apresentar uma avaliação da dinâmica populacional dos municípios envolvidos, de forma isolada, a fim de se perceber as nuances⁹².

A separação do número de migrantes das regiões Nordeste, Sudeste e Centro - Oeste foi importante para se destacar a intensidade dos fluxos: de Goiás, da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo principalmente, pois nas décadas anteriores estes contingentes foram expressivos no total da população migrante em Goiás, de acordo com os dados do IBGE.

1) Carmo do Rio Verde

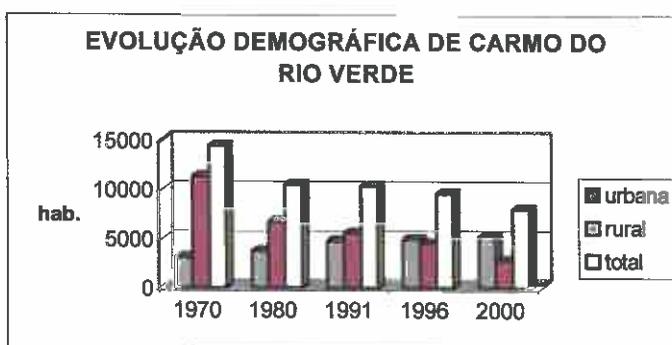
Fundada ao lado da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, este município preservou com maior intensidade até 1991, características de município rural (**ver gráfico 03**), pois somente em meados da década de 90 é que se verificou a reversão de um quadro que perdurou durante muito tempo na história de Goiás, quando a população passou a ser predominantemente urbana. Uma situação assim pôde ser encontrada no Vão do Paranã, quando parte de seus municípios eram

⁹² Foi importante demonstrar a evolução populacional de cada município isoladamente, em razão de que um conjunto regional é constituído também de um conjunto de diferenças internas, por tratar-se no caso desta pesquisa, de um conjunto de lugares que não está, portanto, ilhado. A presença de um cimento regional acentua a homogeneidade criada. É, deste modo que a combinação de determinados elementos configura o fato essencial da espacialização geográfica ou regional.

ainda em 1991, eminentemente rurais⁹³, contrariando uma tendência geral da dinâmica populacional do país.

Embora tenha sido assim, a força de expulsão dos trabalhadores rurais na região de Uruana prevaleceu, forçando-os a abandonarem cada vez mais o meio rural, fato que passa a ser mais intenso em 1996.

Gráfico 03



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da população de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

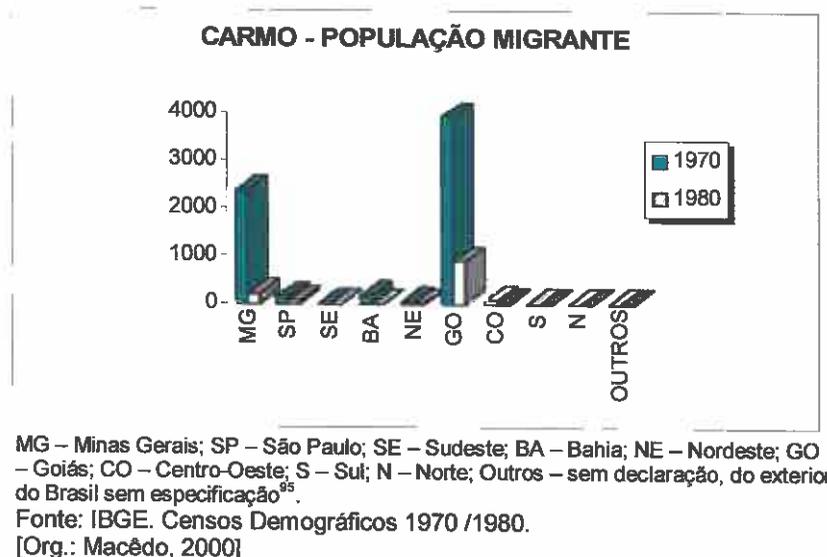
A diminuição da população total, verificada nesse município principalmente entre a década de 70 e 80, demonstra o maior incremento negativo que o município conheceu no período considerado, seguindo a tendência apresentada pela região. A perda foi de aproximadamente 4000 habitantes em apenas dez anos, o que é muito, considerando-se a dinâmica populacional da região. Entretanto, é apenas um dado que faz parte das diferenças internas, mas que ressaltam no conjunto.

Na avaliação do fluxo migratório (**Gráfico 04**) fica evidente que a maior parte da população migrante tanto na década de 70, bem como na de 80 nesse município, era originária do próprio Estado de Goiás. Isso demonstra que a atração exercida sobre os outros Estados do país já não se fazia de forma tão acentuada como nas décadas anteriores⁹⁴.

⁹³ Conforme o estudo de Barreira (1997).

⁹⁴ Apesar de saber que a população migrante foi maior nas décadas anteriores, não houve necessidade de apresentá-la aqui, já que, a análise parte de um momento mais recente. Por outro lado, considerou-se apenas os fluxos migratórios das décadas de 70 e 80 registrados pelo IBGE, pelo fato de que foram os últimos dados sobre migração que puderam ser analisados lado a lado, diante da natureza da informação.

Gráfico 04



Em 1970 a população migrante representava 46,42% da população total, sendo a maior parte (59,22%) oriunda de Goiás, seguida por Minas Gerais que teve o segundo maior contingente de migrantes (35,75%).

Os Estados da Bahia e São Paulo tiveram respectivamente as maiores representatividades na década de 70, depois de Goiás e Minas Gerais. Entretanto, os índices de 2,14% para a Bahia e 1,9% para São Paulo apontam que, em números absolutos, este contingente foi pequeno. Na década imediatamente posterior, o movimento já não se deu com a mesma intensidade.

No contato com este município foi possível observar características mais fortes de vida rural, se comparado com os outros. Carmo do Rio Verde destaca-se pelo contraste de paisagens urbana e rural visivelmente observado na cidade. O comércio local apesar de ser diversificado, conta com estabelecimentos pequenos, modestos e sem muitos atrativos, o que faz com que as pessoas que deixam a zona rural busquem, cada vez mais, outras formas alternativas de sobrevivência, porém, fora do município.

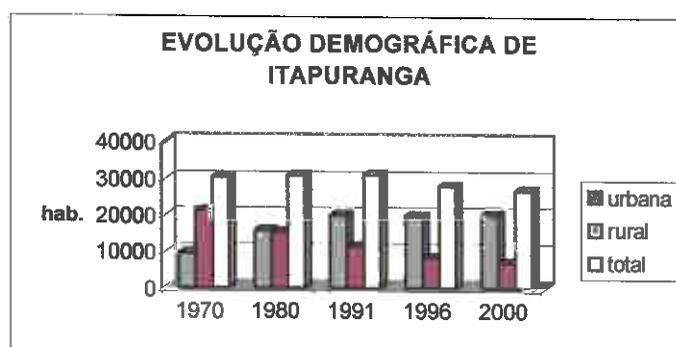
⁹⁵ A presença de todas estas siglas em todos os gráficos não indica que também as legendas correspondam a algum contingente de migrantes nos respectivos municípios, pois somente onde foi importante o índice de população migrante, é que se considerou os resultados dos censos na avaliação.

2) Itapuranga

Nesse município, ao contrário do que ocorreu em Carmo do Rio Verde, a população teve um discreto aumento entre 1970 e 1980, o mesmo tendo ocorrido entre 1980 e 1991. Este fato revela que as diferenças internas existem e que estas podem interferir na maneira como se processam as transformações em cada lugar ou em cada município do mesmo conjunto regional.

Entre 1991 e 1996, Itapuranga conheceu o primeiro decréscimo da população desde os anos 70, em razão do desmembramento do distrito de Guaraíta em 1992.

Gráfico 05



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da população de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

Num processo menos acelerado de redução da população, Itapuranga perdeu menos de 4000 habitantes entre 1970 e 2000, o que é razoável para um decurso de trinta anos, se comparado com as perdas ocorridas nos outros municípios do mesmo conjunto regional.

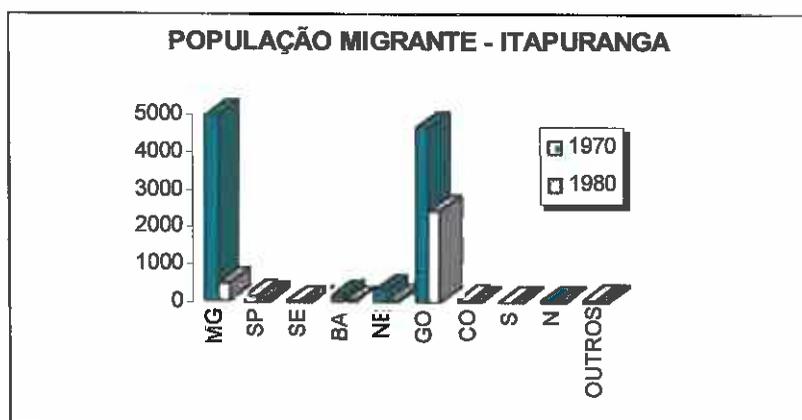
Seguindo a lógica estabelecida em todo o Estado, esse município acompanha a distribuição da população que, na década de 80, passa a ser predominantemente urbana, conforme pode ser observado no **gráfico 05**. Um dado a ser anotado é fato de que durante toda a década de 90 a população urbana praticamente manteve-se sem grandes alterações, ao lado da população rural que teve uma redução gradativa.

Em 1970, 33,94% da população de Itapuranga era constituída de migrantes. Na década seguinte esse percentual era de apenas 10%.

O afluxo de migrantes de origem mineira para este município pode ter influenciado no discreto aumento da população total entre 1970 e 1980. Neste

período Itapuranga recebeu mais migrantes de Minas Gerais que de Goiás, como demonstra o **gráfico 06**, fato que não ocorreu nos outros municípios. Em 1970, do total de migrantes, 48,27% eram mineiros e 45,8% eram goianos.

Gráfico 06



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 /1980.
[Org.: Macêdo, 2000]

Em 1980 essa dinâmica passa a acompanhar o resto da região, quando os migrantes goianos representam 80,04%.

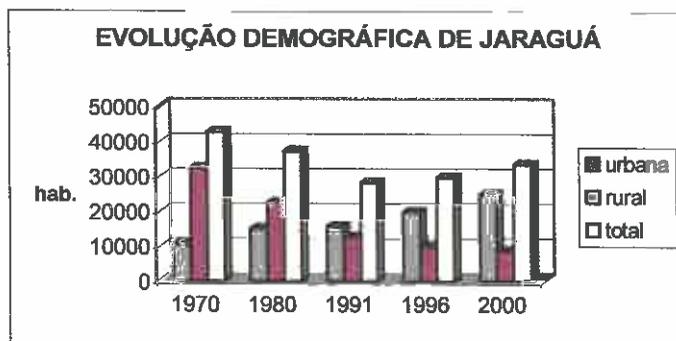
É notável o número de nordestinos que em 1970 afluíram para Itapuranga, representando o terceiro maior contingente depois de Goiás e Minas Gerais. Em seguida São Paulo aparece com menos de 2% do total.

O município, visto a partir da dinâmica da população, parece ter uma certa estabilidade econômica, o que pode ser confrontado com o desenvolvimento das atividades econômicas observado atualmente. Um comércio bem desenvolvido e diversificado, além de um rebanho bovino significativo (um dos maiores da região) e um desenvolvimento crescente da produção de frutos, principalmente maracujá, sendo por isso conhecida como – Capital do Maracujá, podem significar um atrativo para a população, no sentido de mantê-la ali.

3) Jaraguá

Esse município é o mais antigo da região, o maior em extensão e o mais populoso. Teve uma história diferente dos outros no que se refere ao seu surgimento e consolidação enquanto município. Entretanto foi alvo dos mesmos processos desencadeados no Estado que alcançaram o conjunto regional.

Gráfico 07



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da população de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

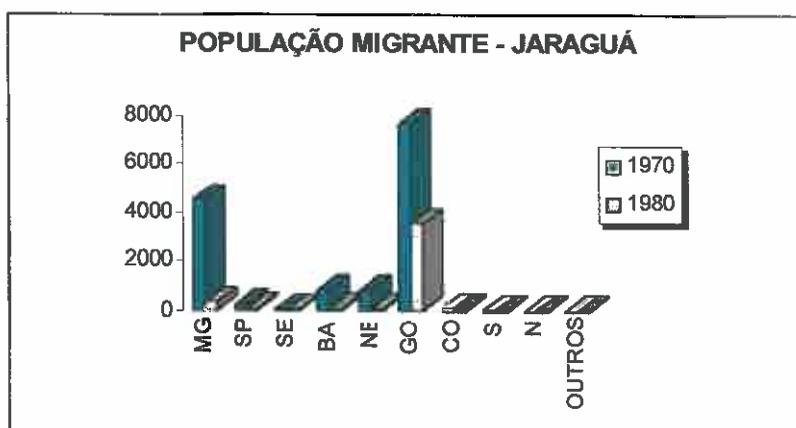
Em razão das características diferenciadoras desse município em relação aos demais, nota-se um vaivém configurado na evolução populacional.

Depois de perder área com a emancipação do distrito de Santa Isabel em 1982, resultando na diminuição da população total, Jaraguá retoma o crescimento populacional em 1991, numa tendência de contínuo aumento, como aponta o **gráfico 07**. Este crescimento pode estar ligado à intensificação das atividades econômicas existentes no município que conta atualmente com o título de capital das confecções e uma expressiva produção de frutos, sobretudo de abacaxi.

No decorrer de trinta anos Jaraguá perdeu 9236 habitantes, o que é aceitável para um município que sofreu desmembramento dentro deste período. No entanto só se pode afirmar isto (que esta perda é aceitável) em razão do crescimento verificado a partir de 1991.

Em relação aos outros municípios, o fluxo migratório para Jaraguá foi o maior, tanto em 1970 quanto em 1980.

Gráfico 08



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 /1980.
[Org.: Macêdo, 2000]

Em 1970 a população migrante consistia em 33,43% da população total, caindo para 11,11% em 1980.

Neste município 31,86% da população era constituída de migrantes mineiros em 1970 e 54,17% eram goianos, o que demonstra que a atração exercida sobre outros Estados ainda era significativa, de acordo com os dados do IBGE. Apenas para corroborar esta afirmação note-se os índices de 5,72; 5,63 e 1,66% referentes à Bahia, ao Nordeste e São Paulo, respectivamente.

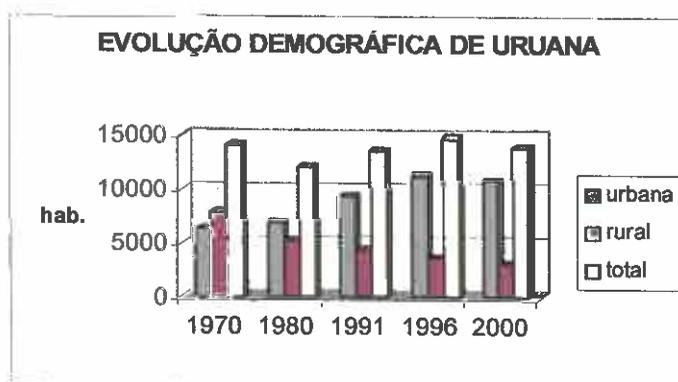
Evidentemente na década de 80 esse quadro muda, quando apenas os mineiros se destacam com um índice de 8,3% ao lado das demais que não chegam a alcançar 2%.

4) Uruana

O município de Uruana teve uma dinâmica populacional diferente daquela ocorrida nos outros municípios, exceto no período compreendido entre 1970 e 1980, quando a redução da população se deu com a mesma intensidade verificada nos demais.

Conforme pode ser observado no **gráfico 09**, fica evidente que, ao contrário do que ocorreu com a população do conjunto regional a partir de 1980, a população aumentou gradativamente até 1996, voltando a apresentar pequeno decréscimo no ano de 2000, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

Gráfico 09



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970/ 1980/ 1991/ 2000 e Contagem da população de 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

Um dado importante é o fato de que dentro do período considerado, ou seja, entre 1970 e 2000, Uruana apresenta uma diferença de apenas 244 habitantes, o que corresponde a uma redução insignificante para um período tão longo. Portanto, isso define um quadro evolutivo mais estável da população do município que pode ser atribuído à uma estrutura econômica também mais estável em relação aos demais municípios da região.

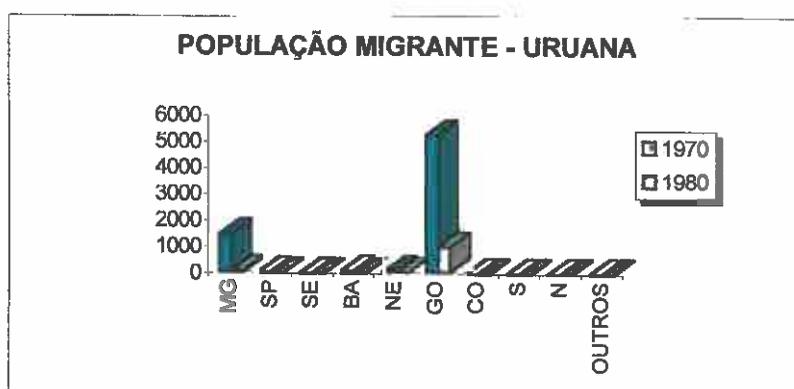
Tendo sido o alvo da atenção dos produtores de melancia desde a década de 70, é provável que Uruana não teria razões para uma redução significativa da sua população, pois criou-se ao longo do tempo uma situação de “estabilidade” do quadro populacional, principalmente a partir dos anos 80. O fato criado coincide com o auge da atividade de produção de melancia, o que corresponde com a análise em tela.

É inegável que outros fatores de ação até mais integradora contribuíram para que o município apresentasse este quadro, sustentando as bases desta dinâmica.

Nesse município pode-se verificar com base no gráfico acima, apresenta mais características de ter recebido a população do meio rural, em relação aos outros, pelo fato de que o aumento da população urbana é proporcional à diminuição da população rural.

Dos municípios da região, Uruana foi o que recebeu o menor número de migrantes nas décadas de 60 e 70, de acordo com os dados dos censos de 1970 e 1980. Contudo, o município apresentou o maior índice de migração em 1970, quando 48,84% da população era constituída por pessoas originárias de outros municípios e, até de outros Estados. Este quadro muda em 1980, quando o 8,9% dos migrantes representou o menor índice em relação aos demais.

Gráfico 10



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 /1980.
[Org.: Macêdo, 2000]

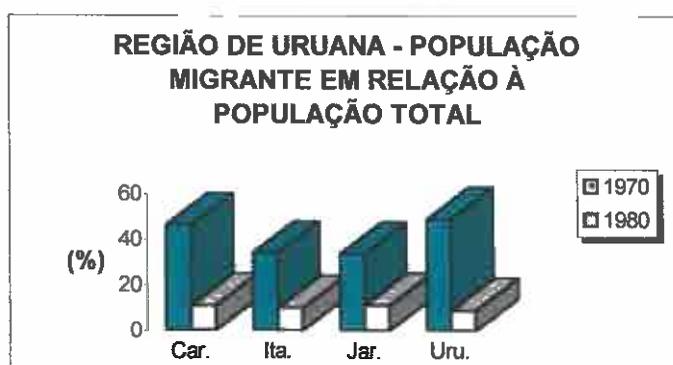
Enquanto os goianos representavam em 1970, 75,51% da população deste município, o índice de 21,11% de mineiros indicou uma ligação ainda forte com Minas Gerais, dentro da tradição do povoamento na região. Este movimento diminuiu muito em 1980, quando apenas 8,3% da população total era constituída por mineiros.

É importante situar a manifestação dos paulistas em Uruana, pelo fato da sua importância na organização da região produtiva desenvolvida com ênfase neste município. Como pode ser notado no **gráfico 10**, os migrantes paulistas tiveram, em 1970, menos representatividade que os mineiros, os baianos e os outros nordestinos. Em 1980, o fato se repetiu com uma intensidade ainda menor pois, em 70, os migrantes de São Paulo constituíam apenas 0,7% da população total do município, ficando abaixo de 1,5% de baianos e 1,04% de outros nordestinos. No final desta década, conforme o censo de 1980, os 0,28% de paulistas estavam novamente abaixo dos 0,83% de nordestinos, não tendo sido verificado a presença de migrantes baianos.

Depreende-se, deste contexto, algumas observações julgadas importantes para se compreender a realidade atual.

Em primeiro lugar, verifica-se um decréscimo da população total em todos os municípios da região entre 1970 e 2000, como resultado de mudanças econômicas e políticas, principalmente, mas também sociais e culturais, em âmbito nacional. A redução se deu também no total de migrantes atraídos cada vez menos (**ver gráfico 11**), significando uma desaceleração do processo migratório, desencadeado na década de 40, em direção ao antigo Mato Grosso Goiano.

Gráfico 11



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 /1980.
[Org.: Macêdo, 2000]

Um dado que chama a atenção observando-se o gráfico acima, é a incoerência na quantidade de migrantes que chegaram para estes municípios na década de 60. Através desta síntese, observa-se como é complexa a formação territorial de uma região. Completamente desarticulado e interessado, o processo migratório, apesar de ter sido uma necessidade daquele momento, representou não mais que um meio alternativo de sobrevivência, onde um município como Jaraguá, por exemplo, com possibilidades de receber um número maior de migrantes em relação a Uruana ou Carmo, proporcionalmente ao número de habitantes, foi o que recebeu menos.

Confirmando esta realidade note-se que, em 1980, os municípios da região apresentaram praticamente a mesma quantidade de migrantes.

A população migrante dentro do período considerado teve origem principalmente em Goiás, seguido por Minas Gerais, numa situação diferente daquela conhecida no momento da ocupação efetiva.

O número de migrantes nordestinos que afluíram para a região, na década de 60, também foi significativo. Note-se que foram aproximadamente 2400 pessoas, colocando-se logo depois dos quase 21600 migrantes de Goiás e 13400 mineiros. Este grande contingente de goianos revela que, nas décadas de 60 e 70, ocorreu uma integração maior da região com o resto do Estado, numa continuidade do processo de formação regional, seja com a consolidação do processo de urbanização, seja através da integração econômica com o Estado e o país⁹⁶.

Apesar de apresentar grande interesse para os paulistas, a atração sobre estes, exercida pela região, foi maior na década de 60, sem, contudo, ser a mais importante como haveria de se esperar. O censo de 1970 aponta que dos 38109 migrantes que constituíam a população regional, apenas 567 tiveram origem em São Paulo, ou seja, menos de 1,5%. Em 1980, dos 9439 migrantes, 1,74% eram paulistas. Embora o percentual seja maior neste censo, isso representa em números absolutos, menos do que se verificou em 1970, apenas 165 pessoas, o que leva a crer numa importância qualitativa e não quantitativa que estes tiveram para a região. As maiores representatividades ficaram a cargo dos goianos, mineiros e nordestinos nas duas décadas.

Tendo como base a observação direta, além dos contatos locais, verificou-se que é pouco expressiva a presença de nordestinos atualmente na região. Segundo

⁹⁶ É importante ressaltar que neste período esta região ainda estava se delineando, ou seja ainda não tinha a forma que se conhece hoje.

informações de um morador em Uruana, os nordestinos⁹⁷ têm a função “exclusiva” de trabalhar nos períodos de colheitas, o que demonstra o baixo nível de preparo com que chegavam para se estabelecerem na região e exercerem outro tipo de atividade, ou mesmo investirem na produção agropecuária que é base da economia regional.

Atualmente verifica-se que, na região como um todo, há um número considerável de habitantes de origem mineira, além de um número significativo de descendentes de mineiros, mantendo, assim, a tradição que deu início ao movimento de ocupação mais efetiva das terras na região.

O outro, o morador e produtor que faz a diferença, ao contrário do que parece, não existiu em número significativo. Paulistas nas décadas de 60 e 70, chegaram em menor quantidade que os próprios goianos e nordestinos. Este fato atesta que a importância atribuída à migração de paulistas não esteve vinculada ao número deles, e sim, com as suas características e com as intenções do seu estabelecimento na região, corroborando a importância da análise pautada no fato dominante.

4- Quando chegam os Outros

A mudança na estrutura produtiva nacional, iniciada na década de 60, produziu impactos na rede urbana do país, alterando a sua configuração.

Isso foi possível em razão da interiorização da população que configurou um novo momento do processo de urbanização, decorrente da nova dinâmica da agricultura, diante das inovações introduzidas no campo.

As migrações internas no país durante as décadas de 70 e 80, expressam esse momento e lhe confere também uma dinâmica nova.

A explicação do IPEA *et al* (1999: 290) para estas mudanças foi sintetizada do seguinte modo:

Como mais um fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se o surgimento de uma nova dinâmica da agricultura, que emergiu em meados da década de 60, em alguns espaços rurais do país, com a interiorização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. (...)

⁹⁷ É relevante lembrar que o contexto do povo nordestino não era diferente durante este período em que a migração ainda se dava de forma expressiva. Sempre foram pessoas mais descapitalizadas em

A própria imigração na região de Uruana consiste em motivo que contribui para uma formação particular de espaço regional. O fato de que, tradicionalmente, as técnicas recentes e as atuais utilizadas nas lavouras foram trazidas por imigrantes paulistas, principalmente, revela o quanto os produtores conseguiram participar no rumos seguidos pela economia local, regional e nacional no sentido de otimizar a função dessa região em novas bases e formas.

Localmente houve, com a chegada dos paulistas, uma mudança significativa no modo de produzir como bem relatou um produtor⁹⁸ oriundo de São Paulo:

Isso. Mas, assim é, em oitenta e seis o Quando eu vim prá cá, que dizer já tinha o outro, o Tokio aqui, mais ele... O pessoal daqui eles adquiram muito as técnicas de São Paulo, sabe? Que agente troxe prá cá, então eles usavam um oto sistema de prantio, de preparação de solo tamém, né. Aí quando nós viemo prá cá, o pessoal aqui começou usar nossa técnica, assim, né. Só que agora nesses últimos ano, no sistema de infiltração, já tá assim, já uns oitenta por cento, noventa por cento tá nesse sistema de infiltração.

A principal característica desta mudança foi a intensificação da atividade dominante, como consequência do progresso técnico e científico, ou seja, mudando-se a base técnica com o aperfeiçoamento do processo de produção conhecido, além da inserção de novos instrumentos e novos processos, a região conheceu outros limites e efeitos.

Não se tem notícias de que Uruana tenha sofrido desde a sua fundação algum tipo de intempérie que abalasse muito seu quadro territorial.

Ainda na década de 60, Valverde e Dias (1967: 305) fizeram a seguinte observação:

Uruana (...) é sede de próspero município, com indústrias relacionadas à produção regional - máquinas de beneficiamento de arroz, serraria - bem como ativo comércio varejista, composto de estabelecimentos especializados.

Conforme esta observação, o município já era dotado de uma estrutura econômica razoável para a sua idade, o que certamente contribuiu para a

relação aos migrantes de outros Estados brasileiros, além de discriminados, o que não é novidade, pela sua história de vida e sofrimento.

⁹⁸ G. K. A. Imigrante paulista, chegou na região em 1986. É também produtor de melancia há 25 anos.

sustentação da mudança desencadeada na década seguinte com as inovações introduzidas.

Um dado digno de nota está relacionado com o poder local (do município). Este poder, que é político, não destitui o fato de estar assentado em bases econômicas, sociais e culturais. O geógrafo Og Dória (1992: 15) retratou o que para ele significa esse poder:

Nenhum município é uma ilha, no sentido social. Num mundo cada vez mais internacionalizado, no qual forças econômicas e movimentos culturais atuam cada vez mais livremente, sem respeitar sequer as barreiras nacionais, a vida dos municípios só tem sentido como parte de conjuntos sociais cada vez mais amplos, nacionais e internacionais. (...) (grifos nossos)

Esta consideração do autor pode ser aplicada à análise desta pesquisa, na medida em que a importância de “uso” que se dá a Uruana aparece com uma ênfase que não se vincula à dimensão do “território”⁹⁹, e sim, ao seu “poder” de inserção na economia de mercado nacional e internacional. É isso que dá ao município o sentido para a análise dentro do conjunto ao qual está inserido.

A introdução da melancia no espaço agrícola uranense não só instaurou o início de um novo processo de diferenciação na paisagem rural, como também potencializou a economia local atraindo agentes sociais interessados em compor o quadro de produtores.

Desde o início da mudança na década de 70, migrantes de vários estados do país seguiram em direção a esse recente espaço produtor.

É comum ouvir dos moradores locais sobre a chegada dos paulistas que cultivam o fruto. Atualmente poucos ainda encontram-se na região.

De fato alguns chegaram a se instalar em Uruana. No entanto muitos deles não se adaptaram por um ou outro motivo, e retornaram para São Paulo ou saíram em direção a outros municípios goianos. Mesmo assim, deixaram o peso de suas passagens através da difusão das técnicas de cultivo que utilizavam. Foi desse modo que muitos produtores goianos ou de outros Estados, que viviam ali, assimilaram as técnicas de produção e garantiram seus lugares no mercado.

Mas a organização desse espaço esteve vinculada também a outras forças capitalistas já mencionadas.

Para Silveira (1999: 25) :

É a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico.

Assim pode-se pensar na região de Uruana como uma área regulada pelos imperativos do mercado nacional da melancia, tendo em vista que a situação reafirma a especificidade do lugar.

5- A Estrutura da Rede Viária e a Dinâmica dos Fluxos

Dada a forma de se tratar a região, como um espaço da produção agrícola, foi conveniente considerar um dos elementos da articulação espacial com maior ênfase. Nesse sentido, a malha rodoviária aparece como um importante elemento de análise, mesmo que seja apenas para apresentar a estrutura regional como base das atividades aí desenvolvidas.

As estradas, caminhos, rodovias formam um conjunto de vias de acesso que permitem a locomoção e intercomunicação de pessoas e coisas (mercadorias), num dado espaço. Dessa forma pode-se falar em sistemas de transportes, como bem colocou Almeida e Ribeiro (1989:33):

Os processos de integração espacial de uma região estruturam-se em grandes sistemas de transportes, de comunicação e de geração e distribuição de energia (...).

Tais sistemas de transportes estão organizados em redes como as rodovias, as ferrovias, os aeroportos, as estações de telefonia, etc. São as redes que possibilitam os fluxos de pessoas e de coisas, como bem salientou Almeida e Ribeiro (1989: 33):

Através destas redes, os fluxos materiais e imateriais da economia circulam sob as mais variadas formas, articulando os diferentes espaços econômicos.

Na análise regional torna-se importante identificar e delimitar as áreas de influência de um centro dinâmico. Nesse sentido as localidades urbanas apresentam-se como centros de relações que constituem partes de um sistema. Assim, a mobilidade existente em direção a estes centros, que normalmente está

⁹⁹ Dos municípios considerados nesta pesquisa, Uruana é o que possui a menor área, apenas 524 km². No entanto, é o que possui a maior importância dentro da perspectiva da análise.

relacionada com uma situação de consumo, é que permite uma possível delimitação circunscrita num dado sistema de redes.

Considerando-se a mobilidade em torno da região produtora de melancia, em Goiás, pode-se, a partir da forma de organização do sistema de redes anteriormente descrito, tirar algumas conclusões.

Não se pretende com isso, aplicar os métodos normalmente empregados para este tipo de estudo; apenas tomar emprestado o modo de pensar as articulações espaciais ou ainda as relações espaciais da área de influência de uma região.¹⁰⁰

A melhoria geral da circulação de pessoas, mercadorias e informações foi verificada na rede urbana brasileira a partir da década de 50, através da integração rodoviária do país. Essa integração, além da criação de uma moderna rede de telecomunicações (Corrêa (1999: 46), proporcionou também mudanças na infraestrutura que afetou a funcionalidade que existia entre as cidades, fornecendo-lhes maior integração e complexidade. O marco destas mudanças no país é a década de 70, cujas alterações são atribuídas à reestruturação do território, decorrente da retomada da expansão do capitalismo.

Desse modo, o curso desta análise segue um momento em que o espaço produtivo já era beneficiado desde o início, pela estrutura da rede viária, ainda que a maior parte dos seus trechos que fazem ligações aos centros urbanos maiores apenas existissem em leito natural, portanto, sem revestimento asfáltico. Em muitos casos eram estradas implantadas ou apenas planejadas ou ainda pioneiras (leito natural)¹⁰¹. (Foto 14)

¹⁰⁰ Segundo Frémont et al (1984: 90) " *Par rapports spatiaux (...), il faut entendre les systèmes de relations que les hommes ont avec les lieux, les paysages, les territoires, les espaces. Le paysage est l'agencement visible, palpable, tangible des relations entre les milieux physiques et le groupes humains et les formes concrètes de leurs activités. (...)*". "Por relações espaciais (...), é necessário entender os sistemas de relações que os homens tem com os lugares, as paisagens, os territórios, os espaços. A paisagem é o arranjo visível, palpável, sensível das relações entre os meios físicos e os grupos humanos e as formas concretas de suas atividades. (...)". [tradução nossa]

¹⁰¹ De acordo com a Secretaria de Transportes – GO (1979): estrada implantada – "construída de acordo com as normas rodoviárias de projeto geométrico, e cuja superfície de rolamento se apresenta sem pavimentação"; planejada – "aquela para a qual são fixados os pontos inicial e final de seu traçado. As localidades intermediárias que definem os diversos trechos das rodovias não devem ser considerados como pontos obrigatórios de passagem, mas, apenas como indicações aproximadas da diretriz das vias, cujos traçados somente serão fixados pelos estudos definitivos."; e pioneira ou com leito natural – via existente, construída como primeira abertura, sem atendimento às normas rodoviárias de projeto geométrico. Sua superfície de rolamento se apresenta geralmente no próprio terreno natural, podendo ter eventualmente no traçado um revestimento primário. Os pontos de passagem atual da rodovia, não serão necessariamente mantidos quando da sua implantação definitiva."



Foto 14 – Estrada “Pioneira” G0-230 que liga Uruana à Itapuranga. Itapuranga-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

O quadro 01 dá uma idéia de como estava a rede de estradas da região, ainda no final da década de 70.

**Quadro 01 - REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – QUADRO DE TOTAIS
POR MUNICÍPIO EM 1979**

Município	Extensão Total	Pavimentada	Leito Natural	Planejada
Carmo	223,0	-	188	35,0
Itapuranga	648,4	-	636,4	12,0
Jaraguá	639,0	-	585,0	54,0
Uruana	486,4	-	373,0	113,4

Fonte: Secretaria de Transportes – GO. Plano Rodoviário, 1979.
[Org.: Macêdo, 2000]

Em 1979 não havia estradas pavimentadas na região, conforme apontou a Secretaria de Transportes do Estado. Proporcionalmente à extensão total das estradas, Uruana era o município que possuía a maior extensão planejada. Enquanto Carmo tinha 84, 30% da extensão total ainda em leito natural, Itapuranga, contava com 98,14%. Em Jaraguá 91,54% e Uruana com 76,68%.

Mesmo nestas condições, que começam a mudar a partir do início dos anos 80, pôde-se verificar um aumento do Tráfego Médio Diário (TMD)¹⁰², por entroncamentos na região como um todo. (ver tabela 02)

Apenas para demonstrar um exemplo desse aumento, selecionou-se alguns trechos das estradas no período de 1977 a 1997.

Tabela 02 - AUMENTO PROPORCIONAL NO TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO DE TRECHOS DAS RODOVIAS DA REGIÃO

Trechos	1977	1986	(%)	1997	(%)
ent.GO-427 (Itaguaru)- ent.GO-230 (Uruana)	153	269	76	1134	321,5
ent.GO-230 (Uruana)- ent.GO-158 (Carmo)	130	230	77	492	114
ent. GO-158 (Carmo)- ent. BR-251 (Ceres)	90	447	396	620	38,7

Fonte: Secretaria de Transportes – GO. 1979 – 1997.
[Org.: Macêdo, 2000]

Durante todo este período estes trechos permaneceram com leito natural, exceto o trecho compreendido entre Carmo e Ceres que recebeu pavimentação asfáltica em 1985.

Apesar das condições impostas, observa-se que houve crescimento do tráfego médio diário, principalmente entre 1986 e 1997, em direção a Uruana. Este aumento está relacionado certamente com as articulações estabelecidas em virtude da atividade dominante.

As estradas, que fazem parte da área da pesquisa, sofreram mudanças em seus traçados ao longo do tempo. Conforme registrado nas imagens de satélite, o traçado de alguns trechos dos caminhos, estradas e até rodovias, como a BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), que atravessam a região, foram modificados para evidente adaptação de tráfego.

As alterações nos traçados foram percebidas, fazendo-se comparações entre a imagem da década de 80 (1984) com a imagem da década de 90 (1997). Com isso, observou-se alterações nos trechos de algumas estradas que na década de 60 (1966), com base nas folhas topográficas elaboradas pelo Exército Brasileiro, bem como pelo IBGE, estiveram diferentes; provavelmente bem mais próximos dos

¹⁰² O TMD – Tráfego Médio Diário indica o volume médio diário de veículos que trafegam num determinado trecho de estrada/rodovia, e compreende os veículos de passeio, ônibus e veículos de carga.

traçados originais de cada trecho, o que não pode ser visualizado nos mapas devido a escala não permitir.

O traçado das estradas vicinais e rodovias também apresentou alterações em relação à década anterior, ainda que em pequenas proporções. Tais alterações forma motivadas pela necessidade de adaptação às novas exigências daquele período.

A regionalização encontrada na área da pesquisa está presente tanto na origem das migrações e tipo de população atual quanto no tipo de produto preferencialmente cultivado, no fluxo de veículos (leves e pesados) que chegam ali, na forma de cultivar a terra, entre outros aspectos. Estes, atribuem um caráter específico à região, dado que isso ocorre em torno da relevância que se dá à produção de melancia desde a década de 70.

Do ponto de vista da existência dessa região em Goiás, sob o comando de forças capitalistas (agentes sociais de ocupação do espaço), pode-se questionar:

Por que esta região está ali localizada? Seria uma localização seletiva?

Por que a maior concentração das áreas onde se cultiva melancia está concentrada no entorno de Uruana? Seria esta gravitação em torno de Uruana dotada de um função regional? Como isso se dá?

É fato que a região já possuía, na década de 60 um quadro territorial¹⁰³ efetivamente colocado, numa organização espacial que retratava o suporte pronto ao estabelecimento de novas relações. A própria base física (meio natural), acompanhada pela estrutura construída, é o que representava em primeira instância as motivações perseguidas pelos agentes sociais de transformação do espaço.

Estradas, rodovias, caminhos que ligavam todas as áreas urbanas existentes consistiam em condições necessárias à articulação espacial correspondente aos fluxos de pessoas e coisas a transportar: informações, pessoas, produtos alimentícios, entre outras coisas.

¹⁰³ Estamos considerando nessa pesquisa os limites municipais atuais, visto que, trata-se de uma análise da dinâmica espacial recente, não interessando diretamente as emancipações ocorridas nos municípios de Carmo do Rio Verde, Jaraguá e Itapuranga. No entanto, estas transformações são consideradas ao longo do estudo, pois fazem parte do contexto histórico que adotamos.

6- Os Limites e a Particularidade e Singularidade

Como o tempo não é o mesmo em todos os lugares, não se pode falar em combinações específicas de variáveis e lugares com a mesma idade. Ao tratar deste aspecto, Santos (1985: 79) assim advertiu:

(...) cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas. É a seletividade com que os diversos aspectos do moderno realizam o seu impacto sobre um lugar determinado que se deve a diferença entre os lugares; e a combinação particular de variáveis diversamente datadas constitui o tempo espacial próprio a um determinado lugar.

Embora as diferenças entre os lugares existam, sob condições especiais, um conjunto de lugares contíguos pode ser tomado onde o critério é a constatação da diferenciação desse conjunto dada em princípio pelo seu aspecto visível paisagístico (forma). Se as diferenças estiverem presentes também na sua estrutura e lhe conferir uma função específica movida por processos, então se está diante de uma região, entendendo-se por diferença a homogeneidade criada por combinações específicas que lhe atribuem um caráter peculiar.

A região aqui definida caracteriza-se por apresentar um arcabouço (quadro territorial) e paisagístico que a individualiza em relação a outros espaços, cuja definição dos limites necessita ser lido a partir das ações em curso já que não se pode, nesse momento, precisá-los. Está, principalmente nas articulações que estas ações estabelecessem, o viés capaz de precisar os limites aproximados, considerados neste trabalho. Trata-se de uma região que se encontra em fase de redefinição de contornos, numa estratégia criada pelo e para o capital.

A leitura da região como o núcleo de uma atividade dominante é feita considerando-se a estrutura da produção (do elemento dominante) já consolidada, e, nesse sentido é um todo frente às outras áreas que também praticam essa atividade, porém, de modo diferenciado. Contudo, juntas, região e demais espaços, funcionam como um todo servindo com uma marca do seu desenvolvimento em Goiás.

6.1- A Organização do Espaço Regional

Embora os municípios¹⁰⁴ componentes da unidade de análise não possuam todos, as mesmas semelhanças em relação à forma de ocupação, pode-se dizer que, de modo geral, foram afetados pelos mesmos processos que organizaram ou reativaram sua vida sócio - econômico - espacial e cultural de forma contínua. Somente através das estratégias políticas de integração nacional é que isso foi possível.

Neste contexto, a construção da Estrada de Ferro e da Rodovia Belém – Brasília se sobressaem como as principais e mais imediatas ligações por via terrestre. Foi sobretudo a Estrada de Ferro que serviu para influenciar o processo de ocupação do oeste do Mato Grosso Goiano.

Os núcleos urbanos que se formaram como cidades, entre as décadas de 40 e 60, inseriram – se num processo recente de estruturação econômica e espacial. Apenas Jaraguá (núcleo pioneiro), que já existia, sofreu o processo sob uma estrutura pronta, o que possibilitou que os impactos da expansão da fronteira agrícola na região, através do movimento de ocupação recente que ficou conhecido como Frente Pioneira do Mato Grosso de Goiás, iniciado na década de 30, propiciasse um revigoramento da função exercida pelo município.

A frente pioneira, que se abriu na região do Mato Grosso Goiano, permitiu que os núcleos urbanos, que até a década de 40 eram distritos, se desenvolvessem ao ponto de conseguirem emancipação político – administrativa de forma rápida e intensa.

A atividade econômica da região, no início, estava voltada para o abastecimento do mercado interno do Centro – Sul, juntando – se aos outros núcleos produtores do Estado, com entreposto comercial em Anápolis.

Atualmente, além de abastecer a própria região, conta com a intensificação no processo de exportação de produtos agrícolas para vários estados brasileiros, e, no caso da melancia, além de exportar para todas as regiões do país, com exceção apenas do Nordeste, ainda comercializa com outros países do Mercado Comum do

¹⁰⁴ Os municípios da região possuem no total 4.158, 7 km², sendo Carmo (457, 5 km²); Itapuranga (1281, 67 km²); Jaraguá (1895, 6 km²) e Uruana (524 km²). Nestes termos pode-se afirmar a importância de se compreender a região a partir do que ela representa ou significa no contexto da vida econômica e social. Pode-se ainda reafirmar o caráter não determinista da perspectiva da análise, tendo em vista que a própria extensão da área core da região torna-se praticamente “insignificante” no conjunto apresentado. Daí a definição, delimitação e compreensão do objeto ser uma difícil tarefa - a de captar onde ele existe, compreendê-lo e explicá-lo.

Sul (MERCOSUL), principalmente com a Argentina, mas também com Paraguai, Uruguai, seja através dos intermediários, seja de forma direta com os produtores.

Os próprios depoimentos de antigos moradores e pioneiros de Jaraguá e Uruana, respectivamente, revelam essa antiga e permanente importância, como pode ser observado na fala de uma pioneira uruanense¹⁰⁵:

Ele chegô disbravano, né. Porque o Bernardo Sayão foi um disbravadô.(...) Ele almoçava aí com agente. (...) Ele era um home bunito. [] Um ótimo disbravadô, animado. Pudia tá choveno [] (...) ele vinha aqui mais era a trabalho, né. Ajudá abri estrada. Era a Belém-Brasília prá cá. (...) Passava primero por Uruana, depois foi pa Belém-Brasília. (...) Aqui ele vinha mais era prá amigo mesmo, né, almoçá [].

Mesmo num outro contexto da dinâmica da região, já existia uma influência que era visível. Uruana servia como ponto de passagem para Ceres, que era o limite da Rodovia Belém – Brasília.

Outro pioneiro¹⁰⁶, destaca sua participação na construção e organização da região:

O meu pai vei prá qui em 40, eu vim em 41. Eu tava em Minas, vim prá cá. Fiquei aqui de 41 até agora. [] fiquei com a loja da minha mãe. A mãe morreu em sessenta e poco setenta. E eu em 42 eu vindi a loja e fiquei com o caminhão. (...) Cunhiçi [Bernardo Sayão]. Trabaiei cum ele aí. Ele administrô uma coisas prá nós aí. (...) Ele era administradô de tudo. Ele era chefe de tudo aqui. Ele ajudô a fazer essa estrada aqui [a atual GO-230], dava dica pa gente fazê as casa, ele olhava [] ficava com a gente aqui pa vê. (...) Com o caminhão, buscano cascaio []. (...) Naquele tempo era na enxada, enxada, picareta, foice [] Num tinha maquináro não. Num tinha tratô pa rancá toco, não. Rancava na enxada. (...) É aqui pá sai pa... acho que cê entrô nela. Cê vei de Jaraguá pela BR-153? Aqui do trevim ia prá lá. [atual GO-230]¹⁰⁷

Entre as outras atividades atualmente encontradas na região destaca-se a indústria de confecção, sobretudo em Jaraguá e Uruana. Esta atividade, juntamente com o comércio local, tem sido responsável por uma parte da mão – de – obra empregada atualmente, além das repartições públicas que empregam uma da parte população.

¹⁰⁵ A . M. P. 88 anos. Entrevista concedida em setembro de 1999.

¹⁰⁶ J. C. S., 79 anos. Este pioneiro, ao contrário de muitos que ainda vivem na região, nasceu no Piauí. Mas foi morar em Minas Gerais, ficando lá até os treze anos de idade e em 1941 mudou-se para Uruana. Entrevista concedida em novembro de 1999.

¹⁰⁷ Esta rodovia liga Rianópolis e Jaraguá a Uruana e este município com Itapuranga, pela estrada pioneira.

Notadamente o número de núcleos urbanos organizados e articulados entre si, revelavam um quadro territorial imprescindível à uma mudança da base produtiva que individualizasse este espaço por meio de uma nova paisagem. Para isso, a produção agrícola seria reorientada a atrair novos produtores, bem como capacitar ou incentivar aqueles já estabelecidos, conduzindo-os a novas relações de trabalho, de produção, enfim um novo modo de vida.

A paisagem encontrada na região apresenta indícios que auxiliam na compreensão da vida de relações por esta produzida, o que está manifesto através de alguns momentos registrados no seu movimento.

Pensando assim é que se pôde captar algumas “obras” humanas construídas no passado e que foram, ao longo do tempo, remodeladas para se adaptar aos diferentes momentos, e hoje apresentam-se com suas estruturas originais, (foto 15) porém, revestidas de novas cores, formas e funções; dentro das possibilidades oferecidas e das exigências demandadas. Nesse sentido, o centro regional apresenta modestamente estes aspectos.



Foto 15 – Antigo cinema de Jaraguá, localizado na parte “velha” da cidade. Jaraguá-GO. [aut.: Macêdo, 2000]

Santos (1985: 54) ao refletir sobre a durabilidade das formas aponta o seguinte:

(...) Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim, somos obrigados a usar as formas do passado.

Percebe-se que de modo geral as velhas formas (rugosidades no espaço) foram adequadas às novas funções, “fruto de novas determinações”.

Uruana, cidade modesta, teve suas formas redefinidas, cedendo lugar para a modernidade¹⁰⁸. No entanto, observa-se ainda as marcas registradas no passado recente, como pode ser verificado nas formas urbanas (arquitetura) (foto 16). Mesmo na parte central da cidade, notam-se traços das antigas construções e das antigas funções destas.



Foto 16 – Antiga residência em Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Apenas para corroborar essa realidade, convém destacar o pensamento de Corrêa (1987:28), ao reportar-se à equivalência existente entre paisagem e região:

Região e paisagem são conceitos equivalentes ou associados, podendo-se igualar, na geografia possibilista, geografia regional ao estudo da paisagem.

Desse pensamento, ao que essa pesquisa indica, ocorre mais uma associação de conceitos do que uma equivalência, já que nela, o estudo da paisagem serve mais a uma busca da particularidade presente na região.

Os aspectos que conferem uma característica comum à região estão ligados principalmente ao meio natural e à população.

É evidente que uma análise deve se restringir ao que é mais importante considerar. O meio natural e a população são apenas elementos que subsidiam uma análise. Neste caso, considerou-se uma atividade produtiva resultante da combinação destes elementos do espaço inseridos num contexto. Isto sim, resulta nos aspectos mais evidentes que permitem uma leitura da realidade da organização regional.



Foto 17 – Pasto de capim brachiária em antiga área de mata, em Jaraguá – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Do ponto de vista da organização do espaço, observa-se que existe uma certa homogeneidade, seja pela formação de pastagens, seja pela ocupação com lavouras.

¹⁰⁸ Não se pretende aqui discutir o conceito de modernidade, mas sim, apresentar as heranças herdadas do passado, impressas no espaço regional correspondente.

Os pastos são predominantemente formados com capim brachiária (“brachiarão ou brachiárinha”)¹⁰⁹ (foto 17).

É comum as pastagens da região apresentarem remanescente da vegetação como árvores de porte médio e alto por exemplo, ou ainda, nas áreas de solos melhores, se encontrarem verdadeiros canteiros de guariroba ou bacuri (foto 18), evidenciando a alta fertilidade destes solos.



Foto 18 – “Canteiro” de Bacuri em meio a pasto de capim brachiária no município de Carmo do Rio Verde-GO.

[aut.: Macêdo, 2000]

Outro aspecto comum encontrado na região é o fato de que na atividade de produção da melancia, ao final da colheita, prepara-se o solo (adubação) e planta-se o milho. Por isso as lavouras de milho são o aspecto mais visível durante o verão.

Na obra de Valverde e Dias (1967) sobre a Rodovia Belém-Brasília, o antigo Mato Grosso Goiano aparece inserido no estudo da Secção Sul e subdividido em Zona de Sítiantes e Zona de Fazendas. A Zona de Sítiantes foi assim designada em função das condições de ocupação que se deu com a formação de sítios, e da estrutura fundiária, cujo índice de concentração era baixo em meados da década de 60. Compreendia os municípios de Ceres, Carmo do Rio Verde, Rubiataba, entre outros.

¹⁰⁹ O que difere um tipo do outro é o porte do capim, sendo que o brachiarão tem maior porte em

Esta forma de organização sofreu influência do tipo de ocupação empreendido pelo governo federal com a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no município de Ceres cuja história não será tratada aqui, dada a natureza deste trabalho que não busca focar esta questão específica.

Por outro lado, na Zona de Fazendas que envolvia Uruana, Itapuranga, Jaraguá, entre outros municípios, a apropriação se deu sob a forma de fazendas com pastagens cercadas, compostas por capim jaraguá.

6.2- As Cidades

Sobre a importância de se considerar a cidade nos estudos regionais, pesquisadores do IPEA *et al* (1999: 46) afirmaram que:

Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região e, como tal, não pode, nem deve, ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social que, na economia capitalista, assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região. [grifo do autor]

Como bem salientou este pensamento, a cidade não pode ser apartada dos estudos regionais. Em decorrência da forma assumida, fruto do sistema econômico vigente, costumam-se atribuir sentidos de região associando-os às cidades que as contém. Um exemplo disso são expressões elaboradas e utilizadas como: “região de Barreiras” para lembrar monocultura da soja; “região de Anápolis” para lembrar a “Capital Industrial de Goiás”; “região de Caldas Novas”, para o complexo de águas quentes. E, como quer este estudo, a “região de Uruana” para registrar a importância da economia local pautada na produção de frutos.

Corrêa (1989: 40) analisando as relações cidade – região, enfatiza o significado que tem a cidade para a sua região e vice-versa: “(...) a cidade é um espelho de sua região, ou então esta é o resultado de uma ação motora por parte da cidade. (...)”

É interessante observar que, no processo de expansão urbana, a orientação seguiu sempre os sentidos norte e oeste em relação à posição geográfica dos municípios envolvidos, devendo-se frisar que, para tanto, não existem restrições quanto ao meio físico, evitando que as outras posições sejam privilegiadas no

crescimento das cidades. Apenas Jaraguá, em função da presença da serra do mesmo nome, não poderia conhecer uma expansão em qualquer sentido¹¹⁰, somente para o norte, sul ou leste.

A localização dos sítios urbanos revela que a escolha foi conduzida. O que os diferencia segundo essa escolha são os motivos de cada localização. É sabido que os sítios urbanos estão normalmente instalados próximo aos mananciais hídricos.

As cidades da região, exceto Jaraguá, surgiram como povoamento no final dos anos 30 e início dos anos 40 (durante a expansão da fronteira agropecuária no Centro-Oeste), consolidando-se como municípios em fins dos anos 40 e início dos anos 50 (na segunda fase da expansão da fronteira econômica). Ao mesmo tempo, Jaraguá, núcleo urbano mais antigo, que permanecia em situação relativamente estacionária, após a decadência da exploração aurífera sofreu os efeitos dessa expansão.

O IBGE (1958: 255) apontou um momento do surto do progresso que atingiu o município entre 1941 e 1944:

(...) A sua população e o número de casas novas ou reconstruídas, nestes três anos, foram duplicados e a cidade cresceu com novos loteamentos; um destes foi perto da Estrada Federal para a Colônia Agrícola (BR-14) [atual Belém-Brasília].

Os impulsos conferidos a Jaraguá estiveram ligados ao que se convencionou chamar de progresso técnico, na época, baseado no cultivo da terra e em comunicações mais fáceis, sobretudo após a conclusão da estrada que dava acesso à CANG.

Carmo do Rio Verde

Carmo teve início em 1939, em meio à mata, o antigo Mato Grosso Goiano, em relevo tabular, sobre Latossolo Roxo distrófico, a uma altitude de 610 m.

O principal motivo do povoamento foi a CANG, onde foi instalada provisoriamente a sua sede numa área à margem direita do Rio Verde, afluente do

¹¹⁰ O fato de não se admitir a expansão urbana em Jaraguá, em direção à serra, não contraria todas as possibilidades. Apenas ressalta que existe espaço para tal nas demais posições e que a realidade do lugar não exigiria essa forma de ocupação. Embora o município seja muito antigo (data do início do século XVIII), a ocupação não se deu de modo intenso, o que pode ser percebido nas áreas "reservadas" à sua expansão.

Rio das Almas. Inicialmente existiam apenas os administradores ali instalados, por ocasião da fundação da Colônia, onde permaneceram até a efetivação da sede.

A forma alongada da cidade é devida a ocupação que seguiu o sentido da estrada que ligava o antigo povoado com Uruana. Atualmente é a avenida principal (parte antiga já existente na década de 60), onde deu-se a primeira expansão. As formas antigas estão aí concentradas. Velhas construções como o primeiro restaurante, a primeira pensão, a igreja (foto 19), as primeiras casas podem ser identificadas, pois o contraste é imediatamente percebido.



Foto 19 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Carmo do Rio Verde – GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

No final da década de 60 e início da década de 70, deu-se outro momento da expansão, no sentido oeste com a construção do fórum e da prefeitura (parte nova).

Um grande lago (foto 20) no final da avenida principal oferece uma bela imagem. É o cartão de visitas do município.

É importante salientar como o contraste do espaço urbano com o espaço rural salta aos olhos de quem observa as paisagens. Não é necessário ser um bom observador, ou um geógrafo sensível, para perceber o fato. A própria forma de organização desta cidade se encarregou de deixar o contraste bem visível.



Foto 20 – Lago “artificial” em Carmo do Rio Verde – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]



Foto 21 – Av. da avenida principal em Carmo do Rio Verde – GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

Quem passa pela avenida principal da cidade nota facilmente as áreas utilizadas com a atividade agropecuária, dado não só as possibilidades oferecidas pelo relevo, mas também pela proximidade com este lugar (foto 21).

Ainda na década de 60, quando Orlando Valverde e Catharina Vergolino (1967: 299) estiveram realizando estudos no antigo Mato Grosso Goiano, assim se referiram à utilização da terra nas proximidades de Carmo:

Dispersas no meio dos pastos, erguem-se isoladas, em grande quantidade, espécimes da palmeira guariroba (Barbosa pseudococos, Becc) (...) A guariroba dá um palmito comestível, um pouco amargo e cresce em tal quantidade que se torna necessário derrubar muitas delas. [grifo do autor]

Hoje, quem passa pelo município, ouve dos moradores sobre a vida em “Rio Verde”, pois é assim que estes tratam a pequena cidade, ladeada pelos seus solos férteis e as verdes culturas.

Uruana

Desmembrado de Jaraguá, em 1948, Uruana teve a sede urbana estabelecida em relevo tabular, a uma altitude de 760 m, na margem esquerda do Rio Uru, afluente do Rio das Almas.

A razão principal desta localização foi a facilidade que teriam os ocupantes de explorarem as matas. Por isso foi implantado nas bordas do antigo Mato Grosso Goiano, sobre Latossolo Vermelho – Escuro distrófico.

Inicialmente a parte antiga da cidade teve uma modesta organização do arruamento, sem muita preocupação com a urbanização, onde as ruas estreitas, e pouco alinhadas, evidenciavam a ausência de uma política urbanística. Além disso, apresentava construções simples. A Igreja Matriz (foto 22) representa uma das formas arquitetônicas mais tradicionais que a cidade conheceu.



Foto 22 – Igreja Matriz de São Sebastião em Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

Por outro lado, no processo de expansão da área urbana já se via uma certa preocupação com estas questões, dado o desenvolvimento que circundava o lugar.

Em Uruana a forma alongada da cidade deve-se principalmente ao fato da ocupação ter acompanhado o sentido da estrada que parte da BR – 153 (Belém – Brasília) e segue em direção a Carmo do Rio Verde.

A parte velha da cidade, que começa na Praça da Matriz, teve seu primeiro momento de expansão em direção à ponte antiga do Rio Uru, ou seja, rumo ao norte, mesmo sentido da avenida principal hoje (foto 23).



Foto 23 – Avenida Principal de Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

Durante a década de 60, houve um novo processo de expansão ao longo da avenida principal que segue da entrada da cidade até a margem direita do rio, e aí está atualmente a sua parte mais dinâmica. A maioria dos pontos comerciais, bancos, prefeitura, enfim, todas as atividades que mobilizam um centro urbano, estão aí concentradas.

Itapuranga

Ao contrário de Uruana e Jaraguá, a cidade de Itapuranga que teve início em 1933, na margem esquerda do Ribeirão Canastra, afluente do Rio Uru, surgiu em meio à mata. A uma altitude de 600 m a sede urbana foi implantada sobre Latossolo Vermelho - Escuro distrófico.

A primeira povoação ficou conhecida como Xixá, devido à celebração da primeira missa à sombra de um chichazeiro, ocorrida na parte antiga da cidade, que naquele momento se instalava em lote de terras devolutas, de acordo com a história oficial (foto 24).



Foto 24 – Igreja Nossa Senhora de Fátima. Parte antiga de Itapuranga – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]



Foto 25 – Praça situada na parte alta ou antiga de Itapuranga – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Segundo informações obtidas em campo, o primeiro momento da expansão urbana da cidade deu-se em meados da década de 50, em direção à parte mais plana do então distrito da cidade de Goiás Velho.

Naquela época havia terreno disponível que os fazendeiros (proprietários) foram loteando e viabilizando a expansão.

A parte mais antiga é de relevo acidentado e pertencia à igreja.

A cidade apresenta de forma muito nítida o contraste entre as velhas e as novas formas (foto 25). Toda a sua antiga organização inscreveu marcas no espaço.

Residências (foto 26), cinema, comércio, igreja, tudo deixou de algum modo traços possíveis de serem identificados. A diferença é que embora as atividades ali desenvolvidas tenham mudado de lugar, adquirido nova dinâmica, dada por um novo momento, novas formas, novas demandas, o antigo não perdeu o sentido. Mas há quem goste de estar ali.



Foto 26 – Casario de Itapuranga – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Apenas deixou de ser o único lugar da cidade, já que, algumas atividades permaneceram, como as mercearias por exemplo. No entanto é o lugar mais pacato da cidade.

Entre os problemas da realidade atual, foi observado, durante o período chuvoso, o alagamento da planície de inundação que chegou a transbordar, interferindo inclusive no trânsito de veículos sobre a ponte do rio que abastece a cidade (foto 27).



Foto 27 – Planície de Inundação no Rio Canastra em Itapuranga – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Este fato aponta para os problemas advindos do processo de desmatamento que dificulta a infiltração da água das chuvas durante o verão, bem como retrata outro problema que é o da perda de solo das áreas agrícolas, provocando o assoreamento dos mananciais hídricos.

É um fato recente (atual) que aponta a inadequada utilização das terras, ausência de controle ambiental, ou a menor preocupação com o ambiente natural. Além de ser preocupante a enorme quantidade de erosões existentes no espaço rural, também decorrentes da utilização das terras de forma inadequada pelos fazendeiros.

Jaraguá

Jaraguá teve o sítio implantado em um terraço do Córrego Jaraguá, na margem esquerda do Rio das Almas, onde os primeiros adensamentos surgidos

tiveram como causa, não apenas a proximidade do rio, nem tampouco foi uma iniciativa particular, mas a História oficial revela que a principal motivação foi a existência de ouro, que atraiu para ali inúmeras pessoas.

A partir daí, formou-se nas proximidades da serra, o Arraial do Jaraguá.

O sítio desde a sua origem permanece sobre relevo tabular, cuja altitude está em torno de 650 m.

Em relação à cobertura vegetal, Jaraguá desenvolveu-se na borda da mata – o Mato Grosso Goiano, sobre Latossolo Vermelho – Escuro distrófico, o que confere a cor avermelhada dos solos.

O município possui uma estrutura mais antiga em relação aos outros aqui considerados, como a das igrejas, por exemplo (foto 28).



Foto 28 – Igreja Nossa Senhora da Conceição construída na segunda metade do séc. XIX em Jaraguá – GO.
[aut.: Macêdo, 1999]

O antigo sítio urbano foi estruturado com o traçado das ruas organizado com formas irregulares, o que evidencia a total ausência de planejamento urbano na sua construção, e sobretudo, a conservação das formas antigas para novas funções.

6.3- Carmo do Rio Verde, Jaraguá e Itapuranga: A Esfera Imediata

Primeiro surgiu Jaraguá (como arraial colonial), ainda no século XVIII, decorrente da mineração. Foi elevado à categoria de cidade em 1882. Com a decadência do ouro, Jaraguá, a exemplo da maioria dos municípios goianos, se firmou na atividade agropecuária.

Embora Uruana tenha surgido através do desmembramento feito a partir de Jaraguá, as suas relações comerciais ocorriam principalmente com Anápolis, sem desprezar ainda o fato de que naquele momento o mais recente município do entorno jaraguaense, consistia no mais atual entreposto comercial entre o oeste do Mato Grosso Goiano e a cidade de Anápolis, tendo o seu desenvolvimento superado o da antiga sede político – administrativa, ainda na década de 40. Esse quadro mudou mais recentemente, embora tenha permanecido durante algum tempo apresentando tais características.

Portanto, o papel tradicionalmente desempenhado pelas antigas cidades do período mineratório, como base de apoio dos núcleos de povoamento (no século XX), não seguiu o mesmo padrão para a região de Uruana, que teve seu desenvolvimento apoiado em princípio à atividade agrícola, produzindo: arroz, feijão e milho, principalmente, para comercializar com Anápolis que providenciava a distribuição dos produtos ao mercado consumidor. Ao mesmo tempo teve início a formação de pastagens ampliando a atividade pecuária.

Segundo Barreira (1997a), Jaraguá, assim como outros importantes arraiais, entre eles Anicuns, Pirenópolis e Corumbá, serviu como fator de interligação entre o leste e o noroeste goianos, para se chegar à região da Estrada do Boi, depois de servirem ao processo de ocupação do Mato Grosso Goiano.

O que se pode dizer de Jaraguá em relação à atuação das políticas de integração nacional é que estas serviram para reanimar a sua vida econômica e social, ao promover o aumento da população através das migrações, bem como contribuiu para ampliar a atividade produtiva local.

Ao que a realidade atual indica, este município conseguiu se reestabelecer com a expansão da fronteira econômica goiana e ganhar impulso a partir da década de 60. Os cento e oitenta e seis estabelecimentos industriais existentes hoje, revelam isso.

Apesar de fazer parte de importante bacia leiteira, Jaraguá conta com apenas três laticínios, o que não sugere a quantidade de gado leiteiro que possui.

Com cinco estabelecimentos bancários: Banco do Brasil, Bradesco, BEG, Caixa Econômica Federal e HSBC, este município mostra-se como o que mais demanda este tipo de serviço (foto 29).



Foto 29 – Avenida Principal de Jaraguá – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

As sessenta e uma escolas, uma Cooperativa de Ensino e os três hospitais, um centro e um posto de saúde aí presentes, também demonstram a demanda diferenciada em relação aos outros municípios.

Por outro lado, Itapuranga (antigo Xixá), surgiu de um povoado em 1932, através da chegada de migrantes em busca das terras férteis, no intuito de praticar a atividade agropecuária.

A história do município revela que a ocupação deu – se de forma rápida, na esfera rural, gerando as riquezas que proporcionaram o crescimento do povoado, permitindo que fosse elevado à categoria de vila no ano de 1943. O rápido desenvolvimento surgido aí, garantiu a emancipação política que ocorreu em 1953.

A organização político – administrativa atual desse município conta com dois distritos: Diolândia e Cibele, sendo que, Guaraíta – município recém emancipado, fora um distrito que contribuiu durante algum tempo para o desenvolvimento de Itapuranga.

Os mais de oitenta estabelecimentos industriais de Itapuranga são também responsáveis por empregar uma parte da população. Enquanto isso, dois laticínios apenas tem de absorver toda a produção de leite deste importante município produtor.

Com quatro estabelecimentos bancários: Banco do Brasil, Bradesco, BEG e Caixa Econômica Federal, o município atende sua cidade além de seus três distritos e revela-se como autônomo pelo menos com essa estrutura monetária que o atende.

As cinquenta e duas escolas e os seis hospitais existentes, além do centro e dos cinco postos de saúde, mostram um melhor aparelhamento em relação aos dois municípios menores. Junte-se a essa estrutura o comércio bem desenvolvido existente (foto 30).



Foto 30 – Avenida comercial mais desenvolvida em Itapuranga – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

O município de Carmo do Rio Verde foi desmembrado da Cidade de Goiás, estando porém, ao lado de Ceres de onde recebeu seguramente influência na sua organização espacial. Tal influência pode ser verificada no parcelamento das terras, pelo fato de aí encontrarem – se predominantemente pequenas propriedades.

Elevado à categoria de município em 1952, o município sofreu outros efeitos da CANG (empreendimento federal, conjuntamente com o governo do Estado), quanto ao tipo de habitante, posse da terra, entre outros aspectos.

Atualmente este município conta dois Bancos: Bradesco e Banco do Brasil, três laticínios e quinze estabelecimentos industriais. As escolas somam ao todo onze estabelecimentos de ensino.

Dois hospitais, um centro e um posto de saúde formam a estrutura que atende a população neste atributo. Além destes equipamentos urbanos o município possui belíssimos patrimônios públicos como suas praças que são bem localizadas e bem conservadas (foto 31).



Foto 31 – Praça Alfredo Nasser em Carmo do Rio Verde – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

É sabido que os municípios de Ceres e Jaraguá têm sido objetos de investigações científicas. No entanto, Uruana, Carmo do Rio Verde e Itapuranga, carecem desses estudo. Mesmo fora da perspectiva geográfica, pouco se conhece sobre estes núcleos urbanos.

Apenas na década de 60 é que a região conhece uma nova “modelagem”, ou o aprimoramento das relações aí contidas. Desse modo, com a modernização agrícola e a introdução da cultura da melancia em fins da década de 60, pôde-se perceber as transformações que serão analisadas no decorrer deste trabalho.

Ainda que em menor intensidade, a atividade já era realizada no entorno de Uruana desde a década de 70. Apenas o município de Jaraguá não produzia todos os anos; quadro que permaneceu inalterado durante as décadas de 70 e 80.

A partir dos primeiros anos da década de 90 já se via um interesse maior desse município pela atividade. Esse interesse esteve obviamente reforçado pela migração dos produtores uruanenses que ali começaram a praticar a atividade de forma mais marcante, o que contribuiu para aumentar a produção local, ao mesmo tempo em que resolvia os problemas enfrentados em Uruana.

Uruana conta atualmente com vinte e seis estabelecimentos industriais, que auxiliam no emprego de seus habitantes. Dois laticínios recebem o leite produzido cujos derivados seguem para Brasília e Goiânia, como principais compradores.

Uma agência do Banco do Brasil e uma do BEG compõem a estrutura bancária deste município. Enquanto que vinte e duas escolas, dois hospitais, um centro e um posto de saúde formam a outra estrutura necessária ao atendimento da população local.

Os municípios aqui considerados encontram-se localizados em uma área conhecida como Vale do São Patrício¹¹¹. Comumente ficou conhecida como *região* do Vale do São Patrício que na atividade pecuária destaca-se como importante bacia leiteira¹¹².

Os municípios limítrofes com Uruana, além de comportarem a complementaridade na produção de melancia uruanense, possuem na atividade agrícola outros cultivos de frutícolas que se diferem em importância de produção de um para outro.

Enquanto Jaraguá destaca-se com a produção de abacaxi, Itapuranga apresenta importante produção de maracujá e é por isso conhecida como a Capital do Maracujá. Por outro lado, o município de Carmo em termos de produção de frutos ainda conta com o cultivo de melancia. Estas observações apontam para o que se pode chamar de uma predisposição da região para o cultivo de frutícolas.

Nesse sentido, o entorno de Uruana tem funcionado como um espaço “complementar” à atividade dominante.

Este espaço considerado como a “região de influência” de Uruana até mesmo pela AGENCIARURAL local, é aqui tratado como a esfera imediata, uma vez que, a

¹¹¹ A denominação é devida ao rio do mesmo nome que serve alguns municípios, como: Rubiataba, Itapaci, Nova Glória, Ceres, São Patrício, entre outros.

¹¹² Este aspecto seria uma outra possibilidade para pesquisa, envolvendo todo o denominado Vale do São Patrício.

região de influência abrange, na verdade, além da esfera imediata, alguns municípios localizados em um raio de até 200 KM de distância do centro produtor.

O que ficou evidente foi a organização da esfera imediata em torno da produção de melancia com reflexo na vida de relações de Uruana. É a dinâmica já referenciada. Este tipo de interação pode ser confirmado no depoimento de um especialista (técnico agrícola) e morador¹¹³ que afirmou:

É a primera atividade. Por que emprega muita gente, tem insumos; né? peça prá máquina, combustível, porção de coisa, sabe. (...) Supermercado, panificadora; cedin é... várias caminhonete passa na panificadora, sai tudo. Os pães, o lanche da turma. O ciclo aí que vai... tá? Então, o comércio de atacado e varejo, tudo funciona em torno da melancia. A sigunda atividade nossa é a pecuária do leite, tá?(...)Mão-de-obra. Direta e indiretamente, colheita, sabe? Venda de insumos.... né? E se fô calculá direitin, no mínimo aqui sai deiz, doze mil caminhões por ano! Quantos motorista depende disso aqui, ó! Que vem indiretamente prá cá, tá? Tem dia que pernoita 200 caminhões aqui dentro. Caminhões vaziu, né? Tem dia que pernoita aqui, certo?

De acordo com informações obtidas em campo, as necessidades que os produtores de melancia atuantes no entorno têm, tanto no que se refere às técnicas empregadas quanto aos produtos utilizados, são buscados em Uruana. Isso mostra como o município espraia “impactos” e ao mesmo tempo recebe o resultado de sua própria influência, o que lhe confere uma forma de interação com o entorno.

Outro fator possível de ser detectado é mostrado pelas marcas territoriais da nova especialização do trabalho aí contida. Nos trabalhos de campo e nas entrevistas foi notório a combinação da especialização dos lugares com a força de trabalho treinada. A esta realidade Santos e Silveira (2001: 136) consideraram:

Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. (...) O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais – e não naturais – que determinam as especializações territoriais. São os fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo.
[grifos nossos]

¹¹³ F. N. D. Mora e trabalha há aproximadamente oito anos em Uruana. Entrevista concedida em dezembro de 2000.

Nos quatro municípios é possível identificar a parte nova e a parte velha das cidades, revelando profundas transformações pelas quais estes municípios passaram. As novas funções delegadas às velhas formas, ou mesmo alterações nestas para a adaptação daquelas.

CAPÍTULO III

Capítulo III - AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

1.1- A Modernização e as Políticas Públicas

Apenas com o fim da economia agrário-exportadora e início da economia de base urbano-industrial, a partir da década de 1930, o Brasil conheceu um desenvolvimento substancial configurado no seu território

As forças que possibilitaram este desenvolvimento vinculam-se às próprias políticas nacionais que visavam o desenvolvimento do país com a finalidade de atender as necessidades internas mas, sobretudo, aos interesses externos, nesse caso, a exportação de produtos nacionais.

Graziano da Silva (1982: 45), afirmou o seguinte sobre o desenvolvimento do capitalismo:

O sentido último do desenvolvimento do capitalismo é a própria industrialização da agricultura. Em outras palavras, o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento próprio do capital, produto das relações sociais de produção. (...) é com a industrialização da agricultura que as limitações impostas pela natureza vão sendo superadas enquanto barreiras à produção agropecuária.

O processo de modernização da agricultura somente foi possível a partir da consolidação da hegemonia da indústria sobre a agricultura brasileira. Graças a isso, a produção agrícola pode contar com uma melhoria geral no processo produtivo. A esta melhoria geral está associada a aquisição de insumos e equipamentos agrícolas provenientes da indústria. Sobre isso Graziano da Silva (1982: 46) comentou:

Foi no final da fase de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as primeiras indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não podia mais ser vista apenas no seu papel 'passivo'. Ela iria constituir-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos o processo de industrialização da agricultura brasileira, num duplo sentido: o da elevação da

composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro.

Assim, deu-se o início das novas formas de produção verificadas no Brasil.

O papel do Estado Nação é indiscutível no processo de produção, ainda que influenciado pelos mecanismos de mercado, conforme advertiu Santos (1985: 80):

(...) As forças são, em última análise, governadas pelo novo e pelo externo, mas se realizam em grande parte através do velho e do interno. O Estado, garantia do novo e do externo como subsídio ao econômico, assume, porém, o velho, no tocante ao social.

Ainda nesse sentido, Neto (1997) aponta em suas reflexões as intenções do Estado na formulação da política agrícola para o Brasil. Para isso retoma a forma como a agricultura foi pensada nos planos de governo, a partir da exposição dos planos que visaram o Desenvolvimento Econômico do país desde a década de 60, cada um segundo a lógica do momento.

A partir da análise de algumas variáveis, sintetizou – se o processo utilizando a expressão "Modernização Desigual", para designar uma modernização excludente que privilegiou uma pequena parcela do total dos produtores em detrimento da maioria, e ainda certos tipos de produtos e determinadas regiões.

Dos planos de governo destacou os seguintes:

- a) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965);
- b) Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966);
- c) Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970);
- d) Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973);
- e) I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974);
- f) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

De modo geral, na exposição das estratégias de cada Plano, dois itens são comuns: a necessidade de mudança da base técnica na agricultura e a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, sempre com vistas à expansão da economia, ou visto de outro modo, à reprodução ampliada do capital.

É importante destacar que as ações que estabeleceram a formação desta região não estiveram presas unicamente às ações do Estado, embora este tenha contribuído. Pode-se apontar como fatores mais importantes ligados às intervenções do Estado, a ocupação do país em direção ao oeste (Marcha "conduzida" para o Oeste) e posteriormente, a modernização da agricultura, esta significando uma

condição para a integração através da utilização dos recursos disponibilizados pelo governo, provenientes dos projetos especiais criados para o desenvolvimento econômico do país. Neste caso, apenas a ocupação dirigida pode ser vista como um indicativo das ações mais gerais do Estado que incidiram sobre a região, pois nem os recursos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) - Programa Especial instituído em 1975, penetraram pelos caminhos desse espaço econômico de forma direta. Penetraram sim, em espaços que em outro momento foram importantes no tocante à produção de melancia, como é o caso do município de Rio Verde¹¹⁴ (sudoeste goiano), que foi um dos municípios goianos que mais receberam recursos do Fundo POLOCENTRO, visando a desenvolvimento das áreas de Cerrado¹¹⁵. Neste município, assim como em todo o sudoeste goiano, ficou estabelecida região da soja em Goiás.

O outro Programa Especial que desta vez atingiu a área desta pesquisa foi o da Região Geoeconômica de Brasília¹¹⁶. No entanto, as estratégias de ação definidas a partir de 1980, para este Programa, não permitiram que se atingisse a área da pesquisa como um todo, visto que das áreas definidas, apenas uma margeava a região – o eixo Ceres – Anápolis que significa apenas o trecho da rodovia BR-153, que a atravessa.

Os programas que atualmente beneficiam a região são: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),¹¹⁷ o PRONAFÃO,¹¹⁸ que é uma uma modalidade ampliada do PRONAF, o Programa de Geração de Renda (PROGER),¹¹⁹ e o Fundo Constitucional de Investimento do Centro – Oeste (FCO).¹²⁰ Dentre estes programas, o PRONAF é o que atende o maior número de

¹¹⁴ Cf. dados fornecidos pelo Banco do Brasil – Superintendência Estadual de Goiás. Os dados referem-se aos recursos do Fundo POLOCENTRO - Créditos Concedidos, discriminando a cidade, o ano da concessão (1976-1983), a quantidade de contratos, o valor e a unidade monetária.

¹¹⁵ Segundo Barreira (1997: 178): "(...) o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas dos Cerrados) (...) visava a incorporação de 1,6 milhões de KM² de Cerrado em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Essa incorporação significava tornar produtivo o Cerrado."

¹¹⁶ Conforme Barreira (1997: 179): este Programa Especial "(...) surgiu em 1975, com a concepção de preservar o caráter político, cultural e administrativo de Brasília."

¹¹⁷ Destina – se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Normalmente o recurso conseguido não era grande. Na região fica em torno de R\$ 5000,00 por produtor. Este programa financia 100% do recurso para o pequeno produtor e 80% para o grande produtor.

¹¹⁸ Também beneficia o pequeno produtor. No entanto é um recurso para o município solicitante, mediante elaboração de um projeto que é enviado ao governo federal. Ele inclui infra-estrutura (máquinas agrícolas e implementos pesados), ainda a construção de viveiros, melhoramento das vias de escoamento da produção (estradas), parte educacional e de fomento (estímulo à produção). Na região apenas o município de Jaraguá é beneficiado com este recurso.

¹¹⁹ Crédito principalmente para arroz, feijão, milho e melancia.

¹²⁰ Financia indústria, turismo, agropecuária e agroindústria rural. Brasil Empreendedor, conveniado com o SEBRAE. Financiamento de micro – empresas urbanas.

produtores, normalmente os pequenos produtores, que se servem desta forma de financiamento para custeio de lavoura ou investimento em máquinas agrícolas.

Se, por um lado, a ocupação da região de Uruana ocorreu por iniciativa particular, ou seja, de forma espontânea, motivada basicamente pela apropriação dos recursos naturais, como ocorreu em vários pontos do território, por outro, a ação governamental desencadeada, a partir da década de 40 no país, atuou no sentido de intervir no processo de ocupação do Oeste. Portanto contribuiu para promover a interiorização da população e de recursos materiais.

A partir daí, deu-se o processo crescente de expansão da fronteira agrícola, em que a agricultura passou a exercer a função de financiadora da indústria que emergia durante a década de 50.

Esse movimento fortemente sentido até a década de 70, no país, contribuiu para mudar substancialmente o espaço agrícola goiano, elevar o número populacional e impulsionar a economia. Ressalte-se que em Goiás essa dinâmica econômica dava-se com muita intensidade no sul e centro-sul do Estado e que certamente a sua consolidação foi devida, segundo Galindo e Santos (1995: 159), tanto às:

(...) possibilidades abertas pela agropecuária e agroindústria, quanto pela consolidação de Brasília (DF) e Goiânia (GO), como importantes núcleos urbanos, e de Anápolis (GO), como entreposto agrícola.

A viabilização das áreas do Cerrado foi sem dúvida muito importante no processo de incorporação de novas áreas à economia do país, sobretudo com os estímulos dos Programas Especiais que visaram o seu desenvolvimento como o POLOCENTRO, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), entre outros.

As ações do POLOCENTRO em Goiás, apesar de terem sido concentradas em quatro áreas – programa; após as suas execuções, atingiram indiretamente outras, graças ao uso de recursos para o desenvolvimento tecnológico que pôde ser difundido posteriormente, conforme Galindo e Santos (1995: 162) afirmaram:

(...) A agropecuária do cerrado se tornou moderna e produtiva graças à geração e difusão de novas técnicas, originárias da pesquisa e experimentação fomentadas pelo POLOCENTRO, (...).

Conforme Duarte in IBGE (1988: 244), a produção em curso do espaço regional do Centro-Oeste, foi um processo “(...) *descontínuo, nucleado e espacialmente, desarticulado. Reanalisar o processo social aí ocorrido permite entender a atual estrutura desses espaços.*”

Nesse sentido ficou constatado que o espaço envolvido pela região da pesquisa constituiu um dos espaços do Centro-Oeste, onde a estruturação regional deu-se sem a intervenção direta de políticas governamentais, o que é verdadeiro para a maior parte do Estado de Goiás.

1.1- A Modernização da Agricultura como mediadora do Processo de Fragmentação Regional

A modernização da agricultura se caracteriza pela introdução de tecnologias e informações no setor produtivo que passam a alterar de forma intensiva o processo de produção. Santos (1985: 32), ao analisar as consequências da implantação de inovações acarretadas pela modernização, afirmou que:

A difusão de modernizações é assim responsável por notáveis diferenças dentro de cada país, com a criação de pólos internos. A modernização sempre vai acompanhada por uma especialização de funções que é responsável por uma hierarquia funcional.

Indica também o mesmo autor, os efeitos desse processo em áreas específicas:

(...) os pontos da área que acolheram as modernizações ou os seus mais importantes efeitos são também os mais capazes de receber outras modernizações. Isto cria lugares privilegiados, com uma tendência polar.

O pólo especializado, representado por Uruana, foi alvo de inovações modernizantes na década de 70, não apenas pela introdução de novas técnicas, informações e ações, mas pela mudança nos rumos da produção ao iniciar um processo de “substituição das lavouras tradicionais”¹²¹. E foi justamente nesse momento que a região demandou técnicas especiais de produção, nunca conhecidas antes pelos produtores locais.

¹²¹ A expressão utilizada refere-se ao comportamento dos produtores agrícolas locais que passaram introduzir o cultivo da melancia com maior intensidade nas áreas tradicionalmente destinadas ao cultivo de cereais, principalmente.

Essa difusão se fez através do deslocamento para a região dos produtores paulistas que já utilizavam destas técnicas.

A dispersão espacial dos produtores paulistas de melancia deveu-se aos problemas¹²² com a produção naquele Estado, sendo que começaram a afluir para Uruana na década de 70.

Um produtor de origem paulista,¹²³ que conviveu com estes problemas em São Paulo, relatou o seguinte:

Foi o início do plantio de melancia, assim, no Brasil. Inclusive era difícil, assim, agente conseguir a ... prantio de melancia, que num tinha conhecimento, num tinha maquinário, na década de setenta e dois, setenta e três, quando eu entrei em setenta e três. Era difícil até pa se... cultivar uma terra pa podê prantar melancia. Mais aí, teve uns japoneses nua região que eu trabalhava, era em Bastos, e os japoneses como tinha mais a inteligência, eles foi aprofundano, conseguino fazer o prantio de melancia, ai foi expandino e, agente com amizade, um conhecimento com eles, conseguiu acatar o sistema. Aí, continuemo prantano lá em São Paulo, em setenta e três, aí, até oitenta e três. Mais o motivo de eu passar de São Paulo pa Goiás, foi, a finalidade foi a geada. Porque lá o tempo de prantio de melancia é nas água. E aí, quando chega na seca, é muito friu. Nas água, lá como chove muito agente num tem, assim, uma segurança com a lavoura através de muita chuva. Comercialização também em tempo de chuva fica difícil. O Goiás, a firmeza com o prantio de melancia é que cê começa no mês de março, vai até o mês de outubro []. Aí viemo nessa área de Uruana, porque era a centralização. Mesmo nesse tempo de oitenta e três que eu vim prá cá, até mais ou menos noventa, Uruana seria a centralização no mês de março até mês de outubro. [grifos nossos]

A referência deste produtor à centralização de Uruana é devida, sobretudo, às condições naturais propícias em todos os aspectos à produção de melancia nesta região, mas, principalmente aos fatores climáticos. Além disso já se conhecia essas características através de outros produtores que chegaram antes, na década de 70. Em relação à especialização produtiva, Santos (1985: 34) afirmou:

¹²² Os problemas aqui referidos estiveram relacionados com fatores climáticos (geadas) ocorridos na década de 70 no Estado de São Paulo. Já na década de 80 houve a continuidade desse processo, porém, os motivos foram outros, como por exemplo, a própria produtividade que em Uruana era melhor, além da qualidade do produto que já era diferenciada e bem aceita no mercado consumidor.

¹²³ Este produtor N.A.S., 61 anos, nasceu no Estado de Minas Gerais, porém, viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, onde chegou em função do trabalho nas lavouras de café. Somente algum tempo depois, começou, juntamente com seu pai, a trabalhar com a produção de melancia. Entrevista concedida em setembro de 2000.

A consequência de uma modernização é gerar um efeito de especialização, isto é, uma possibilidade de dominação. A especialização é responsável por uma polarização. Os subespaços mais modernizados e mais especializados tomam assim a posição de um pólo de difusão vis-à-vis outros espaços. (grifos nossos)

O mesmo produtor e morador em Uruana anteriormente citado, apresenta detalhes da forma de difusão das técnicas de produção de melancia do seguinte modo:

Mais tem uma coisa que você, às vezes teve alguém que informar, cê possa informar, que aí cê tem certeza. As pessoas que tão plantano melancia lá no Tocantins, eles tá buscano tecnologia e informação em Uruana. Inclusive de tratamento de solo, de tratamento da lavoura, é, nós temos agrônomo aqui que eles passam os detalhes e informação lá po Tocantins. A cultura de melancia que tá no Tocantins ela tá levano daqui de Uruana através dos técnicos de Uruana. Isso aí, eu tenho certeza porque agente tem contato com eles. As pessoa pode informar que se ese tão prantano lá é, se lá tinha o prantio, é prantio assim, vamo dizer assim, de.. queles tantim que antigamente plantava de roçinha pequena porque, eu quando comecei a plantar melancia lá em São Paulo, na década de setenta e treis, aquelas maquinário que nós tinha lá em São Paulo, tem uns amigo que aqui prá Uruana, aqui num existia, como fato o Tocantins num tem, num tinha também. Então o que tem hoje de prantio de melancia no Tocantins hoje, se fala que tem prantio, a tecnologia de prantio de melancia no Tocantins, elas tão buscano em Uruana, isso eu tenho certeza, porque, os agrônomo nosso aqui tão passano a tecnologia prá lá. Outra coisa também que eu posso te citar, Barreira na Bahia tem prantio de melancia. Foi começado em noventa, noventa e um por aí, foi um agrônomo daqui de Uruana que foi o cara fez a área de prantio de Uruana, que seguiu, pegou prática na tecnologia de melancia. Os produtor da Agranol da Bahia. (...) quando agente veio prá cá, tem uns japoneses que tão aqui em Uruana, que são grandes produtor de melancia, já diminuiu as área. Hoje ninguém tá mais naquele avanço de prantar muito. Mais esses japoneses e nós, truxemos os equipamento de cultivar melancia, como aqui em Uruana num tinha. Eu vô falar, o que era a melancia de Uruana: era plantada de cova com o enxadão, fazia um buraco, ponhava o adubo e ponhava a semente. E nós já vinhemo com o maquinário que faz o sulco, adubando, depois agente passa tampano o sulco e já põe a semente. Aquele tempo era difícil, era no enxadão.

Conforme pode ser observado, através das entrevistas, Uruana constitui um pólo moderno da produção de melancia ao promover a difusão das técnicas de produção utilizadas pelos produtores.

2- A Evolução da Estrutura Fundiária e a Modernização

Com a retomada da expansão capitalista no Brasil, os anos 70 responderam pelo aumento dos índices de concentração da propriedade da terra no país. Esse fator esteve associado à incorporação de novas áreas agrícolas à economia nacional e relacionada com a expansão da fronteira agrícola. No entanto, as possibilidades oferecidas pela modernização agrícola representaram o marco fundamental das inovações incorporadas pelo campo brasileiro.

Com relação às novas áreas incorporadas, Graziano da Silva (1982: 53) afirmou: *“Referem-se as áreas agrícolas do Centro Oeste na década de 60 e da Amazônia na primeira metade da década de 1970”*.

Dentro desse processo se dá ainda o aumento da área média das propriedades, fenômeno que tem início nos últimos anos da década de 60 e que intensifica-se na década de 70.

A dinâmica da evolução das propriedades, no entendimento de Graziano da Silva (1982: 53-54), ficou assim representada:

No período 1965-67, que corresponde ao final da crise econômica do início dos anos 60, há um aumento praticamente generalizado de todos tamanhos de propriedades. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é ligeiramente maior que o das pequenas. Já no período seguinte – 1967-72 –, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como ‘Milagre Brasileiro’, aumentam também as grandes propriedades. (...) No período 1972-76, que coincide com uma forte expansão da fronteira agrícola da Amazônia Legal (incluindo aí parte da região Centro Oeste), há novamente uma multiplicação das pequenas propriedades, embora haja também um crescimento ainda maior das grandes.

Em Goiás este processo pôde ser verificado, ao longo das décadas de 70 e 80, de forma marcante. No entanto será abordado, aqui, como o processo se deu no interior do antigo Mato Grosso Goiano.

Localizada em terras, atualmente as mais valorizadas do Estado de Goiás e, nos limites do antigo Mato Grosso Goiano, a Região de Uruana está inserida na porção que contém os melhores solos¹²⁴. E isso refletiu certamente no processo de

¹²⁴ A Região de Uruana insere-se na porção goiana onde ocorre a maior concentração de Terra Roxa, Latossolo Roxo e Brunizém Avermelhado (solos que não apresentam maiores restrições quanto ao uso agrícola dadas às boas condições físicas e propriedades químicas).

apropriação das terras neste espaço. Nesse sentido, Doles *et al* (1978: 19), afirmaram que:

(...) foi sobretudo a partir de 1915, em função do progressivo escasseamento de terras no sudeste, que a busca de novas regiões goianas foi também incrementada, havendo a aceleração do devastamento do centro-sul de Goiás, que passou a exercer forte atração de um lado devido à fertilidade do solo, de outro, graças ao baixo custo das glebas.

É certo que naquele momento a facilidade de aquisição de terras a preços baixos permitiu que os melhores solos fossem apropriados mais rapidamente e a sua incorporação ao processo produtivo se desse primeiro. Mas isso não significa que as terras com solos melhores não eram as mais valorizadas.

O sul goiano já era reconhecido como a porção do Estado de Goiás com terras de valor mais elevado. Esse dado já podia ser encontrado em estudos realizados desde a década de 40, por Jorge Latour¹²⁵. Evidentemente o momento desse processo, a ser aqui avaliado, consiste uma fase mais recente e é resultado do desencadeamento pós dinâmica da frente pioneira do Mato Grosso de Goiás, ocorrida nas décadas de 30 e 40, quando para ali se dirigiram entre os “ocupantes”, os agentes sociais mais ativos do cenário até então produzido.

A facilidade de aquisição de terras a que se referem os autores supra - citados é devida ao preço das glebas goianas em relação aos preços praticados no sudeste do país. Tanto isso é verdadeiro que, para que a ocupação efetiva se desse com a “Marcha para o Oeste”, a euforia que se conheceu na década de 40, no antigo “Mato Grosso Goiano – sul de Goiás, se deu por meio da compra de terras, principalmente. Tanto por goianos, como por pessoas vindas do sudeste do país, que grande parte era constituída por mineiros.

Esse movimento ficou caracterizado como “frente pioneira”. E, como bem lembrou Martins (1975: 47): *“O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada.”*

Transpondo essa realidade para o caso específico da Região de Uruana, registre-se com o depoimento de uma pioneira¹²⁶ – a fundadora de Uruana, que relatou o seguinte:

¹²⁵ Sobre este assunto, consultar: Latour, Jorge. Goiás - uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Imigração e Colonização, 1949.

¹²⁶ A. M. P., 88 anos. Entrevista concedida em setembro de 1999.

Mais meu avô ele veio muito.... meu pai num tinha nem nascido, quando meu avô mudou pra cá. Mais meu avô comprou a parte aqui enorme. Veio de Minas. Ele veio e casou com minha avó e veio pra cá. O [ribeirão] Curral Queimado tudo era dele. A divisa era o rio. Eu acho que meu avô foi um pioneiro da região. Aqui eu acho que era um deserto. Toda ele comprou. Ele tinha escritura. Deve tá em Jaraguá. Deve tá no cartório de Jaraguá. Eu num sei se era particular, porque eu sei que eu li a escritura, 200 mirrêis. (...) Pois é o rio até lá perto da Barra do Sucuri, que é o Rio Sucuri, desce, pega a Barra do Sucuri, sobe, vai até depois cai no Curral Queimado, que é o to, é um ribeirão, que num é rio, mais maior. Aí tudo é ele que disbravou. Aí foi chegado a família dele, o irmão, ele vendia um pedaço pra eles. (...) aí vendia pra um, o to, vendia pra o to... .

O depoimento desta pioneira retrata muito bem o caráter pioneiro da região, tanto pela forma de apropriação, como pelo fato de não apresentar indícios da existência de terras devolutas¹²⁷ ainda no século XIX.

A indicação das possíveis causas das mudanças na estrutura fundiária baseou-se tanto nos dados censitários como nos depoimentos coletados no campo. Conforme o depoimento anteriormente citado, a principal forma de aquisição de terras era a compra. Mas isto não impedia totalmente que o uso indevido das terras alheias ocorresse. A figura do ocupante¹²⁸ já aparecia desde a década de 50, na região, tendo sido forte a sua presença nas décadas de 60 e 70, com auge em 1975 (num total de 288, dos 5312 estabelecimentos, ou seja, em 5,42% dos estabelecimentos). A área ocupada correspondeu a 0,78% da área total, devendo-se ressaltar que houve a maior contribuição de Itapuranga.

O início da década de 80 foi marcado por uma espécie de calma em relação a essa dinâmica. Porém, em meados dessa década (1985), houve a retomada dessa dinâmica, quando 1127 estabelecimentos eram de ocupantes, ou seja, 17,36% do total, representando um área de 1,82% da área total da região. Observe-se que a maior ocorrência foi em Itapuranga.

Os dados do último censo (1995/96), revelam que o município de Itapuranga continuou sendo responsável pela maior incidência de ocupantes, um total de 162 estabelecimentos somente neste município. A ausência total em Uruana. Entretanto,

¹²⁷ O trabalho de Latour (1949), mostra que a porção das terras mais valorizadas do Estado, em fins da década de 40, fazia limite ao norte com as terras de baixo valor, seguidas pela área de terras predominantemente devolutas. Portanto, não haveria mesmo condições de se encontrar áreas disponíveis no antigo Mato Grosso Goiano, que coincidentemente corresponde à porção sul de Goiás, mais valorizada.

¹²⁸ De acordo com o IBGE (1995/ 96: 22), na conceituação das características divulgadas, o produtor, seria considerado ocupante: "Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso."

desde a década de 80 foi o menor registro. Foram 3,73% dos estabelecimentos numa área de 2717 ha, ou seja, apenas 0,73% da área total.

Isso revela que em Goiás, em meio século, a única forma legal de aquisição de terras em zona onde a propriedade das terras era privada, não foi empecilho à ocupação indevida¹²⁹. Mesmo nas terras mais valorizadas do Estado a estrutura agrária não coibiu atitudes como esta, revelando a fragilidade desta forma de organização agrária. Durante este período pôde-se perceber mudanças na estrutura fundiária da região, com se verá adiante.

A despeito de não se conhecer a existência de terras livres neste período, no antigo Mato Grosso Goiano, houve a incorporação de áreas aos estabelecimentos, o que não ocorreu para a região como um todo, mas apenas num ou outro município em determinado momento, dentro do período considerado. Como isso se deu, não será tratado aqui.

Em relação à redução no número e na área dos estabelecimentos, no período considerado, pode-se afirmar que é também devido aos desmembramentos ocorridos dos municípios da região, exceto de Uruana, que nunca sofreu desmembramento desde a sua criação.

No conjunto da região, verificou-se um aumento de 19,34% no número de estabelecimentos entre 1970 e 1985, e uma redução de 14,33% na sua área, o que pode ser atribuído à acentuada fragmentação dos grandes estabelecimentos, com conseqüente redução no seu número e aumento dos médios e pequenos. Além disso, a emancipação do distrito de Santa Isabel¹³⁰ a partir de Jaraguá, respondeu pela diminuição da área dos estabelecimentos.

Entre 1985 e 1996, houve uma diminuição 18,23% no número de estabelecimentos e de 7,23% na área. Aqui também houve a influência de emancipações. Tanto Carmo do Rio Verde, quanto Itapuranga sofreram desmembramentos: os distritos de São Patrício¹³¹ e Guaraitá¹³², respectivamente.

As incorporações havidas são relativas apenas ao período de 1970-1985, quando o município de Itapuranga conheceu um expressivo aumento no número de estabelecimentos (64,62%), e também na área (1,85%) e Uruana com um incremento de 23,20% no estabelecimentos e 5,9% na área total. Os outros

¹²⁹ Sem querer discutir o conceito, estamos denominando de ocupação indevida, aquela realizada pelo ocupante.

¹³⁰ O desmembramento ocorreu em 1982.

¹³¹ Desmembramento ocorrido em 1995.

¹³² Desmembramento ocorrido em 1992.

municípios não sofreram incorporações. Por outro lado, entre 1985 e 1996, houve incremento no número de estabelecimentos em toda a região. Também houve redução nas áreas dos estabelecimentos, exceto em Uruana, pois, o incremento foi de 6,17%.

Esta dinâmica revela o caráter heterogêneo ou as diferenças internas da região. Apesar de conservar uma homogeneidade relativa às suas especificidades, internamente, os diferentes aspectos ou elementos constituintes do conjunto são indicativos de “contrastes” ou dessas diferenças.

Pode parecer contraditório mas, ao contrário do que tudo indica, existe na região uma “solidez” na sua estrutura fundiária que, apesar de mostrar uma certa fragilidade dado o importante número de ocupantes ainda presentes, não foi palco de considerável incorporação de áreas. As mudanças deram-se, nesse sentido, muito mais no âmbito interno, sem a necessidade ou mesmo por não ter havido condições para um incremento mais importante na área dos estabelecimentos. Com isso, as mudanças referidas ficaram a cargo da “necessidade” de fragmentação das propriedades maiores e das emancipações político - administrativas ocorridas no período analisado.

A análise dos dados da estrutura fundiária, (tabelas 03, 04 e 05) realizada considerando-se os grupos de área total, revelou a seguinte situação:

- a) Em 1970 havia na região o predomínio dos pequenos estabelecimentos (até 100 ha), representando 80,05% do total de estabelecimentos. A área ocupada, no entanto, representava apenas 27,08%. Por outro lado, os médios estabelecimentos tinham uma área correspondente a mais da metade da área total, ou seja, 51,57% dos estabelecimentos tinham entre 100 e 1000 ha.

Neste ensejo, menos de 1% dos grandes estabelecimentos, precisamente 0,99%, com 1000 a 10000 e 10000 e mais hectares, ocupavam 21,33% da área total, o que demonstra o predomínio das médias propriedades ocupando uma grande área. E isso já é um indicativo da concentração fundiária na região.

**Tabela 03 - CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE URUANA
EM 1970**

Grupos de área	Estab.	%	Área (ha)	%
0 –10	1064	20,67	6904	1,48
10 –100	3057	59,38	118895	25,6
100 –1000	976	18,96	239454	51,57
1000 –10000	50	0,97	86974	18,73
+ 10000	01	0,02	12100	2,6
Total	5148	-	464327	-

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1970.
[Org.: Macêdo, 2000]

- b) Entre 1970 e 1985, apesar de ter havido perda de área do município de Jaraguá, isso pouco alteraria a estrutura fundiária, se não fosse pelo aumento no número total de estabelecimentos. Este fato incomum ocorrido graças à fragmentação dos grandes estabelecimentos neste período, permitiu um significativo aumento dos pequenos estabelecimentos que passaram de 4121 para 5205, ou seja, um acréscimo de 1984 estabelecimentos ou 79, 17%, embora a área tenha sido reduzida.

**Tabela 04 - CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE URUANA
EM 1985**

Grupos de área	Estab.	%	Área (ha)	%
0 –10	2131	34,7	13526	3,4
10 –100	3074	50,05	108754	27,34
100 –1000	903	14,7	224240	56,37
1000 –10000	34	0,55	51227	12,88
+ 10000	-	-	-	-
Total	6142	-	397747	-

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1985.
[Org.: Macêdo, 2000]

Os médios estabelecimentos representavam 14,7%, cobrindo 56,37% da área total. Ainda em 1985, portanto, as médias propriedades foram predominantes, revelando uma concentração fundiária nitidamente demarcada pelos estabelecimentos com dimensão entre 100 e 1000 ha.

**Tabela 05 - CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO DE URUANA
EM 1996**

Grupos de área	Estab.	%	Área (ha)	%
0 –10	1270	25,28	7092	1,81
10 –100	2837	56,47	104794	26,81
100 –1000	889	17,7	216424	55,38
1000 –10000	17	0,53	40351	10,32
+ 10000	01	0,02	22144	5,66
Total	5024	-	390805	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.
[Org.: Macêdo, 2000]

c) Numa situação mais recente¹³³, ou mais próxima do presente, depara-se com um quadro em que novamente as emancipações influenciaram nos dados de um censo para o outro. Desta vez, em que Carmo e Itapuranga perderam área, nota-se nova redução no número de estabelecimentos e área, o que foi muito expressivo quando se considera a perda de duas grandes áreas para a região. É o que mostram os dados do censo de 1995/96.

O fato novo foi que deparou-se com a redução no número dos pequenos estabelecimentos, ao contrário do que ocorreu no período anterior. E novamente as grandes propriedades tiveram número reduzido também.

Assim, 81,75% dos pequenos estabelecimentos ocupavam apenas 28,62% do total de área, enquanto 55,38% da área representava 17,7% dos estabelecimentos médios e 15,98% da área referia-se a 1,02% das grandes propriedades. Pode-se então dizer que existe uma estrutura fundiária que não muda, ou seja, está sempre delineada pela presença marcante das médias propriedades¹³⁴ e não das grandes, já que estas últimas mudam constantemente em suas estruturas. Ante o exposto, fica evidente que a situação geral não mudou muito desde 1970.

Tomando – se o cálculo do índice de gini¹³⁵ (conforme tabelas em anexo neste trabalho) como base para apresentar a concentração fundiária na região,

¹³³ Considerou-se os dados do censo agropecuário de 1995/96 como os mais recentes, uma vez que os dados do censo 2000 ainda não encontram-se disponíveis.

¹³⁴ Ao contrário do que ocorre em outras regiões goianas. É o caso da concentração fundiária no Vão do Paraná, onde esta se dá por meio das grandes propriedades.

¹³⁵ Para verificar o índice de concentração da terra, a partir do coeficiente de Gini, considerou-se o resultado entre 0,0 - 0,25 (boa concentração); 0,26 - 0,50 (média); 0,51 - 0,75 (concentrada); e 0,76 - 1,0 (altamente concentrada), encontrado em Oliveira e Oliveira (1997).

percebe-se uma situação em que a propriedade da terra é concentrada, seguindo o padrão do Estado que tinha em 1985 um índice de 0,71.

Quadro 02 - ÍNDICE DE GINI PARA A REGIÃO DE URUANA

	1970	1985	1996
Carmo	0,54	0,61	0,58
Itapuranga	0,65	0,66	0,71
Jaraguá	0,62	0,61	0,56
Uruana	0,53	0,61	0,56
Região	0,62	0,64	0,63

Fonte: FIBGE. Censos agropecuários de 1970, 1985 e 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

Conforme o **quadro 02**, porém, a média de 0,63 para a região considerando-se as três décadas, ficou ainda bem abaixo do índice do Estado de Goiás¹³⁶ que já vinha apresentando evolução progressiva na concentração fundiária desde a década de 70 e apresentou a média de 0,68 para o mesmo período. Nesse sentido é importante revelar a situação existente nos municípios, ao longo do período considerado.

Um fato que difere da realidade encontrada na região em relação ao Estado, é o índice de Jaraguá que decresce entre 1970 e 1996 de forma progressiva. Ao mesmo tempo, em Carmo e em Uruana este índice aumenta entre 1970 e 1985 e decresce entre 1985 e 1996. Apenas Itapuranga seguiu o padrão de concentração verificado em Goiás, o que contribuiu para elevar este índice na década de 80 na região.

3- O Uso das Terras

Um sistema ainda muito utilizado é o que envolve a prática de rotação de culturas e pastagens, que constitui uma forma de renovar os pastos.

No quadro evolutivo dos principais produtos agrícola, verifica – se que o milho tem apresentado quantidade produzida e área significativas em Uruana. Os valores apresentados justificam – se pelo fato de que este produto é muito utilizado na

¹³⁶ A diminuição do índice de Gini para Goiás em 1996 em relação a 1985 esteve vinculada com a divisão do Estado em 1989.

região, devido existir uma associação deste com a pecuária leiteira, mas, a exportação não tem sido a principal motivação para os produtores de milho. (foto 32)



Foto 32 – Lavoura de milho em antiga área de matas. Carmo do Rio Verde – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Conforme informações obtidas nas entrevistas constatou – se que em torno de 70% do milho produzido é utilizado para consumo interno no alimento do gado de leite, após o seu enriquecimento com proteínas. O restante (30%) é destinado à exportação.

3.1- A Produção de Bovinos e Atividade Agrícola

No período entre 1970 e 1980, observou-se uma significativa redução das matas em Uruana, conforme pode ser observado na **tabela 06**. A redução de 32,63%, neste período deve-se certamente à abertura de áreas novas que foram incorporadas às lavouras, em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que as terras produtivas não utilizadas também devem ter sido aí incorporadas, dado a redução acentuada que apresentaram.

Os cinco anos subsequentes (1980-85), tiveram uma diminuição praticamente insignificante em relação ao período anterior. Este foi de 1,66%, ao passo que mais uma vez as terras não utilizadas foram reduzidas em 35,56%, tendo sido a lógica desse fato, a mesma do período anterior.

**Tabela 06 - VARIAÇÃO RELATIVA DAS ÁREAS AGRÍCOLAS
CONFORME A UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM URUANA (%)**

	1970 -1980	1980 -1985	1985 -1996
Lavouras	45,43	16,63	- 48,01
Pastagens	- 17,65	18,04	24,70
Matas/florestas	- 32,63	- 1,66	93,33
Produtivas não utilizadas	- 40,00	- 35,56	- 65,58

Fonte: IBGE.. Censos Agrícolas de 1970 – 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

Entre 1985 e 1996, o quadro muda em relação às matas/florestas que apresentaram um aumento de 93,33%, que apesar de ser um dado expressivo, na realidade ele não representa muito em relação aos valores absolutos. Este dado é importante na medida em que as terras não utilizadas sofreram uma redução significativa, mostrando que a maior parte destas foram incorporadas à classe de matas.

Por outro lado, a análise dos dados mostra que as áreas utilizadas com pastagens no período de 1970 a 1980 sofreram uma redução de 17,65%, que não esteve vinculado com a produção de bovinos, pois a mesma teve um aumento de 44,76% no mesmo período.

As lavouras nesse período tiveram sua área total aumentada em 45,43%. Este ritmo da produção agrícola seguiu até 1985, quando o incremento das áreas de lavouras foi de 16,63%, o mesmo tendo ocorrido com as pastagens cujo acréscimo de 18,04% partiu de uma demanda pela quantidade de cabeças do efetivo bovino, já que este vinha aumentando nos períodos anteriores (entre 1980 e 1985 foi de 24,20%), (tabela 07) mesmo com a redução das áreas destinadas às pastagens entre 1970 e 1980.

**Tabela 07 - INCREMENTO DO EFETIVO DE BOVINOS
EM URUANA (%)**

1970 – 1980	1980 - 1985	1985 - 1996
44,76	24,20	42,15

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas de 1970-1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

A partir daí, ocorreu uma transformação no quadro agropecuário uruanense. As áreas de pastagens¹³⁷ que haviam diminuído no período imediatamente anterior, voltam a aumentar, assim como o rebanho. Entre 1985 e 1996, o incremento foi de 24,70% para as pastagens e de 42,15% para o rebanho.

O novo impulso no aumento das pastagens, no período de 1980 a 1985, pode estar associado à necessidade sentida pelos produtores agrícolas locais de incluírem em suas atividades a criação de gado, visando assegurar ou aumentar suas rendas. Ressalte-se que este fato se dá num período em que a agricultura ainda era forte no município e em Goiás como um todo.

O depoimento de um antigo produtor¹³⁸ de melancia e leite, confirma este fato:

Muito embora hoje, há muito, um número de produtores muitas vezes múltiplo, múltiplas vezes pelo que era da época. Só que tem muito mais consumidor também, né, o consumo hoje é muito maior. E nessa, dentro desses vinte e três anos, duas décadas e pouco que agente planta melancia, várias variedade de melancia agente plantô. Então, e cada época o consumidor acostumô com ua melancia diferente. Então, agente tem que adaptá com aquela, que o consumidor qué. Então, agente tem que acompanhá as mudança. Tecnologia de defensivos, de adubação. Então, do incio prá hoje, ua mudança muito grande daquilo que agente fazia, no começo prá hoje, muito grande. (...) Agente produz pouco, né, mais, mais prá consumo, é arroz. (...) E também mesmo no caso nosso, agente num planta, num produz muita melancia não, né, porque... [] é ua cultura de muito risco, né. Melancia um risco danado, então agente tem até medo de plantá muito. Tem gente que aventura muito, faiz da melancia ua loteria. Eu acho que agente num pode fazê isso. (...) Leite, nós cumeçamo produzi leite im... tá cuns três ano, três ano e pouco. Tá muito ingatinhano ainda, na produção de leite. Tá produzido muito pouco. Mais cum esse negócio de mudança de plano real, agente teve que mudá tamém, né. Agente mixia cum um pouco de gado de corte e teve que diversificá, vê se o leite dava ua renda, mais nós num tamo teno renda cum leite, inda não. A renda tá muito poca. Então agente faiz um poquim de cada coisa pa vê se... milho também agente produiz, pa vê se dá pa i manteno dispesa, né. (...) Não milho a área é maior né. No caso nosso é. Agente planta aí uns vinte hectares de milho e melancia planta uns deiz, por ano por aí. (...) O milho, o que sobra do consumo do gado, né, agente vende.

A situação para a agricultura foi diferente. Sofreu uma queda brusca no total das áreas de lavouras, da ordem de 48,02%. O que necessariamente esteve ligado

¹³⁷ As áreas de pastagens estão sendo consideradas no total, envolvendo os pastos (naturais e plantados). Quanto ao aumento apresentado, considere-se em relação às formas de incrementá-las, tanto a formação de pastagens artificiais (plantadas), como a incorporação de pastos naturais (de capim jaraguá).

¹³⁸ C. A. B., 48 anos, nascido em Uruana. Entrevista concedida em junho de 2000.

ao aumento das áreas de pastagem, observando-se que esse não pode ser o único fator apontado como causa, mas, outros fatores externos, como a falta de estímulo à atividade agrícola nesta região, por exemplo.

Cabe aqui questionar esse fato. Por que uma região potencialmente rica e considerada como o principal eixo econômico do Estado num determinado momento, deixa de ser um espaço agrícola, tornando-se justamente quando muda-se a base técnica de produção, num espaço muito mais voltado à pecuária?

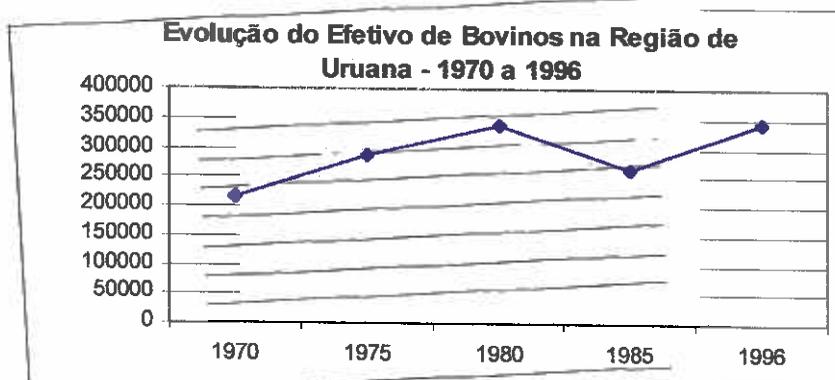
Talvez a causa maior desta transformação tenha sido motivada pela imposição do capital, na medida em que o sudoeste do Estado de Goiás haveria de ser “completamente” tomado pelas lavouras – as de soja por exemplo, numa situação de mudança do eixo econômico pautado na atividade agrícola.

No tocante ao deslocamento do espaço agrícola é evidente que a escolha somente poderia se dar em direção às áreas mais favoráveis. No entanto, estas só se tornaram mais favoráveis na medida em o capital foi se adentrado no campo e incorporando ao solo agrícola os nutrientes necessários ao desenvolvimento das plantas.

Mesmo com a presença de um relevo plano, que permite o uso da mecanização, era necessário que os solos ácidos do Cerrado fossem corrigidos, pois somente assim tornar-se-iam agricultáveis. Foi a década da modernização que orientou necessariamente estas mudanças. Corrêa (1995: 147), explica textualmente:

A partir de 1970 o processo de modernização do campo afetou progressivamente grande parte do território brasileiro, aí incluindo-se tanto áreas de florestas como de campos, caatinga e cerrado, neste último caso abrangendo parte dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão. Nesse processo de modernização do campo a tradicional e rígida oposição entre áreas de vegetação aberta, como o cerrado, associadas à pecuária extensiva, e as áreas de floresta, associadas, é fortemente minimizada: a pecuária expande-se, mais e mais, nas áreas de mata e a agricultura invade áreas de campo, caatinga e cerrado. [grifos nossos]

Então caberia aos municípios do antigo Mato Grosso Goiano se fortalecerem com a pecuária que já vinha anunciando mudanças.

Gráfico 12

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas de 1970 -1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

O **gráfico 12** mostra bem essas mudanças na evolução da atividade pecuária, com o aumento progressivo do rebanho bovino entre 1970 e 1980. A queda acentuada, percebida na década de 80, está relacionada certamente com a emancipação política de Santa Isabel – distrito de Jaraguá, dado a sua grande extensão territorial e que comportava um número considerável de cabeças de gado.

Internamente na região puderam ser observadas outras mudanças na produção pecuária. Tanto os municípios de Carmo do Rio Verde, como Itapuranga tiveram redução no número de bovinos entre 1980 e 1985, o que também contribuiu para alterar o total do gado na região. A perda foi de 27% no total. Apenas Uruana conheceu um aumento da ordem de 24%.

Esse quadro volta a se estabilizar, notando-se o aumento do rebanho, a partir de meados da década de 80 em toda a região. Contudo a tradição de região agrícola não foi abandonada. Agora a sua nova função seria complementar; uma situação inversa àquela conhecida no início da ocupação.

Pode-se, nesse momento, apontar o que é relevante nesta análise. O fato da diminuição das áreas de lavouras em Uruana tem uma implicação direta com a tendência geral de Goiás, no período analisado, considerando-se a produção agrícola dos principais produtos: arroz, feijão e milho. Além disso a região de Uruana passou por um processo particular de ocupação, já que, o acesso humano e a instalação de qualquer atividade não era fácil em todas as áreas, sobretudo onde existiam as matas.

A abertura das áreas de matas no antigo Mato Grosso Goiano tinha como primeira alternativa de plantio, logo depois das derrubadas, o arroz. Num momento

posterior é que se realizava o plantio de semente de capim para a formação dos pastos.

Embora se pudesse pensar na possibilidade desta região ser transformada em um espaço eminentemente agrícola dado as condições naturais oferecidas, a atividade pecuária ganhou força e expressão.

Contudo uma força atuante e determinada não extirpou de todo a importância da atividade agrícola. Apesar da redução das lavouras ter sido significativa em Uruana, a atividade agrícola continuou desempenhando o seu papel com a introdução da cultura da melancia. Não exatamente a agricultura, mas a economia local nela apoiada, não seria a mesma sem a importante contribuição da mais recente alternativa para o seu desenvolvimento econômico.

Desse modo não se pode ignorar que a atividade agrícola nos municípios do antigo Mato Grosso Goiano tem um peso importante no Estado. Para confirmar isso, basta comparar os incrementos nas áreas de pastagens e de lavouras em Uruana no período entre 1970 e 1996 (tabela 08). Enquanto as pastagens aumentaram em 21,20%, as lavouras tiveram uma redução de apenas 11,81% em vinte e seis anos.

**Tabela 08 - VARIAÇÃO RELATIVA DAS ÁREAS DE LAVOURA
E PASTAGEM ENTRE 1970 E 1996 (%)**

	Lavoura	Pastagem
Carmo	- 42,73	8,71
Itapuranga	- 46,29	- 3,97
Jaraguá	- 61,22	- 26,46
Uruana	- 11,81	21,20

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas de 1970 e 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

Isso revela que a agricultura é de fato uma importantíssima atividade para a economia local e regional e que, embora a redução das lavouras tenha sido grande entre 1985 e 1996, a realidade atual não está muito diferente daquela observada no início da década de 70¹³⁹, no que tange a quantidade de área ocupada.

¹³⁹ Cabe aqui salientar que Uruana não sofreu nenhum desmembramento de distritos dentro do período analisado até o momento atual.

Tabela 09 - PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS NO TOTAL DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%)

	1970			1996		
	Total (ha)	lavouras	(%)	Total (ha)	lavouras	(%)
Carmo	56.420	14.838	26,29	49.465	8.498	17,17
Itapuranga	130.763	19.530	14,93	111.747	10.489	9,38*
Jaraguá	233.087	27.066	11,61	158.231	10.495	6,63*
Uruana	44.055	7.033	15,96	49.536	6.202	12,52
Total	464.325	68.467	14,74	368.979	35.684	9,67

Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970/ 1996.

[Org.: Macêdo, 2000]

*Estes valores sofreram influência da diminuição na área total dos estabelecimentos, pelo fato de que os referidos municípios perderam área.

Os dados dos totais mostram que embora a participação das lavouras seja pequena para o conjunto dos municípios, tomados isoladamente podem apresentar significância, como é o caso de Uruana e Carmo. (ver tabela 09)

Tomando-se o entorno de Uruana, porém, observa-se que de modo geral, a redução das lavouras foi importante em relação a esse município no mesmo período, observando-se que ocorreram desmembramentos de áreas e que estes significaram alterações no quadro evolutivo das classes de utilização das terras. Em Itapuranga (Guaraíta –1992), e em Jaraguá (Santa Isabel – 1982)¹⁴⁰, que necessariamente influenciaram nos valores apresentados.

Enquanto em Carmo¹⁴¹ a redução foi de 42,73%, em Itapuranga de 46,29% e Jaraguá sofreu uma diminuição bem acima da média, igual a 61,22%, portanto muito superior a Uruana no mesmo período de 1970 a 1996.

Em relação às áreas destinadas ao pastoreio, verificou-se uma diminuição, que assim como para as lavouras, os valores sofreram influência dos desmembramentos ocorridos nestas unidade administrativas. O município de Carmo não apresentou redução nas pastagens até o momento analisado, em função da data de coleta dos dados do censo, em relação ao desmembramento do distrito de

¹⁴⁰ É importante destacar que dos distritos que se desmembraram nesse período, Santa Isabel é o maior em área, o que contribuiu decisivamente para a redução acentuada das lavouras em Jaraguá.

¹⁴¹ Este município teve redução na área total com o desmembramento do distrito de São Patrício em 1995. No entanto, isso não afetou os dados do último censo agropecuário, porque a instalação do município ocorreu apenas em janeiro de 1997. Assim a redução apresentada consiste na real situação até aquele momento.

São Patrício. Neste caso o incremento foi de 8,71% nas áreas de pastagens. Em Itapuranga a redução foi de 3,97% e em Jaraguá essa redução alcançou 26,46%.

Ao se admitir a importância da agricultura, sobretudo a agricultura local e regional, pretende-se reafirmar o que a realidade coloca. Comparando-se os dados relativos de participação das lavouras na área total dos estabelecimentos em Uruana (**tabela 10**), pode-se afirmar que a diferença apresentada no período de vinte e seis anos é pequena.

Tabela 10 – URUANA: CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA NO SETOR PRIMÁRIO COM A ARRECAÇÃO DO ICM (%)

1973	1983	1993	1996	1997	1998
97,73	82,75	60,86	66,66	55,54	47,36

Fonte: SEFAZ (1996-1998) / SEPLAN (1971-1987).
[Org.: Macêdo, 2000]

A própria arrecadação do ICMS nesse município corrobora a análise. Durante as décadas de 70/ 80 e 90, verifica-se que a contribuição da agricultura no setor primário com a arrecadação deste imposto foi extremamente importante, tendo significado mais de 50% do total arrecadado pelo setor até o ano de 1997.

Cabe aqui ressaltar que a produção da atividade dominante não participa no total da arrecadação com a sua venda, mas, apenas com o imposto sobre o frete da mercadoria que sai do Estado, pois apenas para a comercialização de frutos “nobres” é que paga-se o imposto, o que não é o caso da melancia.

A melancia é considerada como um produto do ramo de hortifruti, da família das cucurbitáceas¹⁴², por isso, é isenta do ICMS. Daí a impossibilidade de mensurar a importância dessa atividade a partir deste tipo de dado.

Informações conseguidas na própria Agenfa em Uruana confirmaram que o grande volume de documentos emitidos para a saída do produto, com destino a outros Estados, supera de longe o número de documentos relativos à emissão para produtos pecuários.

O gado mais comum na região é o holandês (leiteiro) e o nelore (corte), sendo o holandês o gado predominante (foto 33.)

¹⁴² Conforme Carvalho (1999: 21) a família das cucurbitáceas envolve plantas rasteiras como a abóbora, abobrinha, chuchu, maxixe, moranga, melão, pepino, etc.



Foto 33- Gado Nelore em pasto de brachiária. Jaraguá –GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

A atividade pecuária coexiste com a agricultura desde a ocupação inicial, sendo que nas primeiras décadas tinha limitações ao seu fortalecimento rápido, em razão da presença das matas. Além disso, os preços do arroz “sugeriam” que os produtores, da zona pioneira em tela, se dedicassem à agricultura, preferencialmente. Assim, durante algum tempo, pelo menos desde fins da década de 40 até a de 60, a atividade pecuária era “insignificante” no conjunto regional do antigo Mato Grosso Goiano. Embora a agricultura tenha sido muito importante ainda durante a década de 80, para a economia do país como um todo, esse período correspondeu a uma intensificação da atividade pecuária, que por sua vez, não fora abalada pela crise daquele momento.

Apenas no início da década de 90 é que se percebe sua importância para a economia regional, em termos de arrecadação do ICMS. E apenas em meados desta mesma década é que se verifica, com base no dados, o fortalecimento dessa atividade, seja com a bovinocultura de corte em Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Jaraguá, seja com a bovinocultura de leite em Uruana, evidenciando – se uma tendência deste último para a bovinocultura de corte.

Entende – se que o fortalecimento da pecuária na região deveu – se à diversificação econômica iniciada em função da complexidade econômica vigente.

Atualmente os produtores agrícolas estão voltando suas atividades para essa diversificação, sendo que a principal motivação consiste em assegurar meios de sobrevivência, observando-se que este fato não constitui uma tendência, uma vez que, de modo geral, apenas os pequenos produtores se inserem neste quadro. Contudo, a especialização produtiva continua assegurando a vida econômica como atestaram os depoimentos de produtores na região.

3.2- A Produção Agrícola e sua relação com a Assistência Técnica

Atualmente a AGENCIARURAL assiste principalmente os pequenos produtores, já que, são eles que procuram a empresa na maior parte dos casos e, tendo em vista que os médios e grandes produtores já se beneficiaram muito dos serviços de assistência técnica propiciados por ela.

Um outro aspecto importante da organização regional desse espaço é a forma como os agentes sociais inscrevem suas ações nesse espaço. A forma do plantio¹⁴³, o trato das roças¹⁴⁴, a mensuração dos insumos agrícola na formação delas, a orientação repassada pelos técnicos, tudo isso, associado à prática de produzir a melancia, contribuiu para atribuir à região as características que ela possui hoje. Entretanto, existem aspectos diversos neste contexto que dependem da forma de organização destes agentes sociais. Entre eles pode-se destacar a questão da resistência de alguns produtores no que concerne à assistência técnica, ou mesmo a uma forma de organização necessária, conforme um especialista no assunto¹⁴⁵ bem demonstrou:

(...) Olha é o produtor que toma decisão sozinho, não procura se agregá. A EMATER como forma de organizador do setor rural que vai estimulando as associações, o cooperativismo. O pródutô acha que sozinho ele tem condições de às veiz, intermediá a sua produção em melhores condições, então, não tá, não assim, preocupando com relação à perdas que podem haver, em relação a ele sozinho está fazendo a produção, comercializando a produção sozinho e adquirindo os insumos sozinho, certo. Então isso aí é uma questão que deixa em disvantagem o produtor, em relação a ganhos e o custo-

¹⁴³ O plantio de melancia é feito manualmente ou com o auxílio de matracas. O sistema de irrigação comumente utilizado é o sistema de irrigação por gravidade, instalada no cultivo em sulcos.

¹⁴⁴ O termo roças é frequentemente utilizado pelos produtores da região, referindo-se às lavouras de melancia. Em alguns casos, eles chegam a dizer que tratam-se de "hortas", quando a roça tem dimensão inferior à que se costuma cultivar.

¹⁴⁵ A . D. D., (S/I). funcionário da AGENCIARURAL, no escritório local de Uruana.

benefício se torna em disvafô do pródutô em função de baixa capacidade de se organizarem, né.

Economicamente a região revela, na produção de melancia, uma atividade que estabelece a função regional encontrada no conjunto dos núcleos urbanos considerados. Essa atividade, iniciada em fins da década de 60, concorreu para mudar o quadro de utilização das terras a partir do centro dinamizador.

Os dados do IBGE apontam para um quadro de especialização marcante na produção agrícola, calcada na produção de melancia. Ao longo das últimas décadas, verifica – se nestes dados, a redução das áreas utilizadas para a produção dos principais produtos agrícolas na região (arroz, feijão e milho), cedendo lugar à melancia, que tem o aumento significativo da área cultivada, bem como da produção e produtividade.

Esta atividade atraiu vários migrantes – produtores oriundos principalmente de São Paulo, que se instalaram na região, afim de conseguirem boa produtividade e comercializar o produto com seu Estado de origem.

Tal é a importância da região que, em países como a Argentina se reconhece a qualidade dos seus produtos, sendo que o referido país possui atualmente “contrato” com produtores, sendo as lavouras supervisionadas por argentinos vindos para esse fim.

Um aspecto muito importante que deve ser sublinhado é o fato de que só se pode pensar esta região como um espaço que se especializou na produção de melancia na medida em que esta é analisada no conjunto do Estado de Goiás, devendo-se ressaltar que a mesma possui, na realidade, uma função que está atrelada à demanda do produto em âmbito nacional e internacional.

De outro lado, deve-se enfatizar que a produção destina-se exclusivamente à exportação, o que não ocorre com os outros produtos agrícolas¹⁴⁶ aí produzidos. Os principais mercados para a produção da melancia da região, são em ordem de importância os seguintes Estados: São Paulo, Belo Horizonte/ Uberlândia, Curitiba, Rio de Janeiro, Campinas, Salvador e Goiânia. Conforme pode ser observado, nem a metrópole regional goiana está entre os primeiros receptores da produção, o que já foi justificado anteriormente.

¹⁴⁶ Trata-se dos outros produtos que se destacam como principais – o arroz, o feijão e o milho. Estes são destinados em primeiro lugar ao consumo interno, como o milho por exemplo, que faz parte da alimentação do gado, para depois, o excedente ser vendido e até exportado para outros municípios e outros Estados.

Em São Paulo, a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) é o maior receptor do volume de melancia produzido na região de Uruana. É também o maior centro distribuidor do produto para outras localidades. Conforme Santos e Silveira (2001: 148), esta Companhia administra a rede paulista de armazéns, que abrange 33 localidades do Estado. Destas, 12 cidades são entrepostos regionais (São José do Rio Preto, Franca, Ribeirão Preto, Araçatuba, Araraquara, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Piracicaba, Sorocaba, Guaratinguetá e São José dos Campos).

Tabela 11- INCREMENTO DA ÁREA COLHIDA (HA) DE ARROZ, FEIJÃO, MILHO E MELANCIA EM URUANA

	1974	1981	(%)	1987	(%)	1992	(%)	1998	(%)
Arroz	6.000	9.000	50	3.552	- 60,53	1.500	- 57,77	1.500	0,0
Feijão	1.187	710	- 40,18	2.625	269,72	1.010	- 61,52	600	- 40,59
Milho	1.280	15.000	1.072	6.000	- 60	4.000	- 33,33	3.000	- 25,0
Melancia	12	1.500	12.400	2.700	80	3000	11,11	2.500	- 16,66

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Goiás. 1974 - 1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

Outro dado importante a se considerar nesta análise é o fato de que a diminuição na produção de arroz, feijão e milho em Uruana constituiu uma tendência observada desde 1987 e perdurou até os dias atuais, acompanhando, portanto, o padrão apresentado pelo Estado de Goiás, como pode ser observado na **tabela 11**.

Na análise do conjunto dos municípios a produção do milho¹⁴⁷ não apresentou essa realidade, dado a sua importância que já foi mencionada anteriormente.

Ao lado deste fato, e com base nos dados de área colhida fornecidos pelo IBGE, ainda no ano de 1987, que constitui um marco das transformações na produção agrícola em Goiás, a produção de melancia, ao contrário, teve o maior aumento verificado em termos de produção agrícola municipal.

A coexistência, na região, de diferentes modos de produzir confere uma diferenciação na quantidade de área, na produtividade, bem a como no processo de negociar o destino do produto. É mais provável que isso seja resultado de heranças culturais, tendo em vista que existe uma multiplicidade de modos de fazer a mesma coisa e a referida coexistência de modo tradicional e moderno, sob este aspecto se

¹⁴⁷ O milho é atualmente o produto agrícola do Estado que utiliza depois da soja, a maior quantidade de área (ha) para a sua produção, observando-se que a produção é também a segunda maior.

dá numa região que já produzia melancia quando as técnicas de produção chegaram com maior intensidade em meados da década de 70, trazidas principalmente por migrantes paulistas¹⁴⁸. Estas técnicas não foram assimiladas por alguns dos antigos produtores goianos, que não puderam ou não quiseram incorporá-las, devido à resistência que permeia os produtores, e que é histórica na região, o que pode ser constatado no depoimento de um produtor¹⁴⁹:

Isso é muito complicado, porque cada um tem uma forma de sigui o trato. Agente sigui o trato conforme tem a tecnologia nova, que agente segui, inclusive agente lá tava, você viu lá tinha uns cinco, quatro, cinco agrônomo, técnico. Essas pessoa tá sempre acompanhamo agente. Quando agente tem qualqué pobreminha, agente conversa com eles. Busca a solução. Que os produtor tem que fazê isso, mais tem produtor aí que num vai nenhum agrônomo na roça dele, ele esconde. (...) É porque ele qué fazê a teoria deles.

Considerando-se que a resistência constitui uma forma velha de se realizar a atividade, entende-se que existe aqui uma relação de convivência entre velho e novo. O velho representado segundo Santos (1985: 79): pelos “(...) *grupos sociais preexistentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço.*” E o novo representado pelas “(...) *inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela técnica.* (...)”. (foto 34)

¹⁴⁸ Num primeiro momento, com a ocupação efetiva da região iniciada na década de 40, houve a abertura das áreas pelos mineiros. A partir da década de 70, os paulistas tiveram lugar com a introdução de técnicas mais modernas de plantio, principalmente para o cultivo de melancia.

¹⁴⁹ N. A. S. 61 anos. Entrevista concedida em setembro de 2000.



Foto 34 – “Dia de Campo” para os produtores e a AGENCIARURAL. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Essa convivência, que é contraditória, tende a mudar, uma vez que, quando o velho não se adapta ao novo ele desaparece, seguindo a lógica do sistema econômico vigente. A resistência, no entanto, pode ser resultado da incapacidade financeira de arcar com os insumos agrícolas. De qualquer forma, é a convivência que pode no seu limite gerar a exclusão dos produtores que não se enquadram.

Como exemplo de novas formas presentes na região pode-se considerar a introdução da semente híbrida¹⁵⁰ que já é uma realidade na região, ainda que esteja em fase experimental, tem apresentado resultados vantajosos aos produtores, pois, a produtividade que em média é de 30 t/ha tem alcançado até 45 t/ha em média.

Um dos problemas enfrentados, que impede a intensificação do uso desse tipo de semente, tem sido os preços praticados pelas empresas fornecedoras, que em razão de ser altamente produtivo, torna-se oneroso aos produtores.

Ainda constitui um dado fundamental ao entendimento do processo analisado, as condições de assistência técnica oferecidas aos produtores.

O uso de assistência técnica conforme o número de estabelecimentos constitui um excelente indicador da realidade estudada (tabela 12).

¹⁵⁰ É semente que gera frutos sem semente, muito apreciados pelo mercado consumidor.

Tabela 12 - USO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO EM 1996

	Total dos estab.	Utilizam Assistência Téc.	(%)
Carmo	741	181	24,42
Itapuranga	1.562	152	7,52
Jaraguá	2.020	461	29,51
Uruana	701	555	79,17

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995 – 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

A atividade dominante exige o uso de assistência técnica em praticamente todos os momentos da produção, desde a demarcação do terreno, com a medição do distanciamento entre as covas, até na quantidade de insumos a serem aplicados por quantidade de área plantada.

Trata-se de uma atividade que necessita de cuidados especiais para que se obtenha bons resultados. Assim, a AGENCIARURAL consiste no interlocutor indispensável para indicar e mediar os métodos da produção local. É por isso que Uruana destaca-se no conjunto regional, com 79, 17% dos estabelecimentos servidos por assistência técnica, contra 29, 51% em Jaraguá; 24, 42% em Carmo; e 7, 52% em Itapuranga, apenas.

Um dado importante a ser ressaltado é o fato de que, enquanto centro difusor de tecnologia de cultivo de melancia, o município de Uruana tem, via de regra, atraído os outros municípios no sentido de tomar-lhe emprestado os técnicos da AGENCIARURAL, para prestarem os serviços assistência técnica¹⁵¹ nesta atividade. Isso mostra que nem os limites municipais são sempre respeitados com relação à necessidade de um melhor aparelhamento da região produtora.

4- O Uso de Irrigação

Normalmente o cultivo de melancia depende de pouca quantidade de água, porém, recebida diariamente e com intensidade invariável, pelo menos durante o período que compreende a sementeira até a germinação. Desse momento até a frutificação é exigida uma quantidade maior de água e novamente até a colheita há uma redução nessa quantidade.

¹⁵¹ Informação obtida em campo.

O “trato da cultura,” como é chamado pelos produtores locais, exige condições especiais em todos os momentos da produção. A irrigação é um deles e depende de algumas técnicas para o controle rigoroso da produção.

A produção de melancia exige condições especiais para que a sua qualidade, que envolve tamanho, aparência externa e sabor, não seja comprometida. Estas condições estão relacionadas não apenas com o meio físico ou natural mas, com a quantidade de água¹⁵² que a planta deve receber durante o ciclo da cultura.

A irrigação por sulcos¹⁵³ (foto 35), a mais utilizada na região, é a que apresenta a mais baixa eficiência¹⁵⁴. Entretanto, esse método é favorecido por reduzir a ocorrência de doenças foliares, podridão dos frutos e a infestação de plantas daninhas nas entrelinhas da cultura (Andrade Júnior, 1998: 46). Por outro lado, as condições do solo (argiloso) e da topografia (plana) favorecem a utilização deste método de irrigação.



Foto 35 – Irrigação por sulcos em lavoura de melancia. Itapuranga-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

¹⁵² A exigência de água varia de 3 a 4 milhões de litros/ha, ou seja, 15 a 20 litros por cada planta diariamente. No entanto, o processo de irrigação deve ser diferenciado ao longo de todo o ciclo.

¹⁵³ Segundo o Programa Anual de Trabalho da EMATER (1999), em 80% da área plantada com melancia em Uruana, a irrigação é feita por aspersão ou sulcos (infiltração) com predominância deste último.

¹⁵⁴ Conforme Andrade Júnior (1998: 47), “(...) A eficiência de irrigação representa a percentagem de água que é disponibilizada para a planta em relação ao total aplicado.”

A irrigação por aspersão e por gotejamento são os métodos que apresentam a maior eficiência quando comparados com o método da utilização de sulcos. Contudo, o custo inicial de investimento onera o produtor, que já não é beneficiado sempre com os financiamentos, levando-o a optar pelo método tradicional da irrigação por sulcos.

Em Uruana, o número de estabelecimentos que utilizam os métodos de irrigação deve-se principalmente à produção de melancia com a aspersão e a “sulcação”.¹⁵⁵ Por isso por sulcos é predominante nesse município. Numa quantidade mínima existem os pivots, em número de três e que irrigam geralmente feijão e milho (foto 36). Nos outros municípios, apenas Jaraguá dispõe de um pivô central.



Foto 36 – Área de cultivo irrigada por Pivô Central. Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Os dados, fornecidos pelo censo agropecuário do IBGE para o ano de 1996, mostram que em Uruana o uso do sistema de irrigação é maior em relação aos outros municípios considerados. Dos 701 estabelecimentos existentes em 1996, 128 possuíam o sistema, equivalendo a um percentual de 18, 25%, o que reflete a

¹⁵⁵ Termo utilizado por alguns produtores e especialistas locais.

necessidade do seu uso principalmente nas lavouras de melancia, que utilizaram em 1995, 2300 ha de área.

Carmo aparece em segundo lugar, onde de um total de 741 estabelecimentos, 83 possuíam o sistema, correspondendo a 11, 20% destes, observando-se que o município teve, no mesmo ano, 900 ha de área plantada com melancia.

Dos 2020 estabelecimentos de Itapuranga, apenas 86 utilizavam a irrigação, portanto, 4, 25%. A área plantada com melancia foi de 570 ha.

Por último, em Jaraguá, com 1562 estabelecimentos foram registrados 63, com irrigação, correspondendo a 4, 03% onde a área total com lavoura de melancia foi de apenas 100 ha.

Pode-se concluir, a partir dessa relação, que a forma de irrigação por sulcos ou aspersão nas lavouras de melancia é proporcionalmente mais importante onde a produção foi maior.

5- O Uso de Máquinas e Equipamentos

Os meios de produção modernos ou os recursos tecnológicos presentes no espaço rural da região, desde a década de 70, foram os instrumentos que facilitaram a vida dos agentes sociais mais importantes na construção do cenário aqui analisado. Além disso, em função de iniciativas dos produtores rurais, aliado ao desenvolvimento das forças produtivas, a produção agrícola da Região de Uruana foi redefinida. Pelo menos com mais evidência no core regional.

Desde a década de 70, mas, sobretudo, na década de 80 é que delineou-se novas demandas para esta região, quando converteu-se em região frutícola, depois de servir durante muito tempo, parte de “reserva” destinada a atender ao mercado no tocante à demanda por cereais.

O uso da mecanização (tratores, máquinas e arados), representou um dos fatores mais importantes dessas transformações. Conforme pode ser observado nas tabelas 13, 14 e 15, ao longo do período compreendido entre 1970 e 1996, percebeu-se um incremento considerável de máquinas e instrumentos agrícolas em toda a região. Esse aumento foi verificado principalmente no número de tratores e de arados (de tração mecânica), ao passo que houve significativa redução no número de arados de tração animal, o que é compreensível diante do processo de modernização agrícola, com a difusão tecnológica.

Tabela 13 - MÁQUINAS E INSTUMENTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE URUANA - 1970

	Estab.	tratores	máquinas		arados	
			plantio	colhedeiras	tração animal	tração mecânica
Carmo	988	56	-	7	619	54
Itapuranga	1651	33	-	41	984	34
Jaraguá	1772	78	-	5	582	85
Uruana	737	10	-	-	377	15
Região	5148	177	-	53	2562	188

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1970.
[Org.: Macêdo, 2000]

Tabela 14 - MÁQUINAS E INSTUMENTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE URUANA - 1980

	Estab.	tratores	máquinas		arados	
			plantio	colhedeiras	tração animal	tração mecânica
Carmo	884	85	50	12	175	77
Itapuranga	2058	127	98	2	1320	128
Jaraguá	1863	312	129	20	611	300
Uruana	743	103	18	6	149	110
Região	5548	627	295	40	2255	5548

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1980.
[Org.: Macêdo, 2000]

Tabela 15 - MÁQUINAS E INSTUMENTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE URUANA - 1996

	Estab.	tratores	máquinas		arados	
			plantio	colhedeiras	tração animal	tração mecânica
Carmo	741	113	102	8	121	92
Itapuranga	2020	136	100	26	302	95
Jaraguá	1562	319	86	21	101	241
Uruana	701	142	49	11	29	118
Região	5024	710	337	66	553	546

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

O incremento no número de tratores foi de 75,07% e de 65,56% para os arados (tração mecânica), enquanto que a redução no número de arados (tração animal) foi de - 363,29%.

O aumento de tratores foi importante principalmente porque permitiu a sua utilização nas lavouras para o combate às pragas. Ressalte-se que esse aumento deu-se de forma mais intensa entre 1970 e 1980, em razão de ter sido esse o período de maior difusão de novas tecnologias em Goiás.

Neste período Uruana conheceu o maior incremento no número de tratores verificado na região, correspondendo à taxa de 90%, observando-se que neste município há uma necessidade muito grande da utilização destas máquinas no sistema de dedetização das lavouras de melancia (foto 37).



Foto 37 – Dedetização (ao fundo) em lavoura de melancia. Itapuranga-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Este dado é relevante, tendo em vista o controle quase total da indústria de tratores pelo capital estrangeiro no país, conforme avaliou Sorj (1980: 37), pelo menos até a década de 80. Percebe-se que o investimento em tecnologia foi importante em função das necessidades e do caráter das atividades desenvolvidas.

Deve ser destacado a inexistência de máquinas de plantio¹⁵⁶ em toda a região no ano de 1970, o que pode ser justificado pelo tamanho das propriedades que não

¹⁵⁶ Ao contrário das regiões com relevo em grande parte plano, a Região de Uruana possui boa parte do seu relevo com formas onduladas, o que dispensaria máquinas de plantio para as propriedades pequenas e médias. Além disso, trata-se de uma região de matas, com solos melhores em relação aos solos pedregosos ou concrecionários da porção sudoeste e sudeste do Estado, que exigiu de modo mais intenso e rápido a presença de maquinário para viabilizar a produção agropecuária, agrícola sobretudo.

necessitavam tanto dessas máquinas como forma de viabilizar a economia regional. Por outro lado, a intensificação de capital no campo (“tecnificação do campo”) ainda se fazia em passos lentos até aquele momento. Somente a partir desta década pôde-se perceber uma intensidade maior neste processo.

O número de colhedoiras não aumentou muito. De 53 em 1970, passou para 66 em 1996, um incremento de 19,7%.

As máquinas de plantio que inexistiam até 1970, estão presentes em 1980 em número de 295, e 337 em 1996, um acréscimo de 12,64%.

É importante destacar que a introdução destes instrumentos, na região, contribuiu para facilitar a vida dos produtores, possibilitou - lhes trabalhar mais intensamente as terras.

Outra forma de se tratar essa importante questão depende do que emergiu entre 1970 e 1980, ou seja, outro modo de lidar com a produção agrícola, o que contribuiu para abrir as novas possibilidades nessa atividade. Por isso, pode-se dizer que, apesar das mudanças ocorridas, carregaram-se heranças do contexto dessa atividade primária (ou do setor primário da atividade econômica). É esta forma que justamente persiste e deve ser considerada, apesar de se estar analisando a importância de uma atividade agrícola no âmbito da predominância, na prática, da atividade pecuária.

6- O Uso de Fertilizantes, Defensivos e Prática de Conservação dos Solos

A difusão de tecnologias se deu também nos “sistemas de defesa” e práticas agrícolas na região. Com o uso de fertilizantes e defensivos e prática de conservação dos solos.

Conforme apontam as **tabelas 16, 17 e 18**, em 1975, era reduzido o número de estabelecimentos que utilizavam fertilizantes¹⁵⁷, como o adubo, por exemplo. Apenas 33,5% do conjunto da região. Este número foi expressivo em 1985, quando alcançou 83,93%, dadas as necessidades de se aumentar a produção agrícola. E, inexplicavelmente, em 1996 esse número decresce para 60,97%.

Sorj (1980: 37) chamou a atenção para este fato, avaliando que a expansão do consumo de fertilizantes, na década de 70, estava atrelada à política

¹⁵⁷ Os percentuais para uso de fertilizantes, defensivos e conservação do solo, foram calculados com base na utilização de cada município em relação à região.

governamental¹⁵⁸ de subsídios, tanto ao preço como aos juros subsidiados para a compra. No entanto, a demanda teria sido subestimada no projeto do governo, o que teria afetado o consumo na década de 80.

É importante ressaltar que os percentuais encontrados nas tabelas, referem-se aos índices dos estabelecimentos, calculado em relação ao número total dos estabelecimentos da região, e que, esta forma de cálculo visa apresentar a situação do conjunto regional e não dos municípios isoladamente.

Tabela 16 - USO DE FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO EM 1975 (%)

	Estab.	Fertilizantes		defensivos	conservação solo
		adubos	calcário e outros		
Carmo	824	6,09	0,03	8,26	0,09 ¹⁵⁹
Itapuranga	2031	11,8%	0,01	24,05	0,17
Jaraguá	1795	8,82	0,03	32,26	1,54
Uruana	662	6,76	-	7,56	0,01
Região	5312	33,5	0,09	72,56	1,82

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1975.
[Org.: Macêdo, 2000]

Tabela 17 - USO DE FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO EM 1985 (%)

	Estab.	Fertilizantes		defensivos	conservação solo
		adubos	calcário e outros		
Carmo	880	10,8	0,27	9,63	1,05
Itapuranga	2718	31,7	0,65	24,48	2,86
Jaraguá	1638	28,92	0,22	22,78	1,48
Uruana	908	12,33	0,44	11,93	3,17
Região	6144	83,93	1,6	68,83	8,57

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1985.
[Org.: Macêdo, 2000]

¹⁵⁸ Trata-se do apoio do Estado ao desenvolvimento de uma indústria nacional de fertilizantes, com a criação do programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, com a finalidade de retirar o Brasil do esquema de dependência em relação aos grandes produtores mundiais. Sorj (1980: 36)

¹⁵⁹ Percentual dos estabelecimentos do município em relação ao total de estabelecimentos da região.

Tabela 18 - USO DE FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO EM 1996 (%)

	Estab.	Fertilizantes		defensivos	conservação solo
		adubos	calcário e outros		
Carmo	741	10,47	1,87	13,85	3,46
Itapuranga	2020	27,54	3,26	32,84	8,6
Jaraguá	1562	17,65	1,47	30,35	3,82
Uruana	701	8,3	1,39	13,61	3,72
Região	5024	60,97	8	90,66	19,6

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1996.
[Org.: Macêdo, 2000]

O uso de calcário, ao contrário do que ocorreu com o uso de adubos, aumentou consideravelmente entre 1975 e 1996, passando de 0,09% para 8%. Nota-se que o uso de adubos aumentou muito entre 1975 e 1985, dadas as necessidades de se aumentar produção agrícola. Foi também um reflexo da moderna estrutura que emergia neste período.

O aumento no uso de calcário, por outro lado, além de ser uma necessidade no processo de produção agrícola, pode ser atribuído ao arrendamento, tendo em vista que muitas vezes a forma de pagamento é feita com o calcareamento das terras, conforme relatou um produtor, o que é uma prática comum em Goiás.

Para esta modalidade de arrendamento, um produtor¹⁶⁰ de melancia relatou o seguinte:

Esse ano nós prantamo cem hectare. Agora a forma nossa do arrendamento é (...) nós prantamo em Jaraguá. E no nosso caso agente planta melancia, joga o calcário, gradeia e entrega a terra.

A aplicação de defensivos na década de 70 já era uma necessidade incondicional, na região de Uruana, já que as lavouras de melancia aumentavam a cada ano. Esta cultura¹⁶¹ requer grande quantidade de defensivos para que o crescimento das plantas seja normal. Em 1975 o índice era de 72,15%. Em 1985, caiu para 68,83%, redução que não ficou clara, mas talvez possa estar relacionada

¹⁶⁰ G.K. A. Morador em Uruana. Este produtor de melancia e pimentão é mais um dos arrendatários de terras fora de Uruana, atualmente. É também um dos migrantes paulistas que chegaram na região durante a década de 80. Entrevista concedida em novembro de 1999.

¹⁶¹ Este termo está sendo aqui utilizado para se fazer referência à lavoura (de melancia), por ser assim bastante utilizado pelos produtores da região.

com a crise econômica da década de 80, pois em 1996 esse número é surpreendentemente superior a 90% (precisamente 90,66%).

Tomados isoladamente e relacionando o número de estabelecimentos que utilizavam defensivos em 1996 com o número total destes em cada município, é possível afirmar que houve entre 1985 e 1996, um aumento considerável deste uso.

Os municípios da região, com exceção de Itapuranga, apresentaram mais de 93% dos estabelecimentos com a utilização de defensivos agrícolas, sendo que Itapuranga teve um índice de pouco mais de 81%. Não necessariamente a demanda de um município fosse maior do que de outros, pois todos dependiam, do mesmo modo, deste recurso, o que demonstra uma utilização mais intensa das terras em relação ao início da modernização da agricultura na região, seja para a agricultura, seja para a prática da atividade pecuária.

As informações relativas aos municípios de Uruana e Jaraguá, dão conta que mais de 97% dos estabelecimentos utilizavam defensivos, demonstrando uma necessidade maior do uso deles. Quanto a Jaraguá, desde 1994 vem se esboçando, por exemplo, uma tendência de aumento na produção de melancia, o que exige muito essa modalidade de trato cultural. As razões desta nova tendência estão vinculadas ao aumento das pragas (animais)¹⁶² que se instalaram na região. Uruana, entretanto, já apresentava desde as décadas de 70 e 80, um uso intensivo, com 80,72% dos estabelecimentos já em 1985 utilizando defensivos.

Assim sendo, e ainda considerando a expansão de assistência técnica, pode-se afirmar que desde a década de 70, tem-se observado um crescimento das práticas de conservação do solo na região. Mesmo em áreas como as do antigo Mato Grosso Goiano, onde os solos são argilosos e profundos em grande parte, passam a requerer estes cuidados especiais de forma cada vez mais acentuada, dada a intensa utilização das terras, sobretudo nas áreas destinadas à atividade agrícola, como as de cultivo de melancia.

A despeito desses dados, o que se percebeu "in loco" é que as práticas de conservação não são ainda plenamente atendidas, senão vejamos: em 1975 toda a região tinha apenas 1,82% do total dos estabelecimentos fazendo a conservação dos solos. Em 1985 esse número aumenta para 8,57%. E em 1996, somente 19,6% dos estabelecimentos praticavam estes cuidados.

¹⁶² Trata-se das viroses que atingiram intensamente as lavouras de melancia, provocadas pelo hospedeiro tripes.

Disso decorrem boa parte dos problemas ambientais¹⁶³ relacionados com a atividade agropecuária na região, o que requer uma atenção maior, tanto dos produtores, como da AGENCIARURAL, de órgãos planejadores e financiadores desta atividade.

Além de ser o centro da produção de melancia em Goiás, Uruana é também um centro difusor de informações técnicas, e com isso, percebe-se ainda que em pequena escala, um grau de conscientização em relação à preservação dos recursos naturais, o que difere dos outros municípios. A pesquisa de campo revelou essa diferença. Muitos produtores estão realmente preocupados com a forma de se tratar o solo, pois disso depende a produção.

Outro fator a ser considerado são os cuidados com a conservação da terra que é arrendada. Não sendo a produção realizada toda em terras próprias, há que se ter um cuidado maior com a conservação dos solos em terras de arrendamento, uma vez que, este procedimento faz parte dos acordos verbais de arrendamento, na maior parte dos casos, e não contratos formais, estabelecidos entre o proprietário da terra e o produtor.

Em 1985, Uruana já se mostrava como o município que mais praticava esses cuidados, com 21,47% do total de estabelecimentos; Jaraguá (5,55%); Itapuranga (6,47%) e Carmo (7,38%). Em 1996 esse quadro permaneceu inalterado, ou seja, Uruana continuou à frente nesses cuidados. A diferença foi que, os índices aumentaram em Uruana para 26,67% dos estabelecimentos; Jaraguá (12,29%); Itapuranga (21,38%) e Carmo (23,48%). O destaque é para Carmo e Itapuranga que passaram a fazer um controle maior desta modalidade de trato do solo.

7- A Produção de Melancia

Segundo FAO – Database Results, o Brasil encontra-se entre os principais produtores de melancia do mundo. Em 2000, foi o quinto maior produtor em área e em quantidade, com 83000 ha e 1377000 toneladas.

Em relação às espécies cultivadas no país¹⁶⁴, ocupou a quarta posição em 1998, superada apenas pela produção de laranja, banana e abacaxi, em quantidade, pois em área ocupou a quarta posição.

¹⁶³ Estes problemas são os problemas típicos de zonas de agropecuária, como por exemplo, o assoreamento ou total desaparecimento de ribeirões, a formação de erosões com quadro muitas vezes irreversível, entre outros.

¹⁶⁴ Sobre esses valores, consultar: FNP – Consultoria e Comércio. AGRIANUAL, 2001.

Apesar de estar experimentando, desde 1990, um aumento progressivo da área cultivada, a realidade da economia pautada na produção de melancia, vista de modo geral para o país, não reflete a realidade no âmbito das regiões produtivas. Em todos os aspectos isso pode ser considerado, dadas as diferenças regionais aí presentes. Um exemplo disso é própria produtividade que apresenta – se diferenciada para cada estado produtor. Os preços praticados são também um exemplo. Ressalte-se que as condições naturais são extremamente importantes no âmbito dessa atividade, entretanto estas são ainda mais contrastantes.

O IBGE apontou, em 1999, o Estado de Goiás como o quinto maior produtor brasileiro em área cultivada e quarto em quantidade. Em 1993, portanto dentro de um momento de crise na produção goiana¹⁶⁵, devida às pragas que afetaram a região de Uruana, Goiás foi o sexto maior produtor de melancia no país¹⁶⁶ com 83.980 toneladas, tendo sido classificado depois do Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão, São Paulo e Piauí, de acordo com os dados do IBGE. Este momento representou um descompasso na história da produção goiana¹⁶⁷ de melancia que teve a partir de 1992, até 1999, uma produção média de 155438 toneladas.

Apesar de ser um dos maiores produtores do país, São Paulo¹⁶⁸ é o maior comprador da produção regional. É também o responsável pelo controle dos preços do produto, pois trata-se do mercado que possui compradores (intermediários) com as melhores ofertas de preços¹⁶⁹. No entanto, se o comércio em São Paulo enfraquece, então cai o preço na região goiana, sendo que, na maioria das vezes, o motivo principal desse enfraquecimento é o fator climático – a entrada de uma frente fria ou um período de muita chuva, levando à queda no consumo.

Durante a época seca (outono e inverno), que vai de maio a setembro, o consumo de melancia é grande no sul e sudeste do país e se intensifica no período de agosto a outubro – época da colheita na região de Uruana. É portanto, o período

¹⁶⁵ Diz-se crise da produção goiana, no sentido da queda na produção total, uma vez que, a região de Uruana é o maior produtor do Estado. Esta queda esteve relacionada com as pragas que afetaram as lavouras de melancia da região.

¹⁶⁶ De acordo com os dados organizados por Andrade Júnior (1998: 10) a partir de fontes do IBGE (1995).

¹⁶⁷ A área plantada em Goiás no ano de 1993 foi 3255ha. Porém esse dado não retrata a realidade da posição do Estado em termos de produção, tendo em vista que este foi no ano posterior ao ataque das pragas na região de Uruana, o que desfavoreceu a produção com reflexos evidentes no total produzido. Nesse mesmo ano, São Paulo teve uma área plantada de 6967ha, sendo que esse total esteve abaixo da média dos três anos posteriores, ou seja, entre 1994 e 1996 em Goiás, que foi de 7296ha.

¹⁶⁸ Principais municípios produtores: Marília, Assis, Presidente Prudente e Tupã.

¹⁶⁹ É importante destacar que, o comportamento da comercialização de melancia é diferenciado em relação a outras culturas, pois, mesmo com pequena oferta, os preços podem sofrer queda, tamanho é o controle exercido por São Paulo, levando à instabilidade apresentada por essa atividade.

perfeito para que a produção se realize em Goiás, devendo-se a isto a especialização da região, dadas as condições climáticas favoráveis em relação às regiões compradoras, pois é neste período que o sul do país recebe as maiores quantidades de frio, o que não favorece o cultivo de melancia.

O fato de ser uma cultura de entre-safra, face às demais culturas na região – as que dependem de chuva -, também contribui para o alto rendimento pois, nesse período que vai de março a setembro, tem-se a garantia da não presença de chuvas, o que é favorável para a produção de melancia. Por outro lado no Centro-Oeste e, portanto, em Goiás o inverno é menos rigoroso, e os dias mais frios são poucos durante toda a estação.

No Sudeste do país, a produção é realizada durante o período chuvoso, coincidindo com o momento posterior à colheita em Goiás, o que favorece o comércio da melancia goiana. É este fator que possibilita que o mercado esteja abastecido durante o ano todo pois, a condição climática exigida por essa cultura é de clima quente (durante o dia) e úmido (durante a noite), o que permite ao Nordeste do país a sua própria produção.

Os produtores do Centro-Oeste, e do Sudeste, ao seguirem as recomendações técnicas na preparação de mudas nos meses frios (Carvalho, 1999: 23), conseguem excelentes resultados na produção.

Segundo informações obtidas no campo, ao encerrar a safra em Goiás, tem início a produção em São Paulo, ou seja, ao iniciar a primavera, quando as temperaturas no Sudeste são mais elevadas. Assim, as condições climáticas ainda revelam-se como uma limitação à atividade durante a maior parte do ano nessa região. Some-se a isso, as limitações relativas à qualidade do fruto que depende muito das quantidades adequadas de irrigação.

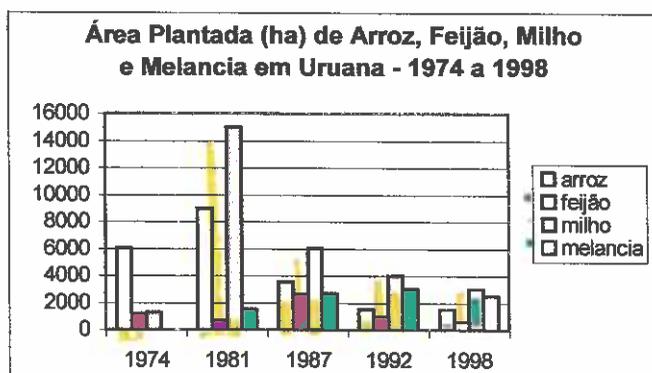
Em São Paulo, o plantio realizado durante o período mais quente do ano, que vem acompanhado das maiores quantidades de chuvas, tem afetado diretamente a qualidade dos frutos, quanto ao aspecto, e de sabor menos doce em relação àqueles produzidos em condições mais favoráveis.

Ainda que se verifiquem atualmente grandes áreas plantadas com as tradicionais culturas (**gráfico 13**), principalmente milho, ao lado da produção dominante, isso não ganha expressão do ponto de vista da economia agrícola na região. Considerando-se que a venda¹⁷⁰ e o consumo dessa produção são

¹⁷⁰ Segundo informações obtidas no campo, estima-se que as exportações do milho, produzido na região, não ultrapassa 35% do total. Nesse sentido a produção de milho assume a mesma

realizados no âmbito das exportações, esse fato torna-se ainda mais evidente, uma vez que, separada a parte do consumo interno, o excedente é pouco expressivo se comparado com o volume exportado de melancia, conforme se verá à frente.

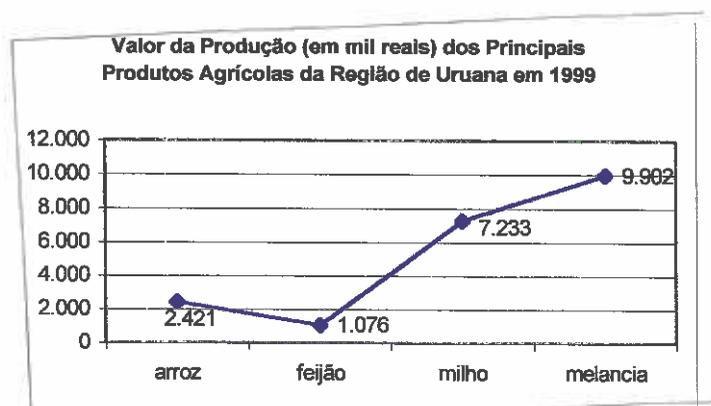
Gráfico 13



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM, 1974-1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

O valor da produção¹⁷¹ constitui um outro dado importante para se compreender o fato, ao reafirmar o caráter hegemônico dessa cultura, conforme pode ser observado no **gráfico 14** o montante dos preços dos produtos da região, e no **gráfico 15** os preços de cada produto agrícola por município.

Gráfico 14

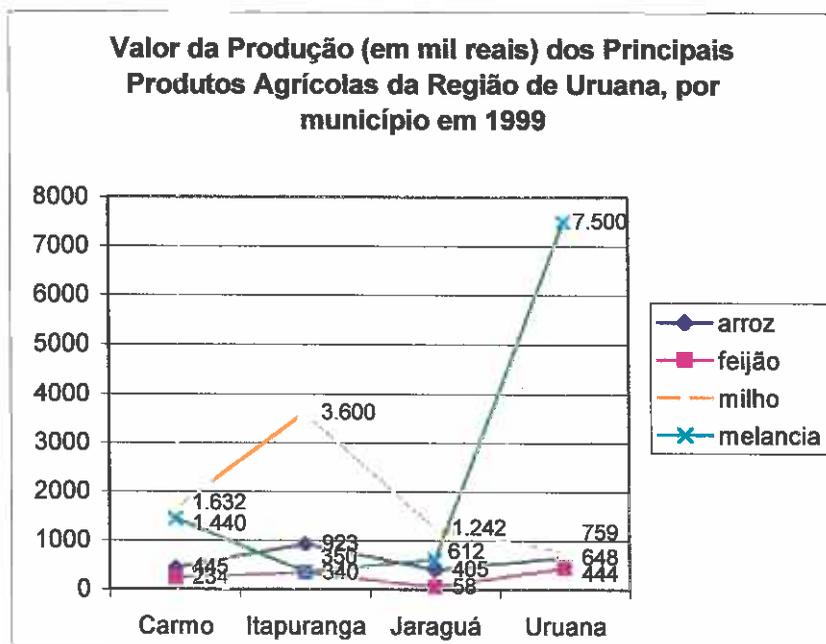


Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM, 1999.
[Org.: Macêdo, 2000]

importância econômica em relação ao arroz e ao feijão, quando o produto é vendido externamente, o que comprova a dominância da produção de melancia em relação aos tributos que o município arrecada, bem como a existência de uma dinâmica em torno dessa atividade.

¹⁷¹ Este valor de produção é o especificado nos dados de Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Gráfico 15



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM, 1999.
[Org.: Macêdo, 2000]

Tomando-se o percentual relacionado os valores da produção isso se reafirma com mais clareza, uma vez que dos quatro produtos, apenas a melancia é totalmente comercializada e do montante do valor da produção 48% deve-se à sua venda. Logo depois da melancia, o preço do milho refere-se a 35%, o arroz a 12% e o feijão 5%, devendo-se lembrar que nem toda a produção de milho é vendida, conforme já mencionado.

Para tornar claro o predomínio regional da cultura de melancia, observe-se as áreas plantadas com os tradicionais cultivos em Uruana (tabela 19) que são comparativamente maiores do que a área destinada ao cultivo de melancia, ou seja, em menos de 13% do total planta-se melancia.

Tabela 19 - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DAS TRADICIONAIS CULTURAS NA REGIÃO DE URUANA EM 1999

Produto	Área (ha)	Valor relativo (%)	Produção (t)
arroz	5.310	16,39	9.340
feijão	6.300	19,45	2.096
milho	16.700	51,56	49.700
melancia	4.080	12,60	114.500
total	32.390	100,00	-

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Goiás, 1999.
[Org.: Macêdo, 2000]

A produção regional reflete bem esse lado positivo da cultura dominante, onde a produção de melancia, apesar de não significar muito em termos de área utilizada, tem, no volume da produção e nos preços, a sua real significância para a economia da região.

Por outro lado, a produção total revela o peso que cada cultura tem no montante do valor da produção. Isso significa que a área utilizada não é um fator determinante na produção agrícola regional, pois, o que rege a dinâmica estabelecida pelo elemento dominante ainda são as forças atuantes em âmbito geral, comandadas sobretudo pelo interesse comercial.

Tabela 20 - VALOR RELATIVO DA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE URUANA, EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)

	1974	1981	1987	1992	1998
Arroz	6,10	2,93	0,98	1,50	3,47
Feijão	7,37	12,47	18,42	19,46	4,00
Milho	3,08	6,94	3,97	4,22	2,86
Melancia	1,85	55,44	80,46	74,64	61,28

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Goiás, 1974-1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

As informações da **tabela 20** indicam que a região de Uruana foi responsável por um percentual significativo da produção de feijão em Goiás durante a década de 80 e início da década de 90, coincidindo com o momento em que a produção de melancia ganha expressão no Estado, sendo responsável por mais de 55% do total produzido desde o início da década de 80.

Apesar de ter produzido mais de 80% da melancia goiana em 1987, o auge da atividade na região ocorreu em 1992, quando dos 5493ha utilizados nesta cultura, 4100ha foram cultivados na região de Uruana, representando 74,64% do total.

Tomando-se por base a área das outras lavouras temporárias em Uruana, obtém-se a seguinte participação relativa da produção de melancia nos últimos quatro anos: em 1996, a área plantada corresponde a 61,27% do total das outras lavouras; em 1997, apenas 16,47%; em 1998, 41,05% e, em 1999, 49,56%. (ver **tabela 21**)

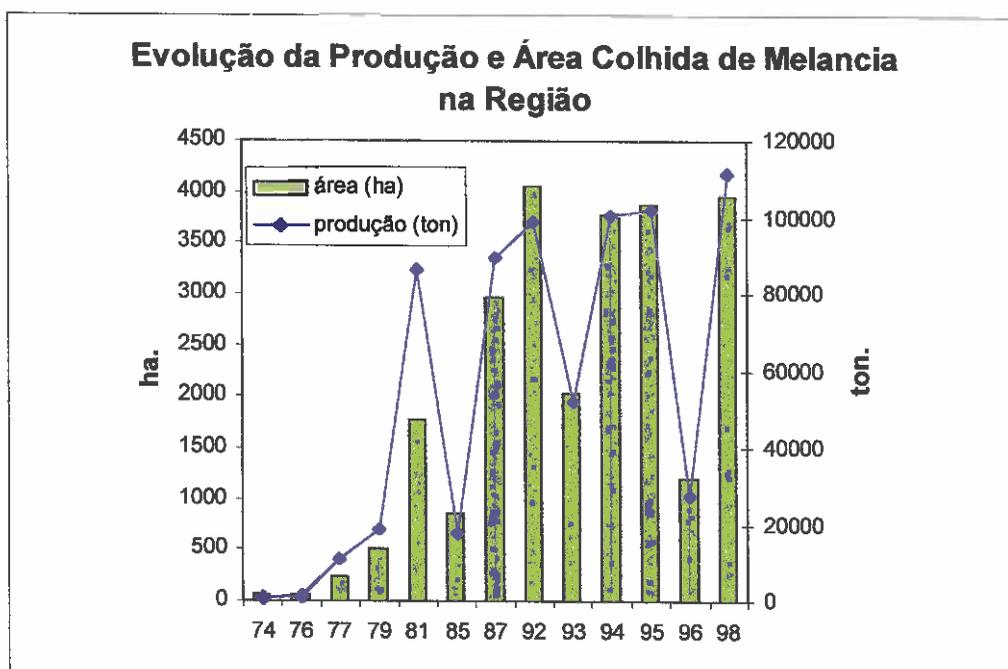
Tabela 21 - URUANA - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS LAVOURAS DE MELANCIA EM RELAÇÃO ÀS LAVOURAS TEMPORÁRIAS

	Outras lavouras(ha)	Lavoura de melancia(ha)	Participação relativa (%)
1996	4.080	2.500	61,27
1997	6.069	1.000	16,47
1998	6.089	2.500	41,05
1999	5.044	2.500	49,56

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Levantamentos Sistemáticos. Goiás, 1996 - 1999.
[Org.: Macêdo, 2000]

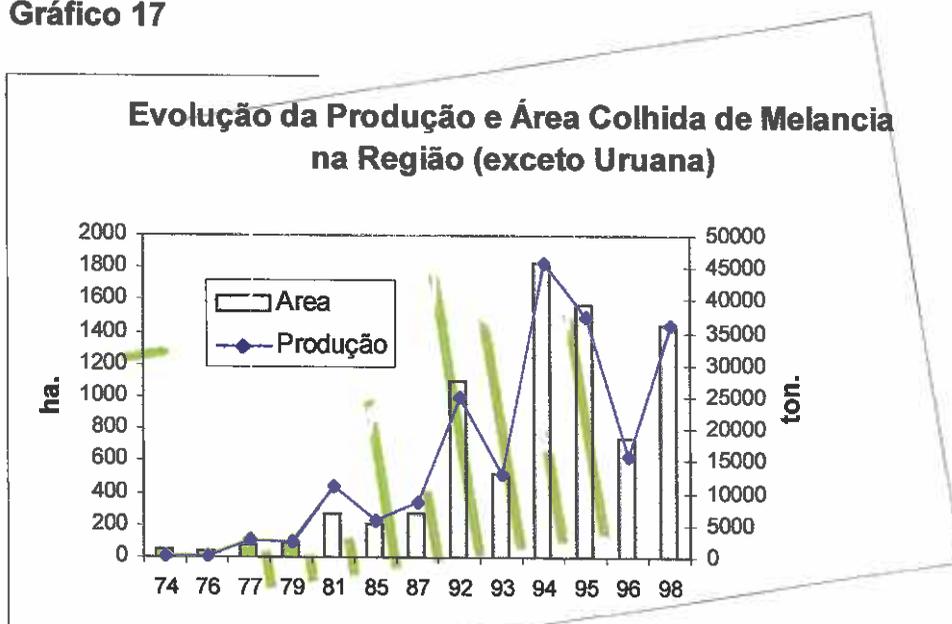
A baixa quantidade de área plantada em 1997, foi um reflexo do problema vivido pela região nos anos anteriores, devido ao ataque de pragas nas lavouras. Por este motivo, no município de Uruana foi plantado um pouco mais de milho durante este ano, em relação aos seis anos anteriores, ou seja, no período compreendido entre 1990 e 1996, tendo em vista que a área plantada foi de 4500 ha, ao passo que a média do período foi de 2700 ha.

Gráfico 16



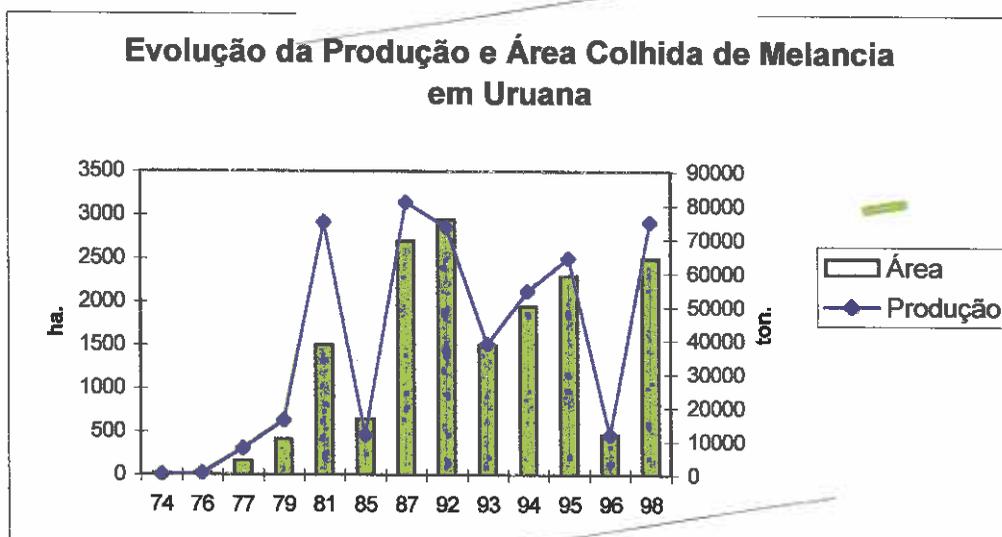
Fonte: FIBGE. PAM, 1974-1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

Gráfico 17



Fonte: FIBGE. PAM, 1974-1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

Gráfico 18



Fonte: FIBGE. PAM, 1974-1998.
[Org.: Macêdo, 2000]

Os gráficos 16, 17 e 18 mostram que é possível identificar a dimensão da produção de melancia na região a partir de Uruana pois, quando se considera a área e a produção neste centro produtor, nota-se grande semelhança entre a produção delineada desde o início da década de 70 até o final da década de 90, entre o gráfico para a região e para o município.

7.1- O Destino da Produção

De acordo com as próprias Centrais de Abastecimento – CEASAS¹⁷², em 2000, Goiás encontrava-se entre os maiores fornecedores de melancia para o abastecimento do mercado consumidor brasileiro. É o segundo maior fornecedor para as CEASAS de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Campinas. Primeiro fornecedor para Goiânia e Rio de Janeiro e terceiro para Salvador.

Relativamente às exportações em âmbito nacional, a partir de dados da SECEX – DECEX, ficou evidenciado que durante o período compreendido entre 1995 e 2000, o volume de melancia exportado pelo país teve um crescimento de 8.145%, gerando uma entrada de pouco mais de US\$ 5.400 nos cofres brasileiros, apenas com este produto, o que é pouco para o quinto maior produtor mundial, atualmente. No entanto, a demanda é crescente e as evidências disso apontam para uma tendência de aumento ainda maior no futuro.

As importações, ao contrário, sofreram acentuada redução no mesmo período. A diminuição foi de 97,03%, o que evidencia a expansão da produção interna, como forma de amenizar o problema da demanda. Nesse sentido, já se percebe a ampliação das áreas produtoras nos estados da Bahia e Tocantins e mesmo em Goiás.

Com base nos dados do IBGE, em 1996, ficou constatado que apenas 2,26% da produção goiana servia ao consumo interno no estabelecimento; 0,81% entregues à indústria¹⁷³; 90,61% entregues a intermediário e 6,31% eram vendidos diretamente ao consumidor. Isso significa que o produto “in natura” destinado à venda totalizava 97% da produção goiana.

Conforme se observou na pesquisa de campo, é assim que funciona a distribuição da produção final na região de Uruana, porém, a realidade local indica que o percentual destinado à exportação, neste caso, entregue a intermediários e venda direta ao consumidor, pode ser ainda muito maior,¹⁷⁴ já que, é este o objetivo

¹⁷² De acordo com dados divulgados através da Embrapa Hortaliças do DF, durante a realização do II Encontro Brasileiro do Agronegócio da Melancia, no mês de junho de 2001, em Goiânia – GO.

¹⁷³ Conforme informações obtidas na unidade da AGENCIARURAL em Uruana, já existem para Goiás, intenções ao estímulo da industrialização de melancia. Os dados do IBGE relativos à entrega do produto para a indústria deve estar associado às pequenas indústrias de compotas, sucos e polpas.

¹⁷⁴ Esta foi uma constatação direta na área da pesquisa, já que, não existem dados oficiais que indiquem o destino da produção por município. Entretanto, importa considerar que sendo esta região o pólo produtivo no Estado, então fica evidente esta forma de distribuição da produção.

principal dos produtores envolvidos na atividade. Some-se a isso, o fato de que não existem entregas para a indústria, pelo menos nesta região, tampouco se conhece casos de consumo no estabelecimento.

CAPÍTULO IV

Capítulo IV A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL ATUAL NA REGIÃO

1- O Contexto do Produtor

1.2- A Caracterização do Produtor de Melancia

De modo geral, os proprietários das terras residem na própria região, o que permite a proximidade com a terra e com os benefícios com ela conseguidos, bem como o controle maior das atividades desenvolvidas pelos empregados.

Os tipos mais comuns relacionados com a produção de melancia são: o produtor, que apenas produz; o produtor que produz e comercializa ele mesmo seus produtos e o intermediário que compra e revende o produto.

Na região, o produtor agropecuário é, via de regra o responsável pela propriedade, mesmo quando arrenda as terras, até porque, a região não dispõe de grande número de latifúndios. As propriedades são, em geral, médias e pequenas, o que possibilita ao fazendeiro ele mesmo trabalhar na propriedade, uma vez que, normalmente esta é a sua única atividade.

No campo foi possível identificar dois tipos de produtores. Um caracterizado como "tradicional", por não assimilar as mudanças técnicas e negar a necessidade de assistência técnica em sua atividade. O outro tipo refere-se ao produtor "moderno", ou seja, aquele que seguramente tem interesse pela atividade e conta com o apoio técnico governamental ou não. Esse porém, não ignora as necessidades técnicas exigidas.

Diante da indisponibilidade de dados numéricos sobre a caracterização do produtor de melancia, bem como o destino da produção de cada município, foi conveniente utilizar os totais do Estado, tendo em vista que a maior parte da produção se realiza na região de Uruana, o que conduz a uma interpretação próxima da realidade local.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE¹⁷⁵, em 1996, 79,37% dos produtores de melancia eram proprietários dos estabelecimentos; 11,36% eram arrendatários; apenas 3,32% eram parceiros, e 5,94% eram ocupantes, tendo sido os proprietários responsáveis por 71,19% da produção total, seguido pelos arrendatários com

¹⁷⁵ O cálculo do percentual foi feito com base no número de informantes, já que o censo não traz o número de produtores segundo a sua condição. Deste modo, também o número total de estabelecimentos, assim como a produção total considerados constituem uma amostragem, apenas para caracterizar a forma da produção regional.

21,79%, os parceiros com 5,18% e os ocupantes com 1,83%. Ressalte-se que estes dados referem-se ao Estado de Goiás.

Em 1996, 21,24% da produção total foi obtida em pequenos estabelecimentos que possuem entre 0 e 10 ha e representam 79,37%. Os estabelecimentos médios que possuem entre 10 e 100 ha, e correspondem a 19,58% do total, foram responsáveis por 51,62% da produção.

O restante da produção, que significou 17,51%, foi realizada em grandes estabelecimentos que possuem entre 100 e 500 ha e representam apenas 0,87% do total. E, por fim, 0,17% dos grandes estabelecimentos que correspondem àqueles com área superior a 500 ha, responderam por 9,62% da produção naquele ano.

Os dados revelam que os arrendatários não representam tanto quanto parecia, pois os maiores responsáveis pela atividade no Estado como um todo são os próprios fazendeiros.

Em razão de não se conhecer os municípios onde foi realizada a maior parte da pesquisa do IBGE, não se pode afirmar que o fato se estende à área da pesquisa, tendo em vista que os trabalhos de campo apontaram os arrendatários como os maiores produtores.

Um outro aspecto importante dessa problemática é referente à forma de arrendamento mais comum praticada pelos produtores de melancia na região, ou seja, o arrendamento não formalizado via contrato. Deste modo só se pode conhecer a realidade do fato através da pesquisa de campo, tendo em vista que, os dados oficiais¹⁷⁶ não trazem esta informação.

No que se refere à dimensão dos estabelecimentos, utilizados para a produção de melancia especificamente, verificou-se que, no quadro geral do Estado, está a cargo das médias e grandes propriedades as maiores quantidades produzidas. Isso se tomadas no conjunto, uma vez que, conforme se observou nos dados, as médias propriedades comportam pouco mais de 50% da produção total. Ao lado das grandes, assumem aproximadamente 80%.

Este é um dado que ficou evidente na pesquisa de campo. Apesar de não haver nos dados oficiais, do último censo, uma relação da condição do produtor com a dimensão do estabelecimento, a pesquisa de campo apontou as médias e grandes propriedades como as mais utilizadas para a produção de melancia. Contudo, isto se deve à forma mais utilizada pelos produtores na região – o arrendamento.

¹⁷⁶ Os dados oficiais apresentam apenas o número de arrendamentos feitos através de contrato, por ser esta uma exigência dos Bancos para os produtores que necessitam do crédito rural.

Neste caso, é importante reafirmar que grande parte dos arrendamentos é feita de forma não contratual, e ainda que o tempo é variável conforme os acordos firmados entre proprietário e arrendatário, o que dificulta uma avaliação precisa a partir dos dados oficiais.

1.3- O Produtor, a Assistência Técnica e Planejamento

O produtor¹⁷⁷ de melancia se enquadra em quase todas as modalidades de condição: arrendatários, proprietários e parceiros. Entretanto, pela pesquisa de campo, constatou-se que grande parte destes são arrendatários em Uruana e, principalmente nos outros municípios considerados.

Numa caracterização dos produtores rurais feita através do escritório local da AGENCIARURAL em Uruana, visando enquadrá-los nas comunidades e nos grupos de produtores beneficiados com a assistência técnica, constatou-se que, no ano de 1998, do total de produtores¹⁷⁸ que receberam o serviço, 88,71% eram pequenos produtores, enquanto 10,96% eram médios e apenas 0,32% eram grandes produtores.

Este quadro coloca em evidência uma preocupação dos técnicos locais, ao declararem o desinteresse de médios e grandes produtores em relação ao serviço que têm a disposição. É pertinente destacar aqui algumas problemáticas derivadas disso, como: a alta infestação de pragas e doenças, a baixa quantidade de produtores que utilizam práticas de conservação do solo, o uso ineficiente de insumos agrícolas, o plantio incorreto, práticas de preparo do solo inadequadas, entre outras.

Caberia neste caso, a ação eficiente de um planejamento que visasse sanar este tipo de problemática, numa atitude de informação aos produtores acerca dos benefícios da organização de suas atividades, tendo em vista que esta não seria uma tarefa da AGENCIARURAL, pois o seu papel é outro.

Um outro grande problema encontrado é a falta de cooperação entre os produtores que não têm “espírito” de trabalho em grupo, o que ocasiona inúmeros

¹⁷⁷ Durante o II Encontro Brasileiro do Agronegócio da Melancia, ocorrido no mês de junho de 2001, em Goiânia – GO, uma discussão apresentada em torno da situação da cultura da melancia no país, apontou uma diferenciação relativa à esta atividade. Para os agrônomos, existe uma situação diferenciada entre ser produtor e ser plantador de melancia, que está atrelada ao compromisso existente com a produção adequada ou não.

transtornos, como a manipulação do comércio da produção por compradores – os intermediários, que se aproveitam do processo de venda feito individualmente por cada produtor. Ressalte-se que são os compradores do produto que “criam” os preços.

Esta é apenas uma marca da falta de organização dos produtores que se veem por isso, tolhidos de autonomia na condução de seus próprios negócios, pelo menos neste momento da atividade. O presidente do Sindicato Patronal de Uruana¹⁷⁹ relatou o problema da seguinte forma:

(...) Chega uma pessoa com uma caminhonete muito bunita, um “cizerado” aí, tá, começa a comprá e bye, bye, como nois temo visto o ano passado, até sete hora da noite, a pessoa tava comprano e sete hora da manhã, a casa já estava vazia. Vão atrás dele lá, acha ele morano nua favela, cé num tem como receber isso. Então, a grande preocupação nossa hoje, é de ver se consegue saber exatamente o rotero dessa melancia, tá, quem é esse comprador, num é dipois do acontecido não, é, antes. Temo que procurá um meio de saber quem que é essa pessoa, como é que noi vamos ter que vendê, talvez nois vamo tê aprendê a vendê diferente, tá, vendê talvez, vende um poco mais barato, mais cum o recebimento a vista. Tem uns cara de São Paulo que só vende a vista, vende mais barato, mais vende a vista, é garantido, né, a vista no dinheiro, né, nem em cheque. (...) Nois já tentamo criar uma cooperativa de melancia, mai num seria cooperativa. Seria um local onde nois teríamos esses dados de todo comprador. Você era um comprador, chegaria me daria todos seus dados, sabe, prá te conhecer, e saber aonde você está, o que que você faiz, o que que você feiz, tá, é, prá nois termos uma segurança de venda, e hoje simplesmente ninguém sabe o que acontece. O cara chega hoje, te dá cheque ou talvez num te dá nada e vai embora e chega lá na frente, muitas vezes são recebidos, armas, então tê que vim embora... .

Este fato também configura um dos problemas que poderiam ser sanados ou amenizados com a orientação advinda do planejamento direcionado à atividade agrícola na região, que em 1998, teve uma área de 3.950ha utilizada com a produção de melancia por 300 produtores e em 1999, o número de produtores subiu para 350 e a área utilizada foi de 4.080ha. A área média utilizada por cada produtor foi de 13,16ha em 1998 e de 12, 55ha em 1999. Esses dados tornam-se relevantes no contexto das dificuldades enfrentadas pelos produtores que continuam na atividade, o que deve ser considerado.

¹⁷⁸ Conforme EMATER (1999), o pequeno produtor é aquele cuja propriedade é de até 100 ha; o médio produtor é aquele cuja propriedade é de 101 até 300hae o grande produtor é aquele cuja propriedade é superior a 300ha.

1.4- Os Financiamentos como Alternativa à Produção

Atualmente existem pelo menos 20 modalidades de linhas de crédito rural para financiar a produção agropecuária do Estado, através do Banco do Brasil. Porém, as concessões realizadas na região de Uruana são efetivadas através de 4 linhas de crédito principalmente: o FCO – Rural, o Plano Ouro, o PROGER e o PRONAF.

A não concessão de crédito rural para a maioria dos produtores e os altos juros praticados pelos Bancos, constituem uma das problemáticas que dificultam a realização da produção agrícola e pecuária na região. Apesar disso, os dados de crédito rural fornecidos pelo Banco do Brasil, referentes aos três últimos anos, são reveladores, ao pontuar um certo “favorecimento” do setor agrícola em Uruana, verificado no conjunto da região.

Tabela 22 - CRÉDITO RURAL – VALOR RELATIVO DE CUSTEIO (%) NA REGIÃO DE URUANA¹⁸⁰

	1998		1999		2000	
	Agricult.	Pecuária	Agricult.	Pecuária	Agricult.	Pecuária
C. Rio Verde	30,54	56,01	26,56	70,45	23,07	47,43
Itapuranga	42,40	33,83	20,58	56,76	17,02	63,83
Jaraguá	23,93	28,71	39,35	42,85	34,42	60,83
Uruana	77,22	20,73	62,76	19,23	73,78	23,65

Fonte: Banco do Brasil. Goiânia, 1998-2000.
[Org.: Macêdo, 2000]

Conforme se observa na **tabela 22** Uruana se sobressai ao receber mais de 50% do total de crédito rural para custeio agrícola durante o período considerado. Assim, fica patente, mais uma vez, a importância desse setor para o município, também nas operações bancárias realizadas.

Para se ter uma noção desse destaque, basta verificar que, nos três últimos anos, o custeio agrícola dos demais itens financiados (onde insere-se a produção de melancia), recebeu a média de 31,63% do custeio agrícola¹⁸¹, ao lado de 38,35% da concessão para a produção de milho.

¹⁷⁹ D. G. S., 39 anos. Entrevista concedida em junho de 2000.

¹⁸⁰ Valor relativo calculado com base no valor total de crédito rural concedido.

¹⁸¹ Estes dados revelam uma marca do peso regional de Uruana face ao setor agrícola, verificado em função do fator determinante.

No confronto destes dados com os de outros municípios, percebe-se uma diferença marcante, pois a média do financiamento dos demais itens é de 0,98% e, 23,53% para a produção de milho em Carmo; 6,85% (demais itens) e 14,35% para o milho em Itapuranga; e de 6,46% (demais itens) e 25,15% para o milho em Jaraguá.

É necessário destacar que esses valores não encobrem a realidade da concessão de créditos para a produção de melancia, uma vez que a produção de milho que é significativa no município, por motivos anteriormente especificados, contribui em semelhante importância com o custeio agrícola recebido dos demais produtos não especificados, inclusive nos outros municípios, como se verá adiante.

Atualmente, o que permite a continuidade dessa atividade são os recursos próprios de que os produtores capitalizados dispõem. São eles quem dispõem da maior parte do custeio, pois nem sempre conseguem financiamento, devendo-se lembrar que a maioria dos produtores, principalmente os pequenos, não recebem o benefício. Isso se reflete seguramente nas condições em que se encontra a economia da região, onde o produtor descapitalizado realiza a “duras penas” suas atividades, numa atitude de complementação de renda, sem poder se especializar, conforme gostaria.

Por outro lado, para as demais atividades como a pecuária, a produção de grãos, além de outras, os produtores dispõem de maiores facilidades de acesso ao crédito. Essa realidade fica explícita nos dados de item financiado pelo Banco do Brasil, ao se observar que para a produção de melancia os contratos aparecem em número tão reduzido, que estão incluídos no item de demais aplicações do custeio agrícola.

Apesar de produzir valores significativos, o crédito rural concedido representa pouco diante do potencial produtivo da agropecuária regional, o que poderia ser diferente se não houvesse limitações¹⁸² impeditivas do seu desenvolvimento.

1.5- As Relações Patrão - Empregado

A atividade, em torno da produção de melancia e demais culturas, fornece uma organização peculiar à região, tanto no que se refere às pessoas que trabalham nessa atividade, como aos aspectos que mobilizam essas pessoas e as colocam em contato com seus locais de trabalho.

¹⁸² Estas limitações estão relacionadas com a parte burocrática de acesso ao crédito rural.

Na realidade a especialização produtiva não pode ser considerada como o vetor orientador da falta de emprego na região. Essa problemática é histórica e passa principalmente pela concentração dos meios de produção por poucas pessoas, sendo que a terra pode ser considerada o mais importante.

Nesse sentido a reforma agrária explicitada nos programas do governo, desde longa data, fica reduzida a assentamentos pontuais e constitui um dos fatores que implicam no problema que é assim analisado por Galindo e Santos (1995: 173):

(...) o afã da procura de mão-de-obra barata dá lugar ao desafio de empregar e controlar uma mão-de-obra que passa a ser excessiva, criando sérios transtornos sociais; (...)

A população desempregada que, descontente, não tem para onde fugir, termina por engrossar o contingente marginalizado do processo de modernização e geração de renda, sobre o qual o IPEA *et al* (1999: 291), afirmaram:

(...) Verifica-se, desta forma, uma expressão nova do atual ciclo da acumulação, que produz uma face moderna e uma outra de características opostas.

Apesar de referir-se aos grandes e médios centros urbanos, esta análise se aplica à realidade dos pequenos centros, ainda que sejam dotados de uma estrutura econômica razoável para uma parcela da sua população, pois, a outra parcela, marginalizada, sempre existirá enquanto for subjugada pelo sistema econômico excludente em vigor.

A crescente disponibilidade de mão-de-obra para a agropecuária em Uruana, em especial para a agricultura, torna inviável o trabalho permanente nesse setor. Neste município, a produção de melancia agrava ainda mais esse problema, pois é a mais importante com ciclo produtivo muito curto, o que contribui para reforçar a flexibilidade existente entre empregado-empregador. O ciclo da produção, que é de seis meses anuais, "inviabiliza" a contratação do trabalhador por um período tão curto. Não há interesse por parte dos produtores em realizar contratações semestrais, uma a cada ano.

Em alguns casos o produtor aproveita a mão-de-obra do trabalhador pelos outros seis meses do ano em atividades complementares que ele possui na sua propriedade, mas, ainda assim, com base nas entrevistas concedidas, não há evidências de que exista um contrato de trabalho. Os que existem são em número muito reduzido e dependem do tipo da atividade desenvolvida e das relações travadas entre patrão e empregado.

Por outro lado, os trabalhadores não se interessam efetivamente pelo serviço desempenhado, o que acarreta em faltas sucessivas ao trabalho, ocorridas muitas vezes semanalmente, o que pode ser atribuído à inexistência de um vínculo formal, ou seja, um contrato de trabalho, que exija o cumprimento mais rigoroso das tarefas a eles designadas. Este problema pode ser melhor acompanhado no depoimento de um produtor¹⁸³:

“Ainda aqui na nossa região, num tá teno assim, ua egijênça. Eles ainda tão assim, naquele sistema que tinha, toda vida teve, né? Avoluntários. (...) Os diarista, avoluntários. Eles trabaia até o dia que qué, vai imhora, aí entra oto, trabaia, vai imhora. Esse pessoal braçal, eze é muito assim, a vontade deles, tão eles é, agente num ixigi deles é uma... ele faia no dia na semana, num vai, agente num ixigi, então cê vê que, quando a pessoa é contratada, ele num pode tê, falhá dia nenhum. E eles não, às veiz trabalha dois dia na semana, trabaia três, cinco, otas veiz trabaia a semana intera. É até mei difícil porque agente tem que repô oto no lugá, ota hora tem que tá atrasano o serviço. Mais só queze é à vontade, num tem exigênça assim, dizê queze é obrigado todo dia i trabaia, toda semana i trabaia. Sempre foi assim. (...) Não, ezes, prá ezes num acha acha assim que, prejudica eles em nada, porque eles fica livre. Eles tem à vontade. Eles num querê trabaia cumigo, eles vai trabaia prá oto. Às veiz ele tá trabaiano po oto lá, chega lá na roça, tem deiz pessoa trabaiano, ele, às veiz ele num se dá bem com ota pessoa ali na roça, ela, ah, vô lá trabaia cum fulano, porque essa pessoa aqui, num gosto dele, eu vô procurá oto.”

Aspectos comuns encontrados são o grande número de pessoas que todas as manhãs, aguardam em frente às Agências de Carga, ou das casas dos patrões, para a jornada de trabalho. Trabalho esse, que “não exige” contrato de trabalho na maior parte dos casos. As Agências de Carga são os pontos normais de negociação dos preços das cargas e da contratação de “peões e cargueiros”¹⁸⁴. (foto 38)

¹⁸³ N.A. S., 61 anos.

¹⁸⁴ Na linguagem dos produtores os peões são os colhedores dos frutos na lavoura e os cargueiros são os que empilham ou acondicionam os frutos sobre o caminhão.



Foto 38 – “Ponto de Espera” dos trabalhadores rurais em Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Sobre a finalidade destas agências, um ex-produtor de melancia e especialista¹⁸⁵ no assunto, assim se referiu:

“Agência de Carga é diferente. Porque ali já é um ponto do pessoal já ficá, já aguardano já pa carregá, sabe? E na porta dos compradores também.”

A melancia, por possuir um ciclo de produção muito curto, que varia de 70 a 75 dias (no período chuvoso) e 85 a 90 dias (no período seco), para a sua obtenção, cujo período vai de março a setembro, desde o preparo da terra até a colheita, é na região, atividade mais prejudicial no que se refere aos direitos trabalhistas. Neste caso, praticamente inexistem contratos de trabalho.

O que assegura estes direitos é a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que, em casos problemáticos, nem sempre consegue saná – los de forma satisfatória. Sua contribuição mais almejada pelos trabalhadores, consiste em garantir convênio – saúde, via pagamento de taxa mínima ao Sindicato. Desta forma, é garantido atendimento médico – hospitalar a todos os trabalhadores que se filiam a ele.

¹⁸⁵ C. M. M. A., (S/I). Este produtor é engenheiro agrônomo. Cultivou melancia durante 14 anos no município. Filho de mineiros que chegaram em Uruana no início da década de 40.

Este Sindicato, que teve sua fundação no ano de 1976, conta com um número aproximado de 300 associados, sendo que apenas uma pequena parte está contribuindo para o bom desempenho do mesmo, pagando suas mensalidades normalmente. Acredita – se que isto se deva a uma certa insatisfação das pessoas ligadas ao Sindicato, sobretudo porque debatem – se com os envolvidos nas questões relacionadas com os interesses dos trabalhadores rurais, quando estes encontram resistência nas ações que são travadas em seu favor. Ainda em favor dos trabalhadores, as administrações municipais tem mantido Núcleos de Apoio ao Trabalhador (foto 39) no intuito de contribuir na alimentação destes, com fornecimento de café da manhã.



Foto 39 – Núcleo de Apoio ao Trabalhador. Projeto social do município de Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Em contrapartida, o Sindicato Patronal em Uruana (Sindicato Rural), é o responsável por manter assegurados os direitos dos proprietários – fazendeiros, em relação ao bom desempenho no relacionamento com os trabalhadores na atividade agropecuária. Seu funcionamento praticamente não requer esforços em resolver casos problemáticos, já que, estes são raros naquela região.

1.6- O Intermediário

A atividade é instável por oferecer riscos de prejuízos aos produtores. Estes enfrentam alguns problemas relacionados com a atividade, principalmente no que concerne à comercialização. Esta deve ser realizada rapidamente quando a lavoura atinge seu estágio de maturação, pois, a partir desse momento, o produto apresenta validade de aproximadamente uma semana, o que força os preços para baixo. E este é o momento em que o intermediário atua no sentido de conseguir vantagens sobre o produtor, através da indicação dos preços para a produção. Em depoimento sobre esta questão, um produtor¹⁸⁶ de melancia disse:

Não, o grande problema hoje na melancia aqui tá também na... no pagamento `a prazo. (...) É por isso que eu tô falano. É, no nosso caso aqui, agente vende melancia prá umas meia dúzia só de compradores. (...) Isso que o problema nosso hoje aqui, né? Que agente carrega... combina com o comprador, quer dizer, ele liga aqui fala: olha, eu tô precisano duma melancia, um caminhão de melancia, aí então, agente combina o preço, o preço já fica combinado. Aí ele fala: então tá bom. Só que nós não tem uma garantia dele... um documento, que ele dá o cheque, ou uma promissória, não tem nada. (...) Não, esse sistema do comércio da melancia é assim, ó, nós somo os produtor e, tem o comprador de melancia aqui, que no caso, é o intermediário, né. E tem o pessoal do mercado, que é o CEASA... Então, quando esse pessoal do CEASA, eles tão precisano de melancia, eles ligam prá este intermediário. Aí esse intermediário faz o contato com agente. Então é... O nosso compromisso de vender, não, de receber a melancia é só com esse intermediário. Nós não temo nada a ver com o pessoal do mercado, não. (...) Então o nosso contrato aqui é só de boca, mermo sabe. Só que fala assim: o preço da melancia hoje é X. Tá bom prá nós, tá bom prá ele? E se tiver bom carrega, sabe. Então, agente sabe que carregar um caminhão deu quinze mil quilos, agente sabe que tem aquele X, de valor pa receber. Mais, nós não temo garantia nenhuma. E o prazo também, hoje, agente carrega um caminhão de melancia hoje, agente vai receber com quarenta, sessenta, noventa dias... .

Numa situação de prevenção muitos produtores¹⁸⁷ limitam-se a vender para apenas determinados compradores, normalmente os mais conhecidos e com longa

¹⁸⁶ G. K. A. Imigrante paulista, produtor em Uruana desde meados da década de 80. Entrevista concedida em novembro de 1999.

¹⁸⁷ O preço do kg de melancia na região pode alcançar R\$ 0,15. Este é um bom preço para o produtor. Contudo, uma média de R\$0,10/kg, pode ser paga pelo intermediário a um valor entre R\$ 0,07 e R\$ 0,08, alegando este o “descarte” durante a viagem de Goiás até o destino. A isso os intermediários denominam “gelar o produtor”. Além disso, o serviço de um “cargueiro” (empilhador) custa R\$ 30,00 e do colhedor R\$ 50,00, para uma carga (um caminhão com 15 a 18 toneladas). Estes valores que deveriam ser pagos pelo comprador (intermediário), são transferidos ao produtor. Outro custo, ainda, consiste no desconto de 1% que é realizado sobre o preço total após a pesagem da carga, com ônus para o produtor, justificado pela pesagem ser feita considerando – se a palha que é

data de compra. Para melhor ilustrar a indignação dos produtores, considere-se este depoimento de um produtor¹⁸⁸:

(...) todo compradô é unido. (...) Eles tem reunião pa cunversá cum nós. (...) No final, só tem desconto.

A forma de atuação dos intermediários indica a ausência de uma organização dos produtores, direcionada ao processo de venda. É por isso que deles sofrem o tão temido “calote”, este é sempre facilitado pela forma da venda que é realizada mediante pagamento em cheques pré-datados.

Na região são os próprios intermediários que fornecem os peões para a colheita. No entanto, diante da fragilidade na forma de comercialização com os produtores, o procedimento na colheita é feito a critério dos compradores, como por exemplo, mesmo que seja combinado antes, sobre o tamanho dos frutos a serem colhidos, prevalece a vontade deste, apesar do pagamento ser realizado pelo produtor aos peões.

A ausência de associações de produtores¹⁸⁹ de melancia em Goiás e na na região dificulta muito o processo de comercialização que tem que ser feito entre os produtores e os intermediários. Dessa forma os produtores ficam à mercê dos intermediários que aproveitam para negociar à sua maneira produção, deixando os produtores à própria sorte.

Um especialista em agricultura da AGENCIARURAL em Uruana¹⁹⁰ manifestando o seu descontentamento devido a essa relação de dependência afirmou:

Olha, agente vê a atividade de certa forma, a rentabilidade dela não justifica talvez o grande risco que tem, porque ele, o principal risco que o pródutô encontra além das questões da produção, e tem um grande risco com relação à comercialização. Se hoje o pródutô, se planta, ele cultiva de maneira disorganizada, ele não tem segurança na parte de comercialização. Então o fator preponderante na exploração do cultivo é a falta de organização dos produtores em disfavô dos produtores individualizados, porque eles não tem como é,... bancá o preço de seu produto, não tem como colocá ele no mercado, né em condições.... Então o mercado de fruticultura no caso da melancia, fica, fica à mercê

utilizada no acondicionamento dos frutos, o que onera ainda mais o custo da produção. Isso ocorre depois que o produtor paga um valor em torno de R\$ 350,00 pela palha do acondicionamento que é utilizada em apenas 10 cargas.

¹⁸⁸ W. R. M. produtor há nove anos na região. Entrevista concedida em 2001.

¹⁸⁹ Assim como existem as associações dos produtores de alho e de cebola no país.

¹⁹⁰ A. D.D. morador em Uruana. Entrevista concedida em novembro de 1999.

do, do... da vontade do entreposto, do consumidor também em termos de épocas de cultivo, porque ela é uma cultura que tem os picos de oferta, né, que vai normalmente estarem coincidindo com o período seco do ano, nas áreas de cultivo nosso. (...) agora muito influenciado ainda porque aqui nós temos dentro do município de Uruana, uma intermediação comercial em termo do produto não sê adquirido direto das Centrais de Abastecimento de São Paulo, então ele passa pelo um processo de intermediação aqui dentro do município, onde o pródutô fica sujeito a ... à mercê, fica à mercê, a ação desse agenciadores aqui no município.

Com esta avaliação do entrevistado, fica fácil perceber algumas dificuldades encontradas no processo de produção de melancia em Goiás para o mercado externo. Demonstra, ainda, como é frágil esse processo, dadas as instabilidades não só da própria cultura, mas também, na distribuição da produção, ou seja, na comercialização.

2- As Tendências da Região face às Transformações Recentes

2.1- Uma Região em Crise?

O que se percebe na região da melancia, formada no interior do antigo Mato Grosso de Goiás, é que o retalhamento aí ocorrido prossegue até o presente, com evidências de ampliação do espaço dessa produção que, em razão da proximidade ou contiguidade das áreas produtoras, poderá haver uma integração delas na medida em que esta contiguidade for se dando. É como se se formassem núcleos regionais repletos de “forças” de ação capazes de agrupá-los no decorrer do tempo no espaço. Ressalte-se que essa possibilidade está vinculada a um contexto regional envolvendo os suportes físico e socio-econômico ali contidos.

A este processo pode-se denominar regionalização da produção agrícola baseada no cultivo de melancia, em Goiás, já que este é marcado por uma simultaneidade dos processos de diferenciação e integração¹⁹¹.

Segundo informações colhidas em campo a “Região de Barreiras”, Estado da Bahia, concorreu com Uruana na produção de melancia. No entanto, desde 1999,

¹⁹¹ Apenas para considerar o processo geral de integração sob a ótica da comercialização do produto da região da pesquisa, é necessário considerar os problemas advindos de outras instâncias. Neste caso a lógica que gira em torno da circulação de mercadorias aponta para que a capital do Estado tivesse ligações mais imediatas ou mesmo necessárias com a região, no que se refere, por exemplo, às possibilidades das Centrais de Abastecimento (CEASA) de Goiânia de receber uma parte considerável dessa produção. Conforme informações obtidas, o CEASA da capital deixou de receber grande parte da produção de melancia da região em função de burocracias existentes, ligadas, por exemplo, ao preço do aluguel dos boxes.

essa mesma “região” não suporta mais a concorrência, tendo deixado de produzir o fruto. Este fato revela o vigor da recente região produtora em Goiás.

Atualmente está se esboçando um processo de introdução da semente híbrida¹⁹² nas culturas de melancia do país. Em Goiás encontra-se em fase experimental, principalmente nos municípios de Morrinhos e Pontalina. Em torno de 5% das lavouras da região de Uruana já experimentam a nova tecnologia¹⁹³, sendo que o restante permanece utilizando a semente comum¹⁹⁴.

2.2- Os Desequilíbrios

Dois motivos principais explicam a formação recente dessa região produtora. Um, consiste na busca por novas áreas com a finalidade de baratear o custeio da produção, outro, pela própria necessidade de ampliação da produção.

Os produtores, de modo geral, alegam que houve um certo “esgotamento”¹⁹⁵ das terras para produzir melancia em Uruana. Este fato está vinculado, na realidade, com um momento vivido por este município, durante a década de 90, quando houve a necessidade de se aumentar a aplicação de defensivos agrícolas nas lavouras, pois um surto de pragas que afetou estas lavouras, aos poucos foi tornando-se muito resistentes aos praguicidas.

O arrendamento de terras em áreas mais afastadas foi a alternativa encontrada, mais viável aos produtores, ao invés de continuarem a investir no combate às pragas. Atualmente, verifica – se a repercussão dessa atividade, a partir do centro – produtor, quando observa – se nos dados disponíveis, bem como na fala da população local, notícias sobre a expansão e/ou transferência das áreas produtivas em direção a terras mais distantes.

¹⁹² Conforme Andrade Júnior (1998: 30), as sementes híbridas podem ser diplóides ou triplóides. “Os híbridos triplóides não apresentam sementes ou, quando aparecem, são rudimentares. Têm polpa mais rígida, embora com menor espessura de casca, sendo os açúcares distribuídos por todo o fruto de forma regular. Os híbridos diplóides têm maturação uniforme, são precoces, de polpa doce, com excelente sabor, crocante e de excelente coloração. Apresentam maior resistência a pragas e doenças”.

¹⁹³ A vantagem de se utilizar a semente híbrida está relacionada com a resistência às pragas, bem como a resistência do produto que é maior em relação ao fruto comum.

¹⁹⁴ É considerada comum a semente que não é híbrida. De modo geral, na região utilizam-se a semente da cultivar Crimson Sweet, de origem americana, muito apreciada pela excelente qualidade da polpa e sabor muito doce. Chegam a pesar até 14 kg.

¹⁹⁵ Falam-se de um efeito que teria culminado na exaustão do solo, quando na realidade têm-se algumas consequências da prática intensiva e expansionista da atividade atrelada a um elemento dominante, sobre o meio natural.

Mesmo sabendo, que a instalação dessa atividade, em áreas relativamente distantes do núcleo regional principal – Uruana, deve – se não apenas à necessidade de ampliação da produção, mas, principalmente, à fuga de um foco de pragas que prejudicam as lavouras, é importante considerar que esse processo aponta para um “fechamento”, ou uma tendência à ampliação dos limites regionais. Esta constatação parte da conformação que as áreas produtoras de melancia está tomando, em torno da região atual. Municípios como: Santa Isabel, Rianópolis, Itaguaru, Itapaci e Formoso, são alguns exemplos que tendem para um processo de incorporação ao núcleo regional, no sentido leste e norte de seu centro, observando – se que este último, encontra – se em fase de abertura para o tipo de atividade referenciado.

O município de Uruana apresenta condições pertinentes ao movimento que tornou possível a “sedimentação” do processo produtivo, na sua forma mais marcante, por estar baseado nos moldes capitalistas de produção, envolvendo por sua vez, o uso intenso do solo da região. Para uma mesma atividade, ou para a atividade agrícola voltada para a produção intensiva de um mesmo produto, o núcleo regional não suportou a permanência deste quadro que veio a se modificar. Entende – se que o modelo de produção empregado, embora tenha correspondido durante décadas às expectativas de mercado, promoveu o esgotamento do meio natural utilizado sob as condições impostas, levando à necessidade de se contornar imediatamente esta situação.

O emprego de defensivos agrícola nas lavouras de melancia¹⁹⁶, em grandes proporções, e em grandes áreas, foi sem dúvida o fator preponderante para a opção dos produtores de buscar novas áreas, onde o custo da produção fica reduzido, já que, o núcleo central desta atividade está “saturado” por causa das pragas afetam as lavouras. Mesmo com estes problemas, alguns produtores insistem em permanecer na cidade de Uruana, procurando resolver esta situação através da rotação de culturas.

Por se tratar de um produto sensível às intempéries do meio natural, o cultivo de melancia requer cuidados especiais. Fatores climáticos, por exemplo, podem influenciar no processo produtivo. Assim, o sol e o frio, intensos, prolongam o período da colheita, prejudicando, desta forma, os planejamentos dos produtores. Neste caso os cuidados com as plantas são realizados manualmente, uma a uma,

¹⁹⁶ De acordo com informações colhidas em campo, as pragas dominantes nas lavouras de melancia são: mosca branca, pulgão e tripes.

pelos agricultores,¹⁹⁷ utilizando-se para tanto uma proteção feita com papel comum (foto 40).



Foto 40 – Proteção contra insolação em lavoura de melancia. Uruana-GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

Um dado importante, constatado durante a pesquisa, refere-se ao modo como muitos moradores e mesmo os produtores de Uruana, principalmente, veem a condição atual da economia pautada na produção de melancia. Segundo eles relatam, a região não é mais um centro produtor, já que outras áreas se tornaram alvo de grandes produtores em razão das pragas que lá se instalaram em Uruana.

Outro aspecto dessa realidade pode ser destacado no fato de que a região em tela praticamente não assume um papel decisivo no que tange ao fornecimento de condições de trabalho na cidade, tendo em vista que a produção é destinada inteiramente à exportação. Neste caso, o percurso é feito sempre a partir das lavouras para os outros Estados ou diretamente em direção a outros países. Nas cidades, apenas um ou outro estabelecimento comercial dispõe do produto para venda, não se verificando estabelecimentos ou pessoas que comercializem exclusivamente melancia.

¹⁹⁷ O termo está sendo utilizado aqui para designar os trabalhadores nas “roças” de melancia, que localmente são denominados de peões.

Tais são os descontentamentos que os próprios moradores e produtores chegam a uma outra forma de pensá-la. É, para eles, como se a região não mais existisse, conforme sugere o seguinte depoimento¹⁹⁸.

Mas só que por causa desse inseto, o custo tá ficando muito alto. Então o que que tá acontecendo, hoje? Hoje a maioria dos produtores tão procurando a região mais afastada, porque o foco mesmo desse inseto, tá concentrado mais aqui no município de Uruana. (...) Não, já faz três anos que nós tamo prantano no município de Jaraguá, dá 80 km daqui, né? (...) Incrusive, o coiso, esses inseto, tão lá, tá a mesma aqui. Talvez, aqui no município de Uruana, seja até um pouquim mais, né? Mais é... (...) Então hoje pá se vê livre desses inseto, teria que parti pruma região, duzentos, trezentos quilômetros mais longe daqui, né? (...) É aqui é assim: Antigamente a melancia, a produção que tinha da melancia era aqui no município de Uruana.

De modo geral, é assim que pensam as pessoas ligadas à região. No entanto, esta forma de pensar carece de uma elucidação que justifique essa visão. O fato é que, desde o início do processo de sua formação, a região teve em Uruana a concentração “visível” das áreas cultivadas com melancia.

A década de 80 pode ser considerada como o auge do processo que se estabiliza no início da década de 90. Durante esta última década, sobretudo em 1992, a região conheceu problemas antes nunca vistos, como a infestação quase sem controle de pragas que afetaram as lavouras. Este problema foi o início de um momento de desequilíbrio que incidiu na geração de outros, como a redução das áreas cultivadas com melancia, a procura de novas áreas para se praticar a atividade, a queda na produção e na produtividade, a redução no número de trabalhadores (promoção do desemprego), entre outros, derivados destes. Ressalte-se que esse momento foi apenas um “pausa” na história de Uruana, e por esse motivo, nos primeiros contatos com os moradores locais, a impressão que se teve foi a de que o fim da região estava próximo. Contudo, a pesquisa revelou que a realidade é outra.

Na região, que é atualmente um espaço destinado à agricultura essencialmente comercial, no que se refere à cultura de melancia, permanece do mesmo modo, cujos efeitos já são reconhecidos nacionalmente, sem no entanto, considerar os impactos ambientais resultantes; apenas contornando – os para continuar a serviço da reprodução do capital.

¹⁹⁸ Depoimento de um imigrante paulista G. K. A. Produtor de melancia há 25 anos. Em Uruana desde 1986. Entrevista concedida em novembro de 1999.

Esta forma de produção, que não privilegia a rotação de culturas para a preservação do solo, favorece, num curto espaço de tempo, a degradação das riquezas naturais existentes, onde a produção já não se realiza com a mesma rentabilidade, além de favorecer o aparecimento de pragas que prejudicam as lavouras. Por isso, a antiga região de mata, encontra – se praticamente consumida pelas forças capitalistas que aí se estabeleceram, gerando um novo ambiente, em um novo momento, marcado pela especialização produtiva.

Ao se confrontar os discursos dos moradores da região com os discursos dos visitantes, ou simplesmente das pessoas que a conhecem de algum modo, notam-se contradições em relação ao que se pensa sobre o fato dominante apresentado. Se, por um lado, os moradores tratam-na como se tivesse “reduzido” ou se refugiado dali, por outro, os visitantes (turistas) e outras pessoas longe do convívio com ela, mostram-se muito à vontade para tratá-la como aquela mesma região que produz os melhores frutos do país.

Esse fato revela que, longe de desaparecer, a região ainda existe e se reafirma nos discursos daqueles que não convivem na sua esfera imediata, mas que de algum modo participam dela e possuem argumentos que definem sua concretude, o que favorece as ações nela processadas, pois é nesse espaço que se inicia uma vida de relações entre a região e aqueles que direta ou indiretamente participam dela, e é por este motivo que ela subsiste não apenas nos discursos e desejos, mas de fato.

Localmente, o que talvez não se tenha compreendido, é que a região sofre momentos de desequilíbrios provenientes do controle do capital ao qual está submetida e que ora favorece, ora se retrai, num comando que torna-se o centro das atenções das partes diretamente envolvidas.

Algumas informações de campo apontaram pistas que explicam o novo modo de ver a região pelas pessoas diretamente ligadas a ela. O fato de que a região é habitada por um dos maiores produtores de melancia do Estado de Goiás¹⁹⁹ talvez pudesse explicar o problema, quando este grande produtor abastece o mercado, e concentra a produção fazendo com que os mais “fracos” abandonem a atividade, mudem-se dali ou simplesmente reduzam a quantidade de área plantada. Considerando-se esta hipótese, ao invés de se ter muitas pequenas lavouras de

¹⁹⁹ Segundo informações de campo, o maior produtor de melancia da região já foi considerado como o maior produtor mundial em área cultivada, tendo plantado até 1000 ha. Atualmente planta em média, cerca de 600 ha, sempre em terras arrendadas no município de Uruana e em outros numa esfera mais próxima deste.

frutos, tem-se em grande parte as médias predominando o que, de certo modo, explica a não redução da produção. Entretanto esta hipótese não se confirma, pelo fato de que o número de produtores cresceu nos últimos anos, conforme apontaram os dados oficiais. Neste caso, constatou-se uma dinâmica diferente para a região.

A manutenção da atividade é resultado mais da insistência dos produtores com a inversão de capitais próprios, já que esta sofreu grande descrédito por parte dos Bancos. Assim, a saída de parte dos produtores do centro regional não impôs uma supressão da atividade. Ao contrário, as alterações permaneceram no âmbito da “substituição” de produtores, ou seja, outros produtores entraram no ramo da produção do fruto sem, contudo, abandonar suas outras atividades. Apenas iniciaram uma diversificação ou incluíram mais esta atividade, para aqueles que já possuíam mais de uma atividade, conforme apontado em depoimento anteriormente.

No início da década de 90, quatro produtores de origem paulista, em Uruana, eram responsáveis pela maior parte da produção regional, ocupando uma área²⁰⁰ total de 1100 ha, com a área média de 275 ha por produtor.

Esse fato revela que a cultivar tornara-se uma importante opção para os grandes produtores.

Alguns fatos são reveladores dessa realidade:

- a) o preço médio pago ao produtor apresentava um tendência atrativa, o que pôde ser constatado nas entrevistas;
- b) o crédito rural naquele período priorizava os grandes produtores;
- c) existia a possibilidade de se praticar um preço mais “acessível” ou atrativo pela mercadoria devido à grande produção.

No entanto, esse aumento das áreas plantadas ocasionou problemas fitossanitários, acarretando em prejuízos para os produtores, ao elevar o custo da produção devido o emprego adicional de recursos no controle das pragas animais (“víroses” - propagação de insetos). Apesar disso, estes produtores foram os que na prática resistiram ao problema, diante da capacidade financeira de arrendar terras em outras localidades, pois são mais capitalizados.

Segundo informações obtidas no campo, o problema das pragas nas lavouras de melancia começou no ano de 1992. Ao observar os dados de produção nesse ano, verificou-se que, em Uruana, nunca uma área tão grande havia sido plantada nos anos anteriores, inclusive nos municípios do entorno. No total a região produziu

²⁰⁰ Na realidade o maior produtor ocupava uma área de 500 ha, enquanto os outros três ocupavam 200 ha cada um.

em 4100ha naquele ano, sendo 3000ha em Uruana e uma média de 367ha em cada um dos outros municípios.

A produção também foi a mais alta em relação a toda a história da atividade até aquele momento, 98750 toneladas no total da região, sendo que 73750 toneladas só em Uruana. Isso explica a queda na produção do ano seguinte (1993), que ficou reduzida em 42% da área total, pois, com uma intensificação repentina e acentuada não poderia ser de outra forma.

A partir daí, houve o aumento médio da produção no entorno, resultante da diminuição em Uruana²⁰¹. Entre 1994 e 1996, esse quadro manteve-se. Em 1997 houve uma queda acentuada na produção regional e em 1998 e 1999, a situação ficou estável novamente quando a média regional alcançou pouco mais de 4000ha nos dois anos.

2.3- A Nova Estrutura Produtiva e a Organização da Produção Agrícola Regional

A dinâmica que promoveu a inserção de Goiás ao mercado do Centro – Sul, orientou mudanças substanciais no quadro econômico do Estado. Barreira (1997b: 19) afirmou que, desde o início do século XX, quando teve início a nova dinâmica estabelecida em Goiás, já havia no sul do Estado: “(...) indício da existência de alguns focos de lavoura mercantil com vistas à exportação de produtos.” E como ela continua: “Porém, esta função será delegada aos espaços menos aparelhados ou com impossibilidade de desenvolver atividades mais sofisticadas.”

É importante considerar que a situação verificada por Barreira estava associada ao momento de organização ou de melhoramento da estrutura produtiva do espaço goiano, pois esta fase antecedeu aos prenúncios da modernização agrícola no país. Então o que se colocava era uma redefinição das funções das distintas regiões, por meio de novas articulações espaciais, facilitadas pelo desenvolvimento técnico - científico e da rede viária nacional.

Entretanto, foi a partir da década de 40 que ocorreram as alterações mais relevantes em Goiás, e quando as regiões de frente pioneira como o Mato Grosso de Goiás, por exemplo, iniciaram um processo de ocupação mais intenso, gerando a nova dinâmica espacial em Goiás.

²⁰¹ Foi neste momento que os produtores uruanenses viram-se obrigados a arrendar terras em outras localidades e, com isso, fortaleceram a atividade no entorno.

A dinâmica que a região apresenta é percebida ainda, ao longo das ações que se estabelecem em torno de Uruana, como forma de garantir a hegemonia da vida econômica. Nesse sentido, tudo o que se refere à produção de melancia passa pelo “controle” que Uruana possui em relação aos outros municípios, desde o preço da melancia, o fluxo de veículos de carga, a própria atividade estendida aos outros municípios, arrecadação do ICMS sobre o frete até a atividade de extensão rural do escritório da AGENCIARURAL.

Isso se dá de modo “natural”, justamente pelo “controle” exercido por Uruana, fruto do acúmulo de experiências no movimento que redefiniu sua função²⁰², num processo desencadeado ao longo das três últimas décadas. E é isso que garante sua “liderança” nesse processo.

Diante dos progressos alcançados, em virtude do surgimento de um aparato tecnológico para a agropecuária a região conheceu momentos de euforia na sua vida econômica. Para tanto foi necessário que se lançasse mão de recursos próprios, de acordo com os interesses de cada de cada agente social, sobretudo os produtores ligados à atividade agropecuária que desde já algum tempo vêm se beneficiando apenas dos poucos recursos oferecidos por projetos pequenos, como o PRONAF, por exemplo.

Foi por esta via, principalmente, que a atividade agropecuária ganhou expressão junto ao arranjo espacial aí estabelecido. Por outro lado, a especialização, com a produção de melancia nesse espaço, deu-se de um modo capitalista seletivo, concatenado com forças atuantes que se sobrepujaram no seio da região; o que pode ser percebido nas formas urbanas que, desde a década de 80, vêm ressaltando o espaço urbano em pontos específicos do seu conjunto.

No que tange à uma integração “pacífica”, sob o aspecto da comercialização do produto hegemônico da região com as diferentes instâncias, cabe ressaltar que esta não se dá de modo a obedecer sempre os padrões do mercado formal. Neste caso, para que a população da capital goiana, assim como dos outros municípios, possa consumir dos frutos produzidos, é necessário que os comerciantes recorram aos intermediários não ligados ao CEASA de Goiânia, já que este não estabelece ligações frequentes, desde há algum tempo, com produtores ou mesmo

²⁰² Quando se fala nesta pesquisa, de redefinição de funções, se quer dizer que a região deixa de ser caracterizada como região produtora de cereais, para se tornar em produtora de frutos, cuja produção serve ao abastecimento do mercado nacional (consumidor de frutos), estendendo-se ainda ao mercado internacional que aprecia os frutos e por isso mantém contatos permanentes com pessoas ligadas à região. Nesse sentido, a produção é totalmente destinada à exportação.

intermediários. É por isso que o mercado formado pelos vendedores “ambulantes” de melancia ganha importância no período de safra.

Conforme informações conseguidas no campo, em alguns casos as cargas chegam a ser comercializados primeiro com São Paulo (principal centro comprador), para depois retornar e ser vendida em Goiânia e outros municípios, o que demonstra a burocracia no processo.

A busca por novas áreas do entorno lhes permitiram a obtenção de resultados devido às condições naturais semelhantes e com maiores possibilidades de sofrer um impacto negativo menor, em razão de não haver ali a concentração da atividade.

A influência de Uruana no seu entorno se dá não apenas pelo fato de que esse entorno serviu e serve como área complementar na produção de melancia, mas também, devido relações que se estabeleceram no comércio de Uruana com a venda de produtos agrícolas demandados pelas lavouras existentes nos municípios do entorno, dinamizando ainda mais o comércio local.

Um outro fator importante a ser considerado sobre a “região de influência” de Uruana está alicerçado no comércio da melancia, uma vez que, no período da colheita, toda a produção do entorno é dirigida para Uruana, a fim de se realizar a comercialização. Para isso, existem as Agências de Carga (Foto 41) que são os pontos de comércio da melancia produzida neste município. É característico do núcleo regional a presença destas Agências, onde se estabelecem os contatos entre produtores, trabalhadores²⁰³ e intermediários – contratantes dos serviços de carga. Muitas delas funcionam nas próprias residências dos produtores.

²⁰³ Estes trabalhadores são os que trabalham exclusivamente na colheita.



Foto 41 – Agência de Carga em Uruana – GO.
[aut.: Macêdo, 2000]

A existência destes pontos comerciais é uma necessidade local, em razão do grande volume comercializado. Nos outros municípios não se verificam estes pontos específicos. É deste modo que o município converge ações que são também responsáveis pela interação existente com o seu entorno.

2.4- O Outro lado da mesma História

Embora exista por da parte de alguns produtores e moradores em Uruana, a persistência em afirmar que o município não é mais um centro produtor de melancia, tal fato não se reflete nos dados oficiais de produção agrícola. Na realidade, o que se pôde perceber, é que os produtores, hoje os grandes, que tradicionalmente cultivavam o fruto nesse município, contribuíram em grande parte para o que eles frequentemente consideram como “esgotamento do solo”. Por essa razão foram os que procuraram as novas áreas para continuarem na atividade.

O surgimento de pragas nos últimos anos, decorrente da intensa utilização do solo, inviabilizou em parte a ampliação das áreas com essa atividade no município. No entanto, os demais, pequenos e médios produtores permaneceram ali e até aumentaram em número, o que justifica os dados oficiais de produção e produtividade. O aumento no número de produtores na região é um fato que se

justifica com o interesse do produtor motivado pelo interesse do mercado consumidor.

As problemáticas regionais atuais que estão vinculadas de algum modo ao mercado global, longe de banirem a região, podem, por isso mesmo, num contexto de crise, subsistir, conforme analisou o IPEA *et al* (1999: 291):

Essa inserção subordinada no mercado global, num contexto de crise do Estado Nacional, e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas, ou de especialização de determinados espaços, segundo fatores e vantagens já construídos, (...).

Essa forte realidade permite uma recolocação ou, atribui um maior vigor às regiões, ao contrário do que pensam algumas pessoas ligadas a estas, diante de um contexto de crises. Na região de Uruana em particular, alguns moradores entrevistados deixaram esse tipo de impressão, ou seja, a de que a região estaria se desmantelando, embora as razões fossem outras.

A partir desse entendimento, constatou-se a problemática que conduziu ao equívoco sobre o futuro da região, mas, sem descartar as possíveis transformações e as já ocorridas.

O fato de que muitos produtores se afastaram de Uruana, para continuarem com a atividade da produção de melancia, levou algumas pessoas da região a acreditarem que essa nova realidade significava o seu “desmonte”. Mas isso, ao contrário, não afetou o perfil regional, já que outros produtores foram rapidamente e, ao mesmo tempo se inserindo no ramo, apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente com a falta de financiamento pelos Bancos.

Enquanto o espalhamento dos produtores se dava em todas as direções, no Estado de Goiás, num processo iniciado ainda na década de 70 e intensificado na de 90, o “ambiente interno” da região se refazia como se numa atitude fortuita se devesse proceder o preenchimento de lacunas no âmbito dessa atividade. Na realidade, esse espalhamento (migração dos produtores) contribuiu para a difusão tanto da atividade, quanto das técnicas empregadas, sobretudo aquelas trazidas pelos paulistas e que marcaram o ritmo e a forma da produção regional.

Atualmente a atividade pode ser encontrada como resultado desse processo nos lugares mais remotos que se possa imaginar. Segundo informações obtidas “in loco”, produtores que antes atuaram em Uruana, hoje estão em municípios como: São Luís de Montes Belos (a oeste), Hidrolândia (ao sul), Formoso (ao norte) e até

no Vão do Paranã (no nordeste goiano), em municípios como Iaciara e São Domingos.

Enfim, o processo permanente, que envolveu essa aparente “desconfiguração” regional, apenas contribuiu para reafirmar o perfil da região, cujo conteúdo não mudou. Esta que se formou a partir da existência de um quadro territorial irrefutável sobre o qual se consolidou, não perpassa a crise pela qual querem aqueles que julgam existir. A manutenção do quadro territorial aqui entendido deve-se à manutenção dos seus elementos constituintes e de caracterização, ou seja, os produtores de melancia, embora uma parte destes exista num contínuo “revesamento”; outro elemento importante é a base física sobre a qual a produção é realizada e que já foi explicada anteriormente. As técnicas de produção também constituem um dos elementos, e o seu conhecimento, domínio e aceitação é o que permite que em diferentes momentos da história da produção, os produtores não sejam exatamente os mesmos.

Um fato novo, que está ocorrendo desde 1999, é o Encontro Nacional do Agronegócio da Melancia²⁰⁴ que reúne produtores, além de técnicos, agrônomos e pessoas ligadas ao processo de produção agrícola no país. Entre os objetivos deste evento, encontra-se a apresentação, ao produtor, de importantes informações acerca de sua atividade. Desde o preparo do solo até a colheita, incluindo a utilização de máquinas agrícolas. Também são enfocados todos os problemas relacionados com o processo de comercialização. Desse modo, é uma modalidade de evento que aparece como nova, mas necessária, pois apresenta-se como o início de uma reação a uma preocupação que é relativamente antiga²⁰⁵, nacional e deve ser tratada com critérios especiais, ainda que tal evento traga implícito a característica do marketing²⁰⁶.

Apresenta-se ainda como um “espaço de denúncia” das atitudes inconvenientes daqueles que, devido à ausência de organização desta categoria de

²⁰⁴ Este evento, que deve ocorrer anualmente, foi inaugurado em Marília-SP no ano de 1999. Em 2001, foi sediado por Goiânia-GO, não tendo ocorrido em 2000. Em Goiânia foi parte integrante do AGROCENTRO SHOW – Feira de Negócios e Tecnologias Rurais do Centro – Oeste.

²⁰⁵ Entre as reocupações que perpassam as discussões desta categoria de produtor, uma é a que afirma a existência de uma diferenciação entre o produtor e o plantador de melancia. Para caracterizar o plantador fala-se na ausência de compromisso com o processo produtivo, em todos os aspectos, mas principalmente em relação à aceitação da assistência técnica. Neste caso, o produtor é o que respeita amplamente os critérios de produção.

²⁰⁶ O marketing está embutido na apreciação do agronegócio como sinônimo de cadeia produtiva ou ainda como uma “agro-oportunidade”, conforme foi colocado durante o II Encontro Brasileiro do Agronegócio da Melancia, ocorrido em Goiânia.

produtor²⁰⁷, fazem das regiões produtivas o seu espaço de atuação maior, descaracterizando as intencionalidades dos agentes sociais mais importantes deste cenário – os produtores.

A existência de um grande projeto no estado do Tocantins – o Projeto Formoso²⁰⁸, talvez corresponda ao modelo de organização necessário às outras regiões, especialmente a de Uruana, dada a sua eficiência em termos de aproveitamento dos recursos naturais e sociais.

²⁰⁷ Apenas no estado do Tocantins é que se conhece uma forma de organização dos produtores que corresponde às reais necessidades desta categoria de produtor. Trata-se do Projeto Formoso, organizado na forma de cooperativas que controlam entradas e saídas de produtores e compradores, não permitindo com isso, o estabelecimento de intermediários que não estejam cadastrados, e com isso, evita todos os transtornos vividos pelas demais regiões produtoras do país.

²⁰⁸ Este projeto agrega produtores de várias tipos de cultura, inclusive de melancia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, foi possível registrar a existência de uma região produtiva em Goiás que emergiu juntamente com os prenúncios da modernização da agricultura no país.

A análise considerou a fragmentação de uma região natural – o antigo “Mato Grosso” Goiano, onde o seu processo de ocupação recebeu os impulsos do projeto de Integração Nacional do Governo Federal e, por consequência, os impactos desse novo processo que conduziu a sua consolidação, quando tornou-se meramente geográfica. No entanto o conceito de região homogênea pareceu ter sido o que melhor especificou o problema.

Ressalte-se que a introdução de um novo elemento implicou o início de um novo processo que desencadeou a especialização produtiva, portanto a fragmentação.

A partir daí as intervenções do Governo, sobretudo com a efetivação da Política Agrícola na década de 70, produziram novos efeitos sobre o território nacional. Desse modo viu-se alterações no campo brasileiro que reorientaram a atividade agropecuária, visivelmente a agricultura. Nesse momento, no antigo “Mato Grosso” Goiano, iniciou-se uma mudança no seu conteúdo, que conduzida internamente pela ação humana, foi aos poucos promovendo diferenciações, fruto de condicionantes extra-regionais.

Assim, formaram-se unidades menores²⁰⁹ como Uruana que, juntamente com o seu entorno tratado aqui como esfera imediata, puderam ser reconhecidos pela especificidade atualmente apresentada. A esfera imediata foi relacionada com a característica dominante presente, envolvendo três municípios do entorno de Uruana – polo regional na especificidade da produção de melancia em Goiás. Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Jaraguá foram tomados com base em critérios de delimitação regional, à luz da concepção de região trazida pela Geografia Regional, isso, combinado com informações sobre a dinâmica sócio-espacial recente e dados sobre a temática da pesquisa.

Uruana, em particular, que teve no passado uma função regional com a produção de cereais, é, atualmente, dotada de uma singularidade funcional devida à

²⁰⁹ A noção de unidade aqui considerada, refere-se à unidade regional, fruto da fragmentação de um espaço maior. Portanto, trata-se de um fragmento que se fortalece calcado em ações conexas, resultado das atividades humanas locais com as potencialidades do meio natural e as intervenções extra-locais (econômicas, políticas).

especialização com a produção de melancia. Esta por sua vez, está associada às novas demandas dos mercados nacional e internacional. É este o caráter particular que lhe permite continuar integrada à economia global. A centralidade apresentada por este núcleo foi “naturalmente” ampliada para o seu entorno.

A nova base da economia local, aparece de um lado como o resultado da recriação da diferença em relação a outros espaços, e de outro lado, como um processo que afetou a tradição do antigo norte goiano (atual Estado do Tocantins), provocando a desconcentração da produção de melancia, ainda na década de 70, dadas as condições favoráveis, propiciadas pelo meio natural, que acarretaram a diferenciação na qualidade da produção, juntamente com os outros fatores de ordem técnica e científica. Some-se a isso, o interesse dos agentes sociais responsáveis pelo desencadeamento das ações processadas neste espaço.

Dotada de uma função econômica, insere-se na divisão territorial do trabalho em Goiás, possuindo assim um conteúdo que se difere tanto qualitativa quanto quantitativamente em relação a outras unidades criadas. E é por este motivo que se reconhece a região, organizada em função da produção que exige um fluxo maior de pessoas e de capital em seu interior com vistas à saída do produto final, já que, este é totalmente destinado à exportação.

Ainda considerou-se a visão dos moradores locais, entre eles alguns produtores, em relação ao que eles percebem sobre a região. Assim, ficou evidente o reconhecimento, pelos seus habitantes, da individualidade por ela apresentada, tanto no que se refere às relações sociais, como econômicas, culturais e políticas. Além disso, para estas pessoas, o problema ambiental “provocado” pela intensa utilização das terras na região com o cultivo de melancia, caracterizado localmente pelos seus habitantes como “esgotamento do solo”, teria mudado o curso dos acontecimentos, e a tradição local estaria ameaçada, referindo-se a uma redução dos produtores de melancia em Uruana, devida à busca por novas áreas.

No entanto, a pesquisa empírica, envolvendo a análise das informações de campo, e dos dados, levou - nos à conclusão de que embora o problema exista, não se percebe com “clareza” o início de um processo de desaparecimento da tradição; por dois motivos: ao mesmo tempo em que uma parte dos agente sociais (produtores) se dispuseram a preservar essa tradição, a outra parte contribuiu para mudar esse quadro. Ao mesmo tempo em que houve a saída de produtores da região, outros, dos que permaneceram, fortaleceram suas atividades, aproveitando

os espaços deixados, bem como os contatos comerciais, aumentando com isso, suas possibilidades.

Além disso, é importante ressaltar que localmente não houve mudanças profundas que sejam visíveis. Os casos em que os atores deste cenário seguiram outras direções foram insuficientes para apresentar alterações significativas no quadro territorial geral, mesmo porque estes migraram ou para as áreas do entorno, ou para municípios próximos do centro regional e que mantêm relações com Uruana, seja com fins de comercialização, seja na captação de técnicas de produção.

No que se refere à esta situação, de modo geral, não se pode admitir uma desintegração regional, como inconscientemente “propõem” as pessoas ligadas ao lugar, uma desintegração que partiria do núcleo central. Nem há evidências disso, pois a existência dessa região que se vincula a interesses intra e extra-regional, estão solidamente ancorados aos interesses da acumulação ampliada do capital.

São muito fortes as ligações existentes com os mercados nacional e internacional, dado os seus interesses, para que se admita a “morte” dessa região. O que se pode admitir são transformações quantitativas, mas, mesmo assim isto não se confirma *in loco*. Por enquanto, qualitativamente as relações estabelecidas não permitem mudanças no conteúdo regional, dados os fatores e vantagens aí presentes.

A economia gerada pela região através de seus produtos poderia ser, considerando o potencial existente, ampliada de forma considerável, se houvesse um planejamento regional para o Estado, voltado ao desenvolvimento de polos regionais específicos com essa possibilidade²¹⁰.

Essa possibilidade existe principalmente porque a região oferece a estrutura necessária seja através do meio natural favorável, seja da malha viária que serve para o escoamento da produção local. Some – se a esse aparato a proximidade da região em relação à rodovia que liga o Estado e o país de norte a sul – a Belém - Brasília, e que, desde a sua construção, espraia influência aos espaços produtivos que a margeiam. Daí, pode-se concluir o significado deste espaço produtivo, e a sua

²¹⁰ No nosso entendimento, o desenvolvimento regional deveria pautar-se por uma forma mais democrática de organização da produção regional, que respeitasse não somente a ordem dos acontecimentos, mas que, acima de tudo, levasse em conta as necessidades dos produtores de forma cooperativa. Somente assim, o planejamento exerceria seu real papel na organização do espaço produtivo, promovendo uma reorientação de ações e admitindo os direitos de cidadania do produtor e trabalhador rural. Livre de intenções direcionadas a interesses individuais, o planejamento regional cumpriria deste modo o seu papel social, o que talvez nunca tenha estado implícito nas concepções dos atuais planejadores. Enfim, o que deveria existir em primeiro lugar, seria a iniciativa

função no contexto nacional e internacional, decorrente de sua potencialidade econômica, bem como da sólida organização regional processada desde os anos 70.

Considerando-se que os interesses de mercado e os interesses do capital interligam-se, uma possível desintegração ou “morte” da região, somente poderá ocorrer, ainda que não haja evidências disso, se por algum motivo, não mais interessar ao sistema econômico vigente, a presente situação. Mas ainda assim, a mudança será conduzida pelo capital e, não importa qual seja, servirá apenas aos seus interesses macabros.

E, como bem enfatizou Lukács (1978: 160):

A diferenciação produzida pelo desenvolvimento histórico social, portanto, não isola entre si as atitudes singulares. Pelo contrário: quanto menor fôr a especialização, tanto maiores podem ser – se a estrutura social não intervém como fator de distúrbio, como é o caso na divisão capitalista do trabalho – suas fecundas relações recíprocas, os estímulos que elas exercem umas sobre as outras.

Enfim, penetrar no “âmago da região” significou para a pesquisadora uma “intromissão” num mundo de contradições que o “belo”²¹¹ como forma, não encobre.

de preocupações relacionadas com a necessidade de se planejar, considerando as diversas escalas das problemáticas regionais para fins práticos na ação planejadora.

²¹¹ Deve ser aqui compreendido como “reflexo estético” da realidade, que envolve formas. De acordo com Lukács (1978), o reflexo estético não pode ser subordinado ao reflexo teórico, o que importa para que exista uma dialética que leve à compreensão da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de; Ribeiro, Miguel Angelo Campos. Os Sistemas de Transporte na Região Norte: Evolução e Reorganização das Redes. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 51 (2): 33-98, abr./ jun. 1989. 180 p.
- ANDRADE JÚNIOR, Aderson Soares de. (coord.) et al. *A Cultura da Melancia*. Brasília: EMBRAPA – SPI; Teresina: EMBRAPA – CPAMN, 1998. 86 p.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Vão do Paranã – A Estruturação de um Território Regional*. 1997. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997b.
-
- _____. *Região da Estrada do Boi: Usos e Abusos da Natureza*. Goiânia: Editora da UFG, 1997a. 154 p.
- BARRETO, Maria José Rezende. Dimensões da Agricultura e Regionalização do Mato Grosso de Goiás – 1975. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 2, nº 2, p. 197-202. jul./ dez., 1982.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Methodes and Perspectives in Geography*. London and New York: Longman, 1976. 120 p. [translation of *La Géographie: Méthodes et Perspectives*].
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. 1 ed. brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962. (3 ed. francesa, abreviada e atualizada por Mme. Mariel Jean Brunhes Delamarre e Pierre Defontaines) 584 p. [traduzido de: *La Géographie Humaine, édition abregée, 3 ed., Presses Universitaires de France, 1956, Paris, France, por Editora Fundo de Cultura*].
- CABOURET, Michel. George Chabot (1890-1975) et la Géographie Regionale. In: CLAVAL, Paul; SANGUIN, André-Louis (orgs). *La Géographie Française à L'Époque Classique. 1918-1968 (?)*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 157-202.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A Questão Regional no Brasil Contemporâneo. In: LAVINAS, Lena et al. (orgs). *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1993. p.35-59.
- CARVALHO, Raimundo Nonato de. *Cultivo de Melancia para a Agricultura Familiar*. Brasília: Embrapa – SPI, 1999. 127 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987. 93 p.
-
- _____. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1989. 96 p.

- _____ A Urbanização nas Áreas de Cerrado: Algumas Notas. *Rev. Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 7 (13 e 14): 147-150, janeiro/dezembro, 1995.
- _____ *Trajétórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304 p.
- _____ Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, p. 43-53, jan./jun., 1999.
- COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Geografia Cultural: um Século (2)*. 1 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- COUTINHO, Ioná; Silva, Maria Divina T. dos Santos. *A Festa da Melancia: Repercussões Econômico-Sociais desta Cultura em Uruana – GO (1978 – 1998)*. 48 f. Monografia (Especialização em História). Departamento de Geografia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga, Itapuranga, 1999.
- DOLES, Dalísia Elizabeth et al. *Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região*. Goiânia: Secretaria de Agricultura e Abastecimento - GO, 1979. 91 p. [pesquisa histórica e econômica concluída em 1979 pela UFG]
- DÓRIA, Og Roberto. *Município - O Poder Local*. São Paulo: Scrita Editorial, 1992. 86 p.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. Estrutura do Espaço Regional. *Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste*/ Fundação IBGE, Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro, v.1, p. 243-267, 1988.
- EITEN, George. Vegetação do Cerrado. In: PINTO, Maria Novaes (org.). *Cerrado. Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1993. p. 16-73
- ERBES, Luiz Carlos. *A Alma de um Povo. 7 Décadas da Festa da Uva*. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2000.
- FAISSOL, Speridião. O “Mato Grosso de Goiás”. Rio de Janeiro: IBGE. Conselho Nacional de Geografia, 1952. 140 p. [Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação Nº09 da Série A “Livros”].
- FRANÇA, Maria de Sousa. *Terra, Trabalho e História. A Expansão Agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/55*. 1985. 168 f. Tese (Doutorado em História) –

- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- FRÉMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra – Portugal: Livraria Almedina, 1976. 275 p. [traduzido do original: *La Région, Espace Vécu*. Presses Universitaires de France - Paris]
- FRÉMONT, Armand et al. *Géographie Sociale*. Paris: Masson/ New York-Barcelone-Milan-Mexico-São Paulo, 1984. 387 p.
- GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional. In: AFONSO, Rui de B. A ; SILVA, Pedro L. B. (orgs). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 157-191.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: DIFEL, 1982. 252 p. [traduzido de Précis de Géographie Rurale por GEFIT – Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução].
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p.
- IPEA (org.) / UNICAMP. IE. NESUR/ IBGE. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.
- ISNARD, Hildebert. *O Espaço Geográfico*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. 256 p.
- JOSÉ SANTOS, Roosevelt. Festa no Cerrado. In: *Travessia. Revista do Migrante*. Publicação do CEM – ano XI, número 31, p. 17-21, maio – agosto, 1998.
- LATOUR, Jorge. *Goiás - uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Imigração e Colonização, 1949. 232 p.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 316 p. [Título Original: *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*, Éditions Gallimard, 1968. Tradução de Alcides João de Barros]
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma Estética Marxista. Sobre a categoria da Particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 298 p. [traduzido do italiano: *Prolegomeni a un'estetica marxista – Editori Riuniti, Roma, 1957*, por Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder].
- MACHADO, Lucy Calderini Philadelpho. O Estudo da Paisagem: Uma Abordagem Perceptiva. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte-M.G, Ano 2, nº 8, p. 37-45, 1988.
- MAKISHIMA, Nozomu. A Cultura da Melancia no Brasil. *Situação da Cultura da Melancia no Estados Produtores*. Goiânia, 2001. 13 p. Palestra proferida durante

- o II Encontro Brasileiro do Agronegócio da Melancia, no auditório do Agro Centro Show/ Escola de Agronomia da UFG em 29 de Junho de 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira. 1960 – 1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.
- NIMER, Edmon. Clima. *Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste / Fundação IBGE, Diretoria de Geociências*, Rio de Janeiro, v. 1, p.24-34, 1988.
- NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. *Sensoriamento Remoto. Princípios e Aplicações*. 2 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda. 308 p.
- OLIVEIRA, Arioaldo D'Avila; OLIVEIRA, Roger C. *Estrutura Fundiária e Campesinato nos Municípios de Rio Branco, Senador Guiomar Santos e Plácido de Castro*. Rio Branco, 1997. [Relatório Parcial do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, elaborado sob orientação do prof. Manoel Calaça, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre].
- POHL, João Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. 1ª parte. 1 ed. brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Instituto Nacional do Livro, 1951. (Tradução do original em alemão por Teodoro Cabral - tradutor da Seção de publicação do Instituto Nacional do Livro).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás. 1779-1853*. v. 8. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. [Tradução de Regina Regis Junqueira; apresentação de Mário Ferri].
- SANTOS MAIA, Carlos Eduardo. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares. Proposições sobre Festas Brasileiras. In: ROZENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- _____ *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 308 p.
- SILVEIRA, Maria Laura. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, nº6, p. 21-28, jan./ jun. 1999.

- SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 152 p.
- THRIFT, Nigel. Visando o Âmbito da Região. In: GREGORY, Derek et al (orgs). *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 310 p. [traduzido de Human Geography – Society, Space and Social Science, por Mylan Isaack; revisão técnica por Pedro Geiger].
- VALVERDE, Orlando & Dias, Catharina Vergolino. *A Rodovia Belém – Brasília. Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967. 350 p. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A Pub. nº 22)
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991 414 p. [Título original em francês: *Idéologies et Mentalités*. Tradução de Maria Julia Cottvasser].
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 326 p.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO DO BRASIL. *Crédito Rural – Resumo da Aplicações Contratadas, referentes aos municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Jaraguá, Uruana e para o Estado de Goiás, no período de 1998 a 2000*. Goiânia, 2000, 16 p.
- DAMBRÓS, Luiz Alberto et al. *Vegetação*. In: *Projeto RADAMBRASIL – Levantamento de Recursos Naturais*. vol. 25, folha SE. 22 - Goiás, Rio de Janeiro, p. 301-376, 1981.
- EMATER–GO. *Programa Anual de Trabalho. Subprograma de Assistência Técnica e Extensão Rural (Relatório do escritório local de Uruana para o Vale do São Patrício)*. Uruana, 1999, 52 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro, 1988. 269 p.
- FIBGE. *Enciclopédia do Município Brasileiros. Goiás*. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro, 1958. 453 p.
- _____. *Produção Agrícola Municipal – PAM. Levantamentos Sistemáticos*. 1974 – 1999.
- FNP – Consultoria & Comércio. *AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira*, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 408 – 409, 2000.
- IBGE. *Mapas de Serviço*. Escala: 1:5.000. (atualização de setembro de 1999).
- IBGE. *Censo Agropecuário de 1970/ 75/ 1980 /85/ 1995-96*.
- _____. *Censo Demográfico de 1970/ 1980/ 1991*.
- _____. *Contagem da População de 1996*.
- IBGE/ SEPLAN (GO). *Pré – Zoneamento das Potencialidades dos Recursos Naturais do Estado de Goiás*. Goiânia, 1989. (Relatório).
- MAMEDE, Lindinalva; NASCIMENTO, Maria Amélia Leite Soares do; FRANCO, Maria do Socorro Moreira. *Geomorfologia*. In: *Projeto RADAMBRASIL – Levantamento de Recursos Naturais*. vol. 25, folha SE. 22 - Goiás, Rio de Janeiro, p. 509-560, 1981.
- MENDONÇA, Leda Moreira Nunes; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; D'ALESSANDRO, Walmirton Thadeu. *Guia para Apresentação de Trabalhos Monográficos na UFG*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2000. 48 p.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. SECRETARIA GERAL. *Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais*. vol. 31, folha SE. 22 - Goiânia, Rio de Janeiro, 1983.

_____, vol. 25. Folha SE. 22 – Goiás, Rio de Janeiro, 1981.

_____, *Mapas originais de Solos e Geomorfologia de Goiás*. Escala 1:250.000.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/GO. DIF – Departamento de Informações Econômico – Fiscais. *Arrecadação do ICMS nos Municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Jaraguá e Uruana por Atividade Econômica de 1996 a 1999*. Goiânia, 2000, 8 p.

SECRETARIA DE TRANSPORTES - GO. Coordenação de Planejamento. *Plano Rodoviário do Estado de Goiás (Revisão)*, 1979. 261 p.

SEPLAN. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás*. 1996.

_____. *Catálogo de Informações Sócio - Econômicas dos Municípios do Estado de Goiás*. 1996.

SEPLAN – SEPIN. *Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM. Arrecadação do ICM por Setores, segundo os Municípios no período de 1973 a 1987*. Goiânia, 1987. [Extraído de Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás].

_____. *Goiás em Dados*. Goiânia, 1999.

Cartas / Imagens

Cartas Topográficas na escala 1: 100.000, executadas pela DSG e pela FIBGE de 1983. Folhas Ceres (SD.22-Z-C-III), Itaguaru (SD.22-Z-C-VI), Goianésia (SD.22-Z-D-I), Jaraguá (SD.22-Z-D-IV), Goiás (SD.22-Z-C-V), Morro Agudo de Goiás (SD.22-Z-C-II)

Imagem do Satélite Landsat. Sensor MSS – panc. Banda 4. Órbita/ponto 222/71, cenas A/B/D. Data do imageamento: 05/08/84. (modo: papel fotográfico) Escala 1:100.000.

Imagem do Satélite Landsat. Sensor TM. RGB/543. Órbita/ponto 222/71. Data do Imageamento 22/06/97. (modo digital) S/E

Fontes Orais (entrevistas)

- Adelino Dantas Deusdará. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 12 p. Entrevista concedida em 17 nov. 1999.
- Ana Machado Parreira. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 8 p. Entrevista concedida em 25 set. 1999.
- Antônia Alexandre de Souza (*in memorian*). *Entrevista sobre Uruana e a Festa da Melancia*. Uruana, 1999. Entrevista concedida em 12 ago. 1999.
- Antônio Wellington Nascimento. *Entrevista sobre Itapuranga*. Itapuranga, 1999, 7 p. Entrevista concedida em 26 nov. 1999.
- Carlos Manoel Martins Andrade. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 7 p. Entrevista concedida em 20 jun. 2000.
- Carmo Alves Barbosa. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 4 p. Entrevista concedida em 20 jun. 2000.
- Dárcio Gomes da Silva. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 7 p. Entrevista concedida em 20 jun. 2000.
- Denise Regina de Moura Ramos - (ex-moradora em Uruana). *Entrevista sobre Uruana e a Festa da Melancia*. Goiânia, 2001. 1 p. Entrevista concedida em 04 jul. 2001.
- Divino Moraes Rodrigues. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999. Entrevista concedida em 18 nov. 1999.
- Elizete Andrade Vieira. *Entrevista sobre Carmo do Rio Verde*. Carmo do Rio Verde, 2000, 7 p. Entrevista concedida em 15 dez. 2000.
- Esmeralda (S/I). *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 1(uma) fita cassete (não transcrita). Entrevista concedida em 14 dez. 2000.
- Francisco Neres Delmoni. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 8 p. Entrevista concedida em 14 dez. 2000.
- Gecelino Marques Vieira. *Entrevista sobre Carmo do Rio Verde*. Carmo do Rio Verde, 2000. 8 p. Entrevista concedida em 15 dez. 2000.
- Gilberto Kioshi Akiama. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 13 p. Entrevista concedida em 18 nov. 1999.
- Idemi (S/I). *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 1 p. Entrevista concedida em 21 jun. 2000.
- João Canário da Silva. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 8 p. Entrevista concedida em 19 nov. 1999.

- José Wilson de Oliveira. *Entrevista sobre Carmo do Rio Verde*. Carmo do Rio Verde, 1999, 12 p. Entrevista concedida em 17 nov. 1999.
- Miron Marinho Araújo. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 2 p. Entrevista concedida em 24 set. 1999.
- Napoleão (S/I). *Entrevista sobre Itapuranga*. Itapuranga, 2000. Entrevista concedida em 15 dez. 2000.
- Nilton Coelho. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 1999, 3 p. Entrevista concedida em 15 set. 1999.
- Noé Aguiar da Silva. *Entrevista sobre Uruana*. Uruana, 2000, 20 p. Entrevista concedida em 19 set. 2000.
- Rodrigo Silva dos Reis. (Turista de Ilhéus – BA). *Entrevista sobre Uruana e a Festa da Melancia*. Uruana, 2000. 2 p. Entrevista concedida em 10 de set. 2000.
- Sebastião Carlos de Carvalho. *Entrevista sobre Jaraguá*. Jaraguá, 1999, 12 p. Entrevista concedida em 12 nov. 1999.
- Wester Rodrigues Moreira. *Entrevista sobre Uruana*. Goiânia, 2001, 1 p. Entrevista concedida durante o II Encontro Brasileiro do Agronegócio da Melancia no Agro Centro Show 2001, realizado na Escola de Agronomia da UFG, na cidade de Goiânia, nos dias 29 e 30 jun. 2001.

APÊNDICE A: Modelo das Entrevistas

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Município:

Data da entrevista:

Identificação do Entrevistado:

- 1- Origem?
- 2- Idade?
- 3- Há quanto tempo reside no município:
- 4- Quais motivos o (a) trouxeram para Goiás?
- 5- Como chegou até o município?
- 6- Quais as primeiras atividades que exerceu no município?
- 7- Como era a vida no município no início da sua chegada (dinâmica da vida urbana e rural)?
- 8- Quais mudanças presenciou durante esses anos?
- 9- Qual atividade exerce atualmente?
- 10- Porque?
- 11-De que forma exerce?

OBS.: Modalidade da entrevista: Não – Diretiva

Objetivo: Fonte de Informações

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Obs.: Apenas para os turistas

Município: Uruana

Data da Entrevista:

Identificação do entrevistado:

- 1- Origem?
- 2- Idade?
- 3- Gosta desta cidade?
- 4- Como ficou sabendo da festa Nacional da Melancia?
- 5- Há quanto tempo participa da festa?
- 6- O que mais lhe atrai neste evento?
- 7- Pretende voltar no próximo ano? Porque?

ANEXO A: Cálculo do Índice de Gini

Índice de GINI

1996

Carmo do Rio Verde

Classes (ha)	Estabelecimentos	%	% Acumulada	Área(ha)	%	% Acumulada	yi	yi x xi	
Menos de 1	2	0,27%	0,27%	1	0,002%	0,002%	100,0%	0,002699055	5,45661E-08
1 a menos de 2	7	0,94%	1,2%	10	0,020%	0,022%	100,0%	0,009446503	2,10079E-06
2 a menos de 5	59	7,96%	9,2%	212	0,4%	0,451%	100,0%	0,079604426	0,000358963
5 a menos de 10	90	12,15%	21,3%	717	1,4%	1,900%	99,5%	0,12090992	0,002308144
10 a menos de 20	145	19,57%	40,9%	2125	4,3%	6,2%	98,1%	0,191962835	0,012125259
20 a menos de 50	215	29,01%	69,9%	6798	13,7%	19,9%	93,8%	0,272169615	0,057854887
50 a menos de 100	93	12,55%	82,5%	6480	13,1%	33,0%	80,1%	0,10048047	0,041467446
100 a menos de 200	72	9,72%	92,2%	9931	20,1%	53,1%	67,0%	0,065082163	0,051612067
200 a menos de 500	44	5,94%	98,1%	12392	25,1%	78,2%	46,9%	0,02783851	0,046416724
500 a menos de 1000	12	1,62%	99,7%	7885	15,9%	94,1%	21,8%	0,003535226	0,015240626
1000 a menos de 2000	2	0,27%	100,0%	2913	5,8%	100,0%	5,9%	0,000158951	0,002699055
2000 a menos de 5000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	741	100%		49464	100,0%			0,873867673	0,230085327

GINI = 0,583161008 Fonte: IBGE

Itapuranga 1996

Classes (ha)	Estabelecimentos	%	% Acumulada	Área(ha)	%	% Acumulada	yi	yi x xi	
Menos de 1	31	1,53%	1,53%	15	0,011%	0,011%	100,0%	0,015346535	1,7198E-06
1 a menos de 2	98	4,85%	6,4%	151	0,113%	0,124%	100,0%	0,048509415	6,01669E-05
2 a menos de 5	336	16,63%	23,0%	1210	0,9%	1,028%	99,9%	0,166130347	0,001709942
5 a menos de 10	291	14,41%	37,4%	2315	1,7%	2,758%	99,0%	0,142578474	0,003972472
10 a menos de 20	345	17,08%	54,5%	5163	3,9%	6,6%	97,2%	0,196082448	0,011287501
20 a menos de 50	466	23,07%	77,6%	15456	11,5%	18,2%	93,4%	0,215433257	0,04189813
50 a menos de 100	195	9,65%	87,2%	13671	10,2%	28,4%	81,8%	0,079002174	0,027392065
100 a menos de 200	141	6,98%	94,2%	19749	14,8%	43,1%	71,6%	0,049899541	0,030105402
200 a menos de 500	86	4,26%	98,5%	25207	18,8%	62,0%	56,9%	0,024212097	0,026379742
500 a menos de 1000	23	1,14%	99,6%	16727	12,5%	74,5%	38,0%	0,004331091	0,008477932
1000 a menos de 2000	5	0,25%	99,9%	7204	5,4%	79,8%	25,5%	0,000632219	0,001976248
2000 a menos de 5000	2	0,10%	100,0%	4840	3,6%	83,5%	20,2%	0,0001996	0,000826301
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	83,5%	16,5%	0	0
10000 a menos de 100000	1	0,05%	100,0%	22144	16,5%	100,0%	16,5%	8,18992E-05	0,00049505
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	2020	100%		133852	100,0%			0,912534965	0,15459267

GINI = 0,710263955 Fonte: IBGE

Jaraguá 1996

Classes (ha)	Estabelecimentos	%	% Acumulada	Área(ha)	%	% Acumulada	yi	yi x xi
Menos de 1	1	0,06%	0,06%	0	0,000%	0,000%	100,0%	0,000640205
1 a menos de 2	3	0,19%	0,3%	4	0,003%	0,003%	100,0%	0,001920615
2 a menos de 5	54	3,46%	3,7%	211	0,1%	0,136%	100,0%	0,034570189
5 a menos de 10	143	9,15%	12,9%	1221	0,8%	0,908%	99,9%	0,091424899
10 a menos de 20	232	14,85%	27,7%	3580	2,3%	3,2%	99,1%	0,147179586
20 a menos de 50	448	28,75%	56,5%	15263	9,6%	12,8%	96,8%	0,278339444
50 a menos de 100	281	17,98%	74,5%	20543	13,0%	25,8%	87,2%	0,156841327
100 a menos de 200	204	13,06%	87,5%	28038	17,7%	43,5%	74,2%	0,09690721
200 a menos de 500	138	8,83%	96,4%	40841	25,8%	69,3%	56,5%	0,049899565
500 a menos de 1000	43	2,75%	98,1%	29105	18,4%	87,7%	30,7%	0,00844282
1000 a menos de 2000	13	0,83%	99,9%	17365	11,0%	98,7%	12,3%	0,001021581
2000 a menos de 5000	1	0,06%	100,0%	2057	1,3%	100,0%	1,3%	8,32281E-06
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
Total	1562	100%		158228	100,0%			0,867195742

GINI = 0,566565582 Fonte: IBGE

Urutã 1996

Classes (ha)	Estabelecimentos	%	% Acumulada	Área(ha)	%	% Acumulada	yi	yi x xi
Menos de 1	3	0,43%	0,43%	1	0,002%	0,002%	100,0%	0,004279601
1 a menos de 2	0	0,00%	0,4%	0	0,000%	0,002%	100,0%	0
2 a menos de 5	57	8,13%	8,6%	208	0,4%	0,424%	100,0%	0,08131078
5 a menos de 10	95	13,55%	22,1%	816	1,7%	2,081%	99,6%	0,13494571
10 a menos de 20	113	16,12%	38,2%	1746	3,5%	5,6%	97,9%	0,157844149
20 a menos de 50	194	27,67%	65,9%	6254	12,7%	18,3%	94,4%	0,26118007
50 a menos de 100	109	15,55%	81,5%	7715	15,7%	34,0%	81,7%	0,127004777
100 a menos de 200	80	11,41%	92,9%	11047	22,4%	56,4%	66,0%	0,075341218
200 a menos de 500	40	5,71%	98,6%	11534	23,4%	79,8%	43,8%	0,024874348
500 a menos de 1000	6	0,86%	99,4%	3968	8,1%	87,9%	20,2%	0,001727096
1000 a menos de 2000	3	0,43%	99,9%	3930	8,0%	95,9%	12,1%	0,000518824
2000 a menos de 5000	1	0,14%	100,0%	2042	4,1%	100,0%	4,1%	5,91338E-05
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0
Total	701	100%		49261	100,0%			0,869085886

GINI = 0,568984721 Fonte: IBGE

Carmo 1985

Menos de 1	7	0,80%	0,80%	0,80%	3	0,006%	0,006%	100,0%	0,007954545	4,45275E-07
1 a menos de 2	7	0,80%	1,6%	0,021%	11	0,021%	0,028%	100,0%	0,0079541	2,07795E-06
2 a menos de 5	92	10,45%	12,0%	0,7%	387	0,7%	0,748%	100,0%	0,104518144	0,000782243
5 a menos de 10	146	16,59%	26,6%	2,3%	1212	2,3%	3,010%	99,3%	0,164667706	0,004993401
10 a menos de 20	180	20,45%	49,1%	5,2%	2764	5,2%	6,2%	97,0%	0,198389206	0,016705455
20 a menos de 50	218	24,77%	73,9%	12,9%	6908	12,9%	21,1%	91,6%	0,22749511	0,052163571
50 a menos de 100	97	11,02%	84,9%	12,6%	6767	12,6%	33,7%	78,9%	0,087016876	0,037128407
100 a menos de 200	70	7,95%	92,8%	19,1%	10252	19,1%	52,8%	66,3%	0,052751759	0,042010235
200 a menos de 500	49	5,57%	98,4%	26,0%	13944	26,0%	78,8%	47,2%	0,026274653	0,04389464
500 a menos de 1000	11	1,25%	99,7%	13,4%	7170	13,4%	92,2%	21,2%	0,002646101	0,011526225
1000 a menos de 2000	3	0,34%	100,0%	7,8%	4175	7,8%	100,0%	7,8%	0,000265575	0,003409091
2000 a menos de 5000	0	0,00%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	880	100%			53593	100,0%			0,879933777	0,212615793

GINI = 0,810789864 Fonte: IBGE

Itapuranga 1985

Menos de 1	1	0,04%	0,04%	0,000%	0	0,000%	0,000%	100,0%	0,000367918	0
1 a menos de 2	11	0,40%	0,4%	0,013%	17	0,013%	0,013%	100,0%	0,004047093	5,16618E-07
2 a menos de 5	534	19,65%	20,1%	1,8%	2456	1,8%	1,857%	100,0%	0,186442912	0,003648322
5 a menos de 10	686	25,24%	45,3%	4,0%	5357	4,0%	5,879%	98,1%	0,247704668	0,01483931
10 a menos de 20	457	16,81%	62,1%	5,1%	6799	5,1%	11,0%	94,1%	0,158252674	0,018469651
20 a menos de 50	510	18,76%	80,9%	12,5%	16682	12,5%	23,5%	89,0%	0,167026324	0,044115881
50 a menos de 100	208	7,65%	86,6%	11,2%	14936	11,2%	34,7%	76,5%	0,058554499	0,02657509
100 a menos de 200	182	6,70%	95,3%	18,8%	25078	18,8%	53,6%	65,3%	0,043707797	0,035862537
200 a menos de 500	88	3,24%	98,5%	19,4%	25813	19,4%	72,9%	46,4%	0,015036662	0,023615637
500 a menos de 1000	31	1,14%	99,6%	15,6%	20724	15,6%	88,5%	27,1%	0,00308663	0,010094001
1000 a menos de 2000	9	0,33%	100,0%	9,8%	13068	9,8%	98,3%	11,5%	0,000380742	0,003255439
2000 a menos de 5000	1	0,04%	100,0%	1,7%	2245	1,7%	100,0%	1,7%	6,20218E-06	0,000367918
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	2718	100%			133175	100,0%			0,894593748	0,180844303

GINI = 0,863682529 Fonte: IBGE

Jaraguá 1985

Menos de 1	15	0,92%	0,82%	8	0,005%	0,005%	100,0%	0,009168704	4,46372E-07
1 a menos de 2	20	1,22%	2,1%	27	0,016%	0,021%	100,0%	0,012224344	2,60384E-06
2 a menos de 5	89	5,44%	7,6%	381	0,2%	0,253%	100,0%	0,054389391	0,000137721
5 a menos de 10	185	11,31%	18,9%	1553	0,9%	1,198%	99,7%	0,112794411	0,001354981
10 a menos de 20	271	16,56%	35,5%	4219	2,6%	3,8%	98,8%	0,163663058	0,006237855
20 a menos de 50	414	25,31%	60,8%	14128	8,6%	12,4%	96,2%	0,243528817	0,031286303
50 a menos de 100	261	15,95%	76,7%	19234	11,7%	24,1%	87,6%	0,139811479	0,038397478
100 a menos de 200	182	11,12%	87,8%	25986	15,8%	39,9%	75,9%	0,084471691	0,044367711
200 a menos de 500	144	8,80%	86,6%	44610	27,1%	67,0%	60,1%	0,052915437	0,058999309
500 a menos de 1000	36	2,14%	98,8%	23683	14,4%	81,4%	33,0%	0,007053533	0,017423443
1000 a menos de 2000	16	0,98%	99,8%	19785	12,0%	93,5%	18,6%	0,001814949	0,009142532
2000 a menos de 5000	4	0,24%	100,0%	10710	6,5%	100,0%	6,5%	0,000159355	0,002444988
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	1836	100%		164324	100,0%			0,881893169	0,20878537

GINI = 0,615684974 Fonte: IBGE

Uruana 1985

Menos de 1	16	1,76%	1,76%	8	0,017%	0,017%	100,0%	0,017621145	3,02152E-06
1 a menos de 2	6	0,66%	2,4%	7	0,015%	0,032%	100,0%	0,006606796	2,12451E-06
2 a menos de 5	160	17,62%	20,0%	707	1,5%	1,548%	100,0%	0,1761548	0,002726925
5 a menos de 10	156	17,18%	37,2%	1392	3,0%	4,531%	98,5%	0,169147416	0,007784766
10 a menos de 20	161	17,73%	55,0%	2529	5,4%	10,0%	95,5%	0,169278498	0,017645766
20 a menos de 50	197	21,70%	76,7%	6732	14,4%	24,4%	90,0%	0,195368949	0,05289731
50 a menos de 100	100	11,01%	87,7%	7056	15,1%	39,5%	75,6%	0,083280732	0,043507573
100 a menos de 200	66	7,27%	94,9%	9418	20,2%	59,7%	60,5%	0,043972227	0,043387987
200 a menos de 500	36	3,96%	98,9%	11490	24,6%	84,3%	40,3%	0,015981403	0,033430416
500 a menos de 1000	9	0,99%	99,9%	6072	13,0%	97,3%	15,7%	0,00155429	0,009647605
1000 a menos de 2000	1	0,11%	100,0%	1244	2,7%	100,0%	2,7%	2,93654E-05	0,001101322
2000 a menos de 5000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	908	100%		46655	100,0%			0,878995622	0,212134815

GINI = 0,611165068 Fonte: IBGE

Carmo 1970

Menos de 1	4	0,40%	0,40%	3	0,005%	100,0%	0,004048583	2,15274E-07
1 a menos de 2	8	0,81%	1,2%	11	0,019%	100,0%	0,008096735	2,00922E-06
2 a menos de 5	90	9,11%	10,3%	356	0,6%	100,0%	0,091070514	0,000597385
5 a menos de 10	133	13,46%	23,8%	1056	1,9%	99,3%	0,133732583	0,003402367
10 a menos de 20	189	19,13%	42,9%	2875	5,1%	97,5%	0,186460604	0,01458281
20 a menos de 50	282	28,54%	71,5%	9320	16,5%	92,4%	0,263666623	0,068907751
50 a menos de 100	141	14,27%	85,7%	8982	17,7%	75,9%	0,108258675	0,059665243
100 a menos de 200	80	8,10%	93,8%	11247	19,9%	58,2%	0,047112631	0,049986581
200 a menos de 500	53	5,36%	89,2%	15584	27,6%	89,4%	0,020527615	0,047933264
500 a menos de 1000	7	0,71%	99,9%	4893	8,7%	10,6%	0,000754212	0,006945254
1000 a menos de 2000	1	0,10%	100,0%	1113	2,0%	2,0%	1,99866E-05	0,001012146
2000 a menos de 5000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
Total	988	100%		56420	100,0%		0,86376242	0,253022211

GINI = 0,546873758 Fonte: IBGE

Itapuranga 1970

Menos de 1	18	1,09%	1,09%	8	0,006%	100,0%	0,010902483	6,67007E-07
1 a menos de 2	7	0,42%	1,5%	10	0,008%	100,0%	0,004239595	5,83631E-07
2 a menos de 5	153	9,27%	10,8%	663	0,5%	100,0%	0,092856382	0,000482621
5 a menos de 10	313	18,96%	29,7%	2460	1,9%	99,5%	0,188594748	0,004553867
10 a menos de 20	253	15,32%	45,1%	3793	2,9%	97,6%	0,149559539	0,008125918
20 a menos de 50	367	22,23%	67,3%	11919	9,1%	94,7%	0,210502123	0,032049007
50 a menos de 100	250	15,14%	82,4%	17707	13,5%	85,6%	0,129591631	0,042336431
100 a menos de 200	153	9,27%	91,7%	21365	16,3%	72,0%	0,066761212	0,041051169
200 a menos de 500	91	5,51%	87,2%	27901	21,3%	55,7%	0,030702056	0,036176647
500 a menos de 1000	31	1,88%	89,1%	21251	16,3%	34,4%	0,006452586	0,015375383
1000 a menos de 2000	12	0,73%	99,8%	16059	12,3%	18,1%	0,001316561	0,006844384
2000 a menos de 5000	3	0,18%	100,0%	7627	5,8%	5,8%	0,000105985	0,001817081
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	0,0%	0	0
Total	1651	100%		130763	100,0%		0,891386872	0,186813758

GINI = 0,650409836 Fonte: IBGE

Jaraguá 1970

Menos de 1	1	0,06%	0,06%	1	0,000%	0,000%	100,0%	0,000564334	2,42113E-09
1 a menos de 2	0	0,00%	0,1%	0	0,000%	0,000%	100,0%	0	0
2 a menos de 5	58	3,27%	3,3%	255	0,1%	0,110%	100,0%	0,032731237	3,59489E-05
5 a menos de 10	101	5,70%	9,0%	837	0,4%	0,469%	99,9%	0,056635142	0,000267276
10 a menos de 20	299	16,87%	25,9%	4503	1,9%	2,4%	99,5%	0,167944649	0,004051046
20 a menos de 50	484	27,31%	53,2%	16586	7,1%	9,5%	97,6%	0,266580152	0,025970035
50 a menos de 100	344	19,41%	72,6%	25087	10,8%	20,3%	90,5%	0,175672884	0,039352225
100 a menos de 200	247	13,94%	86,6%	35072	15,0%	35,3%	79,7%	0,111134706	0,049228545
200 a menos de 500	162	9,14%	95,7%	49788	21,4%	56,7%	64,7%	0,059133918	0,051816211
500 a menos de 1000	42	2,37%	98,1%	27744	11,9%	68,6%	43,3%	0,010288199	0,016255505
1000 a menos de 2000	23	1,30%	99,4%	29917	12,8%	81,4%	31,4%	0,004078109	0,010567533
2000 a menos de 5000	10	0,56%	99,9%	31217	13,4%	94,8%	18,6%	0,001048761	0,005550384
5000 a menos de 10000	0	0,00%	99,9%	0	0,0%	94,8%	5,2%	0	0
10000 a menos de 100000	1	0,06%	100,0%	12100	5,2%	100,0%	5,2%	2,92957E-05	0,000564334
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	1772	100%		233087	100,0%			0,886121387	0,20345959

GINI = 0,26536092

Fonte: IBGE

Uruana 1970

Menos de 1	0	0,00%	0,00%	0	0,000%	0,000%	100,0%	0	0
1 a menos de 2	0	0,00%	0,0%	0	0,000%	0,000%	100,0%	0	0
2 a menos de 5	63	8,55%	8,5%	288	0,7%	0,654%	100,0%	0,085481682	0,000558793
5 a menos de 10	115	15,60%	24,2%	956	2,2%	2,824%	99,3%	0,155017974	0,004405912
10 a menos de 20	115	15,60%	39,8%	1749	4,0%	6,8%	97,2%	0,151632208	0,010600397
20 a menos de 50	224	30,39%	70,1%	7601	17,0%	23,8%	93,2%	0,28328714	0,072394683
50 a menos de 100	109	14,79%	84,9%	7913	18,0%	41,8%	76,2%	0,11266911	0,061791267
100 a menos de 200	70	9,50%	94,4%	10054	22,8%	64,6%	58,2%	0,055287182	0,061357236
200 a menos de 500	34	4,61%	99,1%	10541	23,9%	88,5%	35,4%	0,016330886	0,040639779
500 a menos de 1000	6	0,81%	99,9%	4014	9,1%	97,6%	11,5%	0,000934093	0,00794875
1000 a menos de 2000	1	0,14%	100,0%	1041	2,4%	100,0%	2,4%	3,20604E-05	0,001356852
2000 a menos de 5000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	737	100%		44057	100,0%			0,860682207	0,26125367

GINI = 0,534280568

Fonte: IBGE

Região de Uruana 1996

Menos de 1	37	0,74%	0,74%	17	0,004%	0,004%	100,0%	0,00736465	3,20362E-07
1 a menos de 2	108	2,15%	2,9%	165	0,042%	0,047%	100,0%	0,02149588	1,00112E-05
2 a menos de 5	506	10,07%	13,0%	1841	0,5%	0,518%	100,0%	0,100669656	0,000521359
5 a menos de 10	619	12,32%	25,3%	5069	1,3%	1,815%	99,5%	0,12257081	0,002235886
10 a menos de 20	835	16,62%	41,9%	12614	3,2%	5,0%	98,2%	0,163186131	0,008380602
20 a menos de 50	1324	26,35%	68,3%	43771	11,2%	16,2%	95,0%	0,250246509	0,042805013
50 a menos de 100	678	13,50%	81,7%	48409	12,4%	28,6%	83,8%	0,113032442	0,0386636315
100 a menos de 200	497	9,89%	91,6%	68765	17,6%	46,2%	71,4%	0,070603259	0,045728506
200 a menos de 500	308	6,13%	97,8%	99874	23,0%	66,2%	53,8%	0,052966694	0,042453049
500 a menos de 1000	84	1,67%	99,4%	57685	14,8%	84,0%	30,8%	0,005141641	0,014046032
1000 a menos de 2000	23	0,46%	99,9%	31412	8,0%	92,0%	16,0%	0,000732088	0,004213908
2000 a menos de 5000	4	0,08%	100,0%	8939	2,3%	84,3%	8,0%	8,33247E-05	0,000751065
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	94,3%	5,7%	0	0
10000 a menos de 100000	1	0,02%	100,0%	22144	5,7%	100,0%	5,7%	1,12784E-05	0,000199045
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	5024	100%		390805	100,0%			0,886084608	0,199981112

GINI = 0,632409866

Fonte: IBGE

Região de Uruana 1970

Menos de 1	23	0,45%	0,45%	12	0,003%	0,003%	100,0%	0,004467754	1,15464E-07
1 a menos de 2	15	0,29%	0,7%	21	0,005%	0,007%	100,0%	0,002913678	2,07082E-07
2 a menos de 5	364	7,07%	7,8%	1562	0,3%	0,344%	100,0%	0,070702046	0,000242884
5 a menos de 10	662	12,86%	20,7%	5308	1,1%	1,487%	99,7%	0,128151899	0,001912037
10 a menos de 20	856	16,63%	37,3%	12920	2,8%	4,3%	98,5%	0,163805804	0,007099088
20 a menos de 50	1357	26,36%	63,7%	45306	9,8%	14,0%	95,7%	0,252343468	0,036974171
50 a menos de 100	844	16,39%	80,1%	60669	13,1%	27,1%	86,0%	0,140950701	0,044417812
100 a menos de 200	550	10,68%	90,7%	77738	16,7%	43,8%	72,9%	0,07789235	0,046832095
200 a menos de 500	340	6,60%	97,3%	103814	22,4%	66,2%	56,2%	0,037094317	0,043717072
500 a menos de 1000	86	1,67%	99,0%	57902	12,5%	76,7%	33,8%	0,005647869	0,013141041
1000 a menos de 2000	37	0,72%	99,7%	48130	10,4%	89,0%	21,3%	0,001533554	0,006398702
2000 a menos de 5000	13	0,25%	100,0%	38844	8,4%	97,4%	11,0%	0,00027706	0,002459446
5000 a menos de 10000	1	0,02%	100,0%	12100	2,6%	100,0%	2,6%	5,06201E-06	0,00019425
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	5148	100%		464327	100,0%			0,885785362	0,203388922

GINI = 0,826526398

Fonte: IBGE

Região de Uruana 1985

Menos de 1	39	0,63%	0,63%	19	0,005%	0,005%	100,0%	0,006349723	3,0332E-07
1 a menos de 2	44	0,72%	1,4%	62	0,016%	0,020%	100,0%	0,007163448	1,45688E-06
2 a menos de 5	875	14,25%	15,6%	3931	1,0%	1,009%	100,0%	0,142432727	0,001436985
5 a menos de 10	1173	19,10%	34,7%	9514	2,4%	3,401%	99,0%	0,189053756	0,006494574
10 a menos de 20	1089	17,40%	52,1%	16311	4,1%	7,5%	96,6%	0,168128787	0,01305618
20 a menos de 50	1339	21,80%	73,9%	44450	11,2%	18,7%	92,5%	0,201653352	0,040717084
50 a menos de 100	666	10,84%	84,7%	47993	12,1%	30,7%	81,3%	0,088181623	0,0333335958
100 a menos de 200	500	8,14%	92,9%	70734	17,8%	48,5%	69,3%	0,056379713	0,039504093
200 a menos de 500	317	5,16%	98,0%	95957	24,1%	72,6%	51,5%	0,0265665258	0,037484048
500 a menos de 1000	86	1,40%	99,4%	57649	14,5%	87,1%	27,4%	0,00383278	0,012198601
1000 a menos de 2000	29	0,47%	99,9%	38272	9,6%	96,7%	12,9%	0,000608107	0,004567802
2000 a menos de 5000	5	0,08%	100,0%	12955	3,3%	100,0%	3,3%	2,65149E-05	0,000814067
5000 a menos de 10000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
10000 a menos de 100000	0	0,00%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
100000 e mais	0	0%	100,0%	0	0,0%	100,0%	0,0%	0	0
Total	6142	100%		397747	100,0%			0,890376788	0,189611154

GINI = 0,648864312 Fonte: IBGE